Poeta, escritor, mas acima de tudo jornalista, Gontran da Veiga Jardim lança em hora oportuna o seu livro *Os Guerreiros já não Cantam mais*, título de uma série de reportagens especiais que publicou no extinto *Correio da Manhã*, há 18 anos.

Esse seu trabalho teve repercussão internacional e seu autor foi entrevistado, na Redação do Jornal, pela Televisão Italiana e por jornalistas da Dinamarca. Sua entrevista aos dinamarqueses Arne Falk Ronne (repórter entrevistador) e Ulf Nellemose (repórter fotográfico) foi publicada, na íntegra e com fotos em cores, na Revista Ilustrada *Familie Journal*, editada em Copenhague, em junho de 1968.

Gontran é Bacharel e Licenciado em Filosofia pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Goiano de nascimento, veio para o Rio ainda muito jovem e dedicou-se ao jornalismo.

Trabalhou no Departamento de Imprensa Nacional e nos jornais *A Notícia, Diário de Notícias, Diretrizes, O País* (segunda fase), *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, em *Seleções do Reader's Digest* e na *Revista Forense*. Como poeta surgiu no *Jornal dos Novos*, suplemento literário do jornal *A Manhã*, criado e dirigido pela escritora Dinah Silveira de Queiroz, onde usava o pseudônimo de Veiga Valle, seu bisavô, famoso escultor sacro do século passado.

Colaborou ainda na *Revista Fluminense de Folclore*, sob a direção do escritor e professor Rubens Falcão, e na revista *Ciência e Tecnologia*, editada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do então Estado da Guanabara.

G. V. Jardim — O DRAMA DOS ÍNDIOS

Gontran da Veiga Jardim

O DRAMA DOS ÍNDIOS

OS GUERREIROS JÁ NÃO CANTAM MAIS

(REPORTAGENS ESPECIAIS E PESQUISA)

CAPA: DONATO

Nascido na histórica Cidade de Goiás, antiga Capital do Estado de Goiás, o jornalista Gontran da Veiga Jardim desde muito cedo entrou em contato com os índios, principalmente os da Nação Karajá, que habitam as margens do Rio Araguaia. Viajou muito e conheceu também de perto os Xavante de Merure e a maioria das tribos localizadas em Mato Grosso, incluindo, hoje, Mato Grosso do Sul.

A história dos índios no Brasil pouco varia em sua essência quando se compara a variedade de tribos. É que todos eles, de Norte a Sul e de Leste a Oeste do País, sempre sofreram e sofrem as mesmas perseguições, a mesma discriminação, por parte de uma sociedade que se diz cristã. O índio é perseguido e destruído por motivos diversos: habitam terras férteis e ricas em minérios, com florestas repletas de madeiras nobres, resistem à escravidão e são vistos como "raça inferior".

Fala-se que no Brasil não existe discriminação racial, o que é pura mentira. Se não houvesse, não se precisaria de um instrumento legal para punir o delito — a Lei Afonso Arinos. Gontran nos conta em seu livro o que ouviu de um rico fazendeiro em Mato Grosso: "os índios são piolhentos, preguiçosos e atrapalham o progresso; precisam morrer."

O Autor tem razão quando faz a comparação entre a situação dos índios brasileiros e a dos judeus na Alemanha de Hitler. Só que em nosso País o genocídio começou quando o colonizador chegou, em 1500. Segundo vários historiadores, eles somavam cinco milhões e hoje não passam de 200 mil, se tanto.

Jornalista, com 40 anos de exercício profissional, Gontran se apaixonou pela causa da defesa indígena. Ele viu e ouviu muita coisa nas suas andanças por esses Brasis. Ainda menino, teve um amigo Karajá, já bem velho, conhecido pelo apelido de *Cumpade*. Isso porque o velho índio, na sua língua estropiada, chamava a todos de "compadre". Seu nome verdadeiro — Gontran soube mais tarde — era *U-lá-bí*, que em Karajá quer dizer *avô*.

Cumpade ensinava artesanato aos meninos que o tratavam com bondade: fazer arco e flecha, bordunas cheias de penas coloridas, colares de sementes de frutas e contava muitas estórias. Conhecia a fundo as lendas e os costumes de seu povo. A que mais impressionou o menino Gontran, ainda de calças curtas, foi a seguinte:

Nas matas que vão de Goiás a Mato Grosso, existe muito mistério, muito perigo. Todo cui-

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

GONTRAN DA VEIGA JARDIM

O DRAMA DOS ÍNDIOS

OS GUERREIROS JÁ NÃO CANTAM MAIS

(Reportagens especiais e pesquisa)

A LTDA.
...dos
...oja 229
...29

Renato Nicolai

Companhia Brasileira de Artes Gráficas
Rio de Janeiro
1985

1

Copyright 1985 by Gontran da Veiga Jardim

Capa: DONATO

Do Autor: *Poemas de há Muito Tempo*, 1979

Gráfica Editora WZ Limitada
Rio de Janeiro

Direitos desta edição reservados ao Autor.

à memória de
Cândido Mariano da Silva Rondon
o Marechal da Paz
o maior amigo dos índios

meus agradecimentos a
José M. Gama Malcher
que me deu a honra de prefaciar
este livro, amigo e defensor dos
índios, colaborador de Rondon e
sem cuja ajuda não seria escrita
a série de reportagens
publicada no corajoso e
combativo *Correio da Manhã*

meu profundo respeito
à Igreja Missionária no Brasil
humilhada e perseguida
acusada de subversiva
pelos trampolineiros de sempre

homenagem enternecida
a AVAHY, minha mulher
incentivadora e amiga
exemplo raro
de esposa e mãe

G.V.J.

PREFÁCIO

GONTRAN DA VEIGA JARDIM, tarimbado homem de imprensa, procurou reunir neste livro um pouco do muito que já escreveu, escolhendo algo de sua predileção — o índio. Suas duas séries *Os Guerreiros já não Cantam mais* e *Na Trilha dos Índios Karajá* foram destaques na época de sua publicação no *Correio da Manhã*, na década de 60. Agora, o autor mostra o que colheu em novos contatos com os índios, e completa a coletânea com um minucioso trabalho de pesquisa, que em boa hora torna público.

É uma demonstração de que a sua luta pela sobrevivência dos nossos índios ainda continua e que esse goiano de boa cepa não ensarilhou as armas no combate à corrupção, à espoliação, que mutilam o patrimônio indígena.

O trabalho é de quem trocou a máquina de escrever por um bisturi e corta fundo toda a podridão que se tem cometido e ainda cometem contra os nossos índios.

Atendo ao pedido para prefaciar seu livro, dentro das minhas limitações, não só em face de uma velha amizade como, principalmente, porque trata de assunto que para mim é uma constante.

* * *

IMPUNIDADE — eis o teu nome!

Recordar, trazer, mais uma vez, ao conhecimento público fatos para mim já esquecidos, para alguns outros desconhecidos, é como dar um sopro nas cinzas, fazendo crepitar novamente a fogueira na luta, sem esmorecimento, por povos que, apesar de reduzido número, nem por isso devem ser menosprezados.

Nestes últimos vinte anos, depois da tremenda campanha de desmoralização do SPI, depois da sua extinção, depois da criação de outro órgão para substituí-lo, muita coisa de bom aconteceu vindo em auxílio do índio na sua caminhada para frente, na luta pela sua sobrevivência.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — tem o encontro "Presença da Igreja nas Populações Indígenas", em São Paulo, fevereiro de 1968. Os frutos desse encontro vieram logo a seguir: a criação do Cimi — Conselho Indigenista Missionário —, como a querer mostrar os verdadeiros caminhos a seguir para salvar o que resta dos nossos índios; lança o *Porantim*, que elucida e combate. Em seguida, as diversas Pastorais e tanta coisa mais.

Antropólogos, indigenistas, e outros dedicados à nova cruzada fundam instituições. As Comissões Pró-Índio, a de São Paulo na vanguarda, a ANAI — Associação Nacional de Apoio ao Índio —, jornais, Boletins, Revistas. A *Luta Indígena* na Região Sul e o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação, congregando o que há de melhor entre os cientistas especializados.

O CEDI dá início à coleção "Povos Indígenas do Brasil", uma obra programada para 18 volumes, com uma excelente rede de colaboradores em todos os recantos do País, além do Boletim do Levantamento.

Era e é uma fiscalização contínua, uma cobrança sem temores, sem sectarismo, com uma constante: a sobrevivência do índio.

A desmoralização do SPI, a campanha ampla que então se fez, teve esse mérito: despertou a opinião pública, cientistas, missionários, indigenistas e tantos mais. E mais, conscientizou os próprios índios. Congressos, seminários, reuniões diversas, surgem as lideranças. Marcos Terena, entre outros, organiza a União das Nações Indígenas, que eu, particularmente, preferia que fosse União dos Povos Indígenas, sem querer confrontos nem contestações.

Um rápido retrospecto nos leva aos idos de 1964. No combate à subversão e corrupção, são instaurados um sem-número de IPMs. Um deles atinge o SPI. Fica a cargo do Batalhão de Guardas sediado em Brasília, sob o comando do então Coronel Darcy Lázaro e é designado o Major Carlos O'Reilly.

Nesse meio tempo, salvo engano, é indicado para a direção do SPI o Cel. R/1 Aristides Procópio de Assis, que alia à sua condição de Oficial do Exército e de Bacharel em Direito reconhecida integridade moral.

Era uma esperança. Tomava o Cel. Assis as primeiras medidas, inteirando-se da situação de descalabro em que se encontrava aquele órgão e aguardava a sua nomeação. Com natural espanto fomos surpreendidos com a abrupta transferência do IPM para a área da Aeronáutica e a nomeação de um oficial dessa Arma para a direção do SPI.

Longe da moralização esperada por todos, o que aconteceu foi justamente o inverso. A corrupção, a espoliação do patrimônio indígena, a impunidade, foram de tal forma que não havia outra solução senão a de um inquérito administrativo, o mais amplo e rigoroso de que se tem notícia. O SPI estava, então, subordinado ao Ministério do Interior.

Prisões, afastamentos, devassas, acompanhadas de incomum publicidade, espalhavam-se por todos os quadrantes onde o Serviço atuava, deixando prever o seu fim.

Terminado o inquérito com divulgação nunca vista, atingindo a imprensa internacional, falava-se em "genocídio" como uma novidade, uma palavra procurando interpretações sibilinas, como se outra coisa não fosse feita desde 1500.

Vieram as demissões, alguns tiveram os seus direitos políticos cassados. Uma grande maioria de inocentes úteis, nem tanto inocentes, de caráter frágil, aceitavam e cometiam as irregularidades para salvar o emprego, e assim se tornavam coniventes com a roubalheira e facilmente envolvidos pela *gang.* Mas a sua direção nada sofreu, apesar de fortemente indiciada.

Entre gregos e troianos, nenhum larápio foi parar na cadeia. Cada um foi-se acomodando como pôde, alguns até continuando nos seus delitos costumeiros. Afinal, somos um País sem memória...

Durante o período de transição, entre a extinção e a criação de outro órgão, é designado um Oficial do Exército para dirigir o quase finado SPI. Elemento despreparado para o cargo, julgava-se, entretanto, auto-suficiente.

Qualquer coisa com odor de SPI era logo afastada, os novos salvadores não queriam contágio. Cada qual era um Catão em embrião. São designados para a chefia das Inspetorias e para os Postos da 7.ª I.R., que abrangia Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, oficiais, suboficiais e sargentos reformados. Soluções rápidas, imediatas, para moralização de alto a baixo. Da renda indígena, da produção de trigo, soja, milho, da exploração da madeira, mandava pagar gratificações aos seus homens de confiança, melhorando assim o seu soldo.

Era o protegido protegendo o protetor...

Mais tarde, já na vigência da Funai, tive ocasião de levar ao conhecimento de seu Conselho Curador, na qualidade de substituto de seu Presidente, essa "anomalia", que voltava a acontecer pouco depois do Inquérito-bomba.

O Conselho, por unanimidade, determinou a reposição das importâncias pagas indevidamente, o que foi feito. Além dos comprovantes, isso consta do livro de Atas do Conselho, na época.

Como se vê, a cupidez, a incompetência, a corrupção continuavam com as suas tendas instaladas nos arraiais do malsinado SPI.

E tudo aconteceu num breve período de quatros anos — 1964/1968.

Extinto o "bode expiatório", como se a ele se devesse toda essa situação... Quando algo vai mal, muda-se o visual, dando-se assim uma melhor imagem.

A impunidade encorajava os desonestos, a corrupção ia, da mais desbragada espoliação do patrimônio indígena, às comissões nas compras, os célebres e conhecidos 10%...; às distribuições de verbas aos apadrinhados que chefiavam as Inspetorias e Postos mais importantes e eram coniventes no saque.

Por que era o SPI o culpado?

Mas assim foi entendido e, em conseqüência, criada a Fundação Nacional do Índio — Funai — com o melhor dos propósitos.

Os índios estavam salvos, suas terras garantidas, suas tradições respeitadas. Mas, lamentavelmente, tal não se deu.

As contínuas mudanças de direção, a descontinuidade administrativa e, por que não dizer, o desconhecimento de seus dirigentes, estão a indicar que os defeitos não estavam no SPI, na sua estrutura.

Recursos financeiros, possibilidades de contratar pessoal de alto nível, pagando bem, muito bem mesmo, suprindo de certa forma, com assessoramento capaz, as falhas de seus dirigentes, não têm faltado ao novo órgão de assistência aos índios, sem contar convênios, etc.

O que há, então?

Gontran, à tua argúcia de repórter, as indagações, as respostas que eu não consigo dar.

Onde está o erro, ou os erros, a quem cabe a culpa? Aos empregados, aos gerentes, ou à Empresa?

Petrópolis, setembro de 1982

JOSÉ M. GAMA MALCHER

CONVERSA FRANCA

Este é um livro-denúncia, um trabalho essencialmente jornalístico. Tudo o que o Autor conseguiu colher em suas andanças e em suas leituras foi reunido aqui, não por vaidade, mas por amizade e respeito ao índio. Fica como um depoimento, alicerçado em fatos, no que ocorreu e vem ocorrendo com os índios no Brasil. Felizmente, aos poucos, eles vão tomando consciência de que também são seres humanos e se organizam para a defesa dos seus direitos.

Há 18 anos atrás escrevemos uma série de reportagens no *Correio da Manhã* sobre o que estava acontecendo com os índios em nosso País. Essa série foi publicada numa época difícil da vida nacional, quando era comum a perseguição a jornais e jornalistas. Seu autor só não sofreu prisão ou seqüestro — apesar das ameaças recebidas — porque, assim o crê, respaldou-se na verdade. A justiça dos homens nem sempre está ausente...

No *Correio da Manhã*, tivemos o apoio dos colegas que, na época, exerciam funções de chefia. Fazemos questão de citar-lhes os nomes: Mauro Ivan Pereira de Mello, Fuad Atala e Aluísio Branco.

Aqui fica o nosso trabalho. Que ele sirva, pelo menos, para alertar os que se encontram no Poder e refrescar a memória de muitos — autoridades ou não —, caso tomem conhecimento dele. Possa ainda, ante tantos exemplos dignificantes nele citados, ensinar os jovens a amar e respeitar o índio. Quer queiram ou não os racistas de todos os matizes, *ele é o legítimo dono da terra.*

O Autor

"Morrer, se for preciso; matar, nunca!" (*)

(*) Lema adotado pelo ilustre militar Cândido Mariano da Silva Rondon para, segundo suas próprias palavras, "exprimir as nossas disposições, como civilizados, para com os aborígenes." (*Indios do Brasil*, obra citada no final deste livro)

O CRIME CONTRA OS ÍNDIOS

"... destacam a necessidade de ser democratizado o acesso à informação e à comunicação, dando-se oportunidade de manifestação a todos os segmentos da sociedade, sem discriminação. Recusam a conceber a notícia como uma mercadoria, por a entenderem como um bem social."

(*Carta de Guarapari*, aprovada por 200 delegados ao 19.º Congresso Nacional de Jornalistas de todo o País, datada de 11 de setembro de 1982)

ESCLARECIMENTO NECESSÁRIO

Um grande soldado, cuja memória relembramos com respeito, destacou-se na luta em defesa dos índios no Brasil na década de 60. Seu nome: General Affonso Augusto de Albuquerque Lima, que, à frente do Ministério do Interior, mandou instaurar inquérito para apurar as atrocidades cometidas por diretores, chefes e funcionários do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Todas as irregularidades — crueldade, roubo, desrespeito à pessoa do índio, falcatruas, malversação dos dinheiros públicos — foram arroladas nesse inquérito com desassombro e coragem.

Os responsáveis — civis e militares — foram nomeados e chamados a depor. Velhos "caciques" que dirigiram o SPI, alguns deles patentes militares, gozaram do direito de defesa e seus advogados tiveram vista dos autos.

O General Albuquerque Lima teve o seu nome cogitado para a sucessão presidencial. O General Costa e Silva encontrava-se doente. Era grave o estado de saúde do Presidente, vítima de uma trombose cerebral. Até um médico francês foi chamado: François Lhermite, o maior especialista do mundo em casos neurológicos de recuperação da voz.

O povo brasileiro pouco sabia a respeito da doença do Presidente, pois nos encontros realizados no Palácio Laranjeiras só costumavam estar presentes Dona Yolanda Costa e Silva, seu filho Álcio, a nora Lina, o General Jayme Portela, Chefe da Casa Militar, e a junta médica, composta pelos doutores Abrahão Akerman, Paulo Niemeyer, Mário Miranda e Hélcio Simões, além do Ministro da Saúde, Leonel Miranda.

Alegou-se que o General Albuquerque Lima não poderia candidatar-se à sucessão presidencial por ser General-de-Divisão e não General-de-Exército. Esse homem, então com 60 anos, cearense de boa cepa e nacionalista, viu-se obrigado a pedir demissão do Ministério do Interior, por não ter concordado com a orientação da cúpula do Governo.

Declarou na época que "não poderia aceitar uma orientação que considera prejudicial ao desenvolvimento regional, ao programa de habitação, saneamento, industrialização, irrigação e desenvolvimento agrário." A nosso ver, seus ideais nacionalistas o perderam. Sua honestidade ficou comprovada ao arrolar no inquérito dos índios patentes militares, oficiais superiores, implicados nas irregularidades.

O RELATÓRIO

Presidida pelo Procurador Jáder Figueiredo, a Comissão de Inquérito, instituída pela Portaria número 239/67 do Ministro do Interior para apurar irregularidades no SPI, enviou àquela autoridade o seguinte Relatório (*D.O.*, Seção I, Parte I, de 10 de setembro de 1968, págs. 8046 e segs.):

"Senhor Ministro:

No ano passado, ofício do Senhor Chefe da Casa Civil da Presidência da República encaminhava ao Ministério do Interior o resultado dos trabalhos da

Comissão Parlamentar de Inquérito que investigara irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, no período 1962-63, sobretudo em suas 1.ª, 5.ª e 6ª Inspetorias.

Face à gravidade das denúncias ali contidas, Vossa Excelência houve por bem nomear Comissão de Inquérito (Portaria 154-67) que, partindo dos elementos fornecidos pela CPI, chegou a constatações muito mais graves e relativas a um espaço de tempo consideravelmente maior que o abrangido pelas investigações anteriores. Evidenciava-se o caráter amplo e continuado dos escândalos no SPI, encontráveis em todas as suas Inspetorias Regionais e não somente naquelas.

Visto a Comissão de Inquérito ter sido constituída apenas para apurar as irregularidades apontadas pela CPI, resolveu então Vossa Excelência extinguir a ação da Portaria n.º 154-67, prorrogada pela de número 222 67, e constituir nova Comissão, sem as limitações da primeira, para ampliar as investigações, baixando, para isso, a Portaria número 239-67, que iniciou seus trabalhos em 23 de setembro de 1967.

Percorrendo praticamente todo o território brasileiro, pois o SPI atuava em quase todos os Estados da Federação, a Comissão, em meio a sacrifícios de toda ordem, colheu abundante prova testemunhal e documental. Os resultados da aprofundada e intensa investigação, publicamente denunciados, causaram forte impacto na opinião pública nacional e do mundo inteiro; o Serviço, nascido à luz do humanismo de Rondon, fugira, completamente, às suas finalidades, mostrando um saldo negativo decepcionante. Os crimes praticados contra a pessoa do índio e o seu patrimônio situavam-se sob uma extensa gama de cominações administrativas, penais e civis, indo de sevícias a devastações de matas e ao esbulho do indígena em sua própria terra.

A estrutura administrativa do SPI, por outro lado, acumulara vícios insanáveis, que não mais permitiam a continuidade do órgão, bastando dizer que, em decorrência das investigações e antes do seu final, houve condições objetivas para a efetuação de 17 prisões administrativas e a anulação de 38 nomeações ali verificadas. Paralelamente, substituía-se o SPI pela Fundação Nacional do Índio, entidade concebida dentro de moldes administrativos mais elásticos e adaptados à realidade, de modo a se evitar o reaparecimento de erros provocados em grande parte por uma organização burocrática defeituosa.

Findo seu prazo estatutário de atuação, a aludida CI 239 67 formara um processo de mais de 20 volumes, produzindo toda a prova que uma investigação de tamanho porte, delimitada a um espaço de tempo exíguo, ensejaria obter.

Finalmente, para terminar os trabalhos, foi baixada a Portaria n.º 78-68, que constituiu nova Comissão, a qual começou a funcionar a partir de 1.º de abril último. Embora dispondo de provas suficientes, ainda ouviu dois depoimentos, prestados espontaneamente, juntando, também, ao processo oito certidões e correspondência do Tribunal de Contas da União.

Partindo do Relatório da Comissão anterior e do exame dos autos, indiciou 123 pessoas e abriu o prazo de 20 dias para que apresentassem defesa. A par disso, providenciava-se junto ao Ministério da Justiça abertura de inquérito policial contra aqueles cujo envolvimento nos fatos delituosos apurados já os fazia passíveis de sanções penais.

A citação dos indiciados — procedimento que seria de pura rotina — apresentou, também, enormes embaraços. A indefinição da situação funcional de muitos servidores, ainda decorrente da passagem do SPI, do Ministério da Agricultura para o do Interior, chegou a dificultar tanto a indentificação precisa de muitos como sua exata localização. Segundo a lei que rege a matéria, a Comissão citou por edital os indiciados não localizados e, decorrido o prazo de apresentação de defesas, solicitou a designação de defensores *ex officio* para aqueles que não haviam utilizado aquele direito.

Examinadas as defesas, a Comissão constatou que muitos indiciados se haviam beneficiado do instituto da prescrição. A carência de documentação,

resultante sobretudo do incêndio verificado no Ministério da Agricultura, em Brasília, veio em proveito, igualmente, de muitos indiciados. Em muitos casos, embora de posse de sérios indícios sobre delitos, não pôde a Comissão propor penalidades, isso pelo rigorismo jurídico que orientou sua ação.

Na esfera estritamente administrativa, Excelência, o número de punições que iremos propor está aparentemente em desarmonia com a amplitude do processo, pelos motivos apontados. Devemos frisar, também, que muitas irregularidades apontadas escapam à iniciativa disciplinar imediata do Ministério do Interior, aqui restrito ao que foi iniludivelmente demonstrado como ilícito administrativo, no âmbito interno do extinto SPI.

Uma ação saneadora de ordem mais global demandará a colaboração de outros Ministérios, a que pertencem muitos servidores aqui apontados como faltosos, e aos quais está afeta a coerção de muitos ilícitos; de governos estaduais, pela mesma razão; e da Justiça, tanto na área penal como na civil, sobretudo no tocante às invasões de terras indígenas.

Partindo daí, poderíamos afirmar que as punições propostas não constituem a parte primordial do processo, se o encararmos sob uma visão mais ampla. Primordialmente, é o que contém de subsídios para a verdadeira compreensão do problema do silvícola brasileiro, colaborando para seu equacionamento e solução. A colheita de vasta informação sobre o patrimônio fundiário indígena permitirá à Fundação Nacional do Índio promover sua regularização.

Com maior gravidade apresenta-se a situação dos imóveis nas 5.ª, 6.ª e 7.ª Inspetorias (Estados de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Em Mato Grosso, por exemplo, há o caso do escorraçamento dos índios CAIUÁS, na região de Dourados; dos XAVANTES, em três Lagoas; dos TERENAS, em Miranda, Limão Verde e Passarinho; dos BORÔROS, em Poxoréu; dos NHAMBIQUARAS, no Rio Capitão Cardoso; dos PARECIS, na mesma região; dos TAPAIÚNAS, no Rio Arinos; dos ERIGPACTSÁS; dos KAYABIS, no Rio dos Peixes; e dos CINTAS-LARGAS, no Rio Aripuanã. Várias ações deverão ser movidas contra poderosos grupos que houveram as terras por compra, doação do Governo Estadual ou pela posse de fato, através da invasão.

Passível de reexame seria o convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Governo de Mato Grosso, publicado no *Diário Oficial* do Estado, de 20 de julho de 1966, afetando 35.000 ha do valioso patrimônio da Colônia Teresa Cristina.

No Pantanal do Baijo, no mesmo Estado, os índios KADIUVÉUS, remanescentes dos GUAICURUS, são proprietários de vasta fazenda, doada pelo Imperador Pedro II, em reconhecimento pela ajuda prestada às tropas brasileiras na Guerra do Paraguai. Estima-se em 800.000 ha a área dessa imensa propriedade, não demarcada e hoje totalmente em poder de fazendeiros, que se beneficiam de arrendamentos ilegais. Em muitos casos, nem contrato existe, ao passo que, em outros, a área explorada ultrapassa em muito a contratada. O índio ficou sem espaço e compelido, o mais das vezes, a ser vaqueiro de seus arrendatários para sobreviver.

Na 7.ª Inspetoria o quadro não é menos sombrio, mormente em Xanxerê, Guarita e Nonoai, havendo sérios problemas a resolver na Justiça, como por exemplo o que envolve as terras de Mangueirinha, no Paraná, pretendida por grupos econômicos daquele Estado. É necessária, também, a recuperação das terras de Pernambuco, da Paraíba e da Bahia, trabalho que será de dificuldade igual àquele a ser desenvolvido em São Paulo, onde os índios sentem ao correr do tempo a diminuição da área imemorialmente sua.

Há elementos no processo para maiores investigações acerca da propriedade indígena em Rondônia, paralelamente a um redobramento de vigilância nas terras indígenas ali situadas, ricas em cassiterita, minério de alto valor econômico e estratégico.

É, assim, uma tarefa imensa que cabe agora à Fundação Nacional do Índio, a qual, na medida de suas possibilidades, já providencia a correção das distorções constatadas.

Para o maior êxito de sua missão, é essencial expurgá-la em definitivo do que ainda resta de nefasto da herança do extinto SPI, com a punição daqueles que comprovadamente colaboraram para desvirtuar a elevada missão de assistir o indígena brasileiro."

O Relatório cita em seguida os nomes dos indiciados e as medidas disciplinares solicitadas para cada um deles (penas de demissão e suspensão).

Vamos transcrever agora o despacho do Ministro Albuquerque Lima, constante do mesmo *D.O.* de 10 de setembro de 1968, pág. 8051:

"DESPACHO DO MINISTRO

Tomo conhecimento do que se apurou neste processo administrativo e estou de acordo com as conclusões do relatório oferecido pela Comissão. Reconheço que foram atingidos os objetivos que tive em vista quando determinei este procedimento disciplinar, que conclui pela apuração dos ilícitos praticados, identificando os responsáveis aqui enumerados e os dispositivos legais transgredidos. Lamento que alguns desses crimes tenham ficado impunes por tanto tempo, obstando, essa desídia, o castigo exemplar de alguns dos que foram achados em culpa.

Apurou-se, realmente, o que devia ser apurado, sem considerar o peso ou a influência eventual dos indiciados. Para isso, foi escolhida uma Comissão de Inquérito composta de funcionários capacitados e com a independência indispensável ao cumprimento da alta missão de que souberam desincumbir-se.

De fato, como observou o Senhor Presidente da C.I., no seu relatório, é surpreendente que iniciativa originada sob a inspiração humanitária de Rondon chegasse aos extremos da negação de suas finalidades, para transformar-se em um sistema de violentação da dignidade e do patrimônio dos que seriam seus protegidos. Dificilmente o Poder Público terá conhecido tal extensão e multiplicidade de ilícitos como os relevados sob determinadas administrações do SPI.

Estamos certos de que a Justiça, a seu tempo, complementará — certamente — nossa ação, fazendo recair sobre os indiciados, por prática de delitos comuns, as sanções, fora da alçada de competência do Poder Executivo, correspondentes à gravidade da responsabilidade que assumiram para com uma sociedade que afrontaram.

A nós nos impunha a determinação no sentido da apuração dos fatos. Damos, para tanto, às C.I., que se sucederam, a liberdade e a segurança necessárias à consecução daquele fim. Porque a autoridade que se omite ante o crime os legitima e se faz cúmplice pela mais reprovável das solidariedades, que é a do medo.

As investigações, por sinal, já produziram alguns dos seus efeitos, o mais relevante dos quais foi a extinção do S.P.I. e a conseqüente criação da Fundação Nacional do Índio, que significará mais do que a fusão de órgão sob novos critérios de moralidade administrativa e de sentimentos de solidariedade, porque importará em uma volta do indigenismo às inspirações rondonianas.

Entre esses efeitos incluem-se, igualmente, a anulação de nomeações de algumas dezenas de servidores efetivados mediante fraude em seus assentamentos funcionais, e os pedidos, ao Ministro da Justiça, de abertura de inquéritos policiais contra servidores ou ex-servidores do S.P.I. envolvidos na prática de delitos comuns, inquéritos esses em pleno andamento.

Tenho de reconhecer, porém, em benefício mesmo da validade jurídica do julgamento, que este ato foge à competência do Ministro de Estado, por força da lei aplicável que é o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Na verdade, o artigo 210, de Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, atribui ao Presidente da República a competência para demitir e cassar aposentadoria ou disponibilidade.

A seu turno, o parágrafo único do artigo 227 determina que a autoridade competente para aplicar a pena mais grave o é, igualmente, para aplicar as demais quando houver mais de um indiciado e diversidade de sanções. É o caso deste inquérito que, em alguns casos, prevê a pena de demissão.

Assim, subam estes autos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, autoridade competente para o julgamento deste processo e aplicação das penalidades cabíveis.

Tendo em vista o exposto, resolvo:

a) aprovar as conclusões da Comissão de Inquérito;

b) propor ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a aplicação das sanções administrativas, indicadas nas referidas conclusões, aos servidores incriminados, conforme se segue."

Segue-se ao despacho ministerial a relação dos indiciados, com as penas disciplinares correspondentes.

RONDON: A ESPERANÇA

As reportagens que publicamos no *Correio da Manhã,* há 18 anos atrás, tiveram grande repercussão, pois o nosso trabalho, baseado em fatos, fazia graves denúncias contra o Serviço de Proteção aos Índios, SPI, sigla que se tornou sinônimo de corrupção e crueldade.

O que mais causa espanto é que aquele Serviço (hoje Funai) foi fundado pelo notável brasileiro Cândido Mariano da Silva Rondon, com o objetivo de assistir e proteger os nossos irmãos das matas. Com o seu ideal positivista, Rondon deu início a um verdadeiro apostolado, trabalho que durou enquanto viveu. Começou em 1910 e já em 1939, quando assumiu a presidência do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, pronunciou um discurso de valor histórico, do qual destacamos alguns trechos:

"Com a lei liberal de D. Sebastião, de 20 de março de 1570, contrastava as da Corte de Madri, então senhora dos destinos de Portugal — 22 de agosto de 1578, de 11 de novembro de 1595, e a provisão de 26 de julho de 1596, mantendo a escravidão, sob diferentes formas.

Tal foi a mísera sorte do íncola brasileiro durante o século da descoberta. Raiou o século seguinte com uma aurora de bonança — começou por franca reação a favor da liberdade. Mas a lei de 10 de setembro de 1611, reconhecendo, em tese, a liberdade dos íncolas, restabelecia, de fato, a escravidão, com sofismas e argumentos guerreiros.

Encerrou-se o século XVII com a lei liberal de D. Pedro II de Portugal, que mandava perdoar aos cativadores dos indígenas. Isto prova quão generalizadas eram as infrações das leis promulgadas para as colônias do Brasil. O século XVIII, como o precedente, raiou com grandes esperanças para o íncola brasileiro.

Uma carta régia de 5 de julho de 1715 proibia, terminantemente, o seu cativeiro, classificando-o de injusto. Pouco durou, infelizmente, tal esperança.

A hesitação e a contradição da legislação de Portugal estavam arraigadas na tradição administrativa do Reino, quanto à sua política colonial. Em relação aos índios, principiava reconhecendo a liberdade, e terminava recomendando a servidão. Tal é a provisão de 9 de março de 1718."

Depois de citar a Bula de Benedito XIV, de 20 de setembro de 1741, que excomungava, *lata sententia,* os escravizadores dos índios, confirmando os Breves de Paulo III e de Urbano VIII, frisava Rondon:

"Todavia, apesar da execração positiva e formal a qualquer espécie de violência, a escravidão continuava a obra nefanda, que nem o temor do inferno podia destruir.

... O século XIX abriu-se, infelizmente, de modo diferente. D. João VI intentou restabelecer, oficialmente, a opressão aos índios. Era um retrocesso injustificável, que escancarava à escravidão a mesma porta que as boas almas de 1680, com desvelado cuidado, haviam tentado cerrar.

Até à proclamação de República, trataram os governos da Monarquia, esporadicamente, de assuntos indígenas, numa ou outra província do Império. O Regulamento de 1847 foi a última legislação da Monarquia que procurou abranger o conjunto do problema indígena. Tal a situação em que o regime monárquico deixou o aborígene brasileiro.

Foram quatrocentos anos de extermínio! Quatro séculos de martírio imposto à raça viril que recebera os descobridores com alma de criança, cheia de ingênua curiosidade que essa visita despertava. A República, em vez de tomar o problema em toda a sua plenitude, encarou-o com indiferença. O Decreto n.º 7, de novembro de 1889, outorgava aos Estados a sua solução.

Na Constituinte de 1891, só uma voz se levantou em prol do mísero pária brasileiro: foi a do Apostolado Positivista do Brasil, que propôs o reconhecimento dos *Estados Brasileiros Americanos*, que seriam amparados pela proteção do governo federal e amplamente respeitados na posse dos seus territórios.

Tão generosa, reparadora e justa proposta não mereceu, desgraçadamente, a atenção dos republicanos constituintes. Perdeu-se no meio da indiferença nacional. E quando estes votaram o artigo 63 — posteriormente 64 — da Constituição, entregaram aos Estados, englobadamente com as *devolutas*, as terras dos índios, as que mais legitimamente ocupavam.

A esses legisladores, que jogavam com a sorte dos verdadeiros donos da terra brasileira, não ocorreu a idéia de justiça de entregar aos seus donos o que de fato lhes pertencia. Só 21 anos depois, em virtude da Lei n.º 1606, de 29 de dezembro de 1906, foi, pelo Decreto n.º 8072, de 20 de junho de 1910, criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, e aprovado o respectivo regulamento.

Passados eram 87 anos que José Bonifácio apresentara à Constituinte monárquica os seus *Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Brasil*."

E Rondon finalizou:

"Esta assistência — que é dispensada aos índios em geral, qualquer que seja a situação em que se encontrem: nômades ou errantes, reunidos em tribos, aldeamentos ou em promiscuidade com os civilizados — tem em vista prover suas necessidades, abrandar os seus costumes, mediante esforços tendentes à abolição da guerra e das práticas que nela adotem e, sobretudo, ampará-los contra as violências e extorsões de que são freqüentemente vítimas por parte dos civilizados."

A MORTE DE UM GUERREIRO

A série de reportagens *Os Guerreiros já não Cantam mais*, que publicamos no *Correio da Manhã*, foram escritas antes da chegada dos coveiros que ajudaram a enterrar em definitivo o Jornal. O velho guerreiro, de bravas tradições, foi censurado, pressionado, boicotado, bloqueado em todos os sentidos. Até tiros a polícia deu no interior da sede da Avenida Gomes Freire 471, para intimidar os jornalistas.

O então Secretário de Segurança Pública, general Luiz de França, moveu uma perseguição implacável ao CM, prendendo, humilhando e torturando até dirigentes da empresa. Diariamente os policiais apareciam na Redação, à procura de "subversivos". Armados até os dentes. Apesar da violência, nós íamos tocando pra frente o nosso trabalho, sempre assustados, na expectativa de prisões e seqüestros.

Foi então que aconteceu o que não esperávamos. Nossa intenção era, pacificamente, lutar até o fim, para que o Jornal continuasse circulando. Foi triste: a empresa foi arrendada. Com o advento da "Nova Ordem", velhos profissionais foram postos no olho da rua. A pretexto de "renovar" o Jornal, contrataram "gênios", que se revelaram mais preocupados com a "maquiagem" do que com o conteúdo. Os novos dirigentes eram completamente despreparados para a função que assumiram com atrevimento. Desfigurado, o *Correio da Manhã* perdeu o seu poder de fogo, a combatividade que o caracterizou desde a sua fundação, em 1901. E, assim, morreu, de morte matada. Um plano sinistro.

E as últimas pás de terra suja foram jogadas sobre o Jornal, já moribundo, o Jornal onde trabalharam e colaboraram verdadeiros homens de Imprensa — e de Letras —, tais como Edmundo Bittencourt, seu fundador; Assis Chateaubriand, no início de sua carreira; Carlos de Laet, José Veríssimo, Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque, Mello Moraes Filho, Bastos Tigre, Heitor Moniz, Luís Edmundo, Paulo Barreto, Afrânio Peixoto, Lima Barreto, Artur Azevedo, Osório Duque Estrada, M. Paulo Filho, Graciliano Ramos, Paulo Bittencourt, que substituiu o pai na direção; Álvaro Lins, Brito Broca, Mário Rodrigues, Costa Rego, Carlos Lacerda, Rubem Braga (R.B.) Carlos Drummond de Andrade (C.D.A.), Antônio Callado, Hermano Alves, Paschoal Carlos Magno, Carlos Heitor Cony, Márcio Moreira Alves, Otto Maria Carpeaux, Otto Lara Resende, Paulo Francis, Antônio Houaiss, Marcos Santarrita, José Louzeiro, Carlos David, Mauro Ivan Pereira de Mello, Aluísio Branco, Fuad Atala, Cícero Sandroni, Alberto Rajão, Newton Carlos, Guima, Salviano Cavalcanti de Paiva, Juarez Barroso, Eurico Nogueira França, Stenka, Jayme Negreiros, que tão cedo nos deixou.

A lista é longa:

Pery Cotta, Jayme Maurício, José Condé, Van Jaffa, Alfredo Pessoa, José Lino Grünewald, Oswaldo Peralva, Franklin de Oliveira, Renato Telles, Marinus Castro, Mem de Sá, o artista da Redação; Bueno Filho, fotógrafo, o mais antigo do CM; José Barbosa do Rosário; as jovens Odacy e Eloí Calage, a primeira goiana e a segunda gaúcha; Luís Inácio e Magda, ela prematuramente desaparecida; Nilo Dante, Hélio Rocha, Pedro Porfírio, Fernando Pinto, Fernando Lemos, Oderfla Almeida, Jorge Elias, Haroldo Bonifácio, Luís Carlos de Sousa, Luís Carlos Sarmento, misto de repórter e poeta; Osmar Gallo, da fotografia; Luís Carlos Bittencourt, morto em circunstâncias trágicas, e tantos outros que a memória não ajuda a lembrar.

PERVERSIDADE HUMANA

Em seu número de 15 de março de 1968, 1.º Caderno, página 06, dizia o CORREIO DA MANHÃ em Editorial (trechos), sob o título *Genocídio*:

"Se êste País não estiver moralmente anestesiado, se alguma coisa fôr capaz de levá-lo à justa revolta, êsse motivo para reafirmar a sua consciência humana êle o encontrará nas espantosas revelações contidas no relatório que o sr. Jader Figueiredo acaba de entregar ao Ministro do Interior, general Albuquerque Lima, sôbre os crimes praticados por agentes do extinto SPI.

Irregularidades cometidas no ex-SPI já haviam sido antes apuradas em 154 processos que resultaram num hino à impunidade. Mas as que perfazem o relatório agora confiado ao ministro ultrapassam a tudo que, em matéria de perversidade humana, pode ser concebido. Só encontram paralelo na ação de extermínio em massa praticada pelo nazismo.

Quem quer que tenha lido o resumo que do relatório fêz ontem a imprensa brasileira não poderá deixar de ser assaltado pela sensação de que o demônio do Terceiro Reich encarnou-se no Brasil. Sempre, neste País, os índios foram tratados com incompreensão, apesar das heróicas lições de Rondon, que tanto estamos invocando agora para nume tutelar da ocupação nacional da Amazônia. Ensinava o grande soldado que, em relação ao índio, o mandamento supremo é morrer, nunca matar. Pois esse mandamento foi invertido.

... Quando a violência assassina do SPI caía de intensidade, era para se manifestar sob as formas de tortura, sevícias e de trabalho escravo. O agente do "governo revolucionário" implantou nos aldeamentos indígenas a primavera do sangue.

• • •

Por que essa legião de crimes de genocídio contra os índios, perpetrados exata e precisamente pelo órgão do Governo instituído para protegê-los? Nas origens de tais atos de barbárie estão os motivos mais torpes: ceder terras a latifundiários, negociá-las com estrangeiros e facilitar o contrabando de minérios, como ocorreu em Rondônia.

Colocando-se a serviço de empresas dedicadas à venda ilegal de terras, servindo a latifundiários obstinados em expandir suas propriedades e a saqueadores de nossas riquezas naturais, os agentes do SPI agiram sob o império da corrupção — uma corrupção cevada em sangue e morte. E dizer-se que os que o fizeram foram prepostos de um Govêrno que transformou o combate à corrupção em bandeira de sua ação punitiva.

• • •

A selvageria retratada no relatório ganha novas dimensões, se recordarmos que o Código Civil submete o índio a regime tutelar — vale dizer, o equipara a menor. Os massacres que baniram tribos inteiras não podem, agora que foram apurados, cair na impunidade.

... A Nação espera do general Albuquerque Lima que cumpra o urgente dever de entregar à Justiça os algozes de uma parcela da humanidade brasileira que um genocídio gigantesco varreu do solo pátrio."

"Matou-se impiedosamente um povo como se mata uma criança indefesa. Dele apenas resta o fantasma. São esses índios, famintos e miseráveis, documento ambulante, prova física de crimes hediondos, que se encontram espalhados por diversas regiões do país. Ainda hoje sofrem. O tempo, antes de fazer sarar, agravou as suas feridas. Há quatro séculos uma raça vem sendo perseguida, torturada, martirizada, mas resiste e sobrevive nos descendentes desvalidos." (*)

(*) Luiz Luna, obra citada no final deste livro.

XAVANTE

É antiga a preocupação (desde os tempos coloniais) em perseguir o índio para escravizá-lo e destruí-lo. O jornalista Luiz Luna aborda o tema: "Desde o dia em que Pedro Álvares Cabral fundeou seus barcos na enseada de Porto Seguro, os índios perderam a paz. Somente Antônio Raposo Tavares é responsável pela eliminação de cerca de quinze mil índios e pela escravização de mais de dez mil, nas razias que empreendeu de Norte a Sul do Brasil. No decorrer do ano de 1648, fez uma tremenda devastação no Sul, levando o terror e o pânico até além dos limites das terras brasileiras. Destruiu todas as aldeias que encontrou no caminho e as que ficavam nas redondezas, matou e escravizou índios em massa."

No ano de 1788, na Aldeia São José de Moçâmedes (Vila e sede do distrito de Moçâmedes, que pertence ao Município, termo e comarca de Goiás; fica na região sul-oriental do Município, à margem do ribeirão Piçarrão, afluente do rio Fartura), foi fundada a Aldeia de Pedro II, também chamada de *Carretão,* para, ali, reunir os índios da Nação Xavante e também Karajá, Javaé, Karijó e outros.

Em relatório datado de 1856, à Assembléia Legislativa de Goiás, o Presidente da Província, Antônio Augusto Pereira da Cunha (Doc. do Arquivo Público Nacional), escreve que da parte de Frei Sigismundo de Taggia, que recebera ordem para catequizar xavantes bravios do rio das Mortes, foi um emissário a uma aldeia "daqueles aborígenes, nada conseguindo de um velho índio com quem se entendeu" e que lhe disse: "os cristãos são muito maus." Quando eles — os índios — "estavam no *Carretão* sofreram judiações com palmatória, tronco, corrente, chicote, colar e outras maldades."

Os Xavante sempre foram temidos e tidos como acirrados inimigos dos brancos. De quem a culpa? Recorramos à narrativa feita por índios Xerente ao Dr. Darcílio Vahia de Abreu — que foi médico da Fundação Brasil Central — e publicada no jornal *A Noite,* edição de 19-09-1946:

"Aí por volta do século XVIII, existiam às margens do Caiapó, uma à direita e outra à esquerda, duas tribos que viviam em completa paz uma com a outra: os Xavantes e os Xerentes. Eis senão quando, uma aparatosa expedição, mandada da Metrópole, vai ao encontro dos silvícolas, a fim de entrar em contato com eles, marcando como local de encontro a então capital da Província de Goiás.

Antes de chegarem ali, os Xavantes e Xerentes, em grande número, foram aprisionados por fazendeiros da região, que os obrigaram ao trabalho forçado. Um certo número deles, porém, chegou à capital velha, mas os homens de tal expedição enviada pelo Governo, não se sabe bem por que, desistiram de catequizá-los, abandonando-os ao léu da sorte. Ao regressarem a Goiás, Xerentes e Xavantes foram novamente vítimas dos fazendeiros, que tentaram aprisioná-los, o que conseguiram em parte.

Os Xavantes que puderam atingir as suas malocas tomaram-se de justo rancor contra os brancos, chegando mesmo a abrir luta com os Xerentes, por isso

que estes ficaram a favor dos civilizados... De tal forma se viram acossados pelo inimigo e tantas eram as baixas na sua tribo, que os Xavantes foram recuando paulatinamente até se refugiarem na margem esquerda do rio das Mortes, onde se localizaram em definitivo."

Impõe-se relembrar aqui a expedição punitiva de Bento da Costa, avô de um menor que foi morto durante luta entre brancos e Xavantes. O episódio é contado por Luís Sabóia Ribeiro, no seu livro *Caçadores de Diamantes*, sobre a garimpagem no Brasil Central (ed. EPASA, 1943, págs. 277 e segs.):

"Sob a direção de Bento da Costa — avô da criança — vinte e cinco homens partiram com o fito de localizarem o aldeamento. Iam bem armados. Acampam aqui e ali; seguem sempre avante; vadeiam o rio das Mortes e não se cansam da procura, que demora semanas e semanas. Finalmente divisam a aldeia cuja destruição seria a recompensa prometida.

Situava-se num vale circundado por pequenos morros e esta localização vinha a molde de oferecer condições estratégicas para que a desforra fosse integral. Contaram uma por uma as cento e vinte palhoças e calcularam em mil o número de habitantes. Os atacantes distribuiram-se em volta e, como fosse ao cair da tarde, aguardaram a alvorada seguinte para a arremetida vingadora.

Lá embaixo os selvagens dormiam tranqüilamente, ignorando completamente que estavam ao alcance da surpresa e dos fuzis dos civilizados... Mal despontando o sol, das tendas de palha surgiam os gês, alguns para saírem do aldeamento, ao lado das mulheres acocoradas no preparativo da refeição matinal. A deixa foi dada. Ecoou o primeiro tiro e centenas se seguiram. Os civilizados não se cansavam de descarregar as automáticas.

Os expedicionários relataram que, aos primeiros tiros, uma Xavante ferida gritou: "Civilizados! Civilizados!" O pandemônio se estabeleceu entre os índios, tomados de surpresa, que corriam às tontas para melhor alvo dos homens do velho Bento. Os atacantes desceram das colinas dominadoras e penetraram no acampamento. Tiros de misericórdia fizeram cessar gemidos moribundos, tendo o incêndio completado o vandalismo."

Esse o triste quadro, o exemplo de uma "civilização" que alardeia sentimentos cristãos. E as chacinas vêm se repetindo. Nunca faltarão no Brasil bentos da costa para, a pretexto de salvar a honra ultrajada, financiar expedições punitivas contra índios. Os jagunços estão aí, prontos para entrar em ação...

OFAIÉ-XAVANTE — POVO EXTINTO

Em artigo na Revista do Museu Paulista, Nova Série, Volume V, São Paulo, 1951, o antropólogo Darcy Ribeiro nos dá notícias dos índios Ofaié (Xavante), já bastante reduzidos. Eles viviam, a princípio, na região Sul de Mato Grosso, à margem esquerda do ribeirão Samambaia, margem direita do Rio Paraná, à montante do seu afluente Ivinhema, conforme esclarece José M. Gama Malcher em seu livro *Índios*, citado no final desta obra.

Após massacres sucessivos e de perderem as terras para os brancos invasores, os Ofaié-Xavante se espalharam e não se soube mais deles. Há notícias de que não passam, hoje (1983), de uma dúzia de indivíduos. Em sua maioria, trabalham como "bóias-frias" na região de Brasilândia, em Mato Grosso do Sul. No começo de 1970, a tribo foi dizimada pela tuberculose, o que levou os índios à desagregação total.

Não são muitas as informações a respeito deles. O indigenista Álvaro Villas-Boas afirma que os Ofaié-Xavante foram vistos, pela primeira vez, a Oeste do Estado de São Paulo, onde atualmente fica a cidade de Campos Novos, isto no fim do século passado. Diz ele:

— Eram índios pacíficos e bastante desenvolvidos. Viviam da caça de pequenos animais e da pesca em córregos. Nômades, preferiam os campos e tinham noções de agricultura, cultivando o milho escuro e a mandioca.

Perseguidos e mortos no começo deste século, por fazendeiros que queriam as suas terras, os Ofaié-Xavante sobreviventes nunca mais se reuniram em tribo e já esqueceram a língua nativa. Sem assistência de qualquer natureza, só lhes restou trabalhar como "bóias-frias" para não morrerem de fome. Esses índios são o exemplo vivo do descaso das autoridades brasileiras para com um povo que já foi altivo, alegre e saudável. Os guerreiros já não cantam mais...

Na sua narrativa sobre o índio Urubu-Kaapor Uirá (V. *Uirá sai à procura de Deus*, ed. Paz e Terra, 1974), o Professor Darcy Ribeiro nos conta:

"O General Rondon teve contato com um grupo de índios Ofaié em 1903, quando realizava o levantamento do rio Negro. Segundo nos relatou, ao descer aquele rio, depois de uma curva muito fechada, deparou com um grande acampamento de caça desses índios; todos fugiram e ele pôde observar detidamente os fogos em que assavam carne de veado e caititu; esteve então com dois deles que, embora cheios de terror, atenderam aos seus insistentes chamamentos. Dias depois, atraídos pelo bom trato e pelos presentes recebidos pelos dois companheiros, um grupo numeroso de homens visitou o acampamento da Comissão, ficando um deles com o General Rondon até o término dos trabalhos do rio Negro."

ÍNDIO MAU

Muito se fala da maldade dos índios. E a expedição do Padre Giovanni Calleri é sempre lembrada. Por que os Waimiri-Atroari, da região do Rio Alalaú, trucidaram os expedicionários? Quem conta muito bem essa história é o repórter Uirapuru Mendes, enviado especial de *Fatos e Fotos*, em reportagem publicada na edição de 12 de dezembro de 1968.

O objetivo da missão era afastar aqueles índios e outros da região que vai do Rio Branco aos limites da Guiana Inglesa, "para permitir uma zona livre de terras à construção da estrada BR-174, entre Manaus e Caracaraí. O Padre estava munido de um exaustivo plano traçado pela Prelazia de Roraima, formado por padres antropólogos e lingüistas — plano esse integralmente aprovado pela Fundação Nacional do Índio."

E o depoimento de José M. Gama Malcher vinha, na época, reforçar a tese de que o índio não ataca sem motivo:

— Não fazem nada sem motivo, como ninguém faz. À primeira vista, não confiam num estranho, como você não confiaria num sujeito inteiramente desconhecido, com uma roupa de marciano, que de repente aparecesse na sua sala.

E Malcher completou:

— Os conceitos sobre o índio são falhos. "Selvagem" subentende, erradamente, "mau", "assassino". Quando se diz que alguém pacificou uma tribo, ele apenas a pacificou em relação ao branco, ao desconhecido. Sozinha, ela era pacífica, a não ser em relação aos inimigos. Na missão do Padre Calleri coisas pequenas podem ter acontecido, capazes de irritar ou ofender os Atroaris ou Waimiris.

A verdade é que, curiosos, os índios mexiam em tudo, o que exasperou o sacerdote, a ponto de fazer ameaças do tipo "não mexa aí, se não... pum!... pum!... Arma de fogo mata!"

E apontava a arma para os índios perplexos. Uirapuru Mendes prossegue:

"O índio Atroari olhava os pratos de comida do acampamento dos brancos que foram até a tribo, no meio da selva amazônica, e não gostou da reprimenda que levou do Padre Calleri, o chefe da missão pacificadora. Depois disso, os índios ficaram em pé de guerra."

Encerramos aqui este lamentável episódio, deixando ao leitor as conclusões...

H. von Ihering, na *Revista do Museu Paulista,* volume VII, página 215, pregou a necessidade de extermínio dos índios Kaingang, como único recurso para a colonização das suas terras. O *Dr.* Ihering era, na época, Diretor do Museu Paulista. Os protestos não tardaram e foram divulgados pela imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro, em 1908 e 1909. Convém conhecer os principais, transcritos pelo então Capitão Amílcar Botelho de Magalhães em sua obra *Impressões da Commisão Rondon.*

Antes dos quatro protestos publicados pela imprensa, o Autor acima mencionado abre o Capítulo *Os Indios* com verdadeira profissão de fé em defesa da causa indígena:

"Nunca será demasia insistirmos no ponto de vista geral que se collocara brilhantemente o espírito altamente equilibrado do grande estadista Brasileiro José Bonifácio de Andrade e Silva, ao encarar o problema indigena e os direitos da raça primitiva dos selvicolas, primeiros povoadores do nosso vasto solo. Os positivistas retiraram, da penumbra em que a Historia deixara occulto, o seu bello pensamento de que *os selvicolas eram os mais legitimos donos do territorio patrio.*

Ao clarão dessa idéa humanitaria e justa, fundou-se na Republica o Serviço de Proteção aos Indios, para defesa da raça indigena, contra as violencias com que os civilizados bastas vezes a hostilizaram, perseguindo-a até a bala como quem faz caçada ás feras e para o amparo material a que tem direito incontestavel, no nobre escopo de aproximal-a gradativamente da civilização."

O primeiro protesto foi da Congregação do Museu Nacional, sob o título *O Snr. Ihering e os indigenas*:

"A Congregação do Museu Nacional sente-se obrigada a levantar um protesto formal contra os conceitos expendidos pelo director do Museu de S. Paulo, a proposito dos indigenas do Brasil, em artigo inserto no setimo volume da revista daquelle estabelecimento, o que faz com a repulsa que lhe desperta a idéa que nelle se suggere de votar-se ao exterminio milhares de seres humanos, filhos genuinos deste paiz.

Não se detem a Congregação em formular objeções a oppôr á controversia de principios e doutrina que lhe não parecem acórdes com a verdade scientifica, porque a quaesquer lacunas que lhe coubesse apontar sobreleva o dever humanitario de exprimir a sua condemnação contra o desvario com que se procura sanccionar uma crueldade que de ha muito se exerce contra os indigenas brasileiros e leval-a ao extremo de um morticinio impiedoso, praticado em nome da lei e dos interesses nacionaes.

Aquelles que acolheram com brandura, calmos e confiantes, os primitivos colonizadores, que os encontraram na posse incontestada de vasto territorio, jamais mereceram, desde 1535, dos que se presumiam cultos e por ventura uma raça superior, senão a ambição do interesse sordido de os dominar á força e escravisal-os, invocando uma civilização que, por sua inclemencia, lhes deveria parecer inferior no regimen secular em que se mantinham.

A geração actual tem a responsabilidade da mesma culpa, pelos amplos favores da lei, que só procura amparar o immigrante e olvidar o misero indigena, em geral intelligente e industrioso, com grande capacidade para o trabalho, quando lhe cabe uma direcção competente e desvelada.

Agora que um director de um estabelecimento scientifico nacional, servindo-se do prestigio que representa, procura acoroçoar taes violencias, por dilatar os dominios da civilização, cumpre á Congregação do Museu Nacional firmar o presente protesto, certa, entretanto, de que os poderes publicos não permitirão a victoria dessa idea criminosa".

O protesto foi redigido pelo Snr. Sergio de Carvalho.

"PROTESTO DO "SÃO PAULO" SUBSCREVENDO UM ARTIGO DO SNR. GAMA E ROSA PUBLICADO NA "FOLHA DO DIA"

OS INDIGENAS BRASILEIROS

Alludindo ao protesto da Congregação do Museu Nacional, que publicámos hontem, contra a barbara e criminosa theoria do snr. Ihering, aconselhando o exterminio dos pobres indigenas que ainda povoam os nossos sertões, encontramos na "Folha do Dia" as considerações que em seguida reproduzimos. E' tão estranhavel o procedimento do Director do nosso Museu, inserindo taes idéas numa publicação official brasileira, que toda a imprensa devia tambem lavrar o seu protesto contra semelhante ousadia.

E' verdadeiramente inacreditável que se ouse aconselhar, no Brasil, em beneficio da civilização, o exterminio de populações indigenas, occupando ainda varios territorios em quasi todos os Estados — quando cerca da terça parte da população nacional manifesta, por caracteres ethnicos evidentes, a incorporação, em larga escala, dessa pujantissima raça, a nossa grande nacionalidade.

A Congregação do Museu Nacional, protestando contra opiniões publicadas pelo director do Museu de S. Paulo, interpretou fielmente o sentimento brasileiro, as doutrinas modernas sobre anthropologia e os dictames inviolaveis da moral e da civilização.

O governo independente de S. Paulo, sob cuja responsabilidade foram exhibidas taes theorias, com sancção, aliás, no codigo penal, carece dizer alguma cousa, a respeito, pelo velho e autorizado orgam, — "O Correio Paulistano" — de modo, porém, mais claro e terminante, do que no assumpto dos japoneses, evitando cuidadosamente o ponto primordial, sinão unico, das questões internacionaes futuras...

Em presença do que se ha observado, em nosso paiz, a respeito de selvicolas, durante quatro seculos, deante do grande movimento da raça amarella, evoluindo, em cincoenta annos, a egualar as populações europeas — jamais poderão ser postas em duvida as aptidões, para o progresso, de raças não evoluidas, mas submettidas a processos efficazes de cultura e civilização.

São notavelmente embrutecidos e ferozes, por incursões e perseguições experimentadas, os bugres nomades de diversas regiões do Sul do Brasil, como Rio Grande, Santa-Catharina e Paraná.

Entretanto, tivemos opportunidade de observar na cidade de Joinville meninos e meninas, dessa origem, capturados por colonos e por estes tratados com carinho, em suas casas, falando perfeitamente o alemão, espertos, inteligentes, gentis, sem differença alguma dos demais menores de raça germanica.

Cerca de dois anos, de convivio civilizado, haviam realizado tão extraordinaria transformação...

A proposito de selvagens de Matto-Grosso, trazidos ultimamente a Exposição, por padres salesianos, procuramos, nesta secção, expôr a necessidade e a urgencia de, officialmente, ser continuado o serviço de catechese que, em dilatado passado, tão grandiosos resultados outorgaram ao Brasil, desde os tempos apostolicos de Anchieta e Nobrega, até as missões dos capuchinhos, durante o segundo Imperio.

Desejariamos, porém, ver esse assumpto de catechese actual tratado mais vastamente, em grande numero de pontos simultaneos, com persistencia e abundancia de meios, de modo a attingir resultados avultados e positivos.

Calcula-se em muito mais de um milhão os indigenas ainda existentes, em quasi todos os Estados brasileiros, principalmente em Matto-Grosso, Goyaz e Amazonas.

A nação que, muito justamente, não limita sacrificios no assumpto primacial do povoamento do territorio, precisa resgatar da barbaria a consideravel multidão desses nossos irmãos e compatriotas, visando não só motivos utilitarios, pela incorporação de taes elementos preciosos á communidade nacional como ainda, justissima reparação moral a seculares perseguições e espantosas expoliações do maravilhoso e colossal territorio, constituindo actualmente a nossa patria commum."

"PROTESTO DO SNR. HORTA BARBOSA EM DEFESA DOS INDÍGENAS BRASILEIROS

Carta aberta ao Snr. Dr. Silvio de Almeida

Prezado concidadão:

Ao nobre protesto que levantastes no vosso artigo "Divagações", inserto no "Estado de S. Paulo" de hoje, contra a atrós teoria do Sr. Dr. H. Ihering, que na "Revista do Museu Paulista", volume VII, pag. 215, prega a necessidade de esterminação dos nossos selvicolas, venho trazer os meus calorozos aplauzos e as espressões da minha mais franca adezão.

Ao vósso patriótico protésto junto o meu, — não porque me mova a vaidade de pensar que o que parte de mim póssa aumentar alguma couza o valor de vóssas palavras, mas sómente porque não devo reprimir a indignação que subléva os meus sentimentos de Brasileiro e de hômem contra o escândalo de um scientista official vir na térra de José Bonifacio afirmar que "os actuais indios do Estado de S. Paulo não reprezentando um elemento de trabalho e progrésso... e sendo impecilho para a colonização das regiãos que habitão, paréce que não ha outro meio, de que se póssa lançar mão, sinão o SEU ESTERMINIO"!

Contra ésta inqualificável e bárbara teoria de um scientista estranho aos nossos sentimentos e aos nossos melhores preconceitos, dévem se levantar enérgica e pressurózamente os patriótas brasileiros, receiósos de que, pela dezordenada vezania, com que alguns estão sempre prontos para aplaudir e adotar os procésos dos chamados POVOS CULTOS, não se venha a alterar o caráter da nóssa nacionalidade e perdêrem-se as tradições que nos forão legadas por aqueles que legitimamente reprezêntão a alma da pátria brasileira.

Além do mais, prezado concidadão, é falso que se NÃO PODE ESPERAR TRABALHO SÉRIO E CONTINUADO DOS INDIOS CIVILIZADOS.

Couto Magalhães, na 7.ª conferência para o tricentenário de Anchieta, pag. 21, diz — "o Brasileiro (isto é o INDIGENA) é, em geral, SUPERIOR — para as artes mecânicas e bélas, para tudo que denominamos oficios, para as artes militares de térra ou de mar."

Gonçalves de Magalhães (Visconde de Araguaia), na sua ecelente monografia "Os Indigenas do Brasil perante a historia", com que combateu vantajozamente as idéas retrógradas do Visconde de Porto Seguro(*) no tocante aos nóssos fetixistas, afirma: "Em geral os nóssos indios são dotados de grande instinto de observação e de imitação; com facilidade aprêndem todas as artes; são muito afeiçoados e têndem sempre a ligar-se conosco: e sem a perseguição a ferro e fogo que os afugenta dos centros civilizados, estarião lógo todos fundidos na nóssa população".

E falando do módo de catequizá-los, acrecenta: "Si eles não nos déssem lógo muitos braços á lavoura, e á nóssa marinha darião seus filhos, já sujeitos ás

(*) Referência a Francisco Adolfo de VARNHAGEN, natural de Sorocaba, autor da História Geral do **Brasil**. Consultamos a de 5 volumes, Edições Melhoramentos, 5.ª edição integral, 1956 (Nota do Autor)

nóssas leis e falando a nóssa lingua; e nós cumpririamos assim um dever que nos impõe a religião, a moral, a civilização e o patriotismo... Mas os espiritos dominados pelas idéas egoisticas do tempo estão mais do que nunca voltados a emprezas de pronto lucro e achão mais facil e proveitôzo mandar vir colonos de refugo da Europa, ao tirá-los, ao menos uma porção, dos nossos bósques".

No Estado de Matto-Grosso os parecis constitúem o fórte da população de trabalhadores. — Esses mesmos indios borôros de que tanto se tem ocupado actualmente o jornalismo da capital, atribuindo a sua mansidão á catequização dos padres Salezianos, forão os melhóres e dedicados aussiliares da comissão que, sob a chefia do Sr. major Candido M. da S. Rondon, construiu a rede telegraphica daquele Estado. Demais, para destruir completamente a asserção do Sr. Dr. Ihering bastaria lembrar o ezemplo do Paraguai — a mais americana de todas as nações do continente colombiano.

Ao materialismo sem ideias e sem entranhas do teorista do Museu Paulista contrapõe-se os nóbres e alevantados ideais e sentimentos dos nóssos milhores e mais esclarecidos compatriótas.

Ainda este ano, reproduzindo em opúsculo um artigo publicado na secção ineditorial do "Jornal do Commercio", de 7 de Dezembro de 1907, o Srn. R. Teixeira Mendes chama — "mais uma vêz a atenção do público e do Governo para os iniludiveis PRINCIPIOS DE JUSTIÇA que dévem prezidir as nóssas relações com os indigenas". — E, depois de mostrar que — "devemos primeiro estabelecer no Ocidente a concordia scientifico-industrial, para depois podermos transmiti-la aos demais povos", acrecenta:

"Si porem nada se póde fazer hoje pela catequéze sistemática dos selvagens, muito e muito se deve fazer para protegê-los contra a barbaria dos chamados civilizados, e para proporcionar-lhes os beneficios da civilização scientifico-industrial, isto é, os beneficios da sciencia e da industria.

Nesse intuito, o que cumpre, antes de tudo, é dissipar, ENTRE OS CIVILIZADOS, os orgulhosos e crueis preconceitos que levam a desconhecer os crimes dos nossos antepassados e dos nossos contemporâneos em relação a éssas ingênuas tribus. Urge, segundo os ditames da moral e da razão, ver nos povos selvágens NAÇÕES INDEPENDENTES, que devem ser tratadas com as atenções com que tratamos os POVOS MAIS FORTES. Bastão as guérras e as revoluções modernas; basta a monstruosa organização militar das nações que se têem na conta de civilizadas; basta esse humilhante espetáculo de ferocidade, para que não nos seja licito olhar desdenhozamente para a civilização fetixista. A nossa sciencia e a nossa industria parécem ou dévem parecer a éssas cabildas primitivas como só servindo para requintar a nossa capacidade destruidora...

Perante os Brasileiros, as tribus selvágens devem, pois, constituir NAÇÕES LIVRES, cujos territorios cumpre-nos escrupulosamente respeitar e cuja AMIZADE devemos procurar com LEALDADE. Tratando-as assim, obteremos délas o preciozo concurso que nos podem dar e, ao mesmo tempo, lhes proporcionaremos todo o bem que a nossa fatal anarquia nos permite fazer-lhes".

Agora ouçámos o Patriarca da nossa independencia politica:

"A facilidade de os domesticar era tão conhecida pelos missionarios, que o padre Nobrega, segundo refere Vieira. dizia por experiencia que, com muzica e harmonia de vozes, se atrevia a trazer a si todos os gentios da América. Os jesuitas conhecerão que com prezentes, promessas e razões claras e sans, espendidas por homens praticos na sua lingua, podião fazer dos indios barbaros o que eles quizessem"... "Com efeito, o homem primitivo nem é bom, nem é máu, naturalmente"... "Si Catão nacera entre os satrapas da Persia, morreria ignorado entre a multidão de vis escravos. Newton, si nacera entre os guaranys, seria um bipede que pezara sobre a superficie da térra; mas um guarany criado por Newton talvez ocupasse o seu lugar"...

Não obstante isto, crê ainda hoje muita sorte dos Portuguezes que o indio so tem figura humana, sem ser capas de perfetibilidade. Eu sei que é difficil adquirir a sua confiança e amor"... "E HAVEMOS DE DESCULPAL-OS, porque, com o protesto de os fazermos cristãos, LHES TEMOS FEITO E FAZEMOS MUITAS INJUSTIÇAS E CRUELDADES. Faz horror refletir na rapida despovoação destes miseraveis depois que chegamos ao Brasil"...

"Os meios, porem, de que se deve lançar mão para a pronta e sucessiva civilização dos indios e que a experiencia e a razão me têm ensinado, eu os vou propor aos reprezentantes da nação, e são os seguintes:

"1.° JUSTIÇA, não esbulhando mais os indios, pela força, das terras que ainda lhes restão e de que são legitimos senhores...

"2.° BRANDURA, CONSTANCIA E SOFRIMENTO DA NOSSA PARTE, que nos cumprem como UZURPADORES e cristãos"...

Comentando esta e outras passagens da obra de José Bonifacio, diz o Sr. Teixeira Mendes:

"Estas palavras de José Bonifacio dissiparão qualquer duvida acerca da conduta que os Brasileiros devem observar em relação aos indigenas do Brasil. O desprezo de tais conselhos seria actualmente uma verdadeira monstruosidade, pois que os ensinos de Augusto Comte vieram dar-lhe a inabalavel consistencia das demonstrações scientificas".

"Que se comparem estes ensinamentos de homens que só buscarão a sciencia com o fim de obterem as luzes necessarias para milhor cederem aos impulsos do altruismo no sentido de conhecer, amar e servir a Humanidade, com o que apregôa o scientismo malthuziano, darwinista, etc., sempre solicito em servir e adular sem escrupulos a todos os desmandos da força bruta, a todas as opressões dos prepotentes contra os fracos, a todos os desvairados emprehendimentos do industrialismo!

Oxalá o presente exemplo fosse capás de chamar a atenção de muitos dos nossos concidadãos, ricos de coração, mas ainda iludidos e ofuscados pelo prestigio que o nome aliás usurpado de SCIENCIA, empresta a essas e tantas outras aberrações do academicismo hodierno, para as soluções dadas pela Religião da Humanidade a todas as questões que agitão as sociedades modernas, soluções sempre baseadas na san razão e na moral".

E é esse o unico meio de evitarmos o fatal dilema do scientismo, ou desmoralizarmo-nos, instruindo-nos, ou conservarmo-nos ignorantes para sermos moralizados. Só a Religião da Humanidade é que nos pode ensinar a AGIR POR AFEIÇÃO, e PENSAR PARA AGIR.

Queira, prezado concidadão, aceitar os protestos de muita estima e consideração.

Do vosso menor servo na Humanidade. — (a) L.B. HORTA BARBOSA.

Rua Andrade Neves 12 — Campinas, 6 de Descartes de 120 (12 de Outubro de 1908)."

"PROTESTO DO GENERAL RONDON
(Copia de telegramma)

Ao Snr. Dr. João Baptista de Lacerda, D. Director do Museu Nacional do Rio de Janeiro:

Aos vossos patrioticos protestos, da corporação do Museu Nacional, do Dr. Sylvio de Almeida e de Luiz Bueno Horta Barbosa, venho juntar os meus, com toda a força de indignação da minha alma, contra a extravagante, deshumana e falsa opinião do Director do Museu de S. Paulo, a respeito da existencia dos

indios daquelle Estado e de sua capacidade como elemento de trabalho e de progresso, pregando abertamente o assassinato atrevido de milhares dos nossos mais legitimos patricios com a escandalosa injustiça de tomar-lhes as poucas terras que ainda lhes sobram, sob o usurpador pretexto de colonização das suas terras, onde implantaria industrias e maior perigo nos causariam, pela dissolução de nossos habitos nacionaes, do que a conservação dos nossos selvagens dentro das suas terras virgens e puras.

Do meio deste sertão immenso, só povoado por Parecis, Cabixis, Tapanhunas, Bakairis, Cajabis e Nhambiquaras; do centro do noroeste brasileiro, onde se refugiaram os legitimos filhos da patria de José Bonifacio, de Tiradentes e de Benjamin Constant, afim de se furtarem ao captiveiro e ao exterminio dos lhering de todos os tempos, eu venho, Sr. Director, demonstrar que os indios, quaesquer que elles sejam, são susceptiveis, como o mais delicado occidental, de amor e de bondade, para não falar da sua intelligência tão commummente conhecida desde os tempos coloniaes, como attestarão a vida e as obras dos mais eminentes Brasileiros que em todos os ramos da actividade humana deram exuberantes provas de sua capacidade e intelligencia, pois nós não somos puramente descedentes só de Europeus nem de Africanos! Dizia-se que os Nhambiquaras eram antropophagos e incapazes de qualquer mansidão; pois bem, esta Commissão aqui se acha hoje sem nenhum receio delles, apesar destes indios terem vehementemente protestado, com sobeja razão, contra a nossa invasão.

Bastou, entretanto, a nossa demonstração de amizade e de bondade para que elles suspendessem as hostilidades que sempre mantiveram contra os deshumanos seringueiros, que vão queimando as suas aldeias e assassinando traiçoeiramente os legitimos donos das terras, para roubar-lhes o socego e a conservação das suas mais legitimas tradições.

Os Parecis e os Cabixis aqui se acham em torno de nós, prestando os melhores e os mais importantes serviços que, de modo nenhum, obteremos de elementos estrangeiros. Como elles, procederam anteriormente os valentes Borôros.

Todos teem capacidade bastante para as artes quaesquer e para a industria, como provam os seus trabalhos rudimentares de toda sorte, para assimilar as sciencias desde que a elles facilitemos uma educação esmerada; não são elles nem mais barbaros nem mais deshumanos que os que, proclamando-se civilizados, não trepidam em pregar o exterminio de uma raça inteira, a pretexto de progresso e de civilização.

E' a eterna luta do feroz egoismo contra as nossas aspirações de altruismo!

Interpretando fielmente os sentimentos dos Brasileiros que habitam esta banda do Brasil, denominada Matto-Grosso, proclamo bem alto que nós não concordaremos jamais com semelhante atrocidade, ainda mesmo que tivessemos para isso de morrer esmagados pela massa inteira dos interessados pelo modernismo dissolvente do seculo.

Acceitae, Sr. Director, os protestos de consideração do vosso concidadão todo vosso no serviço da Familia, da Patria e da Humanidade. (a) Candido Mariano da Silva Rondon, Tenente-Coronel de Engenharia".

(Publicado no "Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro em 11 de Fevereiro de 1909."

Hermann von Ihering — *Cientista alemão, naturalizado brasileiro. Veio para o Brasil em 1880, com 30 anos de idade, adquirindo a cidadania brasileira cinco anos depois. Na República, foi convidado pelo Governo de São Paulo para diretor do Museu do Estado, localizado em Ipiranga (1893) e inaugurado em 1895 sob a denominação de Museu Paulista, onde fundou a* Revista do Museu Paulista.

Em 1906 viajou para a Europa, onde fez conferências. Ao regressar, reassumiu a diretoria do Museu, de onde foi afastado em 1916. Retirou-se para Blumenau e dali para a Argentina, assumindo a cátedra de Zoologia na Universidade de Córdoba. Em 1920, embarcou com destino a Gênova. Morreu em 1930, aos 80 anos.

A BALELA DA ANTROPOFAGIA

Depois dos dignificantes exemplos de sentimento cristão e humanitário dados pelos positivistas brasileiros, em reação à mórbida idéia de von Ihering, que queria exterminar os índios para colonizar as terras por eles habitadas, leiamos agora um escritor e pensador católico, o médico tisiologista J. Fernando Carneiro, que nos fala da controversa tese a respeito da prática da antropofagia entre os índios em nosso País.

José Fernando Carneiro não precisa de apresentação, tantos são os seus sérios trabalhos de cunho histórico, literário e científico. Especialista em doenças do tórax, sem exagero um dos maiores do Brasil, foi, além de médico e cientista, jornalista, sociólogo e pensador — enfim um humanista cristão, "empenhado tanto no problema da regeneração física como na salvação dos homens", como foi definido pelos que o conheceram de perto.

Esse cearense notável, que nos deixou aos 60 anos de idade, foi uma figura humana excepcional, e dou a palavra ao escritor Érico Veríssimo, que foi seu amigo:

"Cidadão do Brasil e do mundo, José Fernando Carneiro era um misto de médico — mestre dos maiores em sua especialidade, a tisiologia — sociólogo, homem de boas letras e grande verve, e filósofo à sua maneira despretensiosa mas original. Em meio do arquipélago brasileiro, era uma espécie de ilha mágica, rica de fauna e flora, sujeita a todos os ventos do mundo e da vida, mas conhecida apenas de uns poucos navegadores que, no entanto, que eu saiba, jamais conseguiram traçar o seu mapa, medir a sua superfície ou calcular a profundidade de suas minas e águas." (*)

O que vamos ler aqui sobre os índios está no seu estudo *A Antropofagia Entre os Indígenas do Brasil*, citado no fim deste livro. Vamos aos trechos:

"Poderiam muito bem os índios era confirmarem suspeitas de europeus acêrca de antropofagia. Isso sim. Porque o automatismo na imitação faz o índio a quem se pergunta se o seu nome é José Bonifácio responder que sim, mesmo que ele se chame Pery.

... Astuciosos, cavilosos, sua tendência é concordar com o interlocutor. Por outro lado, a mentalidade mágica dêsses povos amarelos faz com que êles se desinteressem dos acontecimentos em si, tirando apenas do fato o sentido

(*) Prefácio à obra de J. Fernando Carneiro, **Psicologia do Brasileiro e Outros Estudos**, Livraria AGIR Editora, Rio de Janeiro, 1971 publicação feita em convênio com o Instituto Nacional do Livro.

mítico... Figuremos a hipótese de que houvesse qualquer tradição oral de antropofagia entre os índios... Teria Jean de Lery encontrado essa tradição oral da antropofagia entre os selvagens que viu em Botafogo e no Flamengo?

As afirmações de Jean de Lery a favor da antropofagia têm para nós o mesmo valor que aquelas outras informações suas sobre o javali e o aí, que o autor escreve *hay*, "do tamanho de um grande cão d'água e com a cara de bugio, parecido com rosto humano, ventre pendurado como o de porca prenhe, pelo pardo-escuro como lã de carneiro preto, cauda curtissima, pernas cabelludas como as do urso e unhas mui compridas."

E Jean de Lery prossegue: "Mas, coisa que parecerá fabulosa (pág. 105), ouvi os moradores da terra, não só selvagens, mas também adventicios, com longa residência no país, dizerem que ninguém jamais viu este animal comer quer no campo, quer em casa, de sorte que julgam, algumas pessoas, que elle vive do vento".

Em *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre afirma, falando da índia brasileira "Ella nos deu ainda a rêde em que se embalaria o sôno ou a volúpia do brasileiro; o óleo de côco para o cabello das mulheres; um grupo de animais domésticos amansados pelas suas mãos."

Comenta J. Fernando Carneiro:

"Ora, a índia não nos deu um só animal doméstico. A respeito de índio, sempre houve muito engano, embora menos do que existe hoje a respeito de negro. Houve os que viram no índio antropofagia. Aliás o próprio Sr. Gilberto Freyre assinala, entre os traços dos tapuyos, o canibalismo (pág. 97). Isso foi sempre admitido como ponto pacífico pela maioria dos brasileiros.

No entanto não há, na história do Brasil, depoimento de alguém que houvesse visto índio comer gente. Ninguém viu o Bispo D. Pero Fernandes Sardinha ser deglutido. Presumiu-se. Calculou-se. O padre Anchieta salvou gente que ia ser sacrificada. Para ser comida depois, era o que se supunha. Mas ninguém presenciava o banquete. É certo que o corpo da vítima desaparecia. Os índios tinham, porém, o costume de irem jogando os pedaços do defunto ao léu, aqui os braços, do outro lado do rio a cabeça, muito além as pernas.

O alemão Kurt, que há uns vinte anos visitou os Parintins, disse que os índios comem gente; êle nunca viu, mas um dia, uma criança, sentada no seu colo, disse: "êstes seus olhos, eu quero comer". Provas circunstanciais...

O alemão deixou os Parintins. Podia ter ficado. Alfredo Olímpio de Oliveira, meu parente, viveu mais de dez anos entre os selvagens de Goiás, Amazonas e Mato Grosso. Exploradores atuais, como Baldus, da Universidade de São Paulo, foram encontrar notícia de Alfredo entre os índios. Pois bem. Alfredo verificou que atualmente a antropofagia não existe entre uma só das inúmeras tribos restantes, tupis ou tapuias, com as quais morou, não como etnólogo ou observador, mas em íntimo contacto, irmanado, quase com o selvagem. Viu mais: em quatorze tribos os índios não comem piranha, porque piranha come gente. Escrupulosos, pois.

Enfim, o povo que batisou a mais bela baía do mundo com o nome mais belo do mundo — Guanabara, isto é, seio do mar, sendo o mar uma mulher, cujo seio fôsse a nossa baía, — enquanto o português disse Rio de Janeiro; o povo que chamava algumas das suas virgens de Iracema, isto é, de colmeia, êste povo nunca foi antropófago.

Um primo de Anchieta, o Padre João de Aspicuelta Navarro, escreve em carta datada de 28 de março de 1550:

"Uma vez, por esses dias, foram á guerra muitos das terras de que falo, e muitos foram mortos pelos inimigos, donde, para se vingarem, outra vez lá voltaram e mortos muitos dos contrários, trouxeram grande abundancia de carne humana e, indo eu visitar uma aldeia, vi que daquella carne cozinhavam em um grande caldeirão, ao tempo que cheguei, atiravam fóra uma porção de braços,

pés e cabeça de gente que era coisa medonha de vêr-se, e seis ou sete mulheres, que com trabalho se teriam de pé, dansavam ao redor, experimentando o fogo, que pareciam demonios do inferno".

Nada escapa à aguda percepção de J. Fernando Carneiro:

"As afirmações dêste Padre, que morreu no Brasil de andar e de trabalhar, constituem certamente o depoimento mais claro, mais explícito, mais formal, de testemunho quase ocular do ato da deglutição antropofágica, que se possa encontrar nas Cartas Jesuíticas. Mas forçoso é dizê-lo, êsse depoimento nós devemos afastá-lo, somos obrigados a recusá-lo, porque ele contraria tudo quanto se sabe acerca do sistema culinário dos indígenas.

Os índios não cozinhavam carne, fôsse ela de qualquer animal. Nem carne, nem peixe, nem qualquer vianda. A preparação da carne era como ficou dito nas descrições de Gabriel Soares e de Frei Vicente. Ainda hoje, nenhuma tribo, seja os Nhambiquaras, de quem os Jesuítas no momento estão tentando aproximar-se, nem os Tapirapés, nem os Xavantes, faz uso de espetos para assar carne, ou de caldeirões, para cozinhá-la. Impera o moquém.

... Waldssemüller designa o continente que ficava em frente da Ilha de Isabel (Cuba) como Terra de Cuba, *Asie partis*, e assim participa também da convicção de Colombo, de que fôra descoberta a costa oriental da Ásia. Êsse êrro perdura cinqüenta anos, a América sendo considerada como parte da Índia Superior e da Ásia... As terras descobertas passaram a receber tôdas as lendas da Ásia: terra de gigantes, terra de dragões, terra de amazonas, terra de antropófagos."

Na mesma linha de idéias, visando provar quão antiga é a idéia da antropofagia, J. Fernando Carneiro nos diz:

"Em 1494 Cristóvão Colombo, que não encontrara ouro nas terras descobertas, inaugurara o tráfico de escravos amarelos e por intermédio do capitão D. Antônio de Tôrres que com doze navios voltava à Espanha em princípios desse ano conduzindo preso Bernardo de Pisa e grande quantidade de índios, escrevia ao rei:

"como las islas de los caraibes son las más grandes y más pobladas nos ha parecido lo más conveniente enviar indigenas de ellas à Castilla à fin de que olviden la barbara costumbre de comerse a sus semejantes".

Adiante o Almirante pedia que lhe enviassem rebanhos de animais domésticos e considerava:

"Estos rebaños serían vendidos a um precio modico por cuenta del naviero y podrian pagarseles con esclavos adquiridos de entre los canibales. Estos selvajes una vez que hayan perdido la costumbre de comer carne humana, se convertirán en los mejores esclavos."

A antropofagia justificava assim plenamente o hediondo tráfico; mas para que o valor da mercadoria não sofresse, Colombo advertia que, em perdendo o feio hábito, êles se tornariam excelentes escravos. Um ovo de Colombo! Um pormenor: pesquisas recentes mostram-nos que os índios enviados nas naus de D. Antônio de Tôrres não eram caraíbas; mas como o rei já fôra prevenido de que os caraíbas eram antropófagos, foi mais simples classificá-los assim.

O que se infere de tôdas essas citações é que quase todos os primeiros divulgadores do canibalismo dos índios brasileiros em particular, e dos índios americanos em geral, estão longe de qualquer indicação acêrca de antropofagia ritual ou litúrgica, apresentando antes a questão como sendo os nossos índios antropófagos no sentido bestial, comendo com prazer seus inimigos e se deliciando com o gosto saboroso da carne humana.

... Defumando a carne segundo Giovanni; moqueando a carne segundo Frei Vicente e Gabriel Soares; cozinhando em caldeirão conforme Aspicuelta Navarro. Mas sempre gostando daquela carne, superior a qualquer carne argentina de hoje.

Que concluir desse conjunto de depoimentos, citações e raciocínios? Quer-me parecer que precisamente a exatidão da tese expressa no início: — o hábito de os indígenas brasileiros comerem carne humana foi coisa duvidosa, talvez inexistente... Com efeito, assim o julgamos no que se refere aos índios brasileiros. As testemunhas oculares são escassas e inidôneas. Não há um só documento que tenha o valor de uma prova irrecusável.

Certamente os costumes diferiam entre os vários grupos de índios; dentro de um mesmo grupo havia variações tribais. Mas, para um fato geral duvidoso, parecem-nos muitas demais as versões apresentadas.

No que se refere ao resto da América a única coisa rigorosamente provada foi a existência não do canibalismo, mas da antropofagia ritual, religiosa, no México, onde se comia carne humana a modo de comunhão. O sacrifício era feito por sacerdotes em função sacerdotal e os corpos santificados se comiam como carne santificada. E não havia no México outra forma de antropofagia. Nem nas fomes nem nos cercos, os Aztecas comeram carne humana.

Também no Yucatan havia a antropofagia sacramental. Como havia uma forma de batismo em que o padre umedecia a cabeça, dedos e pés das crianças. E ainda o rito da confissão com esse pormenor curioso de que não tinham o direito de ser confessores os sacerdotes celibatários.

Além dessa antropofagia religiosa, parece certo que nenhuma outra houve em toda a América. E no Brasil nem mesmo algo que lembrasse a comunhão dos povos cristãos. As nossas populações indígenas eram populações degradadas, que tinham perdido a memória de todas as suas grandes instituições ancestrais. E apenas, na formação das palavras e em certas construções da linguagem se poderiam encontrar vestígios de uma poesia perdida. Perduraria, nas tradições orais, qualquer reminiscência do rito da comunhão antropofágica?

Insistimos, porém, em que nos faltam depoimentos claros e uniformes. E em que a concordância aparente dos navegantes e cronistas, que já vinham avisados da existência do canibalismo no Novo Mundo, nada mais é do que uma concordância de repetições.

E não deixa de ser significativo que êsses nossos índios — que não comeram o Padre Pinto, que não comeram Hans Staden, que não comeram o inglês Knivet, que ninguém viu comerem eles o bispo Sardinha, e de quem o Pe. Figueira dizia que comiam os parentes e Jean de Lery dizia que comiam os inimigos, — não tenham deixado uma só tribo sobrevivente comendo gente nos tempos atuais."

* * *

CRUELDADE COMO ROTINA

O que os índios vêm sofrendo ao longo dos tempos no Brasil nos leva a recordar, com horror, o trágico sofrimento do povo judeu na Alemanha de Hitler. Certa ocasião, numa de nossas incursões por Goiás e Mato Grosso, ouvimos de um fazendeiro poderoso a seguinte frase:

— Índio não é gente, é bicho piolhento e preguiçoso. Só atrapalham, precisam morrer.

Sobre o massacre dos judeus, é impressionante e terrível o depoimento, perante o Tribunal de Nuremberg, de Herman Grabe, engenheiro alemão, que trabalhava na Ucrânia.

Himmler dizia: "Matar judeus não passa de um expurgo de piolhos e destruir piolhos não é uma questão de ideologia, mas uma questão de higiene."

E o demente maior, Hitler, afirmou: "Na Polônia o estado de coisas ficou inteiramente definido. Como os judeus não quisessem trabalhar, foram mortos. Tinham de ser tratados como bacilos de tuberculose. Se não podiam trabalhar,

deviam morrer. Nada tem isto de cruel, pois é sabido que mesmo as criaturas mansas da natureza, como as corças e os gamos, devem ser mortos para que não possam fazer estragos."

Aqui em nosso País também tivemos um cientista alemão, naturalizado brasileiro, que comungava da mesma opinião. Ao invés de judeus, índios. E causa espanto pensar que tais aberrações tenham vindo, tenham surgido da Alemanha, pátria dos maiores gênios da humanidade, no campo das Ciências, das Artes e da Cultura.

• • •

Já que estamos falando em massacres, cabe aqui relembrar o que se passou, em 82, nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila, no Líbano. Era então *Premier* de Israel Menahem Beguin e Ministro da Defesa o General Ariel Sharon. Quem escreve sobre índios, não pode deixar passar em branco episódios como esse.

A 16 de setembro daquele ano, em pleno anoitecer, Beirute Ocidental ficou às escuras. Até hoje não se conhece o nome do responsável pelo corte de energia elétrica. Sabe-se sim, e ele próprio confirmou depois, que Ariel Sharon permitiu a entrada dos chacinadores nos campos de refugiados. Os vândalos fanáticos cometeram ali um dos maiores e mais cruéis genocídios de que se tem notícia.

A penumbra protegia os milicianos, que envergavam uniformes das Falanges Maronitas. Foram 36 horas de horror nos campos de refugiados de Sabra e Chatila. Cabeças de crianças foram decepadas, os corpos de velhos e mulheres mutilados com requintes de perversidade. Um banho de sangue, com centenas de vítimas inocentes. Com a mesma fúria e crueldade, os chacinadores nazistas dizimaram famílias inteiras de judeus durante a Segunda Guerra Mundial.

Leiamos parte do terrível relato sobre o massacre:

"Eles começaram a invadir as casas, atirando contra todos os que encontrassem pela frente, sem poupar nem as crianças de colo. Os que conseguiam fugir eram abatidos pelas costas. Famílias que se recusaram a abrir suas portas para os assassinos foram punidas de modo prticularmente cruel: as casas foram demolidas por escavadeiras israelenses, ficando os moradores soterrados sob os escombros.

Em vários casos, os edifícios mais resistentes foram explodidos a dinamite. Muitas das vítimas foram encontradas com as cabeças decepadas a faca. Mulheres jovens, algumas grávidas, foram violadas antes de serem assassinadas e seus corpos, com evidentes sinais das sevícias, seriam descobertos posteriormente em becos ermos." (*O Globo*, edição de 26-09-82, pág. 32, 2.º clichê).

Poucos dias antes, Ariel Sharon havia confirmado que os israelenses ajudaram a operação dos falangistas quinta-feira à noite, dia 16 — quando começou a matança — com "foguetes de sinalização lançados por morteiros de 81 mm e holofotes de aviões". A recomendação era para "só matar terroristas." E finalizou:

— Quando o quadro se tornou claro, quando vimos a enormidade da tragédia, era tarde demais para fazer qualquer coisa.

Essas notícias, transmitidas de Tel-Aviv, foram divulgadas pelo *Jornal do Brasil*, edição de 23-09-82, 1.º Caderno, *Internacional*, pág. 12.

Posteriormente, acatando as recomendações da Comissão Judicial que investigou o massacre, o Gabinete de Israel aprovou o afastamento de Ariel Sharon e do Chefe do Serviço de Informações do Exército, General Yahoshua Saguy. O relatório final da Comissão Judicial recomendou também a punição do General Amos Yaron, comandante das tropas israelenses em Beirute na época do genocídio (setembro de 1982).

De acordo com a recomendação, o General Amos Yaron seria retirado de qualquer posição de mando por três anos. O relatório criticou também, por omissão,

o *Premier* Menahem Beguin, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Rafael Eytan, e o Chefe do Comando Norte do Exército Israelense, General Amir Drori.

Segundo a Comissão, "Sharon tinha ligações com líderes falangistas e que não era preciso ser profeta para prever que, depois do assassínio do Presidente eleito Bashir Gemayel, os refugiados palestinos corriam sérios riscos, caso fosse permitida a entrada dos falangistas nos campos de refugiados, sem a presença de tropas israelenses para garanti-los."

Em junho de 83, o Partido Trabalhista Israelense, de Oposição, pediu inquérito oficial sobre a guerra do Líbano, iniciada no ano anterior. O jornal *The Jerusalem Post* escreveu:

"É um aniversário triste que o país está comemorando. Os israelenses favoráveis à ação bélica parecem estar em minoria atualmente. Está claro que alguma coisa saiu terrivelmente errada."

Em *Ação — Revista de três Mundos*, o jornalista Raul Jassen denuncia, em longo artigo, o comprometimento de Menahem Beguin na chacina, relembrando a tragédia ocorrida no *Hotel Rei David*, em Jerusalém, cerca de 40 anos atrás.

Comandada por Menahem Beguin, a *Irgun-Zwei-Leumi*, uma das mais famosas organizações terroristas de todo o mundo, fez explodir o *Hotel Rei David*, onde fora improvisado um hospital. A explosão matou mais de 100 oficiais ingleses ali internados. Foi um ato cruel contra feridos de guerra. Outro companheiro de Beguin nas atividades terroristas, na mesma década de 1940, — Yitzhak Shamir — também teve sua cabeça posta a prêmio pelas autoridades britânicas, por chefiar organização clandestina de terror antibritânico.

Felizmente, neste mundo conturbado, que parece caminhar para a Terceira Guerra Mundial, há homens notáveis que ainda insistem na esperança. Um deles é o escritor Mansour Challita, Presidente da Associação Cultural Internacional Gibran. Em artigo no *Jornal do Brasil*, edição de 12-11-83, 1.º Caderno, pág. 11, ele escreveu:

"... Perturbações, agressões, negativismo, opressão, ódio, conflitos: eis o que os olhos enxergam no futuro do Oriente Médio. Mas será que, no porvir daquela região, só haverá o que os olhos enxergam? Quantas vezes, ao longo da história, a aparição de um homem excepcional abriu caminho a mudanças revolucionárias que os olhos não enxergavam?

Muitos desses homens excepcionais surgiram no Oriente Médio. Ter-se-á sua estirpe esgotado? Ou aparecerá naquelas terras, outrora abençoadas, mais um homem predestinado, um líder, um reformador, capaz de inverter a marcha da história e de fazer outra vez do Oriente Médio o guia espiritual do mundo?"

Voltemos aos índios...

EXEMPLO DE HONESTIDADE

J. M. Gama Malcher, após os escândalos no SPI e a criação da Fundação Nacional do Índio, foi convidado para colaborar e dar mais uma vez sua experiência em favor dos índios. Mas não agüentou por muito tempo. As irregularidades continuavam como nos velhos tempos.

Em carta datada de Petrópolis, no dia 15 de abril de 1970, Malcher pedia seu afastamento ao então Presidente da República, General Emílio Garrastazú Médici, nos seguintes termos:

"Senhor Presidente

Quando da criacão da Fundação Nacional do Índio, substituindo o Serviço de Proteção aos Índios, após rumoroso inquérito que abalou a opinião pública internacional, fui convidado para a direção do seu Departamento do Patrimônio Indígena.

Na ocasião era titular do Ministério do Interior o General Affonso de Albuquerque Lima. Por sua integridade moral aliada ao seu tradicional nacionalismo,

sem subserviência, principalmente na defesa intransigente da região amazônica de onde sou filho, eu não poderia deixar de aceitar o encargo, embora já aposentado e, por que não dizer, cético diante dos fracassos e da corrupção administrativa que culminaram com a extinção do S.P.I.

Fiz ciente, no momento, de que razões particulares impediam-me de residir em Brasília e que permaneceria na direção do Departamento enquanto ficasse o mesmo na Guanabara.

Recebi do Presidente da FNI, além da direção do Departamento, outros encargos de confiança, entre outros o de seu substituto eventual e de seu Suplente no Conselho Diretor, depois Conselho Indigenista.

Ao deixar o General Albuquerque Lima o Ministério do Interior, senti que algo havia mudado nos assuntos relacionados com a Fundação, lamentavelmente para pior.

A malsinada política de interesse eleitoreiro, que tantos males causou ao nosso país, disfarçadamente no início, mais tarde de mãos dadas a subalternos interesses econômicos regionais, abria uma nova frente de luta, contra a qual tínhamos que nos defrontar, com evidente desvantagem, na defesa do patrimônio dos índios e de suas terras.

Alertei os órgãos de Segurança e Informação, denunciando, com documentos insofismáveis, às mais altas autoridades, encaminhei Representações, pedindo mesmo que levassem ao conhecimento de Vossa Excelência a verdadeira situação em que se encontra a Fundação, cujos desmandos são acobertados.

Inquéritos, sindicâncias, auditagens são avocados, paralisados, para manter uma situação cada dia mais insustentável. A corrupção, o empreguismo, o tráfico de influência na Fundação, atualmente, são uma constante, desafiando os postulados defendidos pela Revolução de 1964, tolhendo, nesse setor, as suas iniciativas mais nobres.

A Vossa Excelência encaminham informações deturpadas, enquanto o mundo nos cobra uma melhor e mais humana assistência aos remanescentes indígenas. Realizações de fachada, de efeito unicamente publicitário, procuram distrair e mistificar a opinião pública.

Nestas condições, com a devida vênia, venho solicitar de Vossa Excelência a minha dispensa das funções de Suplente do Representante do Ministério do Interior no Conselho Indigenista, conforme indicação constante da Exposição de Motivos n.º 235/68, D.O. de 12/12/68.

Senhor Presidente, trinta anos de dedicação à causa indígena, ocupando sempre os mais diversos cargos e funções de confiança, impedem-me de continuar a servir à Fundação, em face da mais completa anarquia administrativa em que se encontra. Manter-me omisso ou conivente seria abjurar aos meus ideais e ao compromisso moral assumido com a minha própria consciência e para com os índios, dignos de melhor sorte.

Na certeza de que Vossa Excelência conduzirá o nosso Brasil aos seus melhores destinos, peço-lhe que receba os meus mais sinceros e respeitosos cumprimentos.

a) José Maria da Gama Malcher."

DEVER A CUMPRIR

Sob o título acima, focalizando o grave problema da terra dos índios, o *Jornal do Brasil* publicou o seguinte Editorial (trechos), na sua edição de 16 de agosto de 1976:

"No conflito entre índios e posseiros chega ao seu último estágio a luta entre os "dois Brasis" de Euclides da Cunha, de que *Os Sertões* é um dramático relato. A consciência da nacionalidade é impelida a uma penosa auto-análise.

E ante a grande crise da civilização urbana, fazem-se ouvir de novo os ecos do rousseauísmo: o índio vive em harmonia com a natureza. É incapaz de matar uma caça, uma fêmea, porque sabe que ela vai reproduzir, garantir a continuidade dessa espécie. O civilizado, o caçador, é predador por deformação (ou formação). O índio não. Ele sabe que sua subsistência depende da flora, da fauna. Por natureza, é um preservador ecológico.

Pode haver retoques nesse quadro. A objeção mais óbvia é que a civilização que ele retrata está em rápida extinção. Há hoje menos de 200 mil índios no Brasil, e a fragmentação em pequenos grupos étnicos torna-os impotentes para resistir culturalmente, senão materialmente, ao rápido avanço dos núcleos de colonização. Diante dessa realidade, a Funai está inclinada a abandonar a política de defender o isolamento completo dos núcleos indígenas, em troca da abordagem que recomenda orientar gradativamente os nossos selvagens para o impacto da sociedade envolvente, que mais cedo ou mais tarde eles irão sofrer.

Antes que se decida, entretanto, esta fascinante questão antropológica, há uma realidade mais premente a ser enfrentada: a da invasão pura e simples dos territórios indígenas que parece resultar, ao menos em parte, do vácuo legal deixado por indecisões na política oficial a ser coordenada entre o INCRA e a Funai, vácuo que por sua vez se origina da distância que medeia entre os gabinetes refrigerados de Brasília e a realidade da selva.

. . . . Seria ilusório acreditar que, dada a insignificância numérica da atual presença indígena no Brasil, este seja um problema que não dependa de uma solução particularmente justa ou feliz. Há áreas onde o raciocínio quantitativo revela-se inepto. E a Nação precisa resolver com decência o problema do índio se quiser crescer conservando o respeito por si mesma. No caso, trata-se apenas de fazer cumprir a lei."

HOJE COMO ONTEM . . .

Num livro famoso, *Tristes Trópicos,* de C. Lévi-Strauss, há uma passagem realmente triste para nós brasileiros. Ao chegar ao Brasil em 1935, Strauss, depois de sérias pesquisas, nos joga na cara a cruel realidade: a exterminação propositada dos índios, através dos anos. Como agiu a geração anterior para ficar livre das tribos que ainda habitavam nosso País? Conta Lévi-Strauss:

"Apanhavam nos hospitais as roupas contaminadas das vítimas da varíola, para pendurá-las, com outros presentes, ao longo dos caminhos ainda freqüentados pelas tribos. Graças a isto foi obtido um brilhante resultado: o Estado de São Paulo, do tamanho da França, que os mapas de 1918 davam como tendo ainda dois terços de território desconhecido, habitado apenas pelos índios, não tinha, quando eu lá cheguei em 1935, um único índio, se excluirmos o grupo de algumas famílias localizadas na costa, que vinham vender aos domingos, nas praias de Santos, umas chamadas curiosidades."

É a dura realidade. O Presidente da Comissão de Inquérito que apurou as irregularidades cometidas pelo extinto SPI, Sr. Jáder Figueiredo, contou fatos estarrecedores, revelando inclusive que um oficial superior ganhou de fazendeiros um *revólver de ouro,* para que, como Diretor do SPI, fizesse vista grossa, ignorando as atrocidades que eles, fazendeiros, cometiam contra os índios.

Mais de 150 km de pinheirais, no Paraná, terras pertencentes aos índios, foram devastadas, vendida a madeira e o lucro embolsado — em mais de 60% — por diretores e funcionários do SPI. O arquivo fotográfico da Comissão de Inquérito mostrou a miséria total, a incrível magreza e, não raro, o corpo de um índio todo deformado pelos castigos aplicados pelos brancos. No Rio Grande do Sul estes castigos faziam parte da rotina do dia-a-dia. Um dos suplícios conhecidos era o *tronco,* espécie de um *Y* de madeira em cujo vértice era colocado o braço ou a perna do índio; depois, por um sistema de roldanas, o ângulo vai-se fechando até triturar o osso do torturado.

As regiões gaúchas de Nonoai, Cacique Doble e Guarita apresentavam um número tão elevado desses instrumentos de tortura, que — segundo o Sr. Jáder Figueiredo — impunha-se a instalação de Comissão Especial para a apuração dos fatos. Também em Lagoa Vermelha (RS) todos os comerciantes fugiram do local ao saber da chegada dos membros da Comissão de Inquérito, e grandes firmas daquela região estavam envolvidas no que, administrativamente, se chama "concorrência de retrato": o edital é feito com exigências e características tão especiais que só poderá ser ganho por uma determinada firma. Em Cacique Doble a Comissão constatou que era grande a evasão de índios para a Argentina, "pois lá encontram mais facilidades de vida do que junto ao Serviço aqui encarregado de protegê-los."

* * *

Em visita feita em outubro de 1968 à Missão Salesiana de Merure, a cento e poucos quilômetros de Aragarças, na margem direita do Rio Araguaia, o jornalista e escritor Fuad Atala deixou-nos um relato, no *Correio da Manhã,* do que viu entre os Borôro:

"A sensação de decadência na vila é chocante. Num imenso descampado, em frente à Missão, intercalam-se em *L* umas 50 casinholas. Desoladas e promíscuas. Há um silêncio mortal na atmosfera. Nenhum sinal de vida. As crianças são tristes. Os adultos são tristes. Até os cães são tristes. É o pior possível o aspecto físico. Faltam dentes em todas as bocas, mesmo nos jovens. As roupas são andrajos. Os pés exibem calosidades e rachaduras. Há anemias e verminoses. Um pálido retrato de uma raça forte e robusta. Fuma-se à vontade. E bebida, apesar de terminantemente proibida, circula. Obtida à custa de manhas, sub-repticiamente, de brancos mal-intencionados."

É oportuno relembrar as considerações contidas em relatório do Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos (USIS), publicadas no *Diário de São Paulo*, de 30 de junho de 1968, na Seção *Medicina é Notícia:*

Parte da população indígena das Américas alimentava-se melhor e sofria menos de enfermidades, como diabetes e vesícula biliar, antes de começar a desfrutar dos benefícios da "civilização" influenciada pela Europa Ocidental.

Esse fato, segundo vários pesquisadores do hemisfério ocidental que expuseram seus estudos numa entrevista à imprensa, em Washington, é uma das razões principais para fazer frente aos problemas da saúde que afetam os grupos de índios primitivos que não se haviam ainda incorporado às sociedades modernas das Américas.

Estiveram presentes a uma reunião especial sobre problemas biomédicos dos índios no Continente os Drs. James V. Noel, da Universidade de Michigan; Moisés Behar, do Instituto de Nutrição da América Central e Panamá, na Guatemala; Thomas A. Burch, do Instituto Nacional de Artrite e Enfermidades do Metabolismo; Max Miller, da Universidade Western Reserve, de Cleveland, Ohio; e Noel Nutels, do Serviço Nacional de Tuberculose do Brasil.

Foi revelado na reunião científica que os índios Mayas, da era pré-colombiana, eram melhor nutridos que seus descendentes do Século XX. Hoje são comuns nos índios das Américas a diabetes, as doenças da vesícula biliar e também a tuberculose.

TRISTE REALIDADE

No princípio de setembro de 1979, estiveram reunidas em Brasília 16 entidades comprometidas com a causa indígena, entre elas o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Assinalaram então que "os planos de saúde até agora formulados e realizados pela Funai não têm conseguido atingir os objetivos a que se propuseram. Entre os Parakanã, logo no início da "pacificação", foram constatados 35 casos de blenorragia".

O documento, divulgado pelo jornal *Cinco de Março*, editado em Goiânia, Goiás, de 24 a 30 de setembro de 1979, fazia a seguinte denúncia: "o sarampo dizimou os Cinta-Larga e Nhambiquara; 84 índios Deni, do Juruá, Amazonas, morreram de tuberculose. Atualmente, os Suruí de Rondônia sofrem um surto de coqueluche. Isso só para citar os casos mais recentes. Todas essas epidemias poderiam ter sido prevenidas. Por que não foram?"

Ressaltou que "hoje, como ontem, cumpre garantir às comunidades indígenas as condições para sua continuidade e autodeterminação como povos. Destas garantias, o acesso à terra é condição primeira."

De acordo com um levantamento realizado na reunião de Brasília, o problema das terras apresenta diversos aspectos: além dos grupos sem terras demarcadas, existem as demarcações incorretas, sem consulta aos índios; há terras demarcadas mas invadidas. E mais:

"Os Xavante de Couto Magalhães e Pimentel Barbosa (Mato Grosso), os Krikati do Maranhão, os Apurinã de Boca do Acre (do Amazonas), entre outros, contestam a demarcação que não corresponde à realidade tribal, e para a qual

não foram consultados. Os Potiguara da Baía da Traição (Paraíba) tentam demarcar eles próprios seus territórios, independentemente de qualquer apoio da Funai e sofrendo repressão policial. Os Xikrin do Pará, os Txukanamãe do Norte do Parque Nacional do Xingu e os Suruí de Rondônia têm terras demarcadas e, no entanto, invadidas."

Numa advertência ao Governo, alertava: "demarcar terras é necessário, mas não é suficiente; os projetos elaborados pela Funai vêm desconsiderando alternativas e projetos que partam dos próprios índios e, portanto, são nocivos àquelas comunidades. Há ainda os casos absurdos de exploração do patrimônio e da mão-de-obra indígena em alguns projetos, em desrespeito às comunidades em questão. Entendemos que as propostas de desenvolvimento comunitário e de aproveitamento do patrimônio indígena, assim como qualquer outro projeto de educação, devem respeitar as formas próprias de organização e produção e os interesses específicos de cada comunidade."

Revelava ainda que "todos esses projetos são impostos por uma pretensa lógica desenvolvimentista e dados como irreversíveis. Agora mesmo, os Parakanã serão transferidos pela terceira vez, devido à inundação iminente da barragem de Tucuruí, sendo que dois grupos ainda arredios se encontram próximos da área atingida."

SEM GARANTIAS

O protocolo das instituições reunidas em Brasília esclarecia também pontos importantes do problema: "vários grupos indígenas não foram até agora reconhecidos como tais pela Funai, inclusive porque são considerados extintos, não tendo, portanto, qualquer garantia da terra. Esse é o caso dos Tupiniquim do Espírito Santo, dos Turiwara do Maranhão, dos Guató de Mato Grosso e dos Xocó da Ilha de São Pedro, em Sergipe."

Denunciou ainda "transferências forçadas", dando como exemplo os Krenakarore e os Nhambiquara, de Mato Grosso, os Guarani do Posto Indígena Pinhalzinho, no Paraná, e os Kaiowá de Mato Grosso do Sul."

"Transferidos foram também os Waimiri-Atroari, que encarnam a síntese de todos os males que podem acometer uma tribo indígena: massacrados pelas frentes de penetração, encontram-se agora na iminência de novamente serem transferidos da área para onde tinham sido atraídos pela Funai, em conseqüência da construção da estrada Manaus-Caracaraí e da hidrelétrica de Balbina. Em situação semelhante se encontram os Arara do Pará, cujas terras, em grande parte, foram transferidas pelo Incra para um projeto de colonização da *Cotrijui*."

COERÇÃO E ARBÍTRIO

O documento definiu como "direito inalienável" das comunidades indígenas a livre organização e expressão, cabendo à Funai assegurar o exercício desse direito. Frisou que "violação flagrante desse direito é a persistência na fazenda Guarani, em Minas Gerais, de uma prisão para índios, onde se desenvolvem diversas formas de coerção e arbítrio."

No Maranhão, segundo ainda o documento das 16 entidades que se reuniram em Brasília, "índios Guajajara foram vítimas de violências e torturas por parte da Polícia Federal nos meses de setembro de 78 e maio último. Conviver com tal realidade, sempre desmentida pelas autoridades, é incompatível com os princípios básicos de justiça social e respeito aos direitos humanos."

E finalizou:

"O desenvolvimento econômico e social brasileiro não pode ser promovido em prejuízo do Brasil indígena. Não existe *desenvolvimento irreversível* que agrida os índios, suas terras, suas tradições; que agrida e despreze camponeses e

assalariados em benefício de interesses do grande capital nacional e multinacional. Entendemos que a sociedade brasileira exige uma Nação que se paute pelo pluralismo cultural, pela ausência de discriminação racial, pelo respeito aos direitos de cada povo indígena de deliberar sobre seus interesses e destinos."

ESTATÍSTICA INQUIETANTE

Em palestra proferida no Rotary de Petrópolis, em abril de 1981, José Maria da Gama Malcher, um dos maiores conhecedores e defensores do índio brasileiro e amigo de Rondon, com quem trabalhou, citou a Revista *América Indígena* (vol. 39, n.º 2, de 1979), que publicou pesquisa sobre a população indígena das Américas, dando ao Brasil a taxa mais baixa, 0,2%. Indagava Malcher:

"Que métodos usaram os invasores brancos, no nosso território, para que houvesse tamanha diferença, comparando-se com outras nações de língua espanhola?

Sabemos das atrocidades de Cortez aniquilando a cultura Asteca, de Pizarro destruindo o povo Inca... é sabido como se processou a entrada para o Oeste americano com heróis do tipo Búfalo Bill, General Custer e outros. ... Mas, no Brasil, as armas de fogo, a gripe, o sarampo, a tuberculose, a sífilis, a transmissão propositada de varíola formavam, com o alcoolismo, a prostituição e todas as misérias de uma civilização que se acredita cristã, elos de uma corrente que, aos poucos mas inexoravelmente, vai levando os povos indígenas à extinção."

Depois de elogiar a missão da Igreja, com a CNBB e a criação do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Malcher frisou que "não é muito fácil dirigir um órgão público sujeito a pressões de toda a sorte. O Ministério do Interior é, especificamente, destinado ao desenvolvimento. A Funai a ele é subordinada. Os choques de interesses são contínuos, os dirigentes vão sendo substituídos, até que consigam alguém que possa, sob a justificativa de assistência ao índio, fazer o jogo dos fazendeiros, da política de campanário, dos acionistas e testas-de-ferro das multinacionais. E qualquer pronunciamento alertando a opinião pública é tachado de subversivo..."

AGENTE-LARANJA

E Malcher, sempre corajoso, continuou:

"Quando a *Dioxina* da Dow Chemical, o conhecido agente-laranja, vem sendo usado em larga escala nas matas da Amazônia, numa triste e desoladora repetição do Vietnã; quando esse desfolhante está liquidando as reservas indígenas, cegando animais, inflamando a vista dos índios, destroçando a ecologia; quando os marcos das demarcações são afastados por peões dos fazendeiros; quando os próprios índios, como aconteceu no sul do Pará, têm que pegar em armas para garantir a posse de suas terras e a dignidade de suas famílias, então temos de convir que algo está errado."

E a indagação final: "Diante desse quadro de cores sombrias, me pergunto: é etnocídio, genocídio ou simples latrocínio o que está exterminando as nações indígenas? Estão de tal maneira interligadas essas três maldições, que não se pode separá-las, elas formam um só todo. É preciso cada vez mais terras, para serem vendidas aos grupos internacionais; é preciso que esse desenvolvimento suicida para a nossa nacionalidade continue, dando um triste amanhã para as gerações vindouras, que receberão, como herança, um Brasil endividado e retalhado pelas multinacionais.

No Brasil de hoje ser índio é um estigma!"

Com Malcher, poderíamos enumerar uma série de motivos que levaram à extinção dessa triste raça (triste não, sofredora). Um deles foi a construção da Estrada de Ferro Noroeste cortando o território dos índios Kaingang. Conta o antropólogo Egon Schaden que "uma das distrações dos operários na época era

passarinhar índios nos domingos." E tem mais: no Amazonas, 30.000 índios foram mortos por ordem da Peruvian Amazon Company, que iniciava a exploração da borracha.

O processo de extinção é antigo. Todas essas tragédias repercutiram no XVI Congresso Internacional de Americanistas em 1908. E foi por isso que Rondon, à frente do Serviço de Proteção aos Índios (1910), iniciou a grande arrancada através dos sertões, visando à redenção dessa raça. A queda de Rondon em 1930, por motivos políticos, foi a maior desgraça que poderia ter acontecido aos índios, embora muitos de seus colaboradores tentassem manter de pé a bandeira heróica da defesa daquelas crianças grandes, que chamavam o fio estendido através dos sertões pela equipe de Rondon de "língua comprida de Mariano".(*) E eles o ajudaram no seu trabalho notável à testa da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso ao Amazonas.

Durante nossa campanha no *Correio da Manhã*, com a publicação da série *Os Guerreiros já não Cantam Mais*, o presidente da Comissão de Inquérito, Sr. Jáder Figueiredo Corrêa, em entrevista à imprensa (*CM*, 14 de março de 1968), contava aos jornalistas as atrocidades cometidas contra os índios. Os métodos usados eram os mais diversos:

Na Bahia, atendendo a interesse de fazendeiros que queriam as terras dos índios Pataxó, funcionários do SPI inocularam varíola num grande número de índios, o que provocou o extermínio da tribo.

Pelo mesmo motivo, a tribo dos Cinta-Larga recebeu uma chuva de dinamite atirada por aviões. Terminado o massacre, um grupo de índios que permaneceu vivo foi metralhado por jagunços do fazendeiro. Ao fim da segunda etapa do ataque, foram encontradas, escondidas, uma índia com uma filha ao colo. A criança foi assassinada e a mãe atada por um pé num galho de árvore e depois partida ao meio a golpes de facão. O responsável pela autoria desse crime foi encontrado pelo Sr. Jáder Figueiredo vendendo picolé numa rua de Mato Grosso. Nem a Justiça, nem o Governo do Estado quiseram tomar qualquer providência contra ele, porque era protegido (empregado) por uma grande empresa local. (**)

Afirmou o Sr. Jáder Figueiredo que nos Postos a crueldade "é tão grande que só chamavam atenção os espancamentos que resultaram em invalidez ou morte. O trabalho escravo, em todas as Inspetorias, é coisa comum e as mulheres de funcionários, ou mesmo funcionárias, aparecem como as mais cruéis nos chamados castigos domésticos."

Disse mais: atrás de cada crime contra um índio ou uma tribo está quase sempre o interesse material. Em Rondônia — para facilitar o contrabando de minérios — índios foram afastados de suas terras, que foram transformadas em aeroportos particulares registrados em nome do SPI.

A maioria dos crimes de roubo foi praticada não contra o orçamento do SPI, mas sim contra a renda indígena, isto é, o lucro obtido com a venda de material produzido pelos índios, ou com o desmatamento de suas terras.

(*) *Alusão a Rondon, cujo nome completo é Cândido Mariano da Silva Rondon. (Nota do Autor)*

(**) Trata-se aqui da célebre "chacina do paralelo 11" (Mato Grosso), processo que, inexplicavelmente, passou, ao longo dos anos, pelas mãos de quatro juízes. Alguns pistoleiros tiveram morte misteriosa, mas Ramiro Costa foi preso e julgado em Cuiabá. A chacina ocorreu em outubro de 1963, na propriedade da firma Arruda, Junqueira & Cia. Ltda., situada na localidade denominada Juína-Mirim.
A ordem cruel foi dada pelo fazendeiro Antônio Mascarenhas Junqueira, organizador da expedição assassina. Segundo o pistoleiro Ataíde Pereira dos Santos, quem abriu a pobre índia a golpes de facão foi o famigerado **Chico Luiz** — Francisco Luiz de Souza —, que comandou a expedição. Contou ele que "a expedição, de seis homens, subiu de lancha o rio Juruena, passando pela barra do Rio do Sangue. Atingiu o local denominado Águas Bravas, onde o Juruena se torna bastante revoltoso, e depois entrou na mata."

Os Xavante também receberam sua dose maciça de violência, através da história. Além dos massacres e das emboscadas, ganharam — contam os anciãos — certa vez estranhos "presentes": roupas usadas por leprosos foram deixadas em Macaúbas, no Rio Araguaia, com o propósito de contaminar e exterminar a tribo.

José M. Gama Malcher narra centenas de casos de atrocidades cometidas contra os índios, entre elas o que ocorreu quando ele assumiu a Chefia da 2.ª Inspetoria Regional do SPI, em Belém. Os índios Gorotire ainda viviam em Nova Olinda naquela época (1941). O então Inspetor Pedro Silva levou ao conhecimento de Malcher o seguinte caso:

O seringalista Inácio Silva e seu bando haviam matado Pedro Lemos, outro seringalista vizinho, e toda a sua família, jogando a culpa sobre os índios. Esse Inácio Silva havia massacrado diversos índios numa ilha da região, com a ajuda de jagunços. Método usado para a "pacificação": ofereciam presentes aos índios e quando estes se aproximavam eram golpeados no pescoço, no ato de estender as mãos para apanhar os presentes. Seus corpos eram em seguida atirados ao rio.

Malcher entrou em contato com o Governador Magalhães Barata, que determinou à Secretaria de Segurança Pública que mandasse prender todo o bando. Inácio Silva foi recolhido à cadeia de São José, em Belém. Foi instaurado inquérito e Inácio Silva, com os seus capangas, aguardavam julgamento. E o que aconteceu?

— Por motivos desconhecidos — conta Malcher — talvez mais próximos a suborno de autoridades da polícia civil, Inácio Silva conseguiu evadir-se e, com carteira de identidade falsa, chegou a Salvador, na Bahia, onde foi visto perambulando pelas ruas da cidade. Dinheiro ele tinha, pois era um dos seringalistas financiados pelo Banco da Amazônia. O que sobrou do bando de assassinos foi julgado, por medida de segurança, na Comarca de Monte Alegre. Mas o processo foi desaforado, indo parar no Forum de Altamira, onde, obviamente, seriam libertados.

— De 1941 a 1947 — continua Malcher —, como se vê em pleno período da 2.ª Guerra Mundial, estive na Chefia da 2.ª Inspetoria. Em momento algum deixei de defender o interesse dos índios, fosse contra quem fosse e jamais medi conseqüências. Falava-se muito em "esforço de guerra", "batalha da borracha", com o que justificavam todas as negociatas, inclusive com as terras onde habitavam os índios. Eu agia de acordo com as leis de proteção aos índios e comunicava aos meus superiores, que sempre concordavam. Tive sempre o maior apoio do Diretor do SPI — Cel. Vicente Vasconcellos — como também de Estigarribia, ambos antigos colaboradores de Rondon, e deste mesmo, que estava na Presidência do CNPI (Conselho Nacional de Proteção aos Índios).

— Havia, portanto, um entrosamento, necessário para o êxito de qualquer administração. Havia mais que isso — idealismo. Tanto a direção quanto o pessoal da Inspetoria conheciam e tinham vivência do problema. Não havia mordomias, as verbas eram curtas demais, era preciso tirar leite de pedra, mas

Depois de uma semana, foram localizados por um avião, um Cessna, o qual, conforme combinação prévia, lançou-lhes mantimentos, roupas, remédios e muita munição de grosso calibre, além de um bilhete do encarregado Francisco Amorim de Brito, dando instruções. O bilhete alertava o grupo para que tivesse cuidado com os índios, que estavam erguendo suas malocas à beira do Aripuanã.

Dias depois, viram fumaça e descobriram o grupo de índios Cinta-Larga. Sem qualquer motivo para tanta crueldade, usando mosquetões, pistolas calibre 45 e até algumas metralhadoras Ina, os bandidos começaram a disparar contra os índios indefesos. **Chico Luiz** retalhou a índia a golpes de facão-de-mato e, não satisfeito com o que acabara de fazer, arrebentou os miolos do bebê que ela trazia no colo, usando uma pistola 45 e atirando à queima-roupa.

trabalhávamos e defendíamos o índio. De nossa parte nunca houve o medo de perder o emprego, nunca fomos coniventes com falcatruas e sempre punimos os que não aceitavam as regras do jogo. Qualquer interferência de políticos e seus planos eleitoreiros eram sempre rechaçados. Os tempos eram outros!

E José M. Gama Malcher arremata, enfatizando a necessidade de ampla mudança (este seu depoimento, em ofício à direção do jornal *O Estado de São Paulo*, é de setembro de 82) na política indigenista, "não com relação ao que se prende ao índio, mas com a estrutura da Funai que, desde sua criação, sofre de macrocefalia. Muita gente em Brasília, muito assistente, muito assessor, gabinetes, etc. É uma parafernália muito grande e dispendiosa e, de certa forma, inútil."

É a pura verdade. Quando fui entrevistado na Redação do CORREIO DA MANHÃ, pela Televisão Italiana e por jornalistas da Dinamarca, afirmei categoricamente que o futuro do índio no Brasil, sua esperança, era a Fundação Nacional do Índio. Com a extinção do famigerado SPI, eu esperava, de fato, que a política indigenista oficial tomasse novos rumos. E o general Albuquerque Lima também depositava grandes esperanças na Fundação.

Tudo isso é muito triste. E mais triste ainda fico ao relembrar a saída do sertanista Antônio Cotrim da Fundação, em 1972. Depois de 10 anos de trabalho duro nas matas junto aos índios, Cotrim pediu demissão com o seguinte desabafo:

— Já estou cansado de ser coveiro de índio. Transformei-me em administrador de cemitérios indígenas.

Quem deu o primeiro tiro foi Ataíde Pereira dos Santos, pistoleiro profissional, contratado pelo fazendeiro. A denúncia do massacre se deveu ao Padre Werner, missionário jesuíta. Revelou o sacerdote que os homens do seringalista Antônio Mascarenhas Junqueira vinham há muito tempo dizimando índios a dinamite e dando-lhes de presente sacos de açúcar envenenado com arsênico. No momento de matar a índia e à criança, **Chico Luiz** foi ajudado por Silvestre de tal. Há um depoimento completo da chacina, prestado na Delegacia da Polícia Federal em Cuiabá por Ataíde Pereira dos Santos, que declarou irritado:

— A expedição foi organizada, através do encarregado Francisco Amorim de Brito, pelo seringalista Antônio Mascarenhas Junqueira, que até hoje (1972) não me pagou os 50 contos combinados.

PRESENÇA DA IGREJA MISSIONÁRIA

Na 1.ª Assembléia Nacional de Pastoral Indigenista, realizada na cidade de Goiânia (Goiás), de 24 a 27 de junho de 1975, houve intervenções importantes, das quais destacamos as seguintes:

"A História mostra que irreversivelmente estamos progredindo numa linha com os pés na terra em favor do oprimido: do índio, do posseiro. Segundo o Sínodo de 1971, a promoção da Justiça é parte constitutiva da mensagem evangélica. A realidade do homem é motivadora. Uma Teologia desligada da realidade é cinismo."

"O sistema em que vivemos marginalizou 85% da população brasileira; dentro destes 85% estão as comunidades indígenas. Precisamos planejar uma saída; tentar prever o curso da história; partir para uma nova forma de vida. Precisamos romper esta atual situação. Partir para um novo jeito de viver, inspirado na pessoa."

"Daí a importância de Pastoral Indigenista, os índios ainda não estão corrompidos por este sistema em que vivemos. A Igreja precisa trazer uma esperança real para o oprimido. "Eram irmãos, tinham tudo em comum." Isso responde às exigências do pobre. Os índios já vivem as bem-aventuranças. Não conhecem a propriedade privada, o lucro, a competição. Possuem uma vida essencialmente comunitária em equilíbrio perfeito com a natureza. Não são depredatórios, não atentam contra a ecologia. Vivem em harmonia. As comunidades indígenas são uma profecia futura para este jeito novo de viver, onde o mais importante é o homem"

Rangel Reis e as Missões

Em declarações à imprensa no dia 27 de dezembro de 1976, quando anunciou seus planos para a política indigenista em 1977, o então Ministro do Interior, Rangel Reis, disse claramente que "a posição da Igreja Católica é sonhadora, feudal e atrasada com relação aos índios (...) Nunca vi uma missão religiosa cuidando do índio para que ele progrida; as missões só querem é catequizar as tribos, enquanto o índio continua miserável para toda a vida. (...) Não reconheço o Cimi como porta-voz de coisa nenhuma, e nem como órgão capaz de contribuir para qualquer coisa."

Entre as metas de sua gestão no Ministério do Interior, Rangel Reis anunciou bobagens de toda sorte. Vale a pena apontar duas delas:

1. Desenvolver um trabalho intenso para a emancipacão das comunidades indígenas, de modo que, "através de um trabalho concentrado entre vários Ministérios, possamos reduzir para 20 mil os 220 mil índios existentes no Brasil e, daqui a 30 anos, todos eles estarem devidamente *integrados* na sociedade nacional." E mais:

"Afastar todo o trabalho das missões relacionado com os índios — sejam elas protestantes ou católicas."

Os protestos não tardaram, vindos de todo o País. Só uma voz — aliás suspeitíssima — ficou ao lado do Ministro: a do economista Francelísio van der Brooke, então Diretor do Departamento Geral de Operações (DGO) da Funai, que considerou "excelentes" as declarações de Rangel Reis.

Posteriormente, houve um recuo e o Ministro disse que não era bem aquilo — disse que não disse o que dissera. As declarações de Rangel Reis deixaram em dificuldades o Presidente da Fundação Nacional do Índio na época, General Ismarth de Araújo Oliveira. E ele não demorou, publicamente, a contradizer as declarações do Ministro.

Rangel, o Núncio e os Gaviões

Vejamos o Boletim do Cimi n.º 34, jan./fev. de 1977:

"Aparentemente, a posição do general Ismarth ficou fortalecida com o afastamento de seu arqui-inimigo, Francelísio van der Brooke. Este senhor, testa-de-ferro de Rangel Reis na Funai, criara vários embaraços para o general Ismarth, ao entrar em atrito com o sertanista Apoena Meirelles, que era diretor do Parque de Aripuanã, e com a antropóloga Iara Ferraz, responsável por um projeto de desenvolvimento comunitário entre os índios Gaviões, de Marabá, no Pará. Ambos os indigenistas foram prejudicados por van der Brooke, que conseguiu o afastamento de Apoena do Aripuanã e a demissão de Iara.

A saída da antropóloga do *Projeto Castanha* deixou os Gaviões muito apreensivos. Afinal, foi graças ao trabalho de Iara que estes índios conseguiram a autonomia para eles próprios administrarem a coleta e comercialização da castanha-do-Pará, abundante em sua reserva. Antes de se implantar esse projeto, os Gaviões apenas colhiam a castanha, que era comercializada pelo DGPI. Isto é, os índios eram simples empregados da Funai, que usufruía as riquezas de suas terras (mais ou menos o que acontece com os pinheiros dos Kaingang de Santa Catarina). Com van der Brooke na cúpula da Funai, o Projeto da Castanha seria enterrado: não fazia sentido os índios terem em suas mãos dinheiro de seu trabalho e de seu patrimônio; era preciso que a Funai funcionasse mesmo como uma empresa lucrativa...

Van der Brooke saiu da Funai, mas Iara não voltou. Felizmente, o Projeto da Castanha continua — pelo menos por enquanto. Aliás, Rangel Reis resolveu "mudar sua imagem": em fins de janeiro, preparou, em seu gabinete, em Brasília, uma cerimônia solene em que o chefe dos Gaviões, *Krokrenum,* assinaria um contrato para receber financiamento do Banco do Brasil para o trabalho da castanha. Só que *Krokrenum* não apareceu para esse teatro."

Como comentou uma matéria do *Estadão:* "a idéia da solenidade foi interpretada nos meios indigenistas como uma tentativa do Ministério e da Funai de capitalizarem para si os méritos de um projeto que se tornou vitorioso sem receber um efetivo apoio oficial (...) Toda essa operação (de empréstimo no Banco do Brasil) poderia ser realizada sem alarido na agência do banco em Marabá, onde, com essa finalidade, dois índios Gaviões já haviam aberto uma conta em nome da comunidade, necessitando, para movimentá-la, apenas de um visto do chefe do Posto Mãe Maria."

Antes dessa estória do empréstimo, Rangel Reis já tinha procurado outras formas de atenuar o mal-estar causado por suas desastradas declarações do fim de ano. A primeira foi a visita que o Ministro do Interior fez ao cardeal Dom Vicente Scherer. O Arcebispo de Porto Alegre, em seu programa de rádio *A Voz do Pastor,* de 10 de janeiro, havia protestado contra as intenções de Rangel Reis de afastar as missões, comparando-as com as atitudes anticlericais do Marquês de Pombal que, em 1759, expulsara os missionários jesuítas do Brasil. Mas um abraço entre o Ministro e o cardeal, em Porto Alegre, desfez os equívocos...

Pouco depois, era o Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco, que entrava em cena. Recém-chegado de uma viagem a Roma, Dom Carmine tomara conhecimento das tensões causadas pela intervenção da Funai na Assembléia dos Tuxauas de Roraima e pelas declarações do Cimi a esse respeito.

O Presidente Geisel recebeu o Núncio, dia 26 de janeiro, numa audiência de uma hora, ao fim da qual nada se comentou. No dia seguinte, Dom Carmine foi

ao gabinete de Rangel Reis, numa também longa entrevista. Declarações à saída: "As missões vão continuar seu trabalho. (...) Tensões entre a Funai e o Cimi? São apenas brigas em família." E outras.

Dom Carmine, que prometera ainda avistar-se com o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, não teve nenhum contato com a Presidência do Cimi, antes de suas investidas diplomáticas. Alguns dias mais tarde, começou a XV Assembléia Geral da CNBB, em Itaici, SP, onde foi bastante discutido o futuro da atuação do Cimi."

* * *

Nunca é demais — já que o problema fundamental se refere a terras — lembrar o que dizem as leis do País. Em seu artigo 198, a Constituição Federal considera inalienáveis as terras indígenas e, no seu parágrafo 1.º e único, declara nulos e extintos os efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto a posse, o domínio, a ocupação de terras habitadas por índios.

O Estatuto do Índio, no art. 18, declara que as terras indígenas não podem ser objeto de arrendamento ou de qualquer outro ato jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pelos silvícolas. E, no parágrafo 1.º, proíbe a entrada de estranhos para caça, pesca, coleta de frutos ou qualquer atividade agropecuária ou extrativa.

* * *

Bastante comentada foi também, em 1977, a ação da Polícia Federal do Maranhão, quando foi torturado até cair em desmaio o índio Celestino Lopes Guajajara. Também sofreu o índio Djalma Guajajara. A Polícia alegava que, por ordens superiores, estava em plena "Operação Maconha". Celestino cortava arroz na roça, na Aldeia Coquinho. O fato foi amplamente divulgado pela imprensa, mas transcreveremos aqui alguns trechos de um editorial do Boletim do Cimi, n.º 50, de outubro de 1978:

"Os jornais publicaram os resultados do inquérito instaurado pela Funai com o objetivo de apurar as graves denúncias de torturas sofridas pelo índio Celestino Lopes Guajajara.

Os resultados do inquérito não nos surpreenderam. Há pouco mais de um mês o Padre Schwade se manifestava pela imprensa, afirmando que não se surpreendia com as denúncias de tortura aos índios e que isso era apenas mais um crime, no imenso rol de crimes que se cometem contra eles.

A Fundação Nacional do Índio puniu todos os funcionários que se puseram contra e denunciaram os desmandos da Polícia Federal. O único funcionário que escapou às punições foi justamente aquele que fora denunciado como co-responsável pelas torturas ao índio Celestino — o cel. Armando Perfetti, delegado da Funai em São Luís."

Padre João Bosco Penido Burnier

Assassinado friamente pela polícia de Mato Grosso, no dia 12 de outubro de 1976, quando tentava, ao lado de Dom Pedro Casaldáliga, libertar duas mulheres sob tortura na delegacia de Ribeirão Bonito, município de Barra do Garças, Padre João — como era conhecido pelos índios —, missionário jesuíta entre os índios Bakairi, Prelazia de Diamantino, e Coordenador da Regional do Cimi, do Norte Mato-Grossense, deixou cartas, anotações e reflexões, encontradas em seu quarto após a sua morte. Vale a pena transcrever algumas:

"Compreender a sabedoria indígena. Cada missionário tem que fazer a lavagem cerebral do próprio materialismo e do próprio secularismo."

"A Igreja não é católica por impor sua língua a todas as nações, mas por aprender a língua de todas as nações."

"Não é a partir de um povo destruído que se vai estabelecer uma missão."

"Que processo de "libertação" é esse... de atrelar a vida tribal do índio à complicação da vida nacional?"

"Provavelmente a evangelização vai exigir a liberação da terra."

"Oremos um pelo outro para que saibamos servir aos índios com amor verdadeiro. E peço ao Espírito Santo que me dê o DOM da língua Baikiri, já que estou fazendo os mais desesperados esforços."

"Sem se tornar uma atitude passiva, a atitude deve ser de escuta — muito mais aprender do que ensinar."

"A maior dificuldade dos missionários está na aceitação da adversidade."

"Temos que nos aculturar ao índio para poder transmitir o Evangelho, ou descobrir na vida deles os valores evangélicos."

"Queiramos ou não, não nos desvencilhamos totalmente do nosso contexto cultural, por mais esforços que façamos; enfim, os índios (a maior parte pelo menos dos que são evangelizados por nós) já estão sofrendo um impacto aculturativo — ou como quer que se chame: mudança cultural, fricção étnica, etc. de enormes proporções. Embora nós nos encontremos também com alguns índios que estão num estágio de reindigenização parcial — apesar de terem rádio, relógio de pulso e até gravador... bicicleta..."

* * *

Meses antes de João Bosco Penido Burnier, a Igreja já perdera outro missionário — o salesiano Rudolf Lunkenbein. Às 11 horas da manhã do dia 15 de julho de 1976, a Colônia Indígena de Merure, no Leste mato-grossense, foi atacada por 62 fazendeiros armados, cujas terras estão dentro da reserva Borôro, que começara a ser demarcada pela Funai no dia 13.

Rudolf Lunkenbein, o Padre Rodolfo dos índios, de 37 anos, e o índio Simão Cristino foram mortos, outros quatro Borôro ficaram feridos. Um dos atacantes também morreu, atingido por uma bala perdida de seus próprios companheiros.

* * *

Baleado na cabeça no dia 11 de outubro de 76, o Padre João Bosco Penido Burnier morreu no dia seguinte, após horas de agonia. Aos 59 anos de idade, já dera provas de sua vocação missionária. A 18 de outubro, seus amigos da Colônia de Merure — onde prestou serviços, colaborando com as Irmãs no atendimento aos índios depois da morte do Padre Rodolfo — escreveram longo depoimento sobre ele. Eis um trecho:

"A notícia do seu sacrifício deixou-nos pasmados. Custou-nos acreditar que o Padre João Bosco Burnier, tão gentil e conciliador, tivesse também ele sido alvejado e atingido pela violência. Só podemos aceitar este sacrifício à luz da fé. Daquela fé que ardia no coração dos discípulos de Emaús quando o Senhor Ressuscitado lhes explicava as Escrituras que diziam que o Cristo deveria padecer e depois ressuscitar para que em seu nome se pregasse a penitência e a remissão dos pecados a todas as nações. O Padre João Bosco deu testemunho destas coisas.

Obrigado, Padre João Bosco Burnier, pela sua amizade, pela sua vida santa e pelo seu heróico sacrifício, pelo qual continua a ser anunciada a Páscoa do Senhor para a redenção de todos os homens. Você continue a ser nosso amigo."

Em nota distribuída em Goiânia, no dia 12, o Bispo de Goiás Velho e presidente do Conselho Indigenista Missionário, Dom Tomás Balduíno, O.P., comunicou a morte do missionário e concluiu:

"Na mesma Região Pastoral do Cimi perde a Igreja Missionária dois sacerdotes no espaço de dois meses. Padre Rodolfo morreu defendendo a causa dos índios Borôro. Padre João Bosco agora morre defendendo duas pobres mulheres do povo.

É hora de martírio. É hora de solidária comunhão."

AÇÃO MISSIONÁRIA

Documento importante — que transcrevemos na íntegra — foi divulgado pelo Boletim do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Ano 7, n.° 45, março-abril de 1978, sob o título *Puebla e Evangelização Indígena:*

"INTRODUÇÃO

Com o intuito de fornecer um subsídio aos Srs. Bispos em vista da Assembléia de Puebla, a Linha 2 da CNBB solicitou ao Cimi o texto abaixo, apresentando um resumo histórico e relatando a atuação missionária da Igreja com relação a eles com suas dificuldades e perspectivas.

Fizemos este trabalho em equipe. Dentro do limitado espaço que nos foi dado, tivemos que resumir muito. Mas procuramos ser fiéis não só aos dados do assunto, mas também ao seu caráter dramático.

Pensamos inicialmente anexar vários documentos que muito ajudariam no conhecimento da real situação dos índios, bem como do grande esforço desenvolvido a seu favor pela Igreja Missionária. Preferimos, por fim, apresentar um texto despojado e curto, deixando aos interessados o aprofundamento posterior em contato com aqueles textos que colocaremos à disposição para consulta.

1. HISTÓRICO

Não caberia fazer aqui a História das populações indígenas na América Latina que, nas suas linhas gerais, está na memória e sobretudo na consciência de todos. Pretendemos apresentar um lembrete extremamente sintético e geral.

1.1 — *Os povos indígenas na América Latina*

A História dos povos indígenas deste Continente, a partir do século XV e início do século XVI, é a longa História de um massacre. Nestes quase cinco séculos de colonização e exploração, os conquistadores espanhóis e portugueses (e seus descendentes) vitimaram milhões de pessoas, destruíram culturas e escravizaram nações inteiras.

No México e na Guatemala, os espanhóis saquearam toda a riqueza e arruinaram a cultura dos povos Asteca e Maia. Tenochtilán, capital dos Astecas, abrigava cerca de 300.000 habitantes, segundo os cronistas da conquista.

Cuzco, capital do Império Inca, no centro da cordilheira dos Andes (Peru) era, à época da conquista, a quarta ou quinta cidade do mundo em população. Hoje restam apenas destroços de sua grandeza.

Estes povos somavam entre 70 a 90 milhões de pessoas. Um século e meio mais tarde, estavam reduzidos a 3 e meio milhões apenas (1). Segundo Spengler: "Todos aqueles Estados entre os quais havia uma grande potência de ligações políticas; cuja grandeza e recursos superavam de longe os dos greco-romanos ao tempo de Aníbal; ... tudo isto sucumbiu, não como resultado de uma guerra desesperada, senão por obra de um punhado de bandidos que, em poucos anos, aniquilaram tudo de tal sorte que os restos da população prontamente perderam a memória do passado".

---

(1) Darcy Ribeiro — **As Américas e a Civilização,** pgs. 136 ss. Ed. Civilização Brasileira, 1970.

1.2. — *Os povos indígenas no Brasil*

No Brasil, os portugueses encontraram uma população indígena de aproximadamente 7 milhões de indivíduos em 1500. Hoje esta população está reduzida a 180, talvez 200 mil índios, isto é, umas 35 vezes menor, o que significa no máximo 2% da população que hoje ocupa terras que eram suas. Para os índios sobreviventes tudo se passou como se uma nação avassaladoramente mais forte lhes invadisse o território, exterminasse seus filhos, saqueasse suas riquezas. E, consumada a conquista, construísse um império à custa do trabalho escravizado dos verdadeiros donos da terra.

Infelizmente este processo de extinção continua ainda.

1.3. — *Papel da Igreja nessa História*

A Igreja desempenhou um decisivo papel na história da Conquista da América. Havia uma cruz inscrita na espada dos conquistadores. Em outras palavras, havia um compromisso entre a Igreja e os conquistadores no empreendimento da colonização, sob o pretexto de "dilatar a fé e o império".

Aos olhos dos índios, o missionário branco e o branco que lhes invade a terra e escraviza os filhos são filhos da mesma mãe, viajam no mesmo barco, professam o mesmo credo, defendem os mesmos interesses. Por isso alguns missionários tombaram vitimados pela resistência indígena, como é o caso dos três mártires rio-grandenses cujo segundo centenário se celebra este ano.

É inegável que a ação da Igreja nem sempre foi identificada com o interesse do colonizador. Há exemplos de conduta corajosa na defesa da causa indígena, como Bartolomeu de Las Casas, sempre pronto a denunciar os desmandos. Mas é uma exceção ao lado de outras exceções.

Observando a História, podemos afirmar serenamente, nesta hora de repensar uma prática de séculos, que a Igreja foi o instrumento mais eficaz de dominação ideológica com que a colonização portuguesa e espanhola pôde contar.

1.4. — *Tomada de consciência da Igreja*

No contexto da renovação geral inspirada pelo Concílio Vaticano II e a II Assembléia Geral de Medellín, a missão indigenista também se renova numa lúcida tomada de consciência. Mais do que às declarações de propósitos, devemos voltar a atenção para os fatos, para a prática diária da Igreja, para seu efetivo compromisso com os oprimidos.

Ontem, os missionários tombavam pelas mãos dos índios que defendiam sua terra e sua liberdade. Hoje, morrem missionários ao lado desses mesmos índios, sacrificados pelo braço do novo colonizador, como o Padre Rodolfo Lunkenbein na aldeia de Merure, Mato Grosso, em julho de 1976, ao lado do índio Simão.

Há neste fato um profundo significado. O missionário morto está morto ao lado do índio, ao lado do oprimido. É vítima da mesma violência que atingiu o índio durante estes cinco séculos. A morte de Merure é como a morte de um profeta. Daquele que abre caminhos. Do que vê o futuro para onde caminha a História dos homens. A morte de Merure é o sinal do nascimento de uma nova Missão.

1.5. — *Perguntas a Puebla*

No documento enviado pelo CELAM em preparação à III Assembléia Episcopal Latino Americana, sente-se, com tristeza, a ausência de preocupação com as populações indígenas. É um grave indício da mentalidade com que foi elaborado. Era de esperar mais do que uma breve e leve alusão no capítulo relativo à Evangelização.

Já antes se perguntava, com certa perplexidade, como pôde Medellin — expressão da Igreja de um continente índio — ignorar a presença dos índios? Agora, dez anos depois, como pode essa mesma Igreja fugir ao enfrentamento do problema indígena que se aprofunda a cada dia? O que pode a Igreja oferecer a esses marginalizados até da preocupação pastoral? Como pode ignorá-los uma Igreja que pretende renovar-se até a raiz e reassumir seu compromisso evangélico?

Em sua luta por organizar-se para sobreviver, o índio latino-americano enfrenta os mais terríveis obstáculos, mesmo em países como a Bolívia, em que atingem os 60% ou 70% do conjunto do país. Que papel pode cumprir a Igreja na luta dos índios para organizar-se autonomamente, livres de tutela ou isentos de repressão, dispondo de instrumentos próprios, como federações e confederações, inclusive a nível continental, que efetivamente representem seus interesses?

Esperamos que o encontro de Puebla prossiga a caminhada aberta em Medellín, há dez anos, e se volte cada vez mais para os problemas reais do povo e, em particular, desperte para a tragédia dos povos indígenas do Continente, conferindo-lhes a importância devida, nos debates. Mais ainda, se torne ao final do encontro uma voz a mais na luta desses povos, os mais marginalizados entre todos os marginalizados de nossa América.

Fazemos nossa a resolução do Primeiro Encontro Pan-Amazônico de Pastoral Indígena: "3.2.3. Que a problemática indígena esteja efetivamente presente na Terceira Assembléia Geral do Episcopado Latino-Americano e seja previamente assumida nas assembléias episcopais regionais e nacionais".

2. ATUAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS

Seria longo apresentar, mesmo em síntese, um balanço da múltipla atuação dos missionários junto aos índios. Neste breve relatório, vamos apenas apontar o que tem aparecido de mais significativo na prática missionária dos últimos anos e que o Cimi vem acompanhando com desvelo.

2.1. — *Defesa da Terra*

O problema das terras dos índios tem aparecido com freqüência nos órgãos de opinião pública, não raro suscitado por denúncias dos missionários ou do Cimi.

Generaliza-se a convicção, entre os missionários, de que a defesa da terra dos índios constitui elemento integrante da própria evangelização e fundamento de credibilidade. Não se trata de algo supletivo nem de mera condição extrínseca. Sem suas terras, não podem os povos indígenas sobreviver e, tampouco, ser evangelizados. Sem suas terras, não poderão ser salvos como povos.

Para eles, a terra não é um simples valor econômico nem apenas um meio de subsistência. O grande e imperdoável equívoco é que, mesmo nós, costumamos ver a terra com olhos capitalistas, na perspectiva da produção e do lucro.

A terra é, para os índios, acima de tudo, o seu chão cultural, portadora de sua história, prenhe de seus mitos, habitada por suas tradições, referência básica de seus valores vitais. É o seu "lugar" no mundo, com que estabeleceram uma relação de intimidade e de diálogo, onde aquele córrego, aquela pedra, aquele morro, aquela árvore são testemunhas de seu passado e monumentos de sua memória. É a sua terra-mãe, onde repousam seus antepassados, sua pátria, povoada de seus mais caros mitos e símbolos. Fora de sua terra de origem, o índio vive como em estado de exilado.

Jorra, espontânea e clara, a analogia com a Bíblia, a História de um povo profundamente ligado a uma terra. Para Israel, a terra jamais foi algo episódico e circunstancial. A revelação de seu Deus, marcada por lugares, está profundamente vinculada à terra sobre a qual se atam os laços da Aliança e se alicerça

a Promessa. É a "Terra Prometida", lugar do Reino esperado e da salvação do povo, testemunha da fidelidade de Deus e horizonte de um mundo novo redimido.

Na defesa da terra dos índios, morreram martirizados o índio Simão e o Padre Rodolfo. Por causa sobretudo da defesa das terras dos índios, o Cimi sofre toda sorte de pressões e, dentro da própria Igreja, está sendo acusado de criar áreas de conflito entre a Igreja e o Governo.

Não são lisonjeiras as perspectivas em relação ao próximo Governo. O candidato já sacramentado à sucessão aponta a produção agrícola como uma prioridade de seu governo. É fácil deduzir o que poderá isto significar para a terra dos índios. O problema da terra se torna agudo e oferece uma inevitável área de atritos diante do rolo compressor do desenvolvimento esquizofrênico do modelo econômico vigente, constituindo a dificuldade mais compacta e profunda para a obra missionária.

2.2. — *Respeito ativo à cultura*

Teoricamente o respeito à cultura é uma aquisição tranqüila de nossos tempos, em termos científicos e como atitude consagrada pela consciência missionária da Igreja (Cf. *Ad Gentes e Evangelii Nuntiandi*). A relação cultura e fé tem sido colocada com clareza cada vez maior. Aos poucos a Igreja recobra uma consciência clara desta relação um tanto obnubilada no Ocidente cristão por séculos de cristandade.

Uma visão mais objetiva e crítica da História mostra que o vírus colonialista e etnocentrista contaminou profundamente a atividade missionária na América Latina. Os sinais da devastação cultural estão patentes em muitas aldeias indígenas, tornando muito difícil o trabalho de recuperação de sua identidade histórica.

Há, no entanto, um pouco por toda parte, um esforço sério no sentido de restaurar a língua, as festas, os cânticos e mitos, essenciais para a reorganização da vida tribal. De modo geral, os resultados têm sido promissores, como se toda a seiva do velho tronco estivesse aguardando o momento de renovar-se, pujante, em novas expressões. E volta a alegria de viver, volta a esperança, volta a pureza dos valores.

Não há como não descobrir nesses valores sinais da ação do Espírito e semelhanças com o ideal evangélico delineado na vida das primeiras comunidades cristãs. A comparação com os padrões que regem nossa sociedade e o missionário traz introjetados em si não deixa de provocar um grande desafio no sentido de colocar concretamente a distinção entre o Evangelho e a cultura. Certamente, em termos de regime de vida, os índios nada têm a aprender de nossa sociedade egoísta e competitiva.

Por um indeclinável dever de restituição, muitos missionários empenham-se em criar condições para que esses povos recuperem a memória do seu passado e reconquistem a própria identidade muitas vezes soterradas (mas não extintas) pela violenta imposição de hábitos e instituições do colonizador. Isto pertence à dinâmica de sua redenção como povo.

Trata-se, portanto, de um respeito ativo e eficaz.

2.3. — *Encarnação*

Aos poucos os missionários se convencem de que o anúncio da Encarnação passa necessariamente pelo testemunho, tornando-se um programa de vida. O modelo vem da Fé e sua realização concreta se torna multiforme, conforme as exigências da realidade. Há pressões de toda sorte para que o missionário não adote radicalmente a vida da aldeia.

Trata-se de um processo permanente, com todas as conseqüências de despojamento (*kenosis*) e conversão. Neste sentido, constata-se uma verdadeira reviravolta de perspectiva. O missionário assume uma atitude de busca, a partir de um marco de fe. Ele crê na presença atuante do Verbo e procura vislumbrar os seus sinais. Encontra-os, numerosos e eloqüentes, nos valores eminentemente humanos que a vida tribal ainda conserva e cultiva, assim como nos seus mitos de origem e seus heróis, onde transparecem os veios veterotestamentários da Promessa. Numa ótica de fé, esses valores aparecem transfigurados com o esplendor do Evangelho: comunidade de bens, autoridade como serviço, respeito às pessoas, respeito à natureza, ambiência religiosa, etc.

Rigorosamente se pode falar de uma mudança de "lugar": para poder tornar-se um dia evangelizador, o missionário se faz evangelizado. Na medida em que se encarna, o missionário vai assumindo o destino daquele grupo humano, identificando-se com sua causa, incorporando suas expressões para que possa, num segundo momento, traduzir-lhe a Mensagem e anunciar-lhe o Salvador como alguém que vem ao encontro de suas expectativas e aspirações mais profundas.

Nesta área, já existem vários graus de realização concreta e multiplicam-se os exemplos. O importante, porém, é que se generaliza a convicção de que a encarnação é condicionante de um trabalho autêntico e uma imprescindível exigência da missão evangelizadora.

2.4. — *Anúncio da Salvação*

As próprias condições do trabalho missionário forçam a concretizar e redimensionar o sentido da salvação. O sentido bíblico desta palavra é recuperado a cada instante, pois se trata de salvar um povo oprimido e se renova a missão de Deus confiada a Moisés.

Para os povos indígenas, a Promessa de Deus passa pelo Êxodo e não se realizará senão pela luta de libertação e reconquista. Os missionários se acham comprometidos com essa luta: reconquistar a identidade de povo, reconquistar a cultura, reconquistar a dignidade da vida, reconquistar a terra, reconquistar a esperança.

Uma visão dualista e alienada da Salvação não pode resistir muito tempo ao duro labor daqueles que se propõem anunciá-la a esses povos condenados da terra. Do modo mais concreto e realista, verifica-se aquela afirmação conciliar de que o plano de Deus foi de salvar os homens não como indivíduos isolados, mas como um povo (*L.G. 9*). São povos, são nações que, por mandato divino, os missionários precisam salvar da extinção. Esta certeza se torna, cada dia, mais firme e clara para muitos daqueles que se consagram à missão indígena.

O 1.º Encontro Pan-Amazônico de Pastoral Indigenista assim expressa: "3.2.4. — Que os missionários: realizem uma profunda conversão evangélica às culturas e aos povos indígenas; comprometam-se a um conhecimento adequado da causa indígena e ao aprofundamento da teologia pastoral das culturas; adquiram um suficiente conhecimento científico das respectivas culturas e seus idiomas".

3. DIFICULDADES

Na abordagem deste item, tentamos não ficar nos problemas epidérmicos mais sensíveis imediatamente mas, a exemplo de muitos missionários, aprofundar a análise das dificuldades fundamentais.

3.1 — *O sistema capitalista*

Foi decretada a extinção dos povos indígenas. O que temos hoje diante dos olhos são os desdobramentos finais de um processo iniciado há 5 séculos. Desde

a hora em que espanhóis e portugueses pisaram estas terras, com a garra estendida do mercantilismo sobre a garganta do Continente, o destino dos índios estava selado. A força do conquistador não estava apenas nos seus soldados e armas, na brutalidade das guerras, dos incêndios e saques, na tortura dos vencidos e nas epidemias que traziam no sangue e foram responsáveis pelo extermínio de milhões de índios. Esta força concentrava-se sobretudo nos germes do modo de produção capitalista que o havia impelido à travessia dos mares.

O capitalismo, no seu avanço, penetra todas as áreas da atividade humana: a economia, a política, a filosofia, as artes, a religião, etc. Provoca o colapso de todas as formações sociais que se lhe opõem e, ao mesmo tempo, incorpora em seu proveito as formas de exploração do trabalhador que, de algum modo, possam contribuir para a acumulação da riqueza. Assim, em nome do progresso, o capitalismo reeditou anacronicamente na América o trabalho escravo para a exploração do ouro e da prata e nas grandes fazendas de açúcar e algodão.

Passando pela abolição da escravatura, a exploração evoluiu para uma forma de exploração muito mais eficiente e sofisticada: o trabalho assalariado, indispensável para a criação e desenvolvimento da indústria cuja mão-de-obra há de vir do campo. O sistema capitalista parte então para o campo, separando o homem da terra, conquistando o seu monopólio e implantando grandes empresas agropecuárias em que o espaço é ocupado pelo boi e a máquina. A esta fase assistimos no Brasil.

O índio brasileiro, acossado desde os primeiros dias da colonização, internou-se sertão adentro e hoje luta pelos últimos retalhos de terra de que ainda pode dispor. Como o contingente populacional indígena não representa uma cifra significativa, sua participação como mão-de-obra assalariada na produção agrícola não é de grande importância. O mesmo não ocorre com suas terras demarcadas e redemarcadas sempre no sentido de apertar ainda mais o cerco e impossibilitar qualquer tentativa de sobrevivência fora dos marcos impostos pelo sistema dominante.

Eis a primeira e maior dificuldade para os missionários que trabalham em defesa do índio: lutar contra um sistema que, pela raiz, necessita do monopólio da terra, não podendo, portanto, admitir bolsões de "terras improdutivas", isto é, não voltadas para a obtenção do lucro, como as terras indígenas.

3.2. — *Imagem do opressor*

A segunda grande dificuldade é a identificação estabelecida pelo índio entre a Igreja e o branco opressor. Essa identidade é tão profunda que mesmo um missionário integrado na sua vida e vivendo em sua defesa, pode ouvir do índio frases como esta: "Vocês cuidam bem de nós, mas nos matam por dentro" (Padre Adalberto Holanda). Tais palavras valem por um profundo questionamento e, no dizer de um missionário, "colocam em dúvida o próprio princípio do missionário. Com que direito podemos propor a um povo algo que vai afetar profundamente sua visão do mundo e alterar o próprio sentido da existência?"

3.3. — *Relação Fé e cultura*

Esta dificuldade é como um desdobramento da anterior: a articulação entre Fé, Religião e Cultura. Nos documentos oficiais, a Igreja afirma categoricamente que a Fé transcende as culturas e pode encarnar-se em culturas diferentes. Isto porém não é tão claro quanto à expressão religiosa que muito tem a ver com a cultura. Na prática, o missionário propaga uma religião. Como conciliar este fato com os propósitos de defesa da cultura, incluindo símbolos, mitos, ritos, enfim todo o universo espiritual dos índios?

3.4. — *Problemas diversos*

Há ainda problemas como o desconhecimento da língua, as divisões religiosas entre igrejas diversas que pretendem levar a mensagem; e a função social que assume em alguns casos a religião como conferindo status e respondendo a interesses de ordem promocional.

3.5. — *Regime de tutela*

Finalizando, no caso brasileiro, a legislação de tutela imposta pelo regime, sem consulta ao índio ou àqueles que por ele trabalham, tem representado um grande obstáculo ao trabalho missionário, uma vez que dota o órgão executor da política indigenista oficial de poder de polícia no trato da questão indígena, permitindo com isso uma ação repressiva contra qualquer tentativa de reunião ou organização dos índios em defesa de seus direitos.

Os missionários que se colocaram decididamente a serviço dos índios e se empenham na luta pela sua sobrevivência têm sido alvo das perseguições e do arbítrio do órgão tutelar, como o comprovam inúmeros incidentes que já são do domínio da opinião pública.

4. PERSPECTIVAS

Aparentemente, o trabalho missionário estaria fadado ao fracasso, na medida em que os povos indígenas parecem não ter futuro. Muitos não entendem por que investir tantas energias e "desperdiçar" tantas vidas missionárias em função desses povos implicitamente condenados ao desaparecimento pelo extermínio ou por uma desintegradora "integração", conforme os planos dos Governos. Infelizmente, mesmo em áreas da Igreja, tal mentalidade é mais comum do que se pensa.

4.1. — *Em termos de Fé*

A opção dos verdadeiros missionários é marcadamente uma atitude de Fé. Uma atitude de Fé na Ressurreição, diante dos sinais da morte. Não se trata de cego fanatismo porque existem indícios significativos para quem olha com olhos de Fé.

4.2. — *Uma nova consciência*

O primeiro desses indícios de ressurreição é o emergir de uma vigorosa consciência de sua própria identidade nesses povos que, após séculos de repressão, vem à tona. Eles se redescobrem como povos, como nações, num clima de esperançosa solidariedade, comunicando-se entre si e fazendo-nos chegar o eco de sua voz. Possibilitar a emergência e consolidação de tal consciência tem sido a preocupação prioritária e a esperança mais sólida de boa parte de nossos missionários.

Virá dia em que, organizados em suas federações e confederações, terão força para defender seus direitos fundamentais e se fazerem reconhecidos como povos.

4.3. — *Sinal profético*

Na grande crise de civilização que atravessamos podemos ver um outro indício. À medida em que se estreitam os horizontes do mundo chamado civilizado e se adensam os impasses e as contradições, as sociedades indígenas

aparecem como uma alternativa possível e válida, pelo simples fato de ainda miraculosamente existirem. Para a grande massa dos oprimidos das cidades e dos campos, podem apresentar-se como uma profecia do futuro: porque ocupam o limite extremo da marginalidade, estes povos dão um convincente testemunho da capacidade de resistência e da força dos marginalizados.

4.4. — *Radical contestação*

A organização da sociedade indígena constitui a crítica mais radical ao sistema capitalista em vias de falência. Elas provam que é possível dar mais valor à pessoa do que ao capital. Que é viável, sadia e humana a posse comum dos meios de produção. Que é possível dar um lastro comunitário à organização social. Que é possível exercer a autoridade sem dominação nem opressão. Que é possível viver da natureza sem destruí-la. Que pode o homem trabalhar para viver e não viver para trabalhar. Que é possível a liberdade, a festa, a alegria. Eles são uma contestação existencial dos antivalores que informam nossa civilização. Eis por que se tornam insuportáveis para ela.

4.5. — *Para a renovação da Igreja*

A missão indigenista oferece à Igreja a oportunidade privilegiada de se revisar na pureza da Fé e à luz do Evangelho. Alguns missionários, em contato mais profundo e corajoso com a vida tribal, perguntam se não é ali que eles encontram "a vida evangélica que pretendem ter o direito de pregar". Ao mesmo tempo, podem analisar com rigor os pseudovalores da chamada civilização cristã, as aderências e contaminações das próprias estruturas eclesiásticas que se deixaram infiltrar por aquele "mundo" de desigualdade e dominação julgado e condenado pelo Espírito.

No dizer de um teólogo, o mundo indígena apresenta as condições ideais para a verdadeira eclesiogênese, o que vale dizer, para a mais genuína renovação da Igreja."

* * *

Exploração ilegal de minérios

Segundo informações não confirmadas na época (1978) pela Funai, um relatório da agrônoma Rita Kloss, ex-funcionária dessa instituição criada para proteger os índios brasileiros, denunciou a exploração ilegal de minérios em áreas indígenas, feita pelo Summer Institute of Linguistics.

De acordo com o documento, a agrônoma apontou a existência de vários buracos com 50 metros de profundidade para a prospecção de minério no Posto Andirá, Estado do Amazonas. Fato curioso: as irregularidades denunciadas pela agrônoma foram confirmadas pela comissão mista Funai-Projeto Radam, mas o então presidente do órgão, general Ismarth de Araújo Oliveira, reafirmou, em Brasília, que não tinha conhecimento das denúncias.

O relatório da agrônoma, concluído em setembro de 1976 e endossado pela comissão Funai-Radam, apresenta o depoimento do cacique da tribo Sateré-Mawé, que vivia no Posto Andirá, onde atuavam os "lingüistas" do *Summer*. Ele disse à agrônoma que os índios "idolatravam os americanos", mas, por serem ignorantes, estavam sendo explorados por eles.

O *tuxaua* contou que os americanos haviam construído uma casa longe do local onde existia água, distante também do campo de pouso. Ali abriram-se buracos com 50 metros de profundidade, de onde iam retirando, com aparelhos especiais, amostras do solo. Essas perfurações foram, posteriormente, tapadas com cimento. Pouco tempo depois, um avião estranho aos índios pousou na

sede do Posto e dele desceram vários homens armados que embarcaram o material recolhido, impedindo que qualquer pessoa se aproximasse do aparelho.

A agrônoma decidiu averiguar a denúncia dos índios e confirmou a existência das diversas escavações. Depois, a comissão Funai-Radam, encarregada de estudar a delimitação de áreas indígenas na Amazônia, confirmou as denúncias da agrônoma, encaminhando um relatório à presidência da Funai e outro ao Departamento do Patrimônio Indígena.

Ao realizar a investigação na área, Rita Kloss estranhou, ainda, que o subsolo da casa dos encarregados do *Summer Institute of Linguistics* fosse trancado com cadeado. Além disso, o campo estava sendo aumentado de 400 para 800 metros, para facilitar o pouso de aviões de maior porte.

* * *

Já que estamos reunindo notícias várias, vale lembrar as declarações do general Ismarth de Araújo Oliveira, ao tomar posse na presidência da Funai, feitas quando passou por Goiânia. Disse ele então que "a Funai não discute se a política indigenista do governo é boa ou ruim. A Funai executa essa política." Ainda bem que o general teve o cuidado de nunca mais repetir essa declaração durante a sua gestão.

O Boletim do Cimi n.º 52, de dezembro de 1978, traz o debate travado entre missionários, jornalistas e líderes indígenas reunidos no Sul do País. Tudo foi enfocado na ocasião: o problema da terra, o projeto governamental de emancipação do índio. Comentou-se também a atuação do Cimi, da Funai e do Ministério do Interior. Declarações de Dom Tomás Balduíno, O.P.:

— A caminhada do Conselho Indigenista Missionário em direção a uma nova proposta missionária e de Pastoral Indigenista não está isolada da Igreja Latino-americana. A partir de Medellín, 1968, cresceu uma consciência da necessidade de as Igrejas dos países latino-americanos trabalharem juntas. Houve encontros como o de Assunção, de Iquitos e, posteriormente, o Encontro Pan-Amazônico em Manaus, em junho de 1977, que são marcos dessa caminhada de entrelaçamento e troca de experiências dessas Igrejas irmãs. O trabalho do Cimi se beneficiou enormemente desses encontros, cuja preocupação com o índio foi cada vez mais crescendo em amplitude e profundidade.

— A Pastoral Indigenista ganhou autonomia, ganhou identidade. Destacou-se pela importância e pelo caráter de urgência que assumia a sobrevivência dos Povos Indígenas do Continente. E caminhou inevitavelmente no sentido de ganhar uma dimensão política. Os povos indígenas, desde a chegada do colonizador, foram povos massacrados, mas sempre em luta contra o dominador. Isso não ocorreu apenas no passado. Ocorre hoje, diante de nossos olhos. Nesse contexto, a Pastoral Indigenista ou se torna política ou trai o índio. Neste sentido ela clareia a caminhada de toda a Igreja.

Sobre a Emancipação do Índio:

— Em primeiro lugar — continuou o presidente do Cimi — eu acho que o governo não exerceu a tutela como deveria. Isto é, em benefício do índio. Ele usou da tutela para impedir que o índio pudesse crescer, autodeterminar-se, chegando até à repressão aberta, como aconteceu em Roraima, onde a Funai impediu pela força a realização de uma Assembléia de 140 chefes representantes de quase 20 mil índios. O governo foi, portanto, um mau tutor. E o mau tutor não tem autoridade moral para emancipar o tutelado.

A pergunta seguinte foi feita a Dom Pedro Casaldáliga, Bispo de São Felix do Araguaia, Mato Grosso, a respeito de declarações do presidente da Funai, segundo as quais "o Cimi e a Funai são inimigos cordiais." Respondeu Dom Pedro:

— O general Ismarth é a luva do genocídio. Não podemos ser cordiais com os inimigos do índio. Acho que se ele fosse menos simpático, fosse como Ban-

deira de Mello, ele faria menos mal ao índio. Ele não enganaria tanto. Com todos os seus sorrisos, o general Ismarth minimizou o trabalho junto ao índio; tentou jogar a missão tradicional contra o Cimi, impediu a entrada de missionários em área indígena e por aí afora. Mas não é fácil reprimir o índio e houve nesse período um grande crescimento da consciência indígena. O Cimi contribuiu em grande medida para aquele aumento de consciência. A união dos índios foi a grande vitória.

III Assembléia Nacional do Cimi

Nesta Assembléia, realizada em Goiânia, julho de 1979, foi assinalada a participação dos "irmãos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil", cuja presença, segundo os dirigentes do Cimi, "constituiu-se numa contribuição valiosíssima, tanto no que diz respeito ao próprio trabalho direto entre os Povos Indígenas, com cuja causa se comprometeram de forma profundamente cristã e encarnada, como no aspecto igualmente fundamental do ecumenismo que dentro da Pastoral Indigenista começa a romper barreiras, buscando uma prática de serviço ao índio."

Na avaliação dos trabalhos do Cimi, de 1975 a 1979, não foi esquecida "a pesada herança de sangue. Herança que marcou definitivamente o destino da Pastoral Indigenista no Brasil e lhe imprimiu seu caráter profético."

Foram lembradas as mortes do índio Simão Cristino e do Padre Rodolfo, em defesa da terra e do direito à vida da nação Borôro; a morte do Padre João Bosco Penido Burnier, em defesa das mulheres torturadas de Ribeirão Bonito; e a morte do Padre Francisco Jentel, missionário francês expulso do País por ação de poderosos.

Dom Tomás Balduíno declarou-se chocado com a morte, na França, do Padre Jentel, pois esperava que ele voltasse para continuar seu trabalho junto aos índios. E frisou:

— Estávamos convencidos de que seus perseguidores, que o expulsaram do Brasil em 1975, aqueles que o condenaram a 10 anos de prisão na Auditoria Militar de Campo Grande, e o que o expulsou de maneira sumária, depois de absolvido no STM, bem como os que foram coniventes com essa injustiça, haviam de um dia cair ou ser preteridos no quadro nacional. Jentel jamais será esquecido pelos sertanejos e índios do Araguaia.

Foram focalizadas também as gestões dos generais Bandeira de Mello e Ismarth de Araújo à frente da Funai:

"O General Bandeira de Mello definiu sua gestão como um trabalho calcado sobre o modelo econômico de desenvolvimento posto em prática pelo regime militar. Ele foi fiel à sua definição. Basta lembrar que durante sua gestão foi construída a rodovia BR-80, que desmembrou o Parque Nacional do Xingu, mutilando-o na parte norte, a área mais fértil e mais coberta de matas. A gestão do general Ismarth foi como a administração anterior, mas com as luvas da diplomacia."

Ângelo Kretã

O Cacique Ângelo Kretã, líder dos Kaingang e Guarani, da Reserva de Mangueirinha, no Sudoeste do Paraná, morreu num hospital de Curitiba, vítima de embolia cerebral. Na noite de 22 de janeiro de 1980, o Cacique e três soldados da PM caíram numa emboscada, quando uma jamanta, ao desviar-se de um volks deixado abandonado na estrada, colidiu frontalmente com o carro que ocupavam. E, nos últimos dias de dezembro de 79, no sertão da Bahia, o pistoleiro Antônio Vieira da Silva matou a tiros o índio Ângelo Pankararé. Comenta o Boletim do Cimi, n.º 62, de março de 1980:

"As mortes de Ângelo Pankararé e Ângelo Kretã ocorrem dentro de uma situação de avanço da luta pela defesa e pela reconquista das terras indígenas, por um lado, e de retrocesso na política indigenista oficial, por outro.

(...) A substituição do general Ismarth Araújo pelo Engenheiro Adhemar Ribeiro à frente da Funai traduziu a tática do governo militar de utilizar um homem "afeito ao diálogo" para confundir e neutralizar as forças que se opunham à sua política indigenista. A situação indígena, contudo, foi suficientemente dramática e exigente para colocar em xeque a política de conciliação do Dr. Adhemar, obrigando-o, num breve espaço de tempo, a tomar medidas que feriram os interesses dos grandes latifundiários.

Tais medidas implicaram num prazo igualmente curto na sua deposição e no retorno da política indigenista às mãos castrenses. Desta vez, o Coronel de Segurança e Informações Carlos Nobre da Veiga."

Observe-se que o índio Ângelo Kretã, de 38 anos, era o grande líder da luta dos Kaingang e Guarani pela recuperação das terras e pinheirais de Mangueirinha. Exercia também virtual liderança sobre os Kaingang e Guarani das demais áreas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Visita do Papa

Por ocasião da visita de João Paulo II ao Brasil, em 1980, os índios expuseram a Sua Santidade seus problemas, suas dificuldades, as perseguições de que têm sido vítimas. Documento final da Assembléia de Manaus, lido pelo índio Lino, da nação Miranhã, foi ouvido em profundo silêncio por "João de Deus". Os índios da tribo Sateré-Mawé entregaram a Sua Santidade uma relação dos governadores e deputados, federais e estaduais, que eles apontavam como perseguidores dos índios no Brasil:

"Amaral de Souza, governador do Rio Grande do Sul; ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e Ney Braga, governador do Paraná. Em Rondônia, os maiores inimigos dos índios Suruí e Cinta-Larga é o governador Jorge Teixeira e o deputado federal Jerônimo Santana. Em Sergipe, o grande inimigo é o prefeito Guimarães Brito. Em Roraima, o brigadeiro Ottomar de Souza e o deputado Hélio Campos. Em Goiás, o deputado Siqueira Campos, considerado o maior inimigo dos índios Xerente e Apinayé. Em Mato Grosso, o secretário de Justiça Domingos Sávio Brandão, vice-governador Frederico Campos, secretário do Meio Ambiente Roberto Cruz. Também o Ministro Mário Andreazza, do Interior, e o Cel. Carlos Nobre da Veiga, presidente da Funai."

E concluíram:

"Nós, Sateré-Mawé, somos um grupo de 3.865 índios que não temos perseguições por parte desses políticos que estão perseguindo nossos irmãos índios de todo o Brasil. Oremos um apelo a Vossa Santidade Papa João Paulo II para estes inimigos dos indios do Brasil, pois os índios são os verdadeiros donos da terra. Oremos, para que esses políticos respeitem os nossos direitos."

Em Brasília, datado de 30 de junho de 1980, representantes de 26 nações indígenas entregaram um documento ao Papa João Paulo II, em mãos, na noite de 1.º de julho, durante recepção na sede da CNBB. Trechos:

"Nós esperava falar com o Senhor aqui em Brasília, mas ficamos sabendo que o Senhor vai a Manaus, não para ver os milhares de índios que vivem uma vida sub-humana naquela cidade. Vivem como trabalhadores mal pagos, como empregadinhas domésticas e até como prostitutas!

Soubemos que o senhor, em Manaus, vai ouvir os índios cantar e dançar para o Senhor, mas será que o Senhor não vai ficar triste e até chorar, quando souber que um povo não pode cantar e dançar quando lhe estão roubando as terras, matando seus chefes e obrigando milhares de nossos patrícios a trabalhar em condições de escravos?

Seria bom que o Senhor fosse visitar o povo Kaingang, o povo Pankararé, o povo Guajajara, o povo Tukuna, o povo Borôro, para ver as viúvas chorar a morte violenta de seus maridos, ver os órfãos cujos pais foram mortos pelos cristãos, apenas nos últimos três anos."

A palavra do Papa

Em Manaus, depois de ouvir atentamente as palavras dos líderes indígenas, inclusive a exposição do Cacique Guarani Marçal de Sousa, o Papa João Paulo II falou emocionado, destacando a necessidade da adoção de uma política indigenista ponderada, oportuna e inteligente, para que sejam respeitadas "a dignidade e a liberdade de cada um de vocês como pessoa humana." Disse Sua Santidade:

"... A última mas cordialíssima saudação vai para os amados índios aqui presentes e aqui representados. Vocês são uma presença particularmente grata ao coração do Papa.

E que posso dizer-lhes? Que a Igreja dispensa a vocês profunda estima por aquilo que são e por aquilo que há em todos vocês, como pessoas humanas, também chamados a ser de Jesus Cristo (Cf. Rom., 1,6). Sei com quanto respeito e solicitude a Igreja procura dedicar-se a vocês como se dedicou, desde a descoberta do Brasil, a seus antepassados.

O bem-aventurado José de Anchieta é, neste sentido, o pioneiro e de certo modo o modelo de gerações e gerações de missionários jesuítas, salesianos, franciscanos, dominicanos, missionários do Espírito Santo ou do Precioso Sangue, beneditinos e tantos outros totalmente devotados a vocês. Com meritória constância eles procuram comunicar-lhes com o Evangelho toda ajuda possível em vista de sua promoção humana.

Confio aos poderes públicos e outros responsáveis os votos que, neste encontro com vocês, eu faço de todo coração em nome do Senhor, que a vocês, cujos antepassados foram os primeiros habitantes desta terra, tendo sobre ela um particular direito ao longo das gerações, seja reconhecido o direito de habitá-la em paz, na serenidade, sem o temor, verdadeiro pesadelo, de serem desalojados em benefício de outrem, mas seguros de um espaço vital que será base não somente para a sua sobrevivência, mas para a preservação de sua identidade como grupo humano, como verdadeiro povo, como verdadeira nação.

A esta questão complexa e espinhosa almejo que se dê uma resposta ponderada, oportuna e inteligente para o benefício de todos. Assim, se respeitará a dignidade e a liberdade de cada um de vocês como pessoa humana.

E que Deus abençoe a todos,
em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo
Amém."

Deixem-me falar como se fosse um Mário Juruna, um Aniceto, qualquer deles:

— Somos um povo que vive e convive com a natureza, não a violentamos. Temos muita terra? Por que não publicam nos grandes jornais de São Paulo, Rio de Janeiro e até mesmo de Cuiabá, a relação das fazendas, sua extensão em metros quadrados, os nomes de seus proprietários ou acionistas, os nomes das multinacionais e seus testas-de-ferro?

Que tal uma relação das terras que têm donos e não produzem, dos grandes latifúndios, das terras devolutas dos Estados? Só assim seria possível um confronto com as terras que nos sobraram e que continuam cobiçadas pela ganância dos que se julgam donos deste país, por ocuparem momentaneamente cargos públicos, deste país secularmente espoliado, sempre em nome de um nacionalismo de fachada.

... Vamos trabalhar e se conseguirmos sobra de alimentos, quando os nossos não estiverem com fome, quando tivermos poupado um pouco para os dias difíceis, então pensaremos em vender a vocês, exportar, como vocês dizem. Nossa gente tem que estar bem alimentada, não queremos subnutridos seguindo para a cidade grande em busca de migalhas que sobram da mesa farta dos ricos. Essa é uma situação muito triste, muito deprimente para seres humanos iguais a nós.

... Afinal, vocês, depois de tantos séculos que aqui chegaram, nos parece que não sabem que rumo tomar, o que querem, como se governar... Como é que com tanta riqueza, apesar da espoliação conhecida, com tanta terra, vocês pedem dinheiro emprestado desde os tempos de D. João VI, pagam juros de juros, continuam pedindo e entregando riquezas a troco de banana? Como é que podem exportar alimentos quando uma boa parcela do povo está com fome, e se alimenta mal?

(José M. Gama Malcher, em resposta ao Secretário de Justiça de Mato Grosso, Domingos Sávio Brandão, que censurou a Funai por ter devolvido aos Xavante pequena parte de suas terras, da reserva de *Parabubure* — maio de 1980).

Desencanto

Depois de anos e anos de serviço em benefício da causa indígena, já aposentado e desencantado, J. M. Gama Malcher, em carta enviada de Petrópolis, onde reside com a família, datada de 15 de março de 1982, devolveu ao Presidente da Funai, Coronel Paulo Moreira Leal, a Medalha do Mérito Indigenista e o respectivo Diploma, que lhe haviam sido remetidos pelo então Presidente da entidade, General Ismarth de Araújo Oliveira, por ocasião das cerimônias comemorativas do Dia do Índio em 1976.

É a seguinte, na íntegra, a carta de Gama Malcher ao Presidente da Fundação Nacional do Índio, Coronel Paulo Moreira Leal:

"Senhor Presidente:

De algum tempo venho indagando a mim mesmo se, no decorrer de tantos anos, valeu a pena o que procurei fazer para dar aos nossos índios uma vida mais digna, mais humana.

Acertos e desacertos, estes mais que aqueles, acredito, não conseguiram, pelo menos, aliviar o cruel destino que nós brancos lhes destinamos.

Nestes quase cinco séculos sempre lhes ditamos as regras do jogo, como povo invasor e mais bem armado. Nunca os consultamos se lhes interessava a política que lhes impúnhamos. Sempre olhamos o decantado "problema indígena" de um ângulo interesseiro.

O resultado prático, após longos anos de experiências, é quase que nulo. Missionários e órgãos oficiais não conseguem decifrar o óbvio: deixar que os índios solucionem os seus problemas, dentro das suas tradições, das suas culturas, como povo que são. Cabe-nos garantir-lhes um pouco de terra da muita que espoliamos e tratar das enfermidades, dos males que, muitas vezes por maldade, lhes transmitimos.

"Eu posso ser o que o senhor é, sem deixar
de ser o que sou..."

Foi assim que Marcos Terena, numa feliz síntese, falou a quem podia e devia ouvir. Em poucas palavras, toda uma filosofia de vida.

Do malsinado SPI — o primo pobre —, o enteado de má madrasta, do Ministério da Agricultura, à Fundação Nacional do Índio, de estrutura quase que faraônica para o fim a que se destina, o que mudou foi a moldura dourada. O conteúdo, índios e seus desafios diante de uma sociedade que os oprime, continua à procura de soluções.

Ontem como hoje, raros, muito poucos, são os elementos dedicados. A grande maioria tem os tutelados do Governo como simples justificativa.

Mas não seríamos justos acusando somente a Funai, com a sua reconhecida descontinuidade administrativa, como única culpada.

Sem nos alongarmos, vejamos um simples setor que interessa muito de perto ao índio — agricultura.

Do "em se plantando, tudo nela dá..." de Caminha, passando pelo "país essencialmente agrícola", pelo "futuro celeiro do mundo...", frases feitas, lugares-comuns que nos ensinavam nas escolas, nos defrontamos hoje, como feliz descoberta, com o aproveitamento do cerrado e da várzea.

Qualquer Xavante, qualquer Canela, entre outros, sabem conseguir a sua subsistência do cerrado. E da várzea? Basta observar o que fazem os caboclos da Amazônia. E este é um setor entre tantos.

Com um "curriculum" que, sem falsa modéstia, bem poucos podem apresentar, sempre tive a humildade de ser, somente, em qualquer terreno, um fiel e dedicado amigo dos índios. E só deles aceito julgamento.

Sempre exerci cargos e funções de confiança sem jamais ter pedido a quem quer que seja para exercê-los. Exercendo-os, sempre tive, norteando meus atos, uma atitude coerente, sem medo. Em momento algum vacilei, quando era preciso

enfrentar servidores corruptos, o mesmo com os crônicos inimigos dos índios, fossem governo, políticos, latifundiários e tantos mais.

E, por incrível que possa parecer, nunca fui discípulo e muito menos mestre de ninguém. Sempre procurei tomar atitudes e responsabilizar-me. Sempre fui eu mesmo.

Cabe, agora, a pergunta inicial: Valeu a pena? Não. Para mim foi uma grande decepção.

Por tudo isso, Senhor Presidente, por não ver motivos para continuar em meu poder, inclusive por desmerecê-la, peço-lhe que receba a Medalha do Mérito Indigenista, e o Diploma que nos foi enviada pelo então Presidente General Ismarth Oliveira, quando das comemorações do Dia do Índio de 1976.

Com a vivência dos meus 75 anos de idade, este é um presente que devo dar a mim mesmo.

Apresentando-lhe as minhas desculpas, faço votos para que obtenha êxito na árdua missão e subscrevo-me com

atenciosas saudações

José Maria da Gama Malcher

Petrópolis, 15 de março de 1982."

Cadeira incômoda

As irregularidades denunciadas por Malcher continuam. A cadeira onde costuma sentar-se o presidente da Funai parece que dá choque. Não pára ninguém ali. No dia 14 de outubro de 81 em Brasília, o Ministro do Interior, Mário Andreazza, aceitava o pedido de exoneração do presidente da Fundação, coronel João Carlos Nobre da Veiga, e indicava para substituí-lo o coronel-aviador Paulo Moreira Leal, que exercia o cargo de assessor da presidência daquele órgão.

O coronel Nobre da Veiga pediu exoneração em audiência com o Ministro Mário Andreazza, quando ressaltou que saía por motivos pessoais, já que sua família nunca se acostumou com Brasília e continuava residindo no Rio. Nobre da Veiga foi indicado representante do Ministério do Interior no Rio de Janeiro, para ocupar o cargo de secretário especial da Região Sudeste.

Na ocasião, fontes do Ministério do Interior negavam que a saída de Nobre da Veiga tinha algo a ver com as críticas que o coronel vinha recebendo de antropólogos, da Igreja e de outros setores ligados ao indigenismo. Apurou-se depois que a nomeação do coronel João Carlos Nobre da Veiga para um cargo na Secretaria Especial da Região Sudeste (Serse), órgão do Ministério do Interior, foi uma hábil manelra de o Ministro Mário Andreazza mantê-lo no Rio, sem que seu pedido de renúncia pudesse suscitar qualquer ligação com as denúncias de corrupção na Funai apresentadas na Câmara.

A última denúncia, apresentada pelos Deputados Modesto da Silveira (PMDB-RJ) e Antônio Carlos (PT-MS), se referia a uma transação ilegal para a compra de um imóvel que seria a futura sede do órgão. O prédio foi adquirido sem concorrência pública, num local impróprio — o setor de indústrias — e somente na sua reforma estavam previstos gastos no valor de Cr$ 60 milhões.

Soube-se mais na época: desde que Nobre da Veiga viajou para a Europa, de férias, já se sabia que, quando retornasse, não mais reassumiria a presidência da Funai. Seu afastamento ficou claro com a nomeação do coronel Paulo Moreira Leal para assessor especial, durante sua ausência.

Em São Paulo, o pedido de demissão do coronel Nobre da Veiga "foi visto por todos os antropólogos brasileiros como uma esperança de que a Funai venha, afinal, a desempenhar as funções para as quais foi criada." Essa declaração foi dada pela presidente da Associação Brasileira dos Antropólogos — ABA —, professora Eunice Ribeiro Durhan, da Universidade de São Paulo. Frisou ela que a Associação congrega 500 membros, "ou seja praticamente todos os antropólogos com formação profissional no Brasil."

Inimigo Jurado

Em Goiânia, capital de Goiás, Pedro Tierra, representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), distribuiu naquela ocasião a seguinte nota:

"Os povos indígenas sobreviveram ao Coronel Nobre da Veiga, assim como, nos anos mais recentes, sobreviveram ao General Bandeira de Mello, ao Ministro Rangel Reis e, no passado mais distante, sobreviveram a Anhangüera, Raposo Tavares e outros.

Nobre da Veiga se retira cantando vitória. Vendo com mais objetividade, não há motivos para tanto. A vitória do Coronel foi quase inexpressiva, pode ser computada em números: 62 índios mortos de sarampo, coqueluche e pneumonia; 30 peões mortos em conflitos com os Txucarramãe e Gorotire, no Pará; 700 ha esbulhados dos Tupiniquim e entregues de presente à Aracruz Celulose; 750 ha arrancados dos Tapirapé e cedidos à Companhia Tapiraguaia em Santa Terezinha-MT. Não há motivo para orgulho.

Durante quase dois anos em que Nobre da Veiga dirigiu a Funai, a palavra mais ouvida nos corredores era *disciplina.* Em nome dela, Nobre da Veiga montou um estado-maior com 12 outros coronéis. A Funai conta hoje com mais coronéis do que qualquer divisão do Exército. Também em nome dela, Nobre da Veiga demitiu, em julho de 1980, mais de 60 funcionários, médicos, sertanistas e antropólogos. Para substituí-los, o presidente da Funai convocou cabos e sargentos reformados.

A preocupação com a disciplina não livrou Nobre da Veiga de alguns aborrecimentos. Não teve, por exemplo, como evitar que 33 xavantes entrassem no seu gabinete para dizer-lhe algumas verdades e tentassem jogar pela janela um de seus assessores.

Aos povos indígenas o Coronel Nobre da Veiga não deixa saudades. Hoje é dia de festa nas aldeias. Dificilmente se encontrará dentro da Funai ou fora dela alguém que seja, como o Cel. Nobre da Veiga, um inimigo jurado dos povos indígenas."

Promessa

No dia 19 de outubro de 81, em Brasília, o Coronel Paulo Leal afirmava, logo após ser empossado pelo Ministro Mário Andreazza, do Interior, na presidência da Funai, que durante a sua administração iria dar ênfase à demarcação das terras indígenas e à saúde do índio.

O presidente da União das Nações Indígenas (Unind), índio Marcos Terena, compareceu à cerimônia de posse com outros cinco índios das nações Terena e Karajá, e declarou que a mudança na direção da Funai "foi da água para o vinho". Disse mais:

— Gostei muito quando ele lembrou do Rondon, dizendo que precisamos melhorar o índio e não mudá-lo. Isto quer dizer que a hipótese da emancipação está afastada.

Marcos Terena entregou ao Ministro do Interior um cartaz pedindo o reconhecimento da entidade que preside. Dizia o cartaz: "Posso ser o que você é sem deixar de ser o que sou."

O presidente da Unind externou a opinião de que, sozinho, o Coronel Leal não poderia fazer muito pela política indigenista, mas frisou: "Com o aparato e a experiência que traz do Conselho de Segurança Nacional, onde esteve até agora, isso poderá ser possível."

E demonstrou bom-senso e equilíbrio ao dizer:

— O fato de ser um militar não significa que tenha o mesmo comportamento de outros que passaram pela Funai.

A LEI DO GENOCÍDIO

LEI Nº 2.889 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1956 (*)

Define e pune o crime de genocídio

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional étnico, racial ou religioso como tal:

a) matar membros do grupo;

b) Causar lesão grave a integridade física ou mental de membros do grupo;

c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial;

d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;

e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo;

Será punido:

com as penas do art. 121, § 2.º, do Código Penal, no caso da letra *a*;

com as penas do art. 129, § 2.º, no caso da letra *b*;

com as penas do art. 270, no caso da letra *c*;

com as penas do art. 125, no caso da letra *d*;

com as penas do art. 148, no caso da letra *e*.

Art. 2.º — Associarem-se mais de 3 (três) pessoas para prática dos crimes mencionados no artigo anterior:

Pena: Metade da cominada aos crimes ali previstos.

Art. 3.º — Incitar, direta e publicamente, alguém a cometer qualquer dos crimes de que trata o art. 1.º:

Pena: Metade das penas ali cominadas.

§ 1.º A pena pelo crime de incitamento será a mesma do crime incitado, se este se consumar.

§ 2.º A pena será aumentada de 1/3 (um terço), quando a incitação for cometida pela imprensa.

Art. 4.º — A pena será agravada de 1/3 (um terço), no caso dos arts. 1.º, 2.º, 3.º, quando cometido o crime por governante ou funcionário público.

Art. 5.º — Será punida com 2/3 (dois terços) das respectivas penas a tentativa dos crimes definidos nesta Lei.

Art. 6.º — Os crimes de que trata esta Lei não serão considerados crimes políticos para efeito de extradição.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Nereu Ramos.

---

* Lei publicada no D.O. de 2 de outubro de 1956.

OBS.: O anteprojeto Hungria adotou, **in totum**, o conceito ora repetido no Art. 130, Capítulo II, do novo Código Penal:
"Matar membros de um grupo nacional, étnico, religioso ou pertencente a determinada raça, com o fim de destruição total ou parcial desse grupo: Pena — reclusão, de 15 a 30 anos".

Apesar das promessas, que se repetem à cada mudança na alta cúpula da Funai, os índios continuam ocupando espaços nos noticiários dos jornais, onde aparecem sempre como vítimas. Até quando? Quem acompanha, como nós, o problema indígena em nosso País, chega à conclusão de que tudo indica que há — pelo menos parece que há — um plano sinistro destinado a dizimar o que resta dos índios em nosso território.

Não obstante a proclamada posição oficial, segundo a qual não houve genocídio no Brasil, podemos indagar: que nome tem essa perseguição sistemática, seguida sempre de violência? Por que a discriminação contra o índio? Qual o problema? Nacionalidade? Raça? Religião? Credo Político? Ou simples ambição?

O notável criminalista brasileiro Nelson Hungria, em sua conferência sobre *O Crime de Genocídio,* proferida no Centro Militar de Estudos de Juiz de Fora, Minas Gerais, em 15 de agosto de 1950, depois inserida na sua monumental obra *Comentários ao Código Penal* (Edição *Revista Forense,* vol. VI, 1958, Rio de Janeiro), nos ensina:

"*Genocídio* (do latim *genus*, raça, povo, nação e *excidium*, destruição, ruína) é o nome com que, por sugestão do internacionalista LEMKIN, se convencionou designar a mais chocante feição que já assumiu a infinita maldade do homem contra o homem: o calculado e continuado extermínio em massa de seres humanos, por motivo de sua nacionalidade, raça, religião ou credo político. A prática desse hediondo malefício, de que foi useira e vezeira a Alemanha de Hitler, não é de hoje. O massacre de São Bartolomeu, na França, a dizimação dos Aztecas e Incas pelas hordas de Cortez e de Pizarro, a matança dos Peles Vermelhas pelos pioneiros americanos e a carnificina dos anabatistas são, sem dúvida, exemplos históricos de genocídio."

O mesmo jurista cita ainda a *Carta de Nuremberg* — resultante do Acordo de Londres, de 8 de agosto de 1945 —, a qual menciona no seu artigo 6.º, letra *c,* os fatos denominados *Crimes Contra a Humanidade,* entre os quais se reconhece o genocídio típico:

> "Assassinatos, exterminação, escravização, deportação e outros atos desumanos praticados contra qualquer população civil, antes ou durante a guerra; ou perseguições por motivos políticos, raciais ou religiosos..."

No Brasil, a Lei n.º 2.889, de 1 de outubro de 1956, que define e pune o crime de genocídio, abre o seu artigo 1.º falando em "intenção" e, na letra *c* do mesmo artigo, enquadra no crime de genocídio quem "submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial".

Vêem-se as expressões "*intenção* de destruir...", "submeter *intencionalmente*" (os grifos são nossos), como se o Direito não fosse uma Ciência objetiva, que lida com fatos e não com intenções. O princípio da intencionalidade, de que se socorrem muitas vezes os Defensores Públicos e outros advogados de defesa, provoca discussões intermináveis, tumultua as sessões nos Tribunais, causando, na maioria das vezes, total confusão nos jurados. O cidadão que compõe o Conselho de Sentença, jejuno de leis, acompanha, embasbacado, a luta brilhante entre Promotor e Advogado de Defesa, mas...

Deixemos de lado as digressões e vamos aos fatos. O que vem acontecendo aos índios em nosso País?

— Em dezembro de 1981, notícias de Porto Alegre davam conta de que agentes da Polícia Federal haviam autuado em flagrante, "quando roubavam madeira na reserva indígena de Toldo Guarita, município de Tenente Portela, o Vice-Prefeito de Redentora, Emélio Cossetin, Eugênio Roever, irmão do Prefeito, e Sabino Dalberto, proprietário do caminhão que transportava a madeira". Foram recolhidos ao presídio municipal de Três Passos, mas, segundo o delegado regional, "poderão responder ao processo em liberdade".

— Naquele mesmo mês, vários caciques da nação Ticuna, cujo povo vive disperso por 37 aldeias, no Amazonas, se reuniram para protestar contra a invasão e depredação do seu território — em uma faixa de 400 km do rio Solimões. Denunciaram que fazendeiros estavam derrubando as florestas dos Ticuna e colocando gado em suas terras.

Segundo o antropólogo João Pacheco, presidente da Comissão Pró-Índio e que conviveu com os Ticuna durante cinco meses, "cerca de seis mil hectares pertencentes aos índios estão em poder de Wilson Ribeiro Mafra, que os índios chamam de *Mico.* Essa área, denominada Cajari, sempre foi tradicional local de habitação dos índios, com suas malocas antigas. E foi nela que *Mico* se estabeleceu em 1978, colocando lá diversas famílias."

O antropólogo denunciou ainda: "A situação deles é muito grave; a terra está sofrendo especulação fundiária muito grande e as produções principais — borracha, madeira e peixe — estão sendo dizimadas. Os índios estão sofrendo demais com isso, os pesqueiros possuem frigoríficos nos barcos e retiram grandes quantidades de peixes. Ante a facilidade de financiamento por parte de bancos oficiais, a Funai não tem força para deter tal situação. A única solução é a demarcação das terras."

Com base na Lei 6.739, de 1979, a União e os Estados têm condições para, por meio de ações avocatórias, cancelar os registros de terras obtidos mediante fraude. Com a retomada dessas áreas, o Poder Público poderia beneficiar os índios. E tem mais: pelo Estatuto do Índio e pela Constituição as riquezas do solo pertencem à União.

— A Primeira Delegacia Regional da Funai em Manaus confirmou, em 81, as denúncias de que foram praticadas irregularidades por funcionários de uma firma francesa (Elf Aquitaine) — que fez prospecção de petróleo na reserva dos índios Sataré-Mawé — tais como o uso excessivo de bebidas alcoólicas e até a exibição de filmes pornográficos no acampamento dos brancos. Pedido de providências foi encaminhado à Petrobrás, pois os trabalhos na área estavam sendo realizados por contrato de risco com a empresa.

— Em fins daquele ano, notícias vindas de Brasília informavam que o Conselho Indigenista Missionário — Cimi — forneceu esclarecimentos sobre o seguinte: o fazendeiro Pedro Gomes de Sá e dois sobrinhos mortos juntamente com o índio Antônio Pigo, no cemitério da Ilha da Assunção, na Bahia, Dia de Finados, não foram vítimas dos índios Truká, mas dos próprios pistoleiros que davam cobertura ao fazendeiro na emboscada ao único índio morto.

Atividade predatória

— No dia 15 de dezembro, não eram muito promissoras as notícias procedentes de Minas Gerais: em documento enviado ao Governador Francelino Pereira, a Pastoral Indígena da Diocese de Teófilo Otoni e Grequi — Grupo das Questões Indígenas — acusavam o projeto de desenvolvimento da Funai, criado em convênio com a Universidade Federal de Juiz de Fora, de destruir a cultura dos Maxacáli e tentar apropriar-se de suas terras ao fracioná-las.

Frisava o documento que os Maxacáli chegaram a Minas no século XVIII, vindos do Espírito Santo, e hoje estão reduzidos a 400, ocupando as aldeias de Água Boa e Pradinho, no município de Bertópolis, extremo Nordeste do Estado. E acrescentava:

"Infelizmente, a atividade predatória do latifúndio, interessado apenas na pecuária de corte, acabou com as matas e a caça. Restam apenas alguns vestígios de mata. Os índios continuam tendo necessidade de se alimentar e de sobreviver. Assim, na época em que passam necessidade ou no período de suas festas religiosas, seguindo suas tradições, eles pescam e caçam o que existe na região."

O Bispo de Teófilo Otôni, Dom Quirino Adolfo Schmitz, cobrou do presidente da Funai, Coronel Paulo Moreira Leal, a promessa de abrir as terras demarcadas a membros da Igreja, já que os missionários estavam proibidos de entrar na área dos Maxacáli. O Secretário-Geral da Comissão Pastoral da Terra em Minas e coordenador da Pastoral Indígena, o padre português Jerônimo Nunes, acusou a Funai de criar, em conivência com fazendeiros e políticos locais, "um ambiente de difamação contra a Igreja."

Menos de vinte dias depois, a Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte encaminhou à presidência da CNBB e ao Ministério do Interior um documento denunciando demarcações arbitrárias, pela Funai, de terras dos índios Tapirapé, tribo tupi do Nordeste de Mato Grosso, em benefício de empresários paulistas que exploram a fazenda de Tapiraguaia, cujos posseiros estavam sendo mobilizados contra os índios.

A denúncia foi levada a Belo Horizonte pelas Irmãzinhas de Jesus, que trabalham com os índios Tapirapé desde 1952 e moram em um convento de Roças Novas, Município de Caeté. O documento foi acompanhado por uma carta do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dizendo que a tribo não aceitava a redelimitação de sua terra e que as freiras eram acusadas pela Funai de terem insuflado os índios.

O Cimi temia, na época, um conflito armado, e afirmava:

"Quem dispõe de armas é a Polícia Militar enviada para a região e também os fazendeiros que procuram jogar os posseiros contra os índios. Está em jogo a sobrevivência de todo um povo do Município de Santa Teresinha, Nordeste de Mato Grosso. No início do século, os índios eram 1.500; em 1950, não passavam de 450; hoje, são apenas 180 pessoas em luta pela sobrevivência."

— Em fevereiro de 82 surgiu a denúncia do cacique Mi'Hi, segundo a qual "com uma alimentação bastante pobre em proteínas, alto índice de desnutrição e mortandade infantil, além de uma série de doenças contagiosas, como a tuberculose, cerca de 10 mil índios Terena, da reserva de Mato Grosso do Sul, vivem em 7.500 hectares, no Município de Aquidauana, em total desespero."

Mi'Hi contou que os índios eram obrigados a invadir fazendas em busca de alimentos e dois deles foram mortos por um administrador dessas propriedades, enquanto outro ficou com a mão direita inutilizada por um tiro. Vivem maltrapilhos, sem qualquer assistência. O cacique explicou por que a Nação Terena não pode desenvolver suas roças:

"A própria Funai acha que temos muita terra e não raras vezes acreditam ser os índios um povo de preguiçosos. Não é verdade, porque os 7.500 hectares da reserva existem apenas teoricamente. Ninguém demarcou direito as terras. Além do mais, dividindo essas terras para as aldeias da reserva e descontando os pedaços improdutivos, cada família não chega a ter meio hectare para trabalhar."

Em março, após as denúncias do Conselho Indigenista Missionário, Regional Norte I, em nota assinada pelo Bispo da Prelazia de Itacoatiara (Amazonas), Dom Jorge Marskell, de que a Mineradora Paranapanema tinha iniciado a abertura de uma estrada nas imediações do quilômetro 250 da BR-174 (Manaus-Caracaraí), dentro da reserva dos índios Waimiri-Atroari, veio de Brasília uma notícia promissora:

O Ministro do Interior, Mário Andreazza, assinara portaria interditando uma área de 7 milhões e 700 mil hectares na Amazônia, que deverá constituir a futura reserva física e cultural de 8.400 índios Yanomami, que vivem naquela região.

O *Jornal do Brasil*, na sua edição de 14-03-82, saudou a medida em editorial, sob o título "Direitos do Índio", do qual transcrevemos alguns trechos:

"Tem todo o caráter de ato civilizado a decisão do Governo de interditar uma área de 7 milhões e 700 mil hectares na Amazônia (sendo 5 milhões em Roraima e o restante no Amazonas), destinada a constituir-se na futura *reserva* de 8.400 índios Yanomami, que vivem na região.

... O caso dos Yanomami despertou a atenção mundial desde que a construção da Perimetral Norte, a partir de 1974, colocou-os em contato freqüente com a civilização... E desde aquela época, surgiu a idéia de um parque preservando a que é talvez a maior nação indígena de hábitos ainda não alterados na América do Sul.

... Que o Governo tomou uma decisão importante, verifica-se pela presença do Secretário-Geral da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, à assinatura pelo Ministro Mário Andreazza da portaria que interditou para os Yanomami os 7 milhões e 700 mil hectares. Dom Luciano prometeu para o projeto toda a colaboração dos missionários da Amazônia — harmonia raramente obtida, nas atuais circunstâncias, entre as perspectivas do Governo e as da CNBB.

Esteve igualmente presente a presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Eunice Durhan, que, se não se desmanchou em encômios, também não fez restrições, anunciando o acompanhamento do projeto pela comunidade científica.

... Os primeiros passos, entretanto, foram dados num episódio que pode constituir-se na pedra de toque da política indigenista brasileira. O Governo será julgado a esse respeito, aqui e no exterior, em boa parte através do que acontecer aos Yanomami."

Entre as autoridades presentes à assinatura da portaria, no Ministério do Interior em Brasília, encontrava-se a Encarregada de Negócios da Embaixada da Venezuela, María Clemencia López, porque a Venezuela abriga em seu território mais de 8 mil Yanomami. O Estado do Amazonas cedeu 2 milhões e 700 mil hectares e o território de Roraima 5 milhões.

A área interditada fica entre a fronteira com a Venezuela e a BR-210 (Perimetral Norte). Os índios estão distribuídos em 192 aldeias e uma Ajudância da Funai deverá ser criada na altura do quilômetro 211, além de postos indígenas e frentes de atração que se fizerem necessários, com o objetivo de entrar em contato com os grupos ainda arredios.

O Governador do Território de Roraima, Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, afirmou na ocasião que a interdição de uma área de 5 milhões de hectares "não afetará em nada o processo para a criação do Estado de Roraima. Nós temos 13 milhões de hectares sobrando para os projetos de desenvolvimento agropecuário, e uma população estimada em 130 mil habitantes. Os índios podem viver tranqüilos."

Com tristeza, duvidamos das afirmações do Brigadeiro Ottomar, segundo as quais "os índios podem viver tranqüilos." Até quando? É lamentável o que aconteceu e vem acontecendo com os índios nas Américas. Em março, ocorreu novo massacre, desta vez na América Central, precisamente na Guatemala. O plano sinistro de extermínio dos índios prossegue na sua sombria caminhada. As notícias estão aí (JB, 12-03-82):

> "*Cidade da Guatemala* — Pelo menos 200 índios guatemaltecos morreram degolados por homens armados que invadiram quatro povoados da cidade da Zacualpa, Província de Quiché, no Norte da Guatemala. A notícia foi dada pelo Secretário Mu-

nicipal de Zacualpa, Jesús Gómez Ponchón, em telegrama enviado à Polícia Nacional em Santa Cruz del Quiché, Capital da Província.

O jornal *Prensa Libre*, da Cidade da Guatemala, informou que o massacre ocorreu num sábado, e as vítimas foram índios maias — velhos, mulheres e crianças — degolados por um grupo que ocupou os povoados de Potrero Viejo, Xicojol, Hacienda San José e San Antonio Simanche. As quatro aldeias foram encontradas abandonadas depois do massacre e os corpos das vítimas enterrados em fossas comuns pelos vizinhos.

A Província de Quiché é uma das regiões em que os grupos guerrilheiros guatemaltecos mantêm-se mais ativos. Há dois anos registraram-se ali choques armados entre a guerrilha e tropas do Exército. Essas tropas, desde novembro, desenvolvem na região uma ampla operação de buscas.

Uma primeira matança nos mesmos moldes ocorreu mês passado no Departamento de Huehuetenango, no Oeste do país, onde 52 índios foram assassinados. As organizações guerrilheiras e o Governo se acusaram mutuamente, mas nunca se pôde apurar nada de concreto.

Enquanto isso, os três Partidos perdedores nas eleições presidenciais anunciaram sua disposição de promover uma greve geral para obrigar o Governo a anular, por fraudulentos, os resultados do pleito, que favoreceram o General Aníbal Guevara, candidato oficial."

Dois meses e quatro dias depois, notícias vindas do México (*JB*, 16-05-82, domingo) davam mais detalhes sobre o massacre de indígenas na Guatemala. Segundo revelação de um líder camponês, Pablo Ceto, mais de 250 índios foram mortos. Disse que a ocupação da Embaixada do Brasil naquele país teve por objetivo atrair a atenção de todo o mundo para o que vem acontecendo na Guatemala, onde a repressão contra as comunidades indígenas atingiu as raias da selvajaria. Eis a notícia:

"*México* — A ocupação da Embaixada do Brasil na Guatemala teve como objetivo denunciar ante os povos do mundo a repressão do Exército da Junta Militar, encabeçada por Efraim Rios Montt, contra as comunidades indígenas, declarou ontem o dirigente do Comitê de Unidade Camponesa da Guatemala, Pablo Ceto.

Ele afirmou que os seqüestradores, que libertaram os reféns na sexta-feira, e foram para o México, não eram guerrilheiros mas camponeses indígenas, membros de uma organização de massas.

— Hoje, os massacres são mais selvagens e cruéis, como nunca se havia sofrido antes — disse. Citou como exemplo o assassínio de mais de 250 pessoas nas aldeias Chicocon, Chipila, Chuatalun e Estancia La Virgen, província de Chimaltenango, na primeira semana de abril. Todas as casas foram queimadas e destruídas mais de mil plantações de mandioca.

A Junta Militar assumiu o Poder em 23 de março, após derrubar o Governo de Romeo Lucas García. No dia 7 de março haviam sido realizadas eleições acusadas de fraudulentas pela Oposição. O candidato oficial, General Anibal Guevara, deveria assumir o Poder em julho. Após o golpe, Rios Montt prometera respeitar os direitos humanos e anistiar os guerrilheiros."

Poeta Pede Parque Para os Yanomami

Na sua coluna *Mirante* (JB, Caderno *B*, pág. 2, de 24/04/82), o poeta Carlos Drummond de Andrade comentava:

"Parte do território habitado pela sofrida gente Yanomami, até o limite com a Venezuela, foi afinal interditada oficialmente. Isto quer dizer: não bulam mais com os índios e sua cultura. Muito bem. Resta agora cumprir o determinado pelo Ministro do Interior para efetivação do apoio e proteção ao grupo indígena e seu patrimônio natural.

A providência mais importante não consta da portaria do Ministério do Interior, mas impõe-se: criação do Parque Yanomami. Do contrário, o que se anunciou — construção de campos de pouso, estabelecimento de infraestrutura básica, viária e de comunicações, etc. — só servirá para atrair mais forasteiros interessados em explorar os recursos econômicos da área, à custa do sacrifício dos Yanomami, apesar da proclamada interdição.

Este caso tem sensibilizado a opinião pública, e é hora de provar que a proteção não fica no papel."

Tapirapé e Karajá

No dia 23/04/82, o presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, assinou portaria ampliando em 64,5 mil hectares a reserva dos índios Tapirapé e Karajá, no Município de Santa Terezinha (Mato Grosso). Nesta área, havia 80 famílias de posseiros, que seriam indenizadas pela Funai "para que abandonem o local o mais breve possível", segundo rezava o documento.

Em contrapartida, o Governador de Rondônia, Coronel Jorge Teixeira, afirmava um dia depois, em entrevista coletiva, que o Brasil "mantém muita terra para pouco índio"; a autoridade defendeu a redução das Reservas já demarcadas, "para que possam ser aproveitadas em projetos de colonização."

Frisou o Coronel Teixeira que a sua posição "é a mesma defendida pelo Governador de Mato Grosso, Frederico Campos", e que tal posição era bastante conhecida, inclusive por autoridades ligadas ao problema do índio, tais como o Ministro do Interior, Mário Anlreazza, e o presidente da Funai, Coronel Paulo Moreira Leal. Para o Governador de Rondônia, a Amazônia não pode ser mantida "como um santuário", acentuando que "é preciso acabar com a mística índio, índio, índio..."

CNBB quer solução

O Presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, defendeu a necessidade de se encontrar uma solução para os escassos povos indígenas do País e criticou o não cumprimento das leis que protegem os índios. Lembrou que nove anos após a criação do Estatuto do Índio, "nem um terço de suas terras foram demarcadas pelo Governo, o que deveria ter sido feito em cinco anos."

Falando pela Rádio Medianeira de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, Dom Ivo referiu-se à semana do Índio no programa *A Palavra do Pastor*, revelando "com tristeza" que, "ao contrário do lema da Semana — *índio, aquele que deve viver* —, os números mostram que existem somente 220 mil índios no Brasil, quando chegavam a cinco milhões na época do descobrimento."

No final de abril, agravou-se a situação no Pantanal Sul mato-grossense, região conhecida como Morraria. Os posseiros e os índios Kadiuwéu entraram em luta naquela área. Segundo denúncias de parlamentares da Oposição, o problema é antigo: vem desde a época do antigo Mato Grosso, quando a Codemat, responsável pelas questões de terras, criou na região a Colônia Agrícola Arnaldo Estêvão de Figueiredo. Os trabalhos não foram concluídos, provocando a situação.

Um documento foi enviado ao Ministro do Interior pela bancada oposicionista, isto a 23 de janeiro, denunciando negociatas entre funcionários da Funai e fazendeiros locais. Os grandes criadores de gado da região, arrendatários da Funai, vinham constantemente instigando os índios contra famílias de colonos, com o objetivo de criar áreas de atrito.

* * *

Este País não leva a sério o problema do índio, nem da cultura. Haja vista a absurda notícia da extinção do Museu do Índio, no Rio, desmentida pelo Ministério do Interior. Mas foram tantas as controvérsias, que preferimos transcrever aqui trechos do comentário do poeta e jornalista Carlos Drummond de Andrade sobre a questão (JB, Caderno B, 11-05-82):

"O que está acontecendo agora com esse infeliz Museu do Índio é das coisas que causam tristeza e desânimo. As informações são desencontradas, declarações oficiais procuram dourar a pílula, mas uma coisa é certa: museu desativado é cadáver de museu.

Não vejo por que compete à Funai decidir sobre a sorte de um museu federal, embora incluído na área de sua jurisdição. ... Outro valor mais alto, o da cultura, deve presidir à sorte dos museus federais, e por isso nada mais natural que o Museu do Índio, este do Rio ou o futuro, de Brasília, fiquem entregues ao Ministério da Educação e Cultura."

E o poeta finaliza seu longo e oportuno artigo:

"A controvertida situação do Museu do Índio é mais um aspecto do triste e imperdoável desapreço votado ao índio brasileiro pela comunidade nacional, através da sua estrutura de governo."

Pressão continua

As pressões contra os índios não param. Basta ler os jornais e ver e ouvir o noticiário das rádios e tevês. Em maio de 82, cerca de 100 famílias de índios Pataxó Hã-Hã-Hãe, considerados pelos especialistas como já integrados, foram ameaçadas pelos fazendeiros da região cacaueira do Sul da Bahia. O mais lamentável é que tais latifundiários sempre tiveram o apoio e o incentivo dos prefeitos dos municípios de Itaju do Colônia e Pau-Brasil, eles próprios barões da terra.

Segundo o autor da denúncia, Carlos Roberto Grossi, delegado da Funai em Governador Valadares (Minas Gerais), que visitou a área, os índios lutavam pela posse de fazendas situadas em sua reserva de 36 mil hectares. Dada a gravidade da situação, pois o próprio Governo da Bahia vinha exercendo pressões contra os índios, agentes da Polícia Federal foram deslocados para a região, com o objetivo de dar maior proteção às famílias indígenas.

— As terras — contou Carlos Roberto Grossi — pertencem aos índios desde 1926, quando receberam do Governo, em doação, área de 50 léguas quadradas, demarcadas e registradas. Acusados em 1936 de comunistas, os Pataxó sofreram forte pressão e perderam parte das terras, ficando apenas com os poucos hectares, dos quais possuem documento legal.

Antigamente, os esbulhadores lançavam mão de uma série de mentiras para justificar os massacres e o roubo: antropofagia, crueldade, preguiça. Hoje, erguem a rôta bandeira ideológica. No Brasil, o anticomunismo, apregoado e decantado, já promoveu políticos corruptos e beneficiou muita gente. E o pobre índio é tachado de comunista!

Leiamos o que narrou Carlos Roberto Grossi a respeito desses índios "comunistas":

— Aos poucos, pressionados pelos plantadores de cacau e pecuaristas, foram desalojados e, em 1949, deixaram de resistir, passando ao trabalho de "bóias-frias" na região e em outras partes do País. Segundo estudos e levantamentos antropológicos, a maioria vinha sobrevivendo na prostituição ou vivendo de biscates nas vilas e cidades. A única coisa que conseguiram foi retomar uma pequena fazenda do *grileiro* Jenner Pereira da Rocha, ali se instalando com a proteção da Polícia Federal.

A reação não tardou: acusado também pela seção baiana da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI-BA), o Governador Antônio Carlos Magalhães veio a público e criticou a intervenção da Polícia Federal na questão. Negou que o Governo da Bahia estivesse apoiando a ação dos fazendeiros contra os Pataxó de Pau-Brasil e Itaju do Colônia. Afirmou na ocasião que o seu Governo jamais exercera pressão contra os índios e fez a ressalva:

— Casos como este não devem ser resolvidos pela polícia, mas pela Justiça, salvo quando existe direito líquido e certo.

Mas o Governador não soube explicar se existem, de fato, documentos provando que os índios não são os legítimos donos das terras em litígio. Na Bahia, os índios nunca tiveram sorte com os Magalhães...

Funai acusa

No dia 16 de maio, em documento encaminhado ao Governador Antônio Carlos Magalhães, o presidente da Funai, Paulo Moreira Leal, justificou o apoio da Fundação e da Polícia Federal aos índios Pataxó na retomada de suas terras nos municípios de Pau-Brasil e Itaju do Colônia, argumentando que os títulos das terras, nos últimos anos, "são fruto de ato ilegal e inconstitucional". Frisou no documento que a área "é bem da União, demarcada como patrimônio indígena."

Mesmo depois da intervenção da Funai, os fazendeiros continuaram ameaçando os índios Pataxó, lancando mão de jagunços para intimidá-los. A história é antiga e foi assim que os índios foram perdendo as suas terras. Eis o que revela um levantamento realizado pelo Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia:

A área era dos índios desde 1610, mas as invasões foram mutilando o patrimônio indígena. Em 1926, foi criada uma reserva de 50 léguas quadradas, com respaldo em lei federal. Em 1936, a Reserva Paraguaçu-Caramuru foi demarcada, mas com as invasões ficou reduzida a 36 mil hectares.

Irromperam os conflitos em 1937, quando o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) — hoje Funai — arrendou extensos lotes a fazendeiros para trabalhos de agricultura. A antropóloga Maria Hilda Paraíso, que esteve com os Pataxó Hã-Hã-Hãe longo tempo, declarou:

— Com atos violentos, arrendatários, posseiros e grileiros começaram a expulsar os índios. Na década de 60, quando o Posto do SPI foi desativado, os fazendeiros deixaram de pagar o arrendamento, concedido pelo Governo só para extração de vegetais e agricultura nas terras da Reserva.

Outro depoimento reforça a tese do direito líquido e certo dos índios — o do Professor Pedro Agostinho, da Associação Brasileira de Antropologia:

— Os contratos proibiam taxativamente a instalação de benfeitorias permanentes, o que foi violado pelos arrendatários.

Noel Nutels

Não podemos esquecer neste livro a figura humana, o homem generoso e amigo dos índios: Noel Nutels, médico sanitarista, russo de origem judaica, naturalizado brasileiro. Noel viveu praticamente em função dos índios, logo após sua participação, em 1942, da Marcha Para o Oeste, ao lado do Ministro João

Alberto. Aliás, foi o próprio João Alberto que o convidou, em 1946, para integrar uma expedição ao Xingu. Noel aceitou e desde então nunca mais abandonou os índios. Aqui reverenciamos a sua memória.

Nós o conhecemos no Serviço Nacional de Tuberculose, onde estávamos colhendo dados para a nossa reportagem *Os Guerreiros já não Cantam Mais*, publicada em série no CORREIO DA MANHÃ. A entrevista era com o médico Lourival Ribeiro, que nos apresentou a Noel Nutels.

Com seu bigodão espesso e a cabeleira solta, ele acabava de chegar do sertão, aonde fora cuidar dos índios. Naquele tempo Noel vivia mais no mato que na cidade. Com as Unidades Sanitárias Aéreas, viajava sempre, levando todo material necessário para assistir os índios. Tudo fez em benefício deles. Como médico, sua conduta foi irrepreensível.

Em entrevista que concedeu ao jornal *O Pasquim*, n.º 49, edição de 28/05 a 03/06/1970, Noel Nutels dizia a grande verdade que hoje todos nós sabemos:

— Morreu muito índio, morre ainda. Mas a pior forma de agredir é a presença da nossa estrutura econômica.

Convênio

No dia 06 de julho de 82, foi assinado em Brasília, no gabinete do Ministro Mário Andreazza, um convênio entre o Ministério do Interior e o Banco Mundial, no valor de US$ 13,6 milhões, destinados a projetos sócio-econômicos a serem implantados em 14 reservas indígenas situadas na área de influência do Projeto Grande Carajás.

À assinatura do convênio, em conjunto com o ministro das Minas e Energia, César Cals, estiveram presentes o presidente da Funai, Coronel Paulo Moreira Leal, e o presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Eliezer Baptista da Silva. O convênio visava assegurar à Funai recursos para os projetos nas áreas de educação, saneamento, transporte, comunicação, agricultura e extrativismo em reservas indígenas do Pará, Maranhão e Goiás.

Segundo o Ministério do Interior, esses recursos seriam repassados em cinco parcelas anuais até 1986, de acordo com a programação elaborada pela Funai. Neste ano de 82 o Banco Mundial deverá repassar US$ 4.18 milhões; no próximo ano, US$ 5.06; em 1984, US$ 1.61; em 1985, US$ 1.37; e em 1986, US$ 1.31.

De acordo ainda com as informações oficiais, o programa de apoio às comunidades indígenas da área do Projeto Carajás deverá beneficiar 42 aldeias, sendo seis do Pará, 34 do Maranhão e duas de Goiás, estendendo-se ainda a outros cinco postos de vigilância do Estado do Maranhão.

Promessa

Por ocasião da assinatura do convênio, o presidente da Funai, Coronel Paulo Moreira Leal, garantiu que "nenhum dos 4.300 índios que habitam 42 aldeias nos Estados do Pará, Maranhão e Goiás será removido de suas terras em virtude das obras do Projeto Carajás".

Em meio a afirmações otimistas do Ministro César Cals, que falou em conciliação do desenvolvimento econômico "com a preservação ecológica e a integridade das populações indígenas", uma declaração mostrou se restritiva: a do Secretário-Executivo do Conselho do Grande Carajás, Nestor Jost:

— Esperamos que os índios, findo o prazo do convênio, atinjam um grau de aculturação ideal, para que possam ser assimilados como trabalhadores no projeto.

As 42 aldeias estavam divididas entre os grupos Xikrin, Gavião, Suruí e Parakanã, do Pará; Apinayé, de Goiás; e Guajajara, Urubu — Kaapor, Guajá, Krikati e Gavião, do Maranhão.

Violência

No dia 8 de outubro, a Polícia Federal invadiu, em operação coordenada, o Instituto da Pastoral Regional (Ipar), num prédio ao lado do Arcebispado, uma gráfica que edita o jornal oposicionista *Resistência* e a Sociedade dos Direitos Humanos, na Igreja da Aparecida, proprietária da gráfica, em Belém do Pará.

Houve espancamentos e foram efetuadas várias prisões, segundo depoimento da Irmã Helena, que trabalha no Ipar. Um integrante do Conselho da Coordenação Pastoral da Diocese, Carlos Bordallo, informou que, durante a diligência, diversos operários foram maltratados fisicamente e algemados. Esses operários trabalham na Gráfica Suyá Produções.

A ação da Polícia teve por objetivo a apreensão de faixas, cartazes, cartilhas e cartões que iam ser distribuídos, no dia 10, na festa do Círio de Nazaré, sob a responsabilidade de entidades religiosas que reclamavam a libertação dos padres franceses Aristides Camio e François Gouriou.

De São Paulo, onde se encontrava na ocasião, D. Luciano Mendes de Almeida, Secretário-Geral da CNBB, divulgou uma nota de protesto, condenando a invasão. Afirmou Dom Luciano que "a invasão domiciliar e a confiscação de documentos é inacreditável. O emprego da força só se justifica quando outros procedimentos foram esgotados. Essa atitude deseduca gravemente a consciência e lesa a segurança popular. Reprovo convictamente o ato."

Pataxó

Em Brasília, o presidente da Funai, Coronel Paulo Moreira Leal, confirmou, no dia 05 de novembro, ter presenciado, na entrada da reserva Pataxó no Sul da Bahia, a prisão de três membros do Conselho Indigenista Missionário, que ali compareceram para registrar e fotografar o que vinha ocorrendo com os índios na região.

Ao informar sobre a prisão dos missionários, o Cimi revelou que os agentes federais apreenderam 35 fotografias em poder de um deles, depois de obrigá-los a se despir e permanecer deitados, de bruços, enquanto disparavam tiros para o ar.

Como foi noticiado, a Funai alegou que temia a ação de fazendeiros e seus jagunços contra os Pataxó. Com a retomada da Fazenda São Lucas, em Pau-Brasil, no extremo Sul da Bahia, ocupada por fazendeiros nos últimos anos, os índios corriam perigo de vida, pois fazendeiros vizinhos se mobilizaram, contrataram jagunços bem armados. A Funai removeu os Pataxó para a Estação Experimental de Almada, em Ilhéus.

Drummond defende Pataxó

Na sua coluna *Mirante* (*Jornal do Brasil*, Caderno *B*, edição de 09 de outubro de 1982, pág. 8), Carlos Drummond de Andrade escreveu:

"Por favor, deixem os pataxós em paz, no chão que é deles, e que estão querendo tomar, dizem que em benefício de um partido político interessado em agradar fazendeiros. Não faz sentido mudar quem mora no que é seu e está garantido legalmente pelo Estatuto do Índio. Os pataxós que resistem à remoção absurda não são agitadores políticos. Fazem apenas aquilo que todo sujeito morador na sua casa deve fazer se um intruso tenta invadir-lhe o domicílio. A propriedade existe também para os índios — ou há quem ainda não sabe disto?"

Associação protesta

No dia 13 de outubro, o presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Gilberto Velho, divulgou nota sobre a posição da entidade na questão dos índios

Pataxó. A remoção feita pela Funai provocou protestos de antropólogos, indigenistas e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). É a seguinte a nota da ABA:

I — A ABA espera que a Funai cumpra com sua obrigação legal de tutela em relação aos pataxós;

II — Se a Funai reconhece os direitos dos pataxós às terras em questão e resolve removê-los, depois da tentativa de fixá-los, ficam claros os limites da política indigenista do Governo Brasileiro, sujeita às pressões dos mais variados grupos de interesse;

III — Esperamos que a Funai não desista de lutar na Justiça para o reconhecimento pleno dos direitos dos pataxós, mas também:

1) Não abandone nem pressione os pataxós que não desejam ser removidos, garantindo sua segurança e integridade;

2) Identifique os verdadeiros inimigos da política indigenista que, certamente, não são antropólogos, nem o Cimi, nem as Comissões Pró-Índio. A Funai deve vir a público para contar por que está sendo obrigada a este recuo em relação às suas posições anteriores que, aliás, mereceram o apoio da ABA;

3) Que mantenha um diálogo franco e aberto não só com a ABA, mas com a sociedade como um todo para que possamos, inclusive, apoiá-la quando for o caso;

4) Que não apele para acusações e rótulos fáceis que só servem para corroer as relações com grupos e pessoas honestamente empenhados na defesa dos grupos indígenas."

Abandono

Dezessete homens, 36 crianças e oito mulheres se recusaram a acompanhar outros 270 índios Pataxó, transferidos pela Funai e Polícia Federal para Almada, no Sul da Bahia, permanecendo em terras da Fazenda São Lucas, nos municípios de Pau-Brasil e Itaju. Ficaram completamente desprotegidos. A advertência fora feita no dia 11 de outubro, em Belo Horizonte, pelo seminarista jesuíta Giovanni Salomão, que visitou a Fazenda São Lucas, representando o Grequi — Grupo de Estudos das Questões Indígenas.

O padre Gerônimo Nunes, membro da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, manifestou a mesma preocupação, assinalando que "se acontecer alguma coisa com os índios, a culpa é da Funai e do Governo."

Giovanni Salomão contou que nem todos aceitaram a transferência, apesar de atemorizados pela Funai com a possibilidade de repetição do massacre de 1957, executado por fazendeiros que ocuparam os 36 mil hectares das terras dadas aos índios Pataxó, por decreto-lei de 1926. Disse o seminarista:

— Os que saíram também não queriam, mas foram coagidos pela Funai, lembrando o antigo massacre e dizendo que se não saíssem da terra, ela retiraria a Polícia Federal e cortaria também a cantina.

Conflito e mortes

Já falamos páginas atrás a respeito das áreas de atrito criadas com o fim exclusivo de prejudicar os índios. Tudo gira em torno de terras e extração de madeiras, sem o menor respeito aos direitos dos índios. A notícia é de Belém:

O madeireiro polonês Majer Kabacznick decidiu utilizar, para o escoamento de madeira, uma ponte que, cortando a reserva indígena, liga sua fazenda ao povoado de Boca Nova. Resultado: duas pessoas morreram — tudo indica que os mortos são índios — num conflito armado entre índios Tembé e posseiros que ocupam a reserva indígena Alto Rio Guamá, dos Tembé, em Ourém, no Estado do Pará, quase fronteira com o Maranhão.

Segundo as últimas notícias, o conflito ocorreu na localidade de São Pedro. O fazendeiro é reincidente, pois, tempos atrás, a Funai, através de sua 2.ª Delegacia, mandara derrubar uma ponte de madeira construída pelo mesmo madeireiro para facilitar o acesso à estrada. O conflito perdura há muitos anos e dentro da reserva existem mais três grandes fazendas e alguns povoados.

Mesmo lançando mão de ação judicial, a Funai até hoje nada conseguiu, o que prova o desrespeito dos latifundiários em relação à própria Justiça. Os invasores — grandes e pequenos — continuam nas terras indígenas.

Notícias não confirmadas informavam que desse conflito participaram empregados de um ex-prefeito de Ourém e do deputado federal Brabo de Carvalho, também fazendeiro na área. No caso, tais empregados não passam de jagunços a serviço dos poderosos. Problema antigo, que o Governo não tem condições de solucionar. Por quê?

Também no Estado do Pará, foi aberto inquérito pela Polícia Federal para apurar casos de grilagem e roubo de madeira em terras pertencentes aos índios Kaiapó, no Município de São Félix do Xingu. Até hoje nada se sabe.

Cimi defende índia

Médicos do Hospital de Base de Brasília ligaram as trompas da índia Everon, depois de ela ter dado à luz trigêmeos. São eles: Drs. José Raimundo Cavalcanti, Maurício Carrielo e Sandra de Oliveira. O primeiro alegou que obtivera autorização da Funai, mas o Assessor de Imprensa do órgão, Odil Telles, negou. A índia, de aproximadamente 25 anos, sofreu uma operação cesariana naquele hospital no dia 10 de julho, sábado, de 1982.

O Conselho Indigenista Missionário — Cimi — órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, entrou, seis dias depois da intervenção cirúrgica, com uma representação, junto à Procuradoria Geral da Justiça, contra os três médicos citados. Alegou o Cimi que a índia da nação Kayabi "teve o seu organismo mutilado e os padrões de sua cultura desrespeitados".

Embora a Funai tenha sustentado, através de sua Procuradoria Jurídica, que não podia interpelar os médicos, "por falta de respaldo legal", a representação do Cimi, assinada pelo seu Secretário-Executivo, Padre Paulo Suess, afirmou que "Everon foi mutilada e teve os seus direitos desrespeitados", com base na Lei 6.001 (Estatuto do Índio), artigo 55, que diz:

"O regime geral da Previdência Social será extensivo aos índios, atendidas as condições sociais, econômicas e culturais das comunidades beneficiadas."

Na representação, Padre Suess assinalou que "a laqueadura tubária evidentemente não faz parte da cultura kayabi como método de contracepção. Os Kayabi têm os seus próprios métodos contraceptivos."

O Secretário-Executivo do Cimi decidiu entrar com a representação após ter consultado o jurista Dalmo Dallari, que aconselhou a medida sob a acusação de crime de mutilação de pessoa. Esterilização de índios é precedente perigoso. Se a moda pega...

Bispo denuncia

O Bispo de Teófilo Otôni, Minas Gerais, Dom Quirino Adolfo Schimitz, informou, no dia 18 de julho, domingo, que o índio Maxacáli Waldomiro foi encontrado morto, com 34 golpes de faca, assinalando que ele foi assassinado por fazendeiros da região de Bertópolis, a 688 quilômetros de Belo Horizonte, "e não por outros índios por vingança e feitiçaria, como fora divulgado em Belo Horizonte."

O delegado da Funai em Governador Valadares, Carlos Roberto Grossi, seguiu para a região, onde vivem os 436 remanescentes da antiga tribo Maxacáli. Ali, o clima continuava tenso, com os fazendeiros acusando os índios de promover desordens e os índios reclamando medidas contra as freqüentes invasões de suas terras.

Dom Quirino, cuja Diocese está vinculada à aldeia Maxacáli, distribuiu a seguinte nota a respeito do caso:

"No dia 16 do corrente, um caminhão da Funai deixou alguns índios em Batinga, divisa de Minas Gerais com Bahia, seguindo depois para Governador Valadares. Os índios voltariam a pé para sua aldeia. Um deles, porém, ficou na fazenda do Sr. Pim Duca (ou Pinduca). Não voltando à aldeia, à noite, o chefe do Posto mandou procurá-lo.

Sábado, dia 17 de julho, os índios encontraram o corpo do companheiro, de nome Waldomiro Maxacáli, morto a golpes de faca. Fora arrastado para esse mesmo local onde, em 1981, outro índio, de nome Arquilino, fora espancado pelo vaqueiro de Valdivino Cabral. Os índios foram unânimes em afirmar que o autor do crime é um dos fazendeiros da região.

A Funai não se responsabiliza pelo que acontece com os índios fora da aldeia — é o que declaram funcionários do próprio órgão. Com isso, está aberto o caminho à violência contra os índios, mais ainda, neste ano de eleições, em que alguns candidatos precisam de votos de gente influente da região.

Não basta que esses fatos sejam denunciados. É preciso que se faça alguma coisa. Do contrário, poderá haver ainda credibilidade, por parte do povo tão sofrido, na ação da tão decantada segurança nacional?"

Padre confirma

O pároco de Maxacális, Padre Samir Gazel, afirmou que o índio Waldomiro foi morto por homens brancos, perto da cidade de Ruboraninha, a 150 quilômetros daquele local. Padre Gazel foi uma das primeiras pessoas a encontrar o corpo do índio, assassinado com 34 facadas.

A denúncia foi feita no dia 21 de julho e a afirmação do sacerdote contradizia a versão apresentada pela Funai, que responsabilizara os próprios Maxacáli pela morte de Waldomiro, que teria sido condenado "por prática de bruxaria."

Segundo o sacerdote, o índio Waldomiro teria seguido na sexta-feira, dia 16, para o município de Batinga, acompanhado apenas por parentes, "que com ele não tinham qualquer rusga", e lá fora deixado inteiramente só por estar bêbado.

Estrada causa demissão

Em dezembro, a Diretora do Departamento de Parques Nacionais, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Maria Teresa Jorge Pádua, pedia demissão do seu cargo por ser contrária à decisão do Presidente do IBDF, Mauro Reis, que anunciara a construção de uma estrada no Parque Nacional do Araguaia, cortando a Ilha do Bananal de ponta a ponta.

Segundo a Diretora demissionária, a referida rodovia atende aos interesses do Banco de Crédito Nacional, que fizera gestões junto ao IBDF para a sua construção, e servirá para o escoamento de álcool e arroz produzidos no Leste de Mato Grosso.

Por trás de tudo encontram-se os latifundiários instalados a Oeste da Ilha do Bananal, nos municípios mato-grossenses de Santa Teresinha, Luciara e São Félix do Araguaia. Esses barões da terra vêm lutando há vários anos para conseguir a aprovação oficial ao projeto, pois a implantação da estrada irá beneficiá-los diretamente.

Cortando de Leste a Oeste a Ilha do Bananal, seguindo em parte a divisa entre os dois Parques — o Indígena do Araguaia (Reserva Karajá) e o Nacional (Reserva florestal) — essa estrada ligará os projetos agropecuários dos fazendeiros à rede viária nacional, através da Belém-Brasília, passando por Cristalândia, em Goiás.

O jornal *Porantim*, em seu número de janeiro-fevereiro de 1983 (Ano V — n.°s 47/48), esclarece:

"Na minuta apresentada pelos Ministros Stábile, da Agricultura; Andreazza, do Interior; e Venturini, de Assuntos Fundiários, são solicitadas "providências para a efetiva implantação do Parque do Araguaia e do Parque Indígena do Araguaia", bem como "para facilitar o trânsito de pessoas e bens através da área por ele compreendida."

O órgão representativo do Cimi, em defesa da causa indígena, conta ainda que a exposição de motivos interministerial foi aprovada pelo Presidente Figueiredo a 18 de outubro, mas só em dezembro tornada pública. Assim, o Governo deu ganho de causa aos latifundiários, capitaneados por Pedro Conde, presidente do BCN e da Federação Brasileira de Associações de Bancos.

Pedro Conde é dono de várias fazendas em Santa Teresinha. A principal delas, a Codeara, com quase 200 mil hectares, já foi manchete nos jornais na década de 70, por ser um campo de escravização de peões, o que provocou, na época, a intervenção da própria Polícia Federal.

Porantim, em artigo de Antônio Carlos Moura, nos revela que a Codeara se instalou no Nordeste Mato-Grossense em 1965 e tentou, sem êxito, transformar o então distrito de Santa Teresinha num simples posto de abastecimento de mão-de-obra barata para "a derrubada das matas e formação de pastagens." Mas os posseiros da área, que desde 1930 tinham desbravado a região, não queriam ser peões da Codeara, pois conviviam diariamente "com as dezenas de escravos que fugiam da fazenda, desesperados com a falta de pagamento e com a malária". Os doentes nunca foram assistidos pela Codeara.

Foi ainda a Codeara que, invadindo os terrenos dos posseiros, provocou os conflitos de 1972 em Santa Teresinha. Ocorridos na época de maior repressão da ditadura militar (Governo Médici), "esses conflitos tiveram como conseqüência a condenação e posterior expulsão do Brasil do Padre Francisco Jentel, incansável defensor dos posseiros e índios da região."

Em nome do "progresso", os exemplos se multiplicam e não se pode esquecer o que aconteceu em 1971, quando a famigerada BR-80 cortou em dois o Parque do Xingu. A parte norte do Parque vem sendo invadida pelas fazendas, mas caminhões e ônibus não passam por dentro do Parque: os índios xinguanos não permitem.

Entre as manifestações de protesto contra a implantação da estrada cortando a Ilha do Bananal, vale destacar a nota à Imprensa assinada pelo Bispo Dom Pedro Casaldáliga e demais agentes de pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia, que fica em Mato Grosso mas se inclui na circunscrição eclesiática daquela Prelazia:

"A Equipe de Pastoral (padres, leigos e Bispo) da Prelazia de São Félix do Araguaia, diante dos planos oficiais de construção de uma estrada que cortará a terra dos índios Karajá e do Parque Nacional do Araguaia, vem a público manifestar sua repulsa ao projeto.

Essa estrada implica a imediata destruição da aldeia de Boto Velho, sítio sagrado e importante memória histórica do povo Karajá. Outra aldeia a ser atingida diretamente, Macaúba, terá seus problemas de alcoolismo e prostituição mais agravados."

A Prelazia denunciou ainda a devastação ecológica que a estrada fará, numa área que é Parque Nacional e Parque Indígena. E finalizava:

"Destacamos que a alegada razão de segurança nacional para a construção da estrada na verdade visa assegurar a expansão de projetos econômicos de grandes empresas latifundiárias que sistematicamente estrangulam o desenvolvimento do povo da região."

1982/83

"Que num futuro muito próximo, 19 de abril, o Dia do Índio, seja realmente festejado pelo índio e não pelo branco, como tem sido até agora."

(Cacique Guarani Marçal Tupã-y *(Pequeno Deus), em discurso pronunciado durante a Semana do Índio em 1980, quando o Governo estadual realizou o I Seminário Sulmatogrossense de Estudos Indígenas)*

Bandeira rôta

Em janeiro, o Governador Antônio Carlos Magalhães denunciava "ação de comunistas" entre os índios Pataxó Hã-Hã-Hãe, incitando-os a invadir a Fazenda São Lucas, implantada pelo grileiro Jenner Rocha na área da antiga Reserva Caramuru-Paraguaçu, na Bahia. Não é de hoje que a rôta bandeira do fantasma comunista é levantada para justificar (com que intenção?) a invasão das terras indígenas a mando de conhecidos latifundiários. Negando ter sido o informante, afirmou:

— Não há dúvida de que houve incitamento e isto os Ministérios do Interior e da Justiça — este através da Polícia Federal — bem o sabem; só não tomam providências se não quiserem.

O Sr. Antônio Carlos Magalhães, citado na época entre os "presidenciáveis" à sucessão do Presidente João Figueiredo, denunciou um funcionário graduado da Funai como um dos principais incitadores:

— A Funai sabe que esse seu funcionário fez todas as manobras para tumultuar o processo na retomada das terras dos índios. Isto também já é do conhecimento da Polícia Federal e do Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Akel.

— Questões como esta vão surgir — continuou o Sr. Magalhães — menos pelos pobres índios, que são tão poucos, mais pelos falsos indigenistas, que estão a serviço, numa manobra de alta gravidade, do propósito de tumultuar em várias áreas do Brasil, sobretudo nas organizadas economicamente, com objetivos que servem a ideologias contrárias ao regime democrático.

Preconceito

Antes, em novembro de 82, em sua Ordem do dia por ocasião do aniversário da Intentona Comunista, o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, referiu-se com menosprezo aos eleitores que deram o seu voto "a tangas de um aculturado exótico", em acintosa referência ao então eleito Deputado Federal Mário Juruna, Cacique Xavante.

O parlamentar gaúcho Romildo Bolzan, do PDT, qualificou o deslize do Ministro de "resquícios de autoritarismo" e frisou que "pode parecer estranho um índio no Congresso Nacional, mas muito mais estranho é um general na direção da Fundação Nacional do Índio." Paulo Suess, em editorial no primeiro número de *Porantim* de 83, escreveu: "Bolzan errou. Na direção da Funai, já faz tempo, não há mais general. Só coronel. Baixou o nível."

Vitória parcial

Transferidos arbitrária e ilegalmente pela Funai, a 4 de outubro de 82, do Posto Indígena Paraguaçu para a Estação Experimental de Almada, os índios Pataxó Hã-Hã-Hãe, liderados pelo Cacique Nelson Saracura, prometeram voltar às suas terras no dia 20 de dezembro, prazo que foi antecipado por motivo de liminar concedida pela Juíza Anna Maria Pimentel Tristão, da 2.ª Vara da Justiça Federal de Brasília, em despacho ao mandado de segurança impetrado pelos líderes Hã-Hã-Hãe, Higino Francisco Muniz, Samado dos Santos e Luís Alberto Ferreira dos Santos, contra o presidente da Funai, Coronel Paulo Moreira Leal.

A liminar que impugnou o ato da transferência dos Hã-Hã-Hãe para Almada foi posteriormente cassada pelo Tribunal Federal de Recursos, a pedido do Governo da Bahia. O retorno dos índios fez aumentar a tensão na região de Pau Brasil. Relata o jornal *Porantim*:

"Os fazendeiros redobraram suas ameaças, sempre insuflados pelo Governador Antônio Carlos Magalhães, com quem mantiveram seguidos encontros nesse período. O grau de assistência do Governo baiano aos fazendeiros chegou ao ponto de Magalhães tornar-se porta-voz do grupo. Foi ele, por exemplo, quem se encarregou de anunciar a contratação de dois novos advogados para a inglória causa dos invasores: Josaphat Marinho e Pacífico Ribeiro."

Em nota distribuída à imprensa em Brasília, datada de 30 de novembro de 1982, o Conselho Indigenista Missionário congratulou-se com os Pataxó Hã-Hã-Hãe, pois embora cassada por influência oficial do Governo baiano, a liminar concedida, segundo o Cimi, "abre importante precedente. Demonstra que a tutela dos índios não significa a privação do seu direito de defesa contra o próprio tutor infiel."

Lembrou ainda o órgão do Cimi que há 46 anos passados, "o comunismo também foi usado como pretexto pelo então Governador Juracy Magalhães, para mandar 200 soldados invadirem o Posto Indígena Paraguaçu e de lá expulsarem os Hã-Hã-Hãe. Na ocasião, o então chefe do PI, Telésforo Martins Fontes, foi acusado de dirigir uma "célula comunista", que teria o objetivo de propagandear o "credo bolchevista", formar uma mentalidade hostil ao capitalismo e agitar os camponeses "contra falsas espoliações dos poderosos."

A vergonha maior foi a atitude da Funai: ao invés de pleitear para os índios a área total da Reserva (36 mil hectares), bancou a defensora brigando por apenas 6.500 hectares. A Funai já havia obrigado os índios a assinar um acordo nesse sentido, dia 23 de maio de 1982, poucas semanas depois da recuperação da Fazenda São Lucas. Apenas manobra. O coronel Leal mantivera um encontro sigiloso com os Hã-Hã-Hãe em Brasília, quando pediu-lhes que não se preocupassem: "Parem de brigar, deixem a briga por nossa conta." *Porantim* revela: "Depois desse encontro, os índios foram secretamente embarcados numa kombi e levados para a Bahia, o que impediu que eles informassem à imprensa o teor da conversa."

A matéria publicada no Jornal do Cimi, assinada por Antônio Carlos Queiroz, concluía:

"Ainda não se pode prever quando os Pataxó Hã-Hã-Hãe terão a vitória final. Mais dia, menos dia, porém, eles a alcançarão. É uma certeza que se baseia na solidariedade cada vez maior que eles conquistaram da opinião pública, nacional e internacional. Já manifestaram solidariedade o Cardeal-Arcebispo de Salvador, Dom Avelar Brandão; os Bispos, padres, religiosos e leigos do Regional Nordeste III (Bahia e Sergipe); o Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME) de São Paulo; o Centro de Investigación y Promoción Amazónica, do Peru; e diversas nações indígenas, como os Xocó e os Pankararé."

Em junho de 83, o Vice-Presidente do Cimi, o Bispo de Goiás Velho, Dom Tomás Balduíno, pediu a exoneração do presidente da Funai. coronel Paulo Leal, alegando que ele vinha desenvolvendo uma ação que "estimula a violência e a divisão entre tribos indígenas." No dia 23 desse mesmo mês, um grupo de 14 Xavante ocupou durante três horas a sede da Funai, no setor industrial de Brasília. Receberam o apoio de seis deputados federais, inclusive Mário Juruna, que declarou: "Estamos muito zangados, queremos coronéis fora da Funai."

Em Brasília, Juruna declarou-se empenhado numa luta "para derrubar os 22 coronéis da Funai." Segundo levantamento do gabinete do parlamentar pedetista, os coronéis da Funai "custam cerca de Cr$ 19 milhões por mês aos cofres da Nação, exatamente 10 vezes o volume de recursos que o Cacique Saracura, dos Xavante, vem tentando levantar para o seu projeto de plantio das lavouras na sua aldeia, incluindo as diárias de viagem e gratificações."

No dia 27 de junho, o coronel Leal afirmava em Brasília:

— Não concordo com a demissão de ninguém. Na Funai quem decide sou eu. Não adianta pressionar.

Denúncia

Ainda em Brasília, no fim de junho, o deputado Mário Juruna, em documento entregue ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, responsabilizou três coronéis da Funai pela morte de um índio no Parque Nacional do Xingu, ocorrida no início daquele mês. Os militares, segundo Juruna, se recusaram a transportar o índio enfermo num avião da instituição para um posto médico.

De acordo com o documento, os três coronéis estavam naquele dia no Xingu, em companhia de suas famílias, com dois aviões a serviço da Funai, "para um fim-de-semana turístico." Anteriormente, no dia 3 de junho, revoltados, os índios Kayabi, do Xingu, haviam detido um avião de propriedade particular, mantendo-o sob vigilância durante vários dias.

Demissão

No dia 4 de julho, foi demitido da presidência da Funai o coronel Paulo Moreira Leal, um ano e oito meses após ter assumido sua direção e dez dias depois que um grupo de caciques Xavante invadiu o edifício-sede, em Brasília, para exigir o afastamento de 22 militares da Diretoria da Fundação. Para o cargo, foi nomeado o economista Octávio Ferreira Lima, que trabalhou longo tempo com o coronel demitido e foi assessor do coronel Nobre da Veiga, quando este dirigia a instituição.

Soube-se depois que a queda do coronel Paulo Leal da Funai já estava decidida pelo Ministro do Interior, Mário Andreazza, desde o dia 24 de junho, mas a decisão teve que ser adiada por causa da invasão do órgão pelos 14 índios e deputados, entre eles o ex-Cacique Mário Juruna, ocorrida no dia 22 do mesmo mês. A demissão ficara em suspenso, para não parecer que o Governo dera o "braço a torcer" e atendia, assim, ao pedido dos índios.

Na Capital Federal, comentou-se que o Conselho de Segurança Nacional não confiava mais na administração do coronel Leal. Dois fatos fundamentais concorreram para a situação: a invasão da sede da Funai pelos índios e parlamentares e os constantes ataques a militares por parte da imprensa, notícias vazadas dentro da própria Fundação e que irritaram também o SNI. De fato, o Ministro Andreazza, em conversa mantida no seu gabinete, afirmara a parlamentares presentes que a demissão "foi produto de problemas com o SNI."

Civil teleguiado

O Conselho Indigenista Missionário, em nota distribuída após a queda do presidente da Funai, afirmava que o Ministro Mário Andreazza "nada mais fez que atender ao pedido das entidades indígenas e, sobretudo, ao pedido dos índios de Norte a Sul do País."

O Cimi fez restrições à indicação do economista Octávio Ferreira Lima, observando que os índios "têm péssima lembrança da gestão do coronel Nobre da Veiga, de quem Octávio Lima foi assessor." Na opinião do Cimi, um civil "teleguiado pelos coronéis não vai poder solucionar os problemas criados e deixados pelo coronel Paulo Leal, que foi desleal com os índios e infiel a seu dever de tutor."

No dia 12 de julho, a Polícia Federal foi acionada para abertura de inquérito destinado a apurar o assassinato do índio Alcides Maxacáli, do Posto Indígena Pedrinho, em Minas Gerais, ocorrido três dias antes. Sua mulher fora barbaramente espancada.

O delegado de Teófilo Otoni, Márcio Bittencourt, enviou para Maxacális, próximo à divisa com a Bahia, uma equipe para investigar o assassinato do índio e o espancamento de sua mulher, de nome Jovita. O crime fora denunciado pelo Vigário de Maxacális, Padre Samir Gazel, que falou da revolta dos 500 índios das Reservas de Pradinho e Água Boa. Segundo o sacerdote, o casal e outros índios foram abordados por vaqueiros e agredidos a golpes de facão.

Esclareceu o vigário que as duas Reservas são cercadas por extensas fazendas, algumas em terras que antes pertenciam aos índios. Estes exigiam de volta as terras invadidas e roubadas. Segundo o relato do Cimi, Alcides e sua mulher Jovita e outros índios voltavam de uma viagem e estavam sentados na beira da estrada comendo, quando foram interpelados por dois "vaqueiros", isto é, jagunços.

Dizia a denúncia que "um dos jagunços jogou o cavalo contra os índios e, puxando o facão, desferiu violento golpe em Alcides, decepando-lhe a orelha esquerda. Acertou também uma cutilada no pescoço de Alcides e uma paulada em sua cabeça. O índio não resistiu e morreu poucos dias depois."

No dia 22, a Funai solicitava à Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul o reforço de policiais na Reserva Indígena da Serra Bodoquena, a fim de evitar represálias contra os índios Kadiuwéu, pela morte de um colono, Dalmir Henrique Nascimento. Os índios sempre viveram ali em permanente conflito com os invasores de suas terras.

Os índios Kadiuwéu exigiam a saída de suas terras de arrendatários (cerca de 120), posseiros e fazendeiros. A história é a mesma, após séculos de injustiças. No Brasil, índio não pode ser dono de terras.

Terra sim, violência não

Este o tema da Semana do Índio em 1983, um desdobramento do anterior — "Fraternidade sim, violência não", ambos adotados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e amplamente divulgados em todas as Igrejas do País. O Jornal *Porantim* (janeiro/fevereiro de 1983) publicou o texto-base, com lúcidos e oportunos esclarecimentos. É o que vamos ler em seguida. Destacamos alguns trechos.

— A garantia da terra aos povos indígenas é a condição da paz e fraternidade para com a sociedade nacional. A cobiça das suas terras é a causa principal da violência contra eles.

— O genocídio — o extermínio físico de um povo — e o etnocídio — seu extermínio cultural — estão diretamente ligados. Resultado: invasão, cobiça e espoliação das terras indígenas.

— A primeira causa de tudo isso são as estruturas sociais, econômicas e políticas, que marginalizam o povo. João Paulo II, na sua Encíclica *Laborem Exercens* (n.º 12) condena tal sistema, onde o capital — sendo o conjunto dos meios de produção — tem primazia sobre o trabalho do homem.

— A distribuição desigual dos bens da sociedade gerou uma pirâmide de violência. Na base desta pirâmide estão os povos indígenas, muitas vezes declarados "fora da lei": com sua economia de subsistência, fora da lei capitalista de produção; com sua cultura, fora dos padrões da cultura dominante.

— A violência contra os povos indígenas se esconde atrás da máscara de argumentos aparentemente "plausíveis" e pretextos legais. Diz o fazendeiro: "Nós produzimos mais", e deixa o seu gado invadir a roça dos índios; diz o dono da serraria: "Nós rendemos divisas", e manda cortar os últimos pinheiros da Reserva indígena. Diz o Governador: "Nós trazemos o progresso", e manda construir uma estrada passando pela aldeia. E a Funai diz: "Nós salvamos os Pataxó Hã-Hã-Hãe dos pistoleiros das fazendas", e os tirou de suas terras para ajudar um Partido nas eleições.

— A prática do genocídio é muito anterior àquela que Nuremberg condenou (1946). O conceito jurídico de genocídio nasceu naquele processo, onde se julgou

o extermínio sistemático dos judeus pelos nazistas. Desde a Conquista (1492) até nossos dias, praticou-se o genocídio contra os povos indígenas nas Américas.

— O que a história chama de "povoamento" do Brasil, na realidade foi um despovoamento das populações indígenas, estimadas em cinco milhões de pessoas no ano de 1500. Hoje, estas populações estão reduzidas a não mais de 200 mil indivíduos.

— Na hora da Independência (1822), o País contava ainda com cerca de um milhão de índios, ao lado de um milhão e 200 mil escravos negros e de um milhão e 300 mil brancos. Os sinos da Independência, porém, não bateram para os índios, nem para os negros. Depois da Independência — na Amazônia, por exemplo, após a Cabanagem (1834-1840) — os índios se tornaram minoria no Brasil.

— Em nosso País hoje com cerca de 120 milhões de habitantes, somente neste século desapareceram mais de 60 povos indígenas. Depois de frisar que o uso da violência atenta contra o Criador e criatura, *Porantim* acentuava:

"Jesus não ensinou a passividade diante das violências no mundo. Proclama bem-aventurados não os simples pacíficos, mas os construtores da paz, cuja sede de justiça transforma o mundo."

... "Reconhecido e demarcado o seu território, os povos indígenas serão capazes de defender sua terra e sua cultura. Eles são capazes de escolher os elementos da cultura dominante que são úteis e compatíveis com seu modo de viver, e de rejeitar aquilo que lhes for prejudicial. Saberão decidir sobre os projetos e sobre os elementos desejáveis na sua terra."

Fechemos as observações do jornal do Cimi:

"De Aristóteles até a Carta das Nações Unidas, a humanidade tem-se preocupado com o "princípio da autodeterminação", que é considerado um direito universal. O direito de autodeterminação visa uma ação em três níveis diferentes: a nível dos Direitos Humanos, do Direito Público e do Direito Internacional. Em outros termos, na esfera da pessoa humana, no âmbito dos povos/nações, no interior de um Estado e na esfera das relações interestatais (soberania, independência)."

"Autodeterminação como princípio e direito natural deve interpretar a "tutela assistencial" dos povos indígenas. É uma contradição fundamental da política indigenista oficial querer conjugar um desenvolvimento meramente econômico com um projeto de estagnação política nas aldeias indígenas.

A vontade dos povos indígenas de se autodeterminarem nasce da tomada de consciência dessa contradição. Eles sentem na própria pele o fracasso dos projetos econômicos, que não conseguem contrabalançar a exploração econômica global. Eles sabem que, diante da sociedade nacional, ainda são social e culturalmente marginalizados.

... "Os fatores *história, cultura* e *território já* mostram que a questão da autodeterminação dos povos indígenas não pode ser reduzida a uma questão de classes sociais. A questão étnica é atravessada pela questão social, mas não redutível a ela. A ação solidária se articula numa luta pelo desaparecimento das classes e, ao mesmo tempo, pela continuidade histórica das etnias, povos e nações."

O fato de os povos indígenas quererem incorporar à sua cultura elementos da cultura dominante, prova apenas a diferença, mas não a superioridade desta. Cada povo se identifica com sua cultura, que considera como a melhor para si. Cada povo é legitimamente etnocêntrico. Também os povos indígenas o são.

Na sua autodenominação escolhem para si nomes que significam *homem, gente, pessoa*: os Xavante, por exemplo, se autodenominam *auwé*, que significa *pessoa, gente.* Os Mapuche, no Chile, se autodenominam *gente* da terra; os esquimós, no Canadá, se chamam *Innuit*: os homens.

Prometer numa sociedade — que gerou tantos mendigos, oprimidos e marginalizados — que o índio, ao ser integrado, não deve se tornar mendigo, oprimido ou marginal, é se empenhar na transformação global desta sociedade."

Papa visita Guatemala

Na sua visita à Cidade da Gutemala, em março de 1983, o Papa João Paulo II condenou com energia "as injustiças, as torturas, o seqüestro e os assassínios", ao se referir à situação dos povos indígenas naquele País. Ao recordar a ação dos missionários do século XVI, que tudo fizeram para defender os índios, João Paulo pediu um tratamento humano para com os índios, frisando que "Cristo faz com que todos aceitemos que sois raça bendita por Deus."

O Papa recebeu verdadeira consagração por parte de mais de 500 mil índios, reunidos na cidade de Quetzaltenango, onde pronunciou sermão, pedindo a Deus e às autoridades pelos nativos. Antes do pronunciamento de Sua Santidade, o Bispo daquela Diocese, Dom Oscar García Urizar, aproveitou sua mensagem de saudação ao Papa para denunciar a perseguição de que têm sido vítimas os indígenas da Guatemala.

Aos "homens de todas as posições e ideologias", João Paulo II fez um apelo para pôr fim às matanças, afirmando: "Acima de toda diferença social, política, ideológica, racial e religiosa, esteja sempre assegurada em primeiro lugar a vida de vosso irmão, de todo homem." Aclamado pelos indígenas, disse João Paulo II:

— A Igreja conhece, queridos filhos, a marginalização que sofreis, as injustiças que suportais, as sérias dificuldades que tendes para defender vossas terras e vossos direitos, a freqüente falta de respeito a vossos costumes e tradições.

E finalizou fazendo um apelo solene:

— Deste lugar e em forma solene, peço aos governantes, em nome da Igreja, uma legislação que vos ampare eficazmente dos abusos e vos proporcione o ambiente e os meios adequados para vosso normal desenvolvimento.

Maquilador de caras velhas

Paulo Suess, em Editorial publicado no *Porantim* n.º 54, de agosto de 83, comenta a saída de coronéis da sede da Funai, em Brasília, inclusive a demissão do coronel Leal e a nomeação do economista Octávio Ferreira Lima para presidir o órgão. Falou ainda da expulsão dos coronéis da Funai de Brasília pelos Xavante, episódio então considerado um verdadeiro absurdo, um escândalo. Dizia o editorialista:

... "Escandaloso, no caso da Funai, não era a expulsão dos coronéis, mas a fieira de arbitrariedades que precedeu esse ato desmoralizante do órgão tutor: a transformação da tutela em custódia, o suborno e a divisão de lideranças e grupos indígenas, a vingança prometida contra o índio Pataxó Hã-Hã-Hãe preso na Bahia, a cobertura aos moral — e economicamente ("por excesso de zelo") — corruptos dentro da sua administração.

A expulsão dos coronéis foi um ato simbólico, como a expulsão dos vendedores e cambistas do templo, cuja mesa Jesus virou, porque fizeram da casa "para todos os povos" um "covil de ladrões" (Mc. 11,17). Um ato simbólico, porque os vendedores voltaram às portas do templo, como os vendilhões da Funai voltaram às suas poltronas giratórias.

Não há caras novas no *staff* do economista Octávio Ferreira Lima, novo presidente da Funai, que declarou preferir trabalhar com o "pessoal da casa". Mas, de 80 para cá, houve um expurgo nessa casa. Trinta antropólogos e indigenistas foram demitidos, quando Octávio Lima era superintendente da Funai. Ao que se sabe, não permaneceram nessa casa mártires de consciência, que teriam agora a força moral e a competência indigenista de levantar, das ruínas deixadas pela administração anterior, a construção de uma nova Funai.

Quem escreveu os discursos de um Nobre da Veiga merecerá hoje confiança? O que há de honesto, diante do índio, nessa casa, é provavelmente só o porteiro, a faxineira ou o copeiro, *seu* Vicente.

... Trocar um coronel *X* por um civil *Y* não muda necessariamente a substância do atendimento ao índio. ... Se o novo presidente insistir em não demarcar a terra e em fazer seu expediente com os primos da casa, logo será um ex-presidente. Aliás, os presidentes da Funai são, como os da Bolívia, um fenômeno de curta duração. Os índios não dão sossego para a elite dominante.

Nos 15 anos de existência da Funai, Octávio Lima já é o sétimo presidente que dirige esta cúpula administrativa que repousa sobre colunas de bambu. Com policiais que chamou logo em seu primeiro dia de trabalho, para "defender o patrimônio" (que para ele, evidentemente, não são os bens dos índios), o novo presidente será mal assessorado. Com a promessa de assistência social, em vez de demarcação de terras, ele não vai efetivamente ajudar o seu ministro em plena campanha presidencial.

Com os espíritos subalternos que chamou dos cafundós da casa e promoveu a cargos de confiança, Octávio Lima será apenas um novo maquilador de caras velhas, irremediavelmente devastadas pelos vícios do passado. Continuísmo sem farda."

O Jornal do Cimi denuncia ainda a ação negativa e ardilosa da Funai no sentido de levar os índios à desunião. Atitude maquiavélica: desunir para melhor manipular... Citava o jornal a morte do Cacique Edísio Pereira da Silva, assassinado a faca pelo líder indígena Higino Francisco Muniz no P.I. Paraguaçu, no Sul da Bahia, justamente na área onde os Pataxó Hã-Hã-Hãe vêm lutando para reaver as terras invadidas e roubadas pelos fazendeiros. E o Cimi, como sempre, foi acusado de insuflar os índios, uns contra os outros...

Outro episódio lamentável, também de responsabilidade da Funai, foi o conflito do dia 2 de junho na Reserva de Guarita, a 480 km de Porto Alegre, entre os municípios de Redentora, Erval Seco, Tenente Portela e Miraguaí. Resultado: cinco Kaingang mortos, 13 feridos e uma reserva totalmente dividida.

Focaliza também o mesmo jornal o problema dos índios Waimiri/Atroari, atraídos para o eixo da BR-174, com o objetivo de liberar as áreas por eles habitadas, para favorecer empresas de mineração como a Paranapanema, uma vez que toda a área faz parte da Província Mineral Mapuera.

E mais: o Decreto n.º 86.630, assinado pelo Presidente Figueiredo a 23 de novembro de 1981, revogando todos os direitos anteriormente reconhecidos, liberando 526.800 hectares para mineração a cargo do grupo Paranapanema e para a construção da hidrelétrica de Balbina, e transformando o restante da reserva em "área temporariamente interditada"; tudo isso representa grave atentado contra os direitos dos índios.

Terra

Com a nova política de expansão das fronteiras produtivas e ocupação da Amazônia, grandes projetos de desenvolvimento foram propostos para a região ocupada imemorialmente pelos Waimiri/Atroari. O jornal do Cimi chama tudo isso de "processo genocida" desencadeado contra aqueles índios. E, assim, protegida pelas autoridades encarregadas de proteger o patrimônio indígena, a Paranapanema vai fazendo a exploração da cassiterita, minério de valor estratégico. Um atentado não só contra os índios, mas contra a segurança nacional. E saber que temos um Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários!...

O general Danilo Venturini, Ministro Extraordinário, acumula ainda o cargo de Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Em longa entrevista publicada no jornal *O Estado de São Paulo* do dia 12 de agosto de 83, o general Venturini levantou, "com voz mansa e rosto sorridente — o que lhe confere um ar de isenção e seriedade — algumas acusações à Comissão Pastoral da Terra", segundo *Porantim* de setembro daquele mesmo ano. Disse ele que a Comissão Pastoral da Terra "nunca contribuiu positivamente nem

colaborou para resolver o problema fundiário", e que a CPT "não rema o barco, só balança."

A resposta da Comissão Pastoral da Terra foi divulgada pelo jornal do Cimi:

"É preciso deixar claro que a Comissão Pastoral da Terra não está no mesmo barco ocupado pelo general Venturini. O barco do general é tripulado por outro tipo de gente: os responsáveis pela maior concentração da terra de que se tem notícia na história do Brasil, os responsáveis pela existência de 12 milhões de famílias de trabalhadores sem terra, os responsáveis por uma situação de desemprego desesperadora, de uma inflação de 150% ao ano, de uma dívida externa de 100 bilhões de dólares.

Na tripulação do general encontramos os grileiros, os jagunços, os pistoleiros que, só durante os últimos seis meses, assassinaram 22 lavradores e dirigentes sindicais, como a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba, Margarida Alves, no dia 12 de agosto. O barco do general Venturini não é o barco dos trabalhadores. Não é, portanto, o nosso barco.

É preciso deixar claro, ao general e aos que leram sua entrevista, que a CPT não é um órgão de assessoria ao governo, seja qual for. A CPT é uma entidade da Igreja voltada para apoiar os trabalhadores, a sua organização e o fortalecimento da luta pelos seus direitos.

Se estamos cumprindo ou não o nosso papel, não cabe ao general nos dizer, mas aos trabalhadores. Esses mesmos trabalhadores que o Governo não só não escuta, mas esmaga, como no caso do seqüestro e tortura de Sebastião Barbosa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins-GO, arrastado brutalmente de onde trabalhava por elementos do Getat e da polícia, pelo crime de fazer reuniões com seus associados. Este fato ocorreu no final de 1982.

O general nos acusa de usar "meios pouco recomendáveis para tornar mais grave um problema que, se é grave, não está sendo descuidado pelo Governo."

Por isso achamos nosso dever, por honestidade, responder ponto por ponto às acusações, registrando, de início, que uma administração que paga Cr$ 15.000,00 (sempre atrasados) aos flagelados nordestinos cadastrados nas frentes de trabalho; que movimenta a televisão e os jornais para cobrir "distribuições de títulos", quando na verdade entrega uma Licença de Ocupação (L.O.); que subordina inteiramente o lavrador às disposições do Getat, engana o lavrador e a opinião pública, não tem autoridade para nos acusar de falta de honestidade.

A CPT não alcançou sua legitimidade porque forneceu informações do agrado dos generais, mas porque, quando afirmamos, como agora, que, durante os últimos seis meses, foram assassinados 22 lavradores, colocamos à disposição de qualquer pessoa ou organismo idôneo os nomes, as datas e os lugares onde ocorreram essas mortes.

Segundo o sr. Ministro, o Governo realiza uma reforma agrária dentro da letra do Estatuto da Terra, "ao contrário do que afirma a Comissão Pastoral da Terra." Ora, a CPT sempre afirmou que o Estatuto da Terra é o instrumento legal criado pelo golpe de 64 para cooptar algumas conquistas dos trabalhadores e regulamentar o avanço do capitalismo no campo. No decorrer do tempo, porém, a prática política demonstrou à saciedade que o Estatuto da Terra se tornou um empecilho à realização de uma reforma agrária que atenda um mínimo das aspirações dos trabalhadores.

O Governo é fiel ao Estatuto da Terra quando esmaga o minifúndio, quando cria condições para implantação das empresas rurais, mas perde a fidelidade ao Estatuto quando ignora o direito dos trabalhadores à terra, não reconhece as organizações de classe e, em lugar de acabar com o latifúndio. constitui-se num instrumento de concentração da terra a um limite nunca visto.

Não se pode chamar de reforma agrária que atenda aos interesses dos trabalhadores uma política que expulsa o trabalhador do campo para o desemprego

nas cidades, que faz aumentar a massa dos bóias-frias e produz a migração forçada de brasileiros para o Paraguai, Bolívia e Venezuela.

O sr. Ministro lembra uns conflitos, sobretudo na área do Getat. Quando fala do caso dos Perdidos, com a prisão do Padre Florentino Maboni, no fim de 1976, o general esquece que o padre, portador de uma carta do bispo de Conceição do Araguaia, foi preso e barbaramente torturado, lhe arrancando acusações contra o bispo e padres, absolutamente inverídicas.

Esquece o sr. general que o caso dos padres Francisco e Aristides e dos posseiros acontece na mesma área. De 1976 a 1983, o quadro de insegurança, de grilagem, de tensão social, é o mesmo.

Está em nossas mãos uma carta enviada pelo sr. Zozilton Almeida Silva, chefe Executor do Getat de Araguaína a um morador do Centro dos Mulatos, oferecendo "2 jogos de dama, 2 bolas plásticas, 1 bola de couro, 1 bomba e 1 apito para que sejam distribuídos à comunidade local."

É assim que resolvem os problemas? E que dizer da farsa do processo dos padres? E os que mataram os lavradores e advogados da mesma área, por que não estão presos?

O ministro nos acusa de não dar o número certo de conflitos. É o único ponto em que concordamos. As fontes para contabilizar os conflitos são os jornais e os documentos das áreas. Mas quantos fatos não chegam ao nosso conhecimento por não serem veiculados pela imprensa? Por isso, os conflitos classificados pela CPT estão bem longe do número real, que é muito maior.

Não só nesta entrevista, mas em outras ocasiões, o general Venturini afirma que o módulo de 100 hectares na área amazônica é um "mito" veiculado pela CPT e que não há terra que seja suficiente para todos, se se respeitar tal módulo.

Lembramos ao general que o módulo está na legislação agrária, que ele mesmo cita e, até que não seja reformulada a legislação, em área de mata, como a da Amazônia Legal, sempre o INCRA manteve o módulo de 100 hectares.

O que se vê com espanto é que não existe módulo, para o mesmo Governo, que entrega aos lavradores da área Getat-Carajás lotes de 50, 30 e até 5 hectares, e entrega às grandes empresas 3.000, 10.000, 100.000 e até 1.000.000 de hectares, como no caso Jari, mencionado na entrevista como a melhor regularização fundiária (parece a única) realizada pelo Gebam na Amazônia!

Não só o Ministério — e por conseqüência o Conselho de Segurança Nacional — virou dono das terras do País (o Estado do Pará ficou só com 1/4 das terras e o Amapá ficou sem terra). Mas tornou-se a central única do Ministério: ele cuida da saúde, das escolas, das estradas, do crédito, enfim de tudo, menos do que interessa aos lavradores.

Sobre a grande solução da colonização, lembramos ao general que a colonização da Transamazônica terminou em fracasso. No Maranhão, a Colonização Turi e a Comarco (atualmente do Coterma), em Buriticupu, chegaram à solução de emancipação, depois de não terem realizado o que diziam; que das terras da Canarana (MT) só 200.000 hectares são recuperáveis; que 90% dos colonos do Mato Grosso não são mais os que começaram a colonização.

A colonização só serve para deslocar mão-de-obra barata para as áreas das grandes empresas.

Para resolver o problema dos bóias-frias, o sr. Ministro oferece como solução a construção de agrovilas. Para falar da falência das experiências de agrovilas, nada melhor que o depoimento dos moradores das agrovilas de Serra do Ramalho-BA, que assim resumem sua situação:

— Isto é uma tapeação. Vivemos na insegurança; na dependência da cooperativa, falta assistência médica, falta escola. o transporte é totalmente precário.

Merecem a atenção do sr. Ministro e do Governo em geral as questões mais imediatas que esses trabalhadores volantes enfrentam: falta de respeito às leis

trabalhistas, falta de pagamento do salário digno, falta de segurança no transporte — que só este ano provocou a morte de 85 trabalhadores, segundo dados publicados pela imprensa nacional.

Neste momento, em que o Governo baixa os salários dos trabalhadores, corta o crédito agrícola, entrega as terras do País a quem oferece mais, para resolver o problema das dívidas que ele fez e que não reverteram em nenhum benefício para os trabalhadores, o general cai no ridículo, no esforço inútil de costurar um Estatuto reduzido e retalhos.

A Comissão Pastoral da Terra sente-se honrada com as críticas do sr. Ministro Venturini. Entendemos que elas apenas demonstram a fidelidade do nosso compromisso com os trabalhadores e que não nos deixamos aliciar pelo proselitismo de um governo que conduziu seu barco ao fundo.

Comissão Pastoral da Terra — CPT

Brasília, 17 de agosto de 1983"

* * *

Nota do Autor: Quase um ano depois dessa resposta ao ministro para assuntos fundiários, exatamente no dia 25 de maio de 1984, ocorria o seguinte no Rio de Janeiro: sem mandado judicial e com base apenas em denúncias anônimas, agentes do Departamento de Investigações Especiais, da Secretaria de Polícia Civil, invadiram a representação da Comissão Pastoral da Terra, na Rua Ipiranga 100, casa 3, em Laranjeiras. A polícia pensava encontrar ali folhetos subversivos, incitando lavradores a invadirem terras no Estado.

Ficou provado que as denúncias anônimas eram infundadas. O delegado Válter Nogueira, visivelmente desapontado, declarou posteriormente que a ação da polícia não poderia ser caracterizada como invasão, mas apenas "investigação de rotina". Como se sabe, a Comissão Pastoral da Terra — que assiste e protege posseiros pobres e índios — é um órgão vinculado à CNBB.

Em sua nota de protesto, assinada pelo Presidente da CPT, Dom Vital Wilderink, Bispo de Itaguaí, a entidade esclareceu que os policiais fizeram sérias ameaças aos ocupantes da sede em Laranjeiras e concluiu:

"Essas medidas fazem reviver os truculentos métodos policiais de um passado recente. Objetivamente o Governo do Estado se coloca a serviço de grileiros que sequer tiveram condições legais de vir a juízo reivindicar seus pretensos domínios".

Enquanto tais violências ocorriam no Rio de Janeiro, o Presidente Figueiredo, acompanhado de seu Ministro responsável pelo problema fundiário no País, visitava o Extremo Oriente...

Autoritarismo

Na segunda quinzena de setembro de 83, a Associação Nacional de Apoio ao Índio — Seção da Bahia (Anai-Ba) divulgou um documento acusando a Funai de autoritarismo e abandono aos Pataxó Hã-Hã-Hãe. Frisava na época que a situação dos índios, à beira de um conflito com fazendeiros do Sul do Estado, "reflete o autoritarismo da Funai na condução dos problemas, além da sua interferência na organização desse grupo, dividindo-o internamente e fomentando uma disputa pelo poder, desonesta na medida em que compra lideranças através de concessões e benefícios."

Em depoimento dado à antropóloga Maria do Rosário Carvalho, os Pataxó acusaram a Funai de ameaçá-los de morte, ter desviado verbas, promover a discriminação entre índios e outros problemas. No documento, a Anai denunciou o total abandono em que se encontravam os Pataxó Hã-Hã-Hãe, nas localidades de Coroa Vermelha e Boca da Mata. Os indígenas estavam sem condições de caçar,

plantar, comercializar e não tinham assistência completa, pois apenas um Posto de Saúde, bastante precário, existe na região para cuidar deles.

Na tarde de 26 do mesmo mês, segunda-feira, foi preso o fazendeiro Salvador Gomes Neres, um dos donos da fazenda Providência, sob a acusação de ter incendiado, na noite de domingo, uma casa na posse de terra onde se encontrava a filha do Cacique Samado, Elita Ferreira de Santana. Ela, o marido Vítor e seis crianças foram surpreendidos enquanto dormiam.

A notícia, divulgada em Camacã, dava conta de que o representante da Funai no Sul da Bahia, Eustáquio Machado, viu-se obrigado a levar o fazendeiro para a Delegacia da Polícia Federal em Ilhéus. Na área onde foi praticado o crime, moram vários índios Pataxó Hã-Hã-Hãe, e o fazendeiro, agindo com crueldade, quis exterminar a família do Cacique, ateando fogo na casa ocupada por sua filha. As terras, apesar da atitude discriminatória do Governo do Estado, sempre pertenceram aos índios.

Juruna

Em Brasília, num discurso inflamado pronunciado no dia 26, o ex-Cacique Mário Juruna, hoje Deputado Federal, acusou os Ministros do Governo Figueiredo de "ladrões e corruptos". O Governo, através de seus Ministros, pediu a cassação do mandato do parlamentar. O episódio terminou com uma censura por parte da Câmara e retratação escrita do deputado. O Governo, visivelmente contrariado, deu o caso por encerrado.

Espantado ante tanta celeuma, Mário Juruna perguntava a todos os que o visitavam em seu gabinete na Câmara dos Deputados, antes da decisão dos seus pares:

— O que fiz pra cassar meu mandato? Eu matei? Eu roubei terra de índio? Eu fiz dívida externa? Não sei qual a *minha* defeito.

Protesto

No dia 10 de outubro de 1983, a Comissão do Índio da Câmara dos Deputados protestou contra a pressão da Funai e, por prudência, adiou a visita que faria no dia 12 à área indígena dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, no Sul da Bahia. O próprio presidente do órgão, Deputado Mário Juruna, resolveu não ir, depois de ter recebido telefonemas dos índios, alertando-o de que os fazendeiros que lutam contra a tribo ameaçaram matá-lo, caso ele insistisse na visita.

O protesto da Comissão baseou-se, principalmente, na atitude do presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima, que enviou ofício ao presidente da Câmara, Deputado Flávio Marcílio, pedindo-lhe que desaconselhasse a viagem. A atitude do sr. Octávio Ferreira Lima e suas declarações ao *Jornal da Bahia*, de que a visita não seria conveniente, "porque o parlamentar às vezes se inflama", foram consideradas "inábeis, desrespeitosas ao exercício da atividade parlamentar, prepotentes, insolentes e atrevidas."

O Deputado Alcides Lima (PDS-RR), deixando claro que a atitude do presidente da Funai não intimidaria os trabalhos da Comissão, afirmou que a visita aos Pataxó seria feita em outra ocasião e anunciou que também visitariam as áreas indígenas dos Yanomami, Kaiapó, Waimiri-Atroari e Kadiuwéu. A nota de protesto foi redigida nos seguintes termos:

"A Comissão do Índio, órgão permanente da Câmara dos Deputados, reunida em sua sessão ordinária nesta data, usando das suas inderrogáveis prerrogativas regimentais e, considerando inaceitáveis os termos da notícia veiculada pelo *Jornal da Bahia*, de 11 de outubro de 83, pág. 6, através da qual o Presidente da Funai, Sr. Octávio Ferreira Lima, declara que a ida dos membros da Comissão do Índio a Ilhéus torna-se inconveniente, por força da situação reinante na região;

Considerando que tais declarações deixam claro que o Presidente da Funai concebe a atividade parlamentar como desagregadora de soluções pacíficas para os problemas dos índios Pataxó;

Considerando que essas mesmas declarações tentam ditar normas de conduta parlamentar, bem como lugar e tempo em que ela deva ocorrer;

Considerando que, manifestação dessa natureza, partindo, notadamente, de órgão subordinado ao Poder Executivo, constitui uma afronta à atividade parlamentar, em especial, por caracterizá-la como provocadora e inflamadora de ânimos.

Decide:

1) Repudiar, em todos os termos, as declarações do Sr. Octávio Ferreira Lima, Presidente da Funai, quando afirmou que "o parlamentar — seja do PDS ou da Oposição — às vezes se inflama um pouco..." e que "nesse momento a ação deve ser de calma..."

2) Considerar despropositadas tais declarações, sobretudo porque é prerrogativa inderrogável da Comissão do Índio conhecer os problemas *in loco*, apresentar e/ou questionar soluções que atinjam a comunidade indígena brasileira.

3) Não aceitar o estabelecimento de tempo e oportunidade de visita dos membros da Comissão, onde e quando se fizer necessário, principalmente por órgão subordinado ao Poder Executivo.

4) Considerar oportuna e pertinente a visita que esta Comissão do Índio fará àquela região, tão logo esteja reunida a maioria dos parlamentares que já manifestaram o interesse nessa missão, o que deverá dar-se nos próximos dias seguintes ao feriado do dia 12 de outubro."

Denúncia

O Deputado Mário Juruna, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) de São Paulo divulgaram notas no dia 14 de outubro de 83, denunciando o seqüestro e tortura do índio potiguar Tiuré, por três agentes da Polícia Federal em João Pessoa, Paraíba, na quinta-feira, dia 13.

A ação policial foi presenciada pela mulher e pelo filho de Tiuré, que o acompanhavam à Clínica Procárdio, aonde fora para submeter-se a um exame cardiológico. Quando ele saiu da Clínica, foi seqüestrado.

Segundo o Deputado Mário Juruna, à violência somam se outras contra os índios da nação Potiguar, que lutam pela demarcação de suas terras na Baía da Traição, no litoral paraibano, e cujo Cacique, Severino Francisco, fora preso em junho passado, acusado de invadir terras.

Na opinião do Cimi, "as prisões, as ameaças e as ações contra os Potiguara fazem parte de um plano organizado para desestruturar essa comunidade indígena e impedir que seus integrantes se organizem para reconquistar suas terras invadidas."

Tiuré, acusado pela Polícia Federal de estar fumando maconha, foi liberado depois de assinar um termo de declaração diante de representantes do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de João Pessoa e do advogado Geraldo Beltrão.

Forças da morte

Porantim de outubro (Ano VI, n.º 56) em Editorial assinado por Antônio C. Moura, fala da instalação da Comissão do Índio na Câmara dos Deputados, frisando que o acontecimento "sintetiza o avanço das lutas indígenas em nosso País, que se impuseram, como uma realidade avassaladora, a toda a consciência nacional."

Enfocando inclusive a eleição do Xavante Mário Juruna, Antônio C. Moura tece considerações oportunas, com conhecimento de causa, destacando que "Foi

a resistência destes povos, consubstanciada em lutas aqui e ali — em São Marcos, Nonoai, Mangueirinha, Ilha de São Pedro, Mirandela, Pau Brasil — que forjou a organização hoje responsável pelo ascenso da questão indígena no quadro político do País."

... "São as entidades de apoio conscientes de que, hoje, mais do que nunca, a solidariedade é indispensável, mas também de que a aliança já se sustenta, de parte a parte, em bases sólidas. São realidades como o I Encontro dos Líderes Borôro — o renascer da esperança de um povo que vivia espoliado não apenas da terra e dos valores culturais, mas da própria alegria de viver."

E faz a denúncia, em tom dramático:

"Contra esses sinais de ressurreição, conjuram-se as forças da morte. A tutora infiel maquina, diabolicamente, para que os tutelados não recuperem o que é deles. Cheia de solicitude pelos fazendeiros, a Funai empenha-se em levar a divisão e a morte aos Pataxó Hã-Hã-Hãe. Consegue. Higino vai preso, seus companheiros são expulsos da área mínima já reconquistada.

Mas esse povo insiste e retoma outra parte da extensa reserva invadida. Então a Funai, já sob nova direção, mancomuna-se com o Judiciário e a Polícia Federal, para, no meio do sono da madrugada, cercar os Hã-Hã-Hãe e submetê-los a nova transferência.

Não será esta nem outras violências que porão termo a uma caminhada irreversível dos povos indígenas. Por mais diásporas que se lhes imponham, os Hã-Hã-Hãe saberão, sempre, reencontrar o rumo do chão ancestral."

E finaliza:

"Por mais malárias que dizimem os Parakanã recém (a)traídos por causa das águas de Tucuruí (foram cinco mortes, em setembro), não cessará a resistência dos povos colocados em leilão pelo sôfrego entreguismo do Projeto Carajás. Nem as prisões arbitrárias farão os Makuxi e Wapixana desistirem da reconquista de suas terras em Roraima. Definitivamente, não há mais volta neste caminho."

Quais as vítimas?

Mais de 100 fazendeiros de cacau, pecuaristas e dirigentes de sindicatos de produtores agrícolas do extremo Sul da Bahia divulgaram nota no dia 16 de outubro, alegando que se sentiam ameaçados pela tensão existente na área da antiga Reserva Caramuru-Paraguaçu, ocupada pelos índios Pataxó Hã-Hã-Hãe. A notícia vinha de Salvador e esclarecia que os latifundiários "conservam-se em atitude de defesa."

Quatro dias depois, isto é, no dia 20, informava-se de Brasília que o Superior Tribunal Militar, em sessão secreta, decidira rejeitar o recurso impetrado contra a sentença que condenara os Padres franceses Aristides Camio e François Gouriou às penas de 8 e 10 anos de prisão, sob a acusação de incitamento de uma emboscada de posseiros da região do Araguaia, em agosto de 1981, no Pará, contra agentes federais, na qual morreu o pistoleiro Luís Trindade.

Na condenação estavam incluídos também 13 posseiros. Ora, é questão de se indagar: quais as verdadeiras "vítimas"? Os fazendeiros do cacau ou os "pobres" agentes federais? Claro que as autoridades nem pensaram nos índios nem nos posseiros. Sabe-se que dos dois Padres franceses, Aristides Camio já fora bastante perseguido: ao chegar ao Brasil, em 1976, ele vinha do Laos, expulso pelo governo comunista. Incursos na Lei de Segurança Nacional do Brasil, pelo menos não foi levantada contra eles a já esfrangalhada bandeira do fantasma comunista para justificar a arbitrariedade.

Na ocasião, a única voz que se levantou no Senado, para protestar contra "a ala da Igreja que fez opção pelo socialismo", foi a do Senador Jarbas Passarinho. O Senador Teotônio Vilela tentou entrevistar-se com os sacerdotes presos, mas nada conseguiu. Nem ele nem os Deputados federais que o acompanharam, na vã tentativa de ouvir os acusados.

Mudança de rumo

De início, o Governo pensara em expulsar os Padres do Brasil, mas o caso tomou novo rumo: o Presidente em exercício, Aureliano Chaves, resolveu sustar tal decisão, depois de uma visita ao Presidente João Figueiredo: substituiu-se então a hipótese da expulsão pelo enquadramento dos sacerdotes na Lei de Segurança, sob a acusação de incitamento à desordem.

O Ministro Leitão de Abreu incumbira-se de comunicar a decisão do Governo ao Núncio Apostólico no Brasil, Dom Carmine Rocco, e ao Secretário-Geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida. A estratégia da Igreja — "evitar o choque de todas as maneiras" — posta em prática por Dom Carmine e Dom Luciano fora traçada a 13 de outubro, num encontro de Dom Carmine Rocco, no Vaticano, com o Papa João Paulo II.

Cartilha e Garimpo

No Palácio do Planalto, em Brasília, o Presidente João Figueiredo presidiu, no dia 10 de novembro. a cerimônia de lançamento do livrete denominado *ABC da Terra,* preparado pelo Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. O Ministro Danilo Venturini definiu a Cartilha como "peça básica de um amplo projeto de comunicação destinado a esclarecer e divulgar a política e o trabalho do Governo em relação à terra."

No mesmo dia, em decreto assinado pelo Presidente da República, as empresas privadas nacionais foram autorizadas a realizar trabalhos de pesquisa e exploração de recursos minerais em terras indígenas. Antes desse decreto, tais atividades só podiam ser exercidas por empresas estatais, com restrições: apenas em casos de minerais considerados estratégicos, necessários à segurança nacional.

Curioso em tudo isso é que o decreto abre a possibilidade de as empresas mineradoras contratarem mão-de-obra indígena. Em suma, pelo decreto, os verdadeiros donos das terras vão trabalhar para empresas particulares sem carteira assinada. Essa é boa...

Guarani de Angra

No dia 15 de novembro de 83, o jornal *O Globo* denunciava as ameaças de que estavam sendo vítimas as famílias de índios Guarani, localizados no alto da Serra da Bocaina, Angra dos Reis, no Sertão do Bracuí, Estado do Rio de Janeiro. Conta o jornal:

Esses índios, "do tronco Tupi, subgrupo nhandeva, vieram do Paraná e passaram por São Paulo, chegando a Paraty-Mirim há 25 anos, mas, expulsos por posseiros e pela abertura da Rio-Santos, acabaram se instalando há 16 anos no alto da Serra da Bocaina, Angra dos Reis, no Sertão do Bracuí, a sudeste do rio do mesmo nome."

Revelou *O Globo* que quando descobertas por uma equipe do Jornal, em 1972, eram mais ou menos 100 pessoas. Hoje os Guarani nhandeva são apenas 28 e continuam lutando para preservar sua cultura. Foram ameaçados de expulsão, segundo declaração do líder do grupo, Argemiro Karaí Tataindé, de 55 anos. Disse ele, na época:

— O Ryerson (Ryerson de Sousa Lima, topógrafo da Fazenda Itinga, de Tormar Pereira) disse que ia mandar matar a gente, que ia trazer um pouquinho de Polícia para acabar com nós, porque nós somos pouquinhos e não temos armas, e só ia precisar de pouca bala para matar todo mundo e abrir picada. Se eles vierem, a gente vai ter que enfrentar mesmo, dar uma flechada, sei lá. A gente vive aqui há mais tempo e não vai sair.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

Esse mesmo Ryerson, a mando da Fazenda Itinga, já derrubara, em 82, com o auxílio de vários homens, a casa dos índios Agenor da Silva Verai, sua mulher Jandira Tan-tan-sin e seu filho Adílio Vará R'Uwitxá.

O indigenista Luiz Filipe Figueiredo, do Comitê de Apoio e Defesa dos Indígenas do Rio de Janeiro (Cadirj), contou que Ryerson, à frente de muitos homens, começou a desmatar a região para abrir picada que serviria a um futuro loteamento.

Na sua opinião, "a ação violenta dos empregados da fazenda e a recente derrubada na mata — proibida pelo Código Florestal em áreas acima da cota 100 — são indícios de que o proprietário, preocupado com a movimentação do Cadirj, apoiada pelo Bispo de Itaguaí, Dom Vital Wilderinck, esteja tentando lotear rapidamente a área para vendê-la antes que a Funai desaproprie a terra."

Esclareceu o indigenista que os índios querem a demarcação dos 665 hectares que reivindicam no Bracuí como terra necessária à sua sobrevivência e preservação de sua cultura. No dia da denúncia, o Vice-Governador do Rio de Janeiro, Professor Darcy Ribeiro, manifestou-se a favor dos Guarani nhandeva e prometeu providências. Disse ele que os Guarani têm direito às suas terras.

Há um longo relatório da antropóloga Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão, enviado à Funai em 82, no qual ela afirmava que os índios têm direito à terra por estarem lá há 16 anos (Lei 6 001, Estatuto do Índio). As seis famílias Guarani que ainda permanecem na terra vivem do plantio de batata-doce, aipim e milho, em roças que cultivaram, da caça de alguns animais e da venda de artesanato.

No dia 17 de novembro, o Deputado federal Mário Juruna visitou a aldeia dos índios Guarani e conversou com o chefe Karaí Tataindé, prometendo as providências que o caso exigia. Sabe-se que a situação só será definida após o parecer de um Grupo de Trabalho a ser designado pela Funai. Esse documento terá que ser aprovado por uma Comissão Interministerial (Ministérios do Interior e Extraordinário para Assuntos Fundiários, além da própria Funai), com as assinaturas dos Ministros Mário Andreazza e Danilo Venturini.

Desse modo, poderá ser criada a Reserva Indígena de Bracuí, a primeira no Estado do Rio. Se aprovada, a proposta será remetida ao Presidente João Figueiredo para se transformar em decreto. Como se vê, a desburocratização não foi feita para os índios.

Além do dono da Fazenda Itinga, Tormar Pereira, havia um posseiro que também reivindicava as terras: Francisco Ferraz do Amaral, da Fazenda Imbu (vizinha à Itinga). Declarou que está ali há muitos anos e que "se o Estado quiser, fará negócio."

Protesto coletivo

Informou-se de Cuiabá que, no dia 26 de novembro, mais de 50 indígenas das nações Kaiabi e Apiacá, liderados pelo chefe Tamaná Luciano, assinaram documento protestando contra a construção de duas usinas hidrelétricas no Rio dos Peixes, com capacidade para 30 mw, e no Rio Apiacá. para 20 mw, orçadas em 143 milhões de dólares, segundo revelações do presidente das Centrais Elétricas Mato-grossenses (Cemat), Benedito Barreto. No documento, os índios deram suas razões para o protesto:

As usinas "só trarão prejuízos para nós, porque nós índios matamos bichos selvagens para alimento, e os fazendeiros são diferentes, porque matam dois ou três bois para se manterem e essas usinas acabarão com nossos peixes e nossa caça, além de fazer desaparecer os inúmeros saltos existentes."

Frisaram os índios que "os civilizados pensam no dinheiro, que chamam de desenvolvimento, e já permitiram que invadissem as terras que ocupávamos livremente. Agora, querem o último restinho que seguramos. Talvez não compreen-

dam, mas para nós é imprescindível que respeitem o Rio dos Peixes e deixem o salto como está." Lembraram ainda que sabem muito bem "como ficaram nossos irmãos desalojados pela barragem de Itaipu."

Morte de líder

No dia 25 de novembro, notícias de Campo Grande (Mato Grosso do Sul) davam conta de que o Cacique Marçal de Sousa fora assassinado por dois homens que invadiram a farmácia da Funai onde ele trabalhava, na Aldeia Campestre, município de Antônio João. Em 1980, quando o Papa João Paulo II esteve em Manaus, Marçal fora escolhido para representar seu povo e fez um discurso denunciando o assassinato de líderes indígenas pelos brancos.

Marçal era enfermeiro da Funai e trabalhava na Aldeia Campestre, onde vivem 50 índios. A filha mais velha do Cacique, Edna, suspeitou de um paraguaio, que procurara seu pai 13 dias antes, oferecendo-lhe Cr$ 5 milhões, para que convencesse as 150 famílias indígenas a saírem de Piracuá, onde se haviam fixado. Marçal, segundo o depoimento da moça, recusou e manteve sua decisão, mesmo quando o estranho dobrou a quantia. Disse ela:

— Meu pai disse que o negócio era desonesto e nada faria para prejudicar seu povo. O homem, então, jurou vingança.

Marçal era Guarani, do ramo nhandeva e seu nome de nascimento era *Tupã-y*, "Pequeno Deus". Era pai de sete filhos e tinha 64 anos. Era considerado líder e conselheiro por todos os índios do País. Isso foi comprovado quando, em Manaus, foi escolhido para representar seu povo na homenagem prestada ao Papa João Paulo II.

O discurso diante do Papa

Na sacada do Palácio Episcopal de Manaus, no dia 10 de julho de 1980, Marçal *Tupã-y* proferiu o seguinte discurso diante de sua Santidade João Paulo II, em nome dos índios:

"Santidade João Paulo II

Eu sou representante da grande tribo Guarani, quando nos primórdios, com o descobrimento dessa grande pátria, nós éramos uma grande nação e hoje eu não poderia como representante dessa nação que hoje vive à margem da chamada civilização, Santo Padre, não poderíamos nos calar pela sua visita neste país.

Como representante, por que não dizer, de todas as nações indígenas que habitam este país que está ficando tão pequeno para nós e tão grande para aqueles que nos tomaram esta Pátria.

Somos uma nação subjugada pelos potentes, uma nação espoliada, uma nação que está morrendo aos poucos sem encontrar o caminho, porque aqueles que nos tomaram este chão não têm dado condições para a nossa sobrevivência, Santo Padre.

Nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas, os nossos territórios são diminuídos, não temos mais condições de sobrevivência. Pesamos a Vossa Santidade a nossa miséria, a nossa tristeza pela morte dos nossos líderes assassinados friamente por aqueles que tomam o nosso chão, aquilo que para nós representa a nossa própria vida e a nossa sobrevivência nesse grande Brasil, chamado um país cristão.

Represento aqui o Centro-Sul desse grande país, a nação Kaingang que perdeu recentemente seu líder; foi assassinado também o Pankararé, no nordeste. Perdeu o seu líder porque quis lutar pela nossa nação. Queriam salvar a nossa nação, trazer a redenção, trazer a redenção para o nosso povo, mas não encontrou redenção, mas encontrou a morte.

Ainda resta uma esperança para nós com a sua visita, Santo Padre, o senhor poderá levar fora dos nossos territórios, pois nós não temos condições, pois somos subjugados pelos potentes. A nossa voz é embargada por aqueles que se dizem dirigentes desse grande país.

Santo Padre, nós depositamos uma grande esperança na sua visita em nosso país. Leve o nosso clamor, a nossa voz por outros territórios que não são nossos, mas que o povo, uma população mais humana, lute por nós, porque o nosso povo, a nossa nação indígena está desaparecendo do Brasil. Este é o país que nos foi tomado. Dizem que o Brasil foi descoberto, o Brasil não foi descoberto não, Santo Padre, o Brasil foi invadido e tomado dos indígenas do Brasil. Esta é a verdadeira história. Nunca foi contada a verdadeira história do nosso povo, Santo Padre.

Eu deixo aqui o meu apelo, apelo de 200 mil indígenas que habitam, lutam pela sua sobrevivência nesse país tão grande e tão pequeno para nós, Santo Padre. Depositamos no Senhor, como representante da Igreja Católica, chefe da humanidade, que leve a nossa voz para que ainda a nossa esperança encontre repercussões no mundo internacional. Esta é a mensagem que deixo para o Senhor."

Silêncio

Agora o silêncio caiu sobre os índios que tudo esperavam do líder cuja voz emudeceu. O corajoso Marçal, defensor dos seus irmãos, foi sepultado no dia 28 de dezembro no pequeno cemitério da Aldeia Campestre, na presença de cerca de 200 pessoas, segundo informações de policiais da Delegacia de Antônio João.

Entidades ligadas à causa indígena, inclusive a Comissão do Índio da Câmara dos Deputados, em Brasília, enviaram documento ao Presidente João Figueiredo e ao Governador de Mato Grosso do Sul, Wilson Martins, exigindo a apuração do crime e a punição dos culpados.

Segundo declarações do delegado da Funai na área onde se deu o crime, Carlos Amaury de Azevedo, o principal suspeito era o paraguaio conhecido por João Bugre, que desaparecera. Na sua opinião, o crime foi premeditado, já que Marçal, que trabalhava no Posto de Saúde da Funai na Aldeia Campestre, estava de férias e retornara justamente no dia em que foi assassinado. João Bugre e um desconhecido teriam entrado na pequena farmácia do Posto e assassinado Marçal, quando ele disse que não tinha o remédio que procuravam.

Em Campo Grande, Carlos Amaury disse desconhecer o fato de Marçal estar envolvido em questões de terra. No entanto, a filha mais velha do Cacique, Edna, tornou a afirmar que um paraguaio tentara subornar seu pai, para que convencesse os índios Kaiowá a abandonar as terras devolutas por eles ocupadas em Antônio João.

Política funesta

Os índios estão sendo jogados uns contra os outros. Ingênuos, não percebem que por trás de tudo estão os fazendeiros que não pretendem abandonar as terras onde ilegalmente se instalaram. E o que faz a Funai? Na Bahia, mais um crime foi cometido na Fazenda São Lucas, no dia 29 de novembro, dentro da Reserva Caramuru-Paraguaçu, no município de Pau Brasil. A golpes de facão, foi assassinado o Pataxó Hã-Hã-Hãe Silvânias Trajano, de 33 anos.

As suspeitas recaíam em Pedro Marinho da Franca, que teria sido usado pelos fazendeiros da área, com o objetivo de tumultuar ainda mais a situação na Reserva. No dia 8 de junho, foi a vez do Cacique Edísio Pereira da Silva, substituído pelo Cacique Nelson Saracura. Este afirmou que já expulsara Pedro da Reserva, mas ele voltou para cometer o crime, justamente no dia em que a Comissão do Índio da Câmara dos Deputados visitava a Reserva.

— A impressão que se tem é de que Pedro foi mandado pelos fazendeiros, para tumultuar o clima já bastante tenso existente na Reserva — disse o Cacique.

Nelson Saracura não se mostrou satisfeito com os resultados da reunião mantida com os membros da Comissão do Índio, já que esperava uma solução definitiva para o problema das terras invadidas pelos fazendeiros, que dali não arredam pé.

Saracura que se cuide. A violência surge justamente quando um líder indígena se mostra mais capacitado a defender a comunidade a que pertence. Foi o que aconteceu com Marçal Guarani, na Reserva de Aldeia Campestre, em Mato Grosso do Sul. De Campo Grande informou-se que haviam sido presos numa fazenda de Pero Juan Caballero dois suspeitos da matar Marçal: João Gomes, mais conhecido por João Bugre, e João Chamamel. A prisão foi efetuada no dia 1.º de dezembro.

Segundo informou o Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal, Jayme Ayres Coelho, Marçal foi morto com cinco tiros. Disse também que a viúva Aristídia de Souza presenciara o crime. Ao ouvir os disparos, escondera-se num dos compartimentos da pequena farmácia onde Marçal trabalhava. Tentou socorrê-lo, mas o marido já estava morto. Revelou a autoridade policial que esses detalhes haviam sido omitidos "para dar maior segurança à única testemunha do crime."

As mortes se sucedem e as invasões também. No Sul de Rondônia, cerca de 30 famílias de posseiros invadiram, no fim de novembro e princípios de dezembro, a Reserva Indígena de Igarapé Lourdes, localizada no município de Jiparaná, em Porto Velho. Situada na divisa com Mato Grosso, a Reserva possui 165 mil hectares e é habitada por mais de 300 índios das tribos Gavião, Arara e Zoró. A invasão foi constatada por técnicos do INCRA, que trabalham em projetos fundiários no interior do Estado, e confirmada no dia 2 de dezembro pelo seu Coordenador Regional, Ernâni Coutinho.

E a Funai nada faz. Seu presidente, Octávio Ferreira Lima, viaja de avião de um lugar para outro, mas nada resolve. Por não cumprir as promessas, o que sempre foi rotina no seu comportamento, Ferreira Lima foi expulso pelos 300 índios Kraô, Xavante, Xerente e Karajá, que ocuparam a Ajudância da Funai em Araguaína, Norte de Goiás, no dia 29 de novembro. Além da demarcação de suas terras, os índios haviam pedido — e não foram atendidos — a substituição do Chefe da Ajudância, Wilker Célio da Silva. Na época, os índios solicitaram também a demarcação de toda a área Apinajé.

Denúncia grave

No Sul do Pará, os garimpos de Tucumã estavam produzindo, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral, cerca de 500 quilos de ouro por mês, mas parte dessa produção vinha sendo desviada por compradores clandestinos. Na Reserva dos índios Kaiapó, funcionavam três garimpos, todos controlados por funcionários da Funai, conforme denúncia de garimpeiros ao DNPM. Eles não quiseram se identificar, com receio de represálias. E, assim, a Funai vai facilitando a invasão da Reserva.

Havia até uma tabela de preços fixada pelos funcionários da Funai no Posto da Reserva dos Kaiapó, perto de Tucumã. Tudo era cobrado, desde a inscrição de garimpeiro até a licença para pouso de aviões. Tudo isso para facilitar o acesso de garimpeiros às terras indígenas.

— A cobrança de taxas a garimpeiros é ilegal, pois só quem pode garimpar em Reservas indígenas são os próprios índios — declarou o assessor do diretor-geral do DNPM, Ivan Barreto.

Os garimpeiros denunciantes solicitaram ao DNPM providências para acabar com a onda de violências e uso de drogas nos garimpos de Tucumã, principalmente nas áreas de Cuca e Pista Nova. Pediam inclusive a presença da Polícia Federal para manter a ordem e dar segurança aos que só queriam trabalhar.

Um homem honesto

O Jornal *Porantim*, n.º 58, de dezembro de 1983, confirmou e esclareceu as circunstâncias que envolveram a morte do Cacique Guarani Marçal *Tupã-y:* ele recusou, repetidas vezes, uma oferta de Cr$ 5 milhões para tentar convencer um grupo de Kaiowá (subgrupo Guarani) da Aldeia Piracuá, em Bela Vista, a abandonar a área onde vive.

A tensão na Aldeia Piracuá era muito grande devido às investidas do fazendeiro vizinho da área, Astúrio Monteiro Lima, e principalmente devido às ameaças constantes de Líbero Astúrio Monteiro, seu filho. Eles se dizem proprietários das terras onde vivem os Kaiowá, a quem Marçal prestava atendimento como enfermeiro e conselheiro, Escreveu o Jornal do Cimi:

"*Tupã-y* (Pequeno Deus) era um dos líderes mais destacados na luta em prol das nações indígenas. Sua combatividade e incentivo a outros grupos podem ser observados em algumas palavras que proferiu em uma das várias assembléias indígenas a que esteve presente: "Não podemos ficar mais de braços cruzados. É hora de nós erguer a nossa tribo, a voz de nossas tribos. Nós não podemos ter medo. Estamos na nossa pátria, estamos na nossa terra. Então nós temos que gritar."

Mais repressão

Porantim denunciou a intenção do Governo de tornar mais intensa a repressão ao índio, lançando mão da Polícia Militar, em casos de tensão que envolvam índios e não-índios dentro e fora de Reserva. O decreto começou a se concretizar em 20 de outubro de 83, quando o Presidente João Figueiredo aprovou Exposição de Motivos Interministerial, que tomou o número 55.

O documento fora enviado ao Presidente por três Ministros: Mário Andreazza, do Interior; Ibrahim Abi-Ackel, da Justiça; e Danilo Venturini, que acumula os cargos de Ministro Extrordinário para Assuntos Fundiários e de Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Frisou o Jornal: "Segundo a Exposição de Motivos, que provavelmente vai desencadear um novo decreto contra a vida do índio, qualquer latifundiário ou invasor que tiver questão com índios e "se sentir ameaçado" poderá pedir a intervenção da Polícia Militar na área indígena, ou fora dela, para protegê-lo. Já o índio não terá o mesmo direito, pois a Exposição de Motivos prevê pedidos da sociedade envolvente."

Tal medida vai alterar o artigo 34 do Estatuto do Índio, que faculta somente à Funai o direito de "solicitar a colaboração das Forças Armadas e Auxiliares e Polícia Federal, para assegurar a proteção das terras ocupadas pelos índios e pelas comunidades indígenas."

A nova medida diz que "a eventual solicitação da intervenção das Forças Armadas, em casos de perturbação da ordem, descumprimento da lei ou necessidade de assegurar o exercício dos poderes constituídos, deverá ser necessariamente precedida de atuação das Polícias Militares."

Nas cidades, caberá à Funai "requisitar repressão contra os índios, por parte da Polícia Federal e Polícia Militar, que atuarão coordenadamente. A ela caberá este direito. já que é quem mantém o exercício da tutela."

E o Jornal do Cimi manifestava seu justificado temor: "O futuro decreto vai oficializar uma prática que está-se tornando rotineira em Brasília, por exemplo. Desde que tomou posse o novo presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima, não pode aparecer mais de um índio na cidade, que vários camburões cercam o local. O fato é que o índio está-se tornando um caso de polícia e, o que é talvez pior, de Polícia Militar." E terminava:

"Na surdina, o Governo vai tecendo uma teia e obstruindo os caminhos da vida e da organização indígena. Se a resistência a esta teia não for construída, em breve teremos o decreto de extinção do índio no Brasil. E, da curta memória de nosso povo será expurgada a idéia de que os antigos donos do País existem e não se cansam de lutar pelo direito de não se igualar à miséria da maioria da população."

Desfolhante que mata

As denúncias partiram dos próprios operários que entraram em litígio com a Agromax — subsidiária da Eletronorte. Em Tailândia, povoado que fica a 190 km de Belém, foi pulverizado o herbicida para desmatar a trilha sob as linhas que levarão a energia elétrica gerada em Tucuruí. Mal estranho atacou os habitantes da região e houve casos de morte. O agente-laranja, já denunciado páginas atrás por J.M. Gama Malcher, foi largamente usado pelos americanos na guerra do Vietnã. Guerra química contra os vietcongs. Agora, no Brasil, o produto da Dow Chemical está acabando com animais, plantas, índios e posseiros sem recursos.

Em Moju, já haviam morrido 80 bois e oito pessoas, vítimas do desfolhante. O deputado estadual Romero Ximenes (PMDB), que movia ação trabalhista contra a empresa, declarou que foi empregado o Tordon 155-BR, em cuja fórmula entra o elemento que falta ao Tordon 101, transformando-se, assim, no verdadeiro agente-laranja. Frisou o advogado e parlamentar que as populações e os animais de Tailândia "vêm sendo vítimas de uma verdadeira guerra química."

Uma comissão encarregada de investigar o fato colheu informações de vários agricultores e fazendeiros, entre eles José Ferreira Pinheiro, morador da gleba 3, próxima do depósito onde a Eletronorte guardava o herbicida. (*Veja*, de 07-12-83, n.º 796, págs. 46/48).

Em 220 dos 800 km da linha de transmissão da Eletronorte — de Belém a Tucuruí — registraram-se casos de morte, devido à utilização do desfolhante Tordon contendo Dioxina (*agente laranja*). A notícia, vinda de Belém, informava que o advogado José Carlos Castro — que estava tomando depoimentos da população local — confirmou a morte de três pessoas e três casos de aborto.

— O caso é espantoso — declarou o advogado. — Morreram Raimunda Mendes da Silva, de um ano de idade, Mary Terezinha Rodrigues da Rosa, de 16 anos, e Juciene Santos Silva, de 13 anos. Foram vítimas de aborto Maria de Jesus Rodrigues, de 34 anos, Maria do Socorro Lima da Rosa, e Maria Zuleide.

José Carlos Castro esclareceu que a menina Raimunda Mendes da Silva, de um ano, morreu em 1982 em conseqüência de vômitos constantes provocados pela ingestão de fruto agreste contaminado pela Dioxina. Mary Terezinha, de 16 anos, estava grávida de oito meses, e morreu um dia depois da pulverização com Tordon. Ela sofreu tonteiras, perdeu parcialmente a visão, teve vômitos, dor de cabeça e tremedeira generalizada. Também Juciene morreu intoxicada pelo desfolhante. (*Jornal do Brasil*, de 10-12-83, 1.º Caderno, pág. 15).

Quem pode, pode

O uso do desfolhante da Dow Chemical nas matas de Tucuruí só veio a público porque fazendeiros foram prejudicados. Eles podem pagar advogados. Caso as vítimas fossem apenas índios e posseiros pobres, a opinião pública brasileira ignoraria tais fatos. As notícias se acumulam: até o dia 14 de dezembro de 83, já se elevava a 42 o número de mortes em conseqüência do uso do veneno para desmatar as trilhas sob as linhas de alta-tensão que levarão a energia gerada em Tucuruí, à beira do Rio Tocantins, até Belém.

Segundo informações do Governador Jáder Barbalho, do Pará, a estatística macabra lhe fora fornecida pelo Secretário de Agricultura daquele Estado, João Batista Bastos. O Governador havia recebido minutos antes um telex do presidente da Eletronorte, Douglas de Sousa Luz, negando o uso da Dioxina no Pará. A Eletronorte garantia que, "após exaustivos exames de laboratório, ficou constatado que as mortes foram causadas por fatores diversos."

A Revista *Veja*, n.º 797, de 14/12/83, nos conta em reportagem, com fotos, que não deixa margem a dúvidas:

"O que se sabe, depois da divulgação da Carta de Tailândia — assinada por catorze políticos, médicos, técnicos e por dois secretários de Estado do Pará —, é que as pulverizações feitas por trabalhadores da Agromax, uma subempreiteira da Eletronorte, estão estreitamente ligadas a um desastre ambiental que pode ter matado pelo menos 13 pessoas e provocado 12 abortos, além de dizimar criações de gado e de animais domésticos do município de Moju, a 190 quilômetros de Belém, e no povoado de Tailândia, à margem da nova Rodovia PA-150."

O advogado José Carlos Castro, de Belém, movia na época duas ações contra a Eletronorte na Justiça Federal: uma em nome do fazendeiro Valdecir Palhares, que pedia uma indenização pela perda de 80 cabeças de gado de sua fazenda, cortada pelas linhas da Eletronorte. A outra, pelos danos sofridos pelo agricultor Romualdo Kerber, 49 anos que, além de perturbações que sofreu, perdeu a capacidade de trabalho depois de internado duas vezes em hospital de Belém.

O igarapé defronte à sua casa ficou completamente contaminado. Recorramos à *Veja*, número já citado:

"Essa trilha de desgraças foi aberta de 1980 a 1982, como recorda o guarda bancário Epitácio Gomes da Silva, que perdeu a filha Juciene, aos 13 anos, em 1982: "Eu via os homens lavando as luvas, as máscaras e umas roupas que eles usavam para jogar o veneno. Um dia, a Juciene foi lavar roupa no mesmo igarapé e começou a ter febre. Levamos para um hospital em Tomé-Açu, a três horas daqui, mas a menina morreu no outro dia."

A princípio, Epitácio não ligara os fatos, atribuindo ao acaso a morte da filha, mas depois percebeu que "pode haver relação entre os "homens de máscaras" que ficavam misturando pós com a água do igarapé e a doença de Juciene."

Pelo que foi apurado, o produto usado foi o Tordon 101-BR, fabricado pela Dow Chemical, ao qual era adicionado outro produto contido em saquinhos plásticos. O conteúdo desses saquinhos plásticos era colocado nos tanques puxados por tratores que os operários da Agromax utilizaram durante as aplicações. *Veja* tem mais dados:

"Não teria sido a primeira vez que a mata amazônica seria agredida com desfolhantes químicos fora de qualquer controle oficial. Na semana passada, o mais antigo geógrafo do IBGE, Orlando Valverde, 66 anos, professor visitante de Geografia Agrária Tropical nas Universidades de Heidelberg, Alemanha, de Bordeaux, França, e da Califórnia, Estados Unidos, assegurou a *Veja* ter reunido evidências de que o próprio Agente-Laranja, utilizado como arma de guerra pelas tropas americanas na guerra do Vietnã, foi jogado em larga escala, por aviões, sobre florestas do Acre, para expulsar posseiros, seringueiros e índios que ocupavam a região."

Segundo Valverde, "bombardeadas com desfolhantes que causaram danos nunca avaliados, essas populações fugiram para a periferia de cidades maiores do então território — como Cruzeiro do Sul e Rio Branco — e até para a Bolívia, onde o governo foi obrigado a promover uma campanha de "nacionalização" dos novos imigrantes. Esses imigrantes compulsórios, a seu tempo, tiveram a reação que um habitante de Tailândia prometeu a um dos integrantes da comissão que elaborou a Carta da semana passada." Segundo o antropólogo Manoel Alexandre Ferreira da Cunha, professor assistente da Universidade Federal do Pará, o morador lhe teria dito:

— Se eu souber de novo que eles estão por aí, jogando veneno, eu vou sumir; daí eles não me pegam mais.

Conta *Veja* que em março de 82 o secretário Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, enviara carta a Henrique Bergamin Filho, então diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, ameaçando demitir-se do seu cargo se agentes desfolhantes fossem usados na Amazônia. Esta carta nunca foi divulgada. *Veja* conclui:

"Isso mostra que a Eletronorte e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) admitiam o uso, em larga escala, de produtos químicos que causariam danos profundos à mata amazônica."

• • •

As irregularidades prosseguem: o esbulho das riquezas naturais existentes nas terras dos índios Katukina do Rio Biá, afluente do Jutaí, no Amazonas, vem mais uma vez provar a força do poder econômico. Madeireiros e comerciantes estão destruindo as florestas locais com a retirada de milhares de toras de madeira para comercialização. A maior parte dessa madeira está sendo tirada para a multinacional Brumasa, com sede no Amapá. Ali, a madeira é beneficiada e exportada.

A Equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia de Tefé fez a denúncia, anexando fotos mostrando o trabalho devastador das moto-serras. O roubo vem sendo feito pelos seguintes madeireiros e comerciantes: Délio Mafra, de Tefé; Fernando Honorato Filho, de Foz do Jutaí; Antônio Carlos, Foz do Jutaí; Abraão Soares, de Tefé; Lucídio Martins, Foz do Jutaí; Pedro Brás (empresa Copatana) e Eduardo Ribeiro, do Jutaí.

O pior é que — denuncia a entidade da Igreja — os próprios índios Katukina estão sendo usados para transportar as toras de madeira até às matas do Rio Biá. Impõe-se, com a maior urgência, a demarcação da Reserva do Rio Biá, para que os índios, devidamente orientados e conscientizados, possam defender o seu patrimônio.

Funai não entra

Em reunião reservada que teve a duração de três dias (2, 3 e 4 de dezembro). na Vila São Pedro, a 15 quilômetros de Dourados, 200 Caciques de tribos de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Amazonas, Piauí, Pará e São Paulo discutiram o assassinato do Cacique Marçal *Tupã-y* e decidiram promover eleições livres e democráticas em todas as reservas para a escolha de Caciques, sem a interferência da Funai.

Os índios pretendiam exigir das autoridades federais a garantia dos direitos constitucionais que têm como primeiros habitantes do Brasil. A reunião foi vetada a funcionários e Caciques nomeados pela Funai. Só puderam participar pessoas que se identificavam com uma senha previamente combinada.

As resoluções do encontro deveriam ser transformadas em documento, a ser entregue ao Deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ) pelo presidente do Cimi, Antônio Brand. Tais informações foram veiculadas por funcionários da Funai lotados no Posto Indígena de Dourados.

O encontro só foi interrompido quando os seus participantes recepcionaram o Vice-Governador do Rio de Janeiro, antropólogo Darcy Ribeiro, que chegara a Dourados para assistir à missa de sétimo dia pela alma de Marçal de Sousa, Cacique *Tupã-y*, assassinado em Aldeia Campestre. Darcy Ribeiro compareceu também ao ato público de protesto contra o assassinato de Marçal, proclamado na noite do sábado (dia 3) como líder de todas as nações indígenas do País.

A missa foi celebrada na Igreja Imaculada Conceição (Matriz de Dourados) por Dom Tomás Balduíno, Bispo de Goiás Velho, que na homilia falou sobre a campanha de não-violência lançada pela CNBB.

Em seguida, foi realizado ato público na praça da Catedral de Dourados. Falaram o Deputado federal Mário Juruna e o Vice Darcy Ribeiro. Este disse:

— Que o sangue desse grande homem clame cada dia mais alto por justiça e que as autoridades façam essa justiça valer, para que este jovem Estado não se sinta enlameado, envergonhado por não lavar a honra de um dos seus filhos mais nobres.

Assinalou que "a morte do líder Marçal de Sousa é o exemplo mais recente das barbaridades cometidas impunemente contra esses nossos irmãos brasileiros." Em seguida, diante de duas mil pessoas, ressaltou:

— Há que se respeitar o índio como legítimo proprietário das terras que ocupa no Brasil e, acima de tudo, como ser humano.

Sentença de morte

Nossos índios, tão pobres e desassistidos, são também vítimas do regime autoritário que empolgou o Poder em 1964 e que, ao longo desses 20 anos, resultou no falho e incompetente modelo econômico que vai levando o País para o abismo. Ora, o Estatuto do Índio estabelece que a exploração das riquezas naturais localizadas em território indígena cabe exclusivamente aos índios. Mas uma política agressiva de exploração vem-se desenvolvendo há anos, quando portaria interministerial abriu às empresas estatais federais o direito de mineração nas reservas.

Que fez o Governo? No dia 10 de novembro de 83 (Dec. n.º 88.985), estendeu esse direito — de pesquisa e lavra em terras indígenas — a empresas privadas. O decreto, assinado pelo Presidente João Figueiredo com base em minuta dos ministros ligados a essas áreas, praticamente selou o processo de extinção dos índios em nosso País.

Em Exposição de Motivos, os ministros das Minas e Energia, César Cals, e do Interior, Mário Andreazza, afirmaram que "não há razões suficientes que possam justificar a não exploração de recursos minerais, fundamentais à segurança nacional ou ao processo de desenvolvimento do País, apenas por estarem suas jazidas em terras indígenas."

Tal decisão, aliada à política antiíndio da Funai e do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, prova o que escrevemos páginas atrás: há, de fato, a intenção de tirar o índio do caminho, para que "não atrapalhe o progresso do País." O que von Ihering não conseguiu, no começo do século, com a sua proposta de acabar com os Kaingang em nome do progresso, o Governo da Revolução vai conseguir com uma simples penada do General que governa o Brasil.

O índio, o nosso índio, o dono legítimo das terras, vive da lavoura de subsistência, da caça e da pesca, assim mesmo em precárias condições. Não podemos esquecer também a irresponsabilidade demonstrada pelo Coronel reformado e deputado federal João Batista Fagundes, do PDS de Roraima, que apresentou projeto para a emancipação do índio. O Conselho Indigenista Missionário é de opinião de que o decreto presidencial e o projeto do parlamentar guardam relação íntima, ao afirmar que "por trás das medidas estão os interesses de grandes empresas estrangeiras de exploração agrícola e mineral, além da pressão para se liberar as terras indígenas para exploração."

Na opinião de antropólogos e de entidades ligadas à causa do índio, vai ser um desastre o contato entre índios e garimpeiros. E já há exemplos negativos desse contato. O Secretário-Adjunto do Cimi, Benedito Prazia, teme que se repita o que ocorreu quando foram abertos seringais em áreas indígenas: "a entrada de pessoas estranhas nas Reservas levou o alcoolismo e a prostituição ao

meio indígena, além da exploração do trabalho do índio em regime de semi-escravidão" (*O Globo*, ed. de 11/12/83, pág. 12).

A adoção das medidas preconizadas no decreto presidencial, segundo as autoridades governamentais, deverá aumentar os recursos da Funai, pois a entidade tutelar receberá *royalties*, como se tudo isso redundasse em proteção e auxílio ao índio. Estudando o problema indígena há muitos anos, sabemos muito bem o que vai acontecer: vai entrar mais recursos na Funai, não em favor do índio. É impressionante essa "política" de proteção e assistência ao índio em nosso País. Se Rondon fosse vivo, ia entrar nessa briga, lutando ao lado dos índios.

Sabe-se que cerca de 25 mil índios vivem em terras ricas em minérios. São 20 milhões de hectares espalhados pela Amazônia Legal: Amazonas, Roraima, Pará, Rondônia, Amapá e Mato Grosso. Na área onde habitam os Yanomami, por exemplo, que vivem em Roraima, concentrados perto da fronteira com a Venezuela, pelo que se sabe após pesquisas ali realizadas, existem jazidas inesgotáveis de ouro, cassiterita, estanho, cobre, alumínio e diamante.

Que prato! Os índios vão — com ameaças e maltratos — ajudar a "pagar" as dívidas do Brasil... Não se pode levar a sério essa "política" indigenista oficial. As companhias de mineração vão encher as burras e, no caso de multinacionais, vão empobrecer ainda mais o País, exportando divisas.

As famigeradas estatais, que têm autorização para exploração mineral em reservas indígenas, recebiam (1983) 10% sobre o Imposto Único sobre Minerais (IUM), conforme declarações de técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral. Na época, as autoridades não sabiam ainda em que bases deveriam pagar às empresas privadas. Seja qual for a porcentagem, a corda vai romper do lado mais fraco: o índio.

Depoimento de Dallari

Porantim n.º 58, dezembro de 1983, publica entrevista do jurista Dalmo de Abreu Dallari concedida à jornalista Railda Herrero. Vejamos alguns trechos:

"... Não existe, na realidade, no Brasil, uma política indigenista: o que existe é uma péssima política econômica que condiciona tudo o mais que acontece no País;"

"... Os últimos governos brasileiros passaram a correr atrás do desenvolvimento econômico, subordinando tudo a essa busca. E o que nós verificamos hoje é que também o desenvolvimento econômico é um fracasso."

"... E, em relação ao índio, o prejuízo foi mais sério, porque ainda hoje um grupo que tem uma influência muito forte no governo brasileiro (e é o mesmo grupo que tem seus elementos dirigindo a Funai) considera que o índio é um empecilho para o desenvolvimento econômico, acha que todas as riquezas existentes em terras indígenas devem ser extraídas e exportadas ou entregues para o explorador estrangeiro. E, dentro desta perspectiva, fazem tudo para diminuir a quantidade de terras indígenas e para expulsar os índios das terras que eles ocupam."

"... Em função dessa política indigenista e dessa subordinação ao desenvolvimento econômico é que se verifica que, em grande parte, o Estatuto do Índio ou nem é aplicado ou tem aplicação errada. Assim, por exemplo, o Estatuto prevê a demarcação das terras indígenas, que deveria ter sido concluída em 1978 e que, no entanto, até agora não foi feita."

"... Diante da lei, o índio é *relativamente incapaz* e não *incapaz*. A diferença está em que o incapaz não manifesta a sua vontade, ele é substituído por alguém, ao passo que o relativamente incapaz manifesta a sua vontade assistido por alguém. A função da Funai é de assistir o índio e não de substituir o índio, como ela fez muitas vezes."

"... E, por último, o aspecto que eu acho mais grave — e neste ponto o Estatuto é falho e precisaria ser modificado — não se prevê a participação do índio nem mesmo opinando nos órgãos da Funai. Quer dizer, existe um Conselho Indigenista que não inclui qualquer índio e não há na Funai um órgão que preveja a consulta ao índio, a participação formal do índio, influindo sobre as decisões do órgão. Isto tudo tem sido muito negativo, porque tem levado a decisões que contrariam claramente os interesses indígenas."

"... Ao lado disso tudo, nós temos verificado que, em muitas situações, a Funai age contra os interesses do índio e claramente protege aqueles que vão prejudicar o índio. Basta lembrar que houve inúmeros casos em que a Funai concedeu certidões negativas da existência de índios sobre território em que era patente a existência de grupos tribais."

"... Ainda mais recentemente, numa outra situação, também se verificou o comportamento até ilegal da Funai, fazendo acordos para permitir a presença da multinacional francesa Elf Aquitaine fazendo prospecção e pesquisas petrolíferas dentro da área dos Sataré-Mawé."

"... A própria Constituição estabelece que qualquer título sobre terra indígena não tem valor — e diz ainda mais, expressamente, que não se dará qualquer indenização a quem tiver título sobre terras indígenas e que, por força da Constituição, tiver perdido esse título, de maneira que não cabe essa indenização. E, no caso de invasores de terras sabidamente indígenas, o próprio Código Civil prevê que não cabe indenização."

"... Em relação à questão *terra*, o Estatuto contém uma promessa importante — mas que não se realizou. Se, de fato, tivesse sido feita a demarcação que, pelo Estatuto, deveria estar concluída desde dezembro de 1978, isso teria sido altamente benéfico para os índios. Entretanto, isto não aconteceu. O Estatuto, quanto à terra, ficou devendo, porque de fato, a proteção que os índios têm recebido decorre diretamente da Constituição, e aqueles pontos em que a aplicação do Estatuto teria sido um acréscimo ficaram ainda por se realizar."

"... De fato, a demarcação por si só não garante, mas a demarcação é um passo importante para a definição das terras indígenas. Muitas vezes o invasor (garimpeiro, extrator de madeira, ou outro tipo de invasor) alega desconhecimento, e o fato de não existir a demarcação facilita essa alegação; se houvesse a demarcação, já se saberia formalmente quais são as terras indígenas, e seria muito mais fácil proteger essas terras."

"... Quando as pessoas invadem as terras indígenas sem uma reação da Funai, é pura e simplesmente uma omissão ilegal. De fato, a Funai não tem protegido as terras indígenas como deveria proteger: ela tem sido claramente omissa, ela sempre chega atrasada..."

"... Nos casos em que ela interferiu, foi preciso que se criasse uma situação de grave conflito; quase sempre foi necessário que os próprios índios tomassem as primeiras medidas em sua defesa; em outras situações, foi necessário que antropólogos, religiosos e indigenistas agissem em favor do índio para depois a Funai aparecer. Então, de fato, a falha não está no Estatuto, mas está na tutora do índio."

Notícias várias — dezembro de 83

Até hoje os índios Kaiowá continuam lutando pela demarcação de suas terras, situadas em Mato Grosso do Sul. A Aldeia Piracuá, localizada entre os municípios de Ponta Porã e Antônio João, é considerada o "Paraíso dos Kaiowá". Ali tem de tudo: caça em abundância, 2.346 hectares de terras férteis, ricas em árvores frutíferas e madeira-de-lei.

Na região corre o Rio Apa, um dos mais piscosos de Mato Grosso do Sul. Nessa luta, engajou-se o Cacique Marçal de Sousa, assassinado a mando de fazen-

deiros que não queriam na área um líder indígena autêntico, que não aceitava conchavos, não se deixava subornar e defendia sempre a sua comunidade. Por isso foi morto. Um poderoso fazendeiro, Astúrio Monteiro, alega ser proprietário de pelo menos 300 hectares da Aldeia Piracuá. Diz ele que essa área faz parte das terras da Fazenda Serra Brava, de sua propriedade.

Desrespeito

A Lei n.º 6 001 (Estatuto do Índio) já completou 10 anos de existência e pouco foi feito para garantir aos índios brasileiros a posse das terras a que têm direito. A Lei, de 17 de dezembro de 1973, prevê vários benefícios para a comunidade indígena, mas a Funai vem falhando nesse campo. O pior é que, sem lançar mão da revogação pura e simples do Estatuto, o Governo vem aos poucos alterando-o, sempre em detrimento dos índios.

Em longo artigo divulgado no JB, sob o título "Os novos tutores do índio", edição de 18/12/83, Caderno Especial, pág. 4, o antropólogo João Pacheco de Oliveira indaga:

"Qual é a realidade e a eficácia do Estatuto do Índio?"

Ele próprio responde:

"Durante o ano de 1983, um conjunto bastante heterogêneo de atos jurídicos e administrativos parece haver invertido o significado de alguns de seus pontos cruciais. Tais normas, a pretexto de apenas regularem aspectos da aplicação da lei, de fato modificam a sua natureza, subordinando-a a diretivas e preocupações conjunturais das políticas oficiais."

E o antropólogo cita o decreto 88.118, de 23/02, que entrega as decisões fundamentais sobre a demarcação das terras indígenas ao Ministério do Interior e ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, cabendo à Funai apenas o encaminhamento da proposta; o decreto 88.985, autorizando empresas estatais e particulares nacionais a pesquisar e explorar minérios estratégicos em terras indígenas; e a Exposição de Motivos Interministerial n.º 055, de 01/08, aprovada pela Presidência em 20/09, estabelecendo a competência das Polícias Militares dos Estados para intervir em conflitos de terra, "em casos em que os índios ataquem ou intimidem os não-índios."

Com a demarcação das terras indígenas entregue ao Ministério do Interior e ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, o Estatuto do Índio perdeu sua força, pois a Lei que o criou (n.º 6.001) enfatizava justamente esse ponto. O antropólogo João Pacheco de Oliveira assinala:

"Por tais exemplos, abrangendo áreas distintas de atuação, fica evidente que o Estatuto do Índio e a Funai não podem mais ser ditos de modo algum como os únicos (ou mesmo os principais) responsáveis pelo destino dos índios."

Com a autoridade de antropólogo do Museu Nacional (Rio de Janeiro) e membro da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia, João Pacheco de Oliveira esclarece pontos muito importantes na atual política indigenista oficial:

"... Em primeiro lugar, a condição de índio é vista como transitória, um estágio na caminhada civilizatória da situação de "isolados" à de "integrados" (quando então cessariam os efeitos da tutela, ainda que persistissem alguns costumes e valores da tradição tribal). O índio só é protegido e reconhecido enquanto em marcha para o "não-índio", a perspectiva protecionista significando apenas evitar mudanças bruscas e traumáticas, resguardando a "aculturação espontânea do índio", indicada no ato de criação da Funai como uma das finalidades do órgão.

Um segundo ponto é que o Estatuto apenas reconhece aos grupos tribais a posse e o usufruto permanente da terra, mas nunca a sua plena propriedade. As terras indígenas são de domínio da União e mesmo aquelas adquiridas pelos canais comuns (compra, doação ou permuta) continuam sob controle do Patrimônio Indígena, gerenciado pela Funai. A plena propriedade da terra só pode ser obtida pelo índio em caráter individual e quando já seja considerado integrado."

João Pacheco de Oliveira defende um projeto mais amplo oficial, "no qual o indígena seja respeitado como índio e não visto como "em evolução" para o não-índio." No seu lúcido e importante artigo, o antropólogo, enfocando a transitoriedade da condição do índio e o problema da propriedade da terra, escreve:

"Basta focalizar esses dois pontos e lembrar a instituição da tutela, para desvendar a natureza colonial e etnocêntrica das soluções jurídicas que o indigenismo brasileiro adotou para o enquadramento das populações nativas. O momento atual é radicalmente diverso daquele do surgimento do Estatuto. As lideranças indígenas estão em processo crescente de mobilização; os seus interesses já se acham representados no Congresso Federal e em Câmaras municipais por índios, há uma grande preocupação de certas esferas do Executivo com os conflitos resultantes dessa luta.

E em termos políticos amplos, há uma renovação do Judiciário e do Parlamento, nesse último tramitando igualmente projetos inovadores (reestruturação da Funai com participação dos índios) e outros de repercussões bastante nocivas (como o de n.º 2.465, que propõe a Emancipação dos Índios, ou o novo projeto de Código Civil, que arrola o índio — tal como o louco — entre os absolutamente incapazes)."

Enfim, a liberdade

Os Padres franceses Aristides Camio e François Gouriou foram libertados no dia 17, de madrugada, após uma conversa telefônica do Secretário-Geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, com o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel. que determinou o relaxamento da prisão administrativa, adotada em seguida à decisão do STM que libertou os religiosos, após dois anos e quatro meses de cumprimento de pena.

No dia 19, os 13 posseiros do Araguaia, presos juntamente com os Padres franceses Aristides Camio e François Gouriou, foram libertados em dois grupos. O primeiro grupo deixou a prisão da Aeronáutica, em Belém, no Pará, às 13 horas; o segundo grupo foi libertado às 19 horas. Sete deles, defendidos pelos advogados Deusdedith Freire Brasil e José Quadros Alencar, deram uma entrevista coletiva no Sindicato dos Jornalistas de Belém. Do Sindicato, os posseiros se dirigiram à Comissão Pastoral da Terra, onde foram recebidos com foguetes e cânticos.

Os sacerdotes franceses, no dia 23, foram recebidos festivamente em Conceição do Araguaia, inclusive com a presença de caravanas de paróquias do interior do município. Informou-se que, logo que os padres desembarcaram, após viagem direta de Brasília, pousou na cidade um avião da FAB com oficiais do Exército. No aeroporto, agentes da Polícia Federal foram vistos tirando fotografias.

Borôro reage

Em Mato Grosso, cerca de 30 índios da Reserva Perigara, no Município de Barão de Melgaço — a 500 quilômetros da Capital — invadiram na manhã do dia 19 a 5.ª Delegacia Regional da Funai, em Cuiabá. Dispensaram todos os funcionários e mantiveram como refém o Delegado Titular, Coronel Darcy Álvares da Cunha. Exigiram também a permanência do Sub-Delegado Hélio Santana, de um motorista e do operador para atender os índios.

Os motivos alegados para a invasão são vários: os índios, liderados pelo jovem Paulo Meri Ecureu, da Reserva de Merure, exigiam a substituição do atual Delegado pelo Chefe do Posto de Perigara, o índio Terena David de Oliveira; queriam a demarcação definitiva das terras indígenas e mais recursos para os setores de educação e apoio à produção agrícola das aldeias. O mais grave:

O Delegado Darcy Cunha negou-se a enviar uma viatura para transportar seis crianças doentes da Reserva para a Capital. Eles viajaram por conta própria, dois dias e meio de barco e ficaram mais dois dias em Porto Cercado, às margens do Rio Cuiabá, no Município de Poconé, à espera de uma carona. Ao chegarem em Cuiabá, à tarde, encontraram fechadas as portas da sede da Delegacia Regional da Funai.

Soube-se depois que o Delegado Darcy Cunha dispensara todos os funcionários para os preparativos de uma grande festa de "amigo oculto", que se estendeu até três horas da madrugada. O que mais revoltou os índios foi quando descobriram que uma camioneta A-10, um Volks 1.300 e uma Kombi tinham sido usadas com gasolina da Funai para transportar os funcionários e as bebidas até à casa do médico Mário Silvério, onde foi realizada a festa.

Mais assassinatos

Na reserva de Dourados, Mato Grosso do Sul, na manhã de 26, foi assassinado a tiros o índio Guarany Guaracy de Sousa, primo do Cacique Marçal de Sousa, morto também a tiros em novembro. A situação ficou muito tensa, pois outros dois índios haviam sido mortos nos dias 23 e 24: Belmiro Duarte — Guarani, 27 anos, e Etelvino Teixeira, Kaiowá, 38 anos. O primeiro foi assassinado a facadas e o segundo a pauladas.

Como foi noticiado pelos jornais, Guaracy de Sousa era um dos candidatos ao cargo de Cacique da aldeia nas eleições do mês de abril e que foram canceladas pela Funai. O autor dos disparos foi Wilson Machado, cujo irmão, Ramão Machado, era também candidato ao mesmo cargo.

Cimi acusa

O Secretário-Geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antônio Brand, responsabilizou a Funai pela série de assassinatos de índios, acusando a entidade tutelar de adotar "uma política divisionista entre os indígenas, gerando tensões nas aldeias, conflitos e mortes", e também de "omissão na resolução dos conflitos por posse de terras."

Na opinião do Secretário Geral do Cimi, ao invés de dar uma solução definitiva aos problemas, a Funai tem "a clara intenção de dividir os índios." Citou como exemplo da tese que defende o tratamento desigual dado pela Funai a grupos indígenas, privilegiando alguns em detrimento de outros. E ressaltou o caso da aldeia de Amambaí, em Dourados (Mato Grosso do Sul), onde determinados grupos indígenas praticam agricultura mecanizada, financiada pela Fundação, ao lado de outros que plantam culturas de subsistência, "de modo ainda rudimentar. Esta política acentuou os conflitos internos."

Eleito Secretário do Cimi em julho, Antônio Brand, que é leigo, faz uma série de acusações ao Governo: redução do espaco vital dos índios, como aconteceu no Sul da Bahia, onde morreu o Cacique Edísio, dos Pataxó; arrendamento de terras indígenas a fazendeiros de cacau, na mesma região; não aplicação de Estatuto do Índio, que prevê a demarcação das terras indígenas até 1978, "o que não foi feito até agora."

— São desastrosos dois decretos baixados em 1983 — frisou Brand. — O primeiro, de n.º 88.118, transfere da Funai para os Ministérios do Interior e de Assuntos Fundiários a responsabilidade de demarcar as terras dos índios; o segundo de n.º 88.985, abre as terras indígenas para exploração de minerais. Não bastasse isso, o novo Código Civil pretende rotular o índio de absolutamente incapaz.

Obs.: Meses depois, o Código foi aprovado e o índio, felizmente, permaneceu como "relativamente incapaz", o que o compara a menor, e não a doente mental.

1984

Agente matador

Com insistência, os responsáveis pela fabricação do "Agente Laranja" não se cansavam de dizer que o produto letal nunca foi usado na Amazônia. Foi o que declarou no dia 1.º o Chefe de Toxicologia da Dow Chemical, Kzuo Horo, que chegou ao Brasil nos fins de dezembro do ano passado.

Reafirmou ele que o "Agente Laranja" jamais foi aplicado nas matas da Amazônia, por ser uma arma de guerra química, exclusiva dos Estados Unidos, cujos remanescentes foram incinerados no Pacífico após a Guerra do Vietnã.

Sabe-se que os produtos Tordon 101 e 155 têm registro no Brasil válido até 1986. O advogado José Carlos Castro, que defendia as famílias das vítimas do agente matador, não conseguiu até esta data (janeiro de 84) autorização para exumar os corpos. Sua intenção era provar que, de fato, o agrotóxico foi o causador dessas mortes.

Vegetais e restos de animais colhidos nas localidades de Tailândia e Goianésia estavam sendo analisados no Instituto Médico Legal Renato Chaves, de Belém, e amostras foram enviadas também a Upsala, na Suécia.

Perplexo, o Secretário de Agricultura do Pará, João Bastos, indagava:

— Se não foi o agente-laranja, que substância foi utilizada sob a linha da Eletronorte?

O Secretário de Tecnologia e Controle Ambiental da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), Luís Carlos Ferreira, declarou na ocasião:

— Se alguém fez alguma coisa que causou mal, este alguém deve ser punido. A SEMA irá investigar juntamente com as Secretarias Estaduais da Agricultura e Saúde do Pará, até o fim, podendo inclusive requerer a exumação de corpos e a abertura de inquérito policial.

União acima de tudo

O Cacique Marçal lutou durante os 63 anos de sua vida pela união dos índios, alertando sempre os seus companheiros para que se unissem, "de Norte a Sul, de Leste a Oeste, para encontrar os caminhos da sobrevivência. Se isso acontecer, a alegria e a paz voltarão ao nosso meio. Com o índio unido, a Funai vai ter medo. Tem medo como o cavalo que dá coice. Unida, a nossa nação deve de novo florescer."

Em 1980, Marçal passou a orientar 30 famílias de índios Kaiowá, que vivem na aldeia Piracuá, à margem do Rio Apa, no município de Bela Vista, perto do Paraguai. Mostrava-lhes a melhor maneira de agir para preservar suas terras — 800 hectares que o fazendeiro Astúrio Monteiro de Lima declara ser de sua propriedade. Assinala *Porantim:*

"Este fazendeiro, um dos principais suspeitos do assassinato, ao prestar depoimento na Delegacia local, disse que Marçal não passava de *um bugre audacioso*".

Desde que iniciou seu contato com as famílias da nação Kaiowá, Marçal passou a receber ameaças constantes. Até dinheiro foi-lhe oferecido para aban-

donar a causa. Mas ele colocava o seu ideal de fraternidade acima de tudo e brincava com as filhas que lhe pediam para não se expor:

— Quando eu morrer, é para me enterrar de cabeça para baixo ou jogar num formigueiro... o que vale, realmente, é que fique lançado à terra um pouco desse meu ideal.

No ato público realizado em Dourados, de protesto pelo assassinato de Marçal de Sousa, o Vice-Governador do Rio de Janeiro, antropólogo Darcy Ribeiro, que era amigo pessoal do Cacique desde 1946, disse comovido:

— Marçal foi a mais eloqüente voz de defesa da causa indígena que eu já vi e ouvi. Era um homem pequenininho, feinho, bangüela, mas, quando começava a falar, se transfigurava.

Oração por Teotônio

Em Maceió, no Cemitério Parque das Flores, os Padres franceses Aristides Camio e François Gouriou rezaram, no dia 8 de janeiro, junto ao túmulo do Senador Teotônio Vilella. Os sacerdotes chegaram de madrugada a Alagoas, especialmente para visitar a sepultura do notável político. Padre Aristides disse apenas:

— É a nossa homenagem a esse grande brasileiro.

Guarani de Angra

A Polícia Federal iniciou, no dia 12 de janeiro, o interrogatório dos acusados de ameaçarem os índios Guarani nhandeva, que vivem na mata do Bracuí, em Angra dos Reis. O Delegaao Guilherme Pereira dos Santos, a pedido da Funai, percorreu a região e conversou com os posseiros.

O Administrador da Fazenda Itinga, Ryerson de Sousa Lima, acusado pelos índios de ameaçá-los de morte, negou a acusação e afirmou que os guaranis estão sendo jogados contra ele pelo indigenista Luís Felipe. Disse ao Delegado Guilherme que não anda armado e sempre se deu bem com os índios.

Ryerson Lima confirmou que a Fazenda Itinga, propriedade de Tormar Pereira, tem uma represa construída na área em que vivem os guaranis. E revelou:

— A água da represa garante o abastecimento de 900 lotes, 200 dos quais já foram vendidos e serão entregues nos próximos meses.

Impasse

Problema sério o das terras indígenas ocupadas por fazendeiros, posseiros e empresas particulares. Os processos reivindicatórios — pois as terras pertencem aos índios — dormem nas gavetas dos tribunais. Eis o que diz *O Globo*, ed. do dia 15 de janeiro, página 10:

"Mais da metade das 440 áreas indígenas do Brasil são hoje sede de conflitos entre índios e invasores que reivindicam sua posse. Foco de constantes desentendimentos, a luta pela posse dessas terras (das quais menos de 10 por cento são demarcadas) está presente também na Justiça, através de 300 acões de litígio entre a Funai e os que alegam ter propriedades dentro das reservas."

Cita o Jornal o caso dos índios Pataxó, da Reserva de Caramuru-Paraguaçu, no Sul da Bahia, que reivindicam 36 mil hectares. Esse caso é o que mais polêmicas tem provocado.

"A Comissão do Índio da Câmara, que lá esteve recentemente, constatou clima de crescente tensão entre índios e a população local (posseiros e fazendeiros que ocupam as terras). Alguns deputados voltaram com a impressão de que, embora seja inegável o direito dos Pataxó às terras, a situação só se resolverá através de um acordo. Advogados da própria Funai também admitem esta possibilidade, já que a área reivindicada pelos índios, além de ser região com grande produção de cacau, possui povoados e até mesmo cidades."

Até que ponto chegou a incúria das autoridades responsáveis pela demarcação das terras dos índios! Por que deixaram, ao longo dos anos, o problema assumir tamanhas proporções? Quem ganhou com tudo isso? Claro que não foram os índios, os maiores prejudicados. Há ou não há um processo — desencadeado há séculos — para acabar com os índios em nossa terra? Que nome tem tal crime?

Quem matou Marçal?

Até o dia 22 de janeiro, continuava sem solução o assassínio do Cacique Marçal de Sousa, apesar de o Superintendente da Polícia Federal em Campo Grande (Mato Grosso do Sul), Jaime Coelho, ter afirmado que o caso se encontrava em fase final de investigação e que o responsável seria apontado sem delongas. Marçal foi morto no dia 25 de novembro do ano passado, na Aldeia Campestre, Município de Antônio João.

Segundo declarações do Juiz Federal José Lázaro Alfredo Guimarães, o inquérito, "em fase de conclusão, foi enviado pela Polícia Federal de Ponta Porã à Justiça Federal, com pedido de prorrogação. O processo está na Procuradoria-Geral da República, em Campo Grande e, em tais casos, a decisão da Justiça tem sido declinar da competência à Justiça Comum, com a passagem das investigações à Polícia Civil." Resultado: nada será apurado.

A própria Polícia Federal já reconheceu as dificuldades para a solução definitiva do caso, alegando que a área onde Marçal foi assassinado "é cheia de pistoleiros que trabalham a soldo de poderosos fazendeiros." A Funai sempre se omite, proíbe seus funcionários de receber a imprensa, sob a alegação de que "aguarda uma definição da Polícia Federal." A principal dificuldade, segundo as autoridades policiais, é interrogar os índios que testemunharam o crime. Disse o delegado:

— Eles afirmam uma coisa agora e, em seguida, desmentem.

Não é difícil tirar a conclusão desse "jogo-de-empurra": os índios estão confusos, medrosos. Devem estar sofrendo ameaças. Não se pode fugir dessa verdade. Sabe-se que o principal suspeito de ser o mandante do assassínio de Marçal de Sousa, o fazendeiro Astúrio Monteiro, continuava solto em Mato Grosso do Sul.

Segundo a Funai, "dificilmente serão encontrados os verdadeiros culpados desse crime." Dezoito índios foram assassinados ano passado, mas só são feitos julgamentos quando morrem brancos nos conflitos.

Na opinião do Conselho Indigenista Missionário, os assassinos de índios, mesmo quando conhecidos, não são punidos. A prisão só ocorre quando o matador é índio. Há vários casos que provam tal afirmativa.

O Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes, enviou carta ao Papa João Paulo II, anexando a fotografia de Marçal ao lado de Sua Santidade. Disse em entrevista:

"Os integrantes do Governo local, em vez de apurarem o crime, acusaram injustamente a esposa de Marçal. É lamentável a série de assassinatos de líderes indígenas do País. Os crimes praticados contra os índios ficam geralmente impunes. Os povos indígenas ficam ameaçados e espoliados de seus direitos".

Em sua edição de 25 de janeiro, pág. 10, o *Jornal do Brasil* abordou, em Tópico, o caso Marçal:

"... O crime ocorreu em novembro, e o principal suspeito não parece ter tido a sua vida prejudicada por isso. O mesmo padrão de impunidade parece cercar todos os crimes cometidos contra os índios. A Funai, na questão, limita-se a uma postura formal: "aguarda as conclusões" de um processo que não chega ao seu término — como outros também não chegaram.

Parece um pequeno episódio na imensidão dos problemas brasileiros. Mas o Brasil é hoje um país acompanhado de perto pela opinião pública internacional; e a questão indígena é uma das que mexem misteriosamente com o nosso "inconsciente coletivo". A Funai continuará como que indiferente a tudo isto? Continuará a ter da sua missão uma perspectiva exclusivamente burocrática?"

O enfoque da questão é perfeito. Sabe-se ainda que a Funai não vem aplicando com justeza os recursos destinados aos índios. Há casos em que os índios necessitam de medicamentos e as verbas são gastas com tratores e lanchas voadoras, "que nem sempre atendem às necessidades dos índios", como escreveu a repórter Heloísa Magalhães (JB, 21-01-84).

Nessa reportagem, Heloísa Magalhães relata a posição da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em defesa dos índios. A entidade rompeu o convênio firmado com a Companhia Vale do Rio Doce justamente em razão de má aplicação de verbas. Os recursos são administrados pela Funai. Os exemplos se multiplicam.

Confirmada aplicação da Dioxina

Relatório da SEMA confirmou a aplicação do herbicida no Pará, segundo reportagem de *O Globo*, ed. de 26-01:

"Brasília — O Secretário Especial do Meio Ambiente do Ministério do Interior, Paulo Nogueira Neto, disse ontem que responsabilizará judicialmente a empresa Agromax, apontada em relatório feito pela própria SEMA como culpada pelo desastre ecológico ocorrido no Pará após o desmatamento da linha de transmissão da Eletronorte entre Tucuruí, em Belém. Na área foram aplicados os herbicidas Tordon 101 e Tordon 155, fabricados pela Dow Chemical e que contém os principais elementos do "agente-laranja", utilizado pelos Estados Unidos na guerra do Vietnã."

— A sorte da Agromax é que o novo Código Penal não foi aprovado ainda pelo Congresso, pois ele prevê penas severas para casos como este. Mas podemos enquadrá-la por colocar vidas em perigo e estamos estudando a aplicação de multas rigorosas — informou Paulo Nogueira ao divulgar, dia 25, os resultados das investigações feitas pela SEMA no local, em conjunto com as Secretarias da Agricultura e da Saúde do Pará.

O Secretário da SEMA considera um absurdo o uso de aviões para a pulverização do veneno mortal, atingindo casas a 300 metros da linha de transmissão. Com base em vários depoimentos, o relatório revela que "o avião passava e o vento espalhava aquela nuvem branca por todo lado, inclusive cobrindo as casas." Rosiane Duarte Trein, química responsável pelo relatório, foi taxativa:

— A criminosa irresponsabilidade da aplicação é visível.

O Tordon 155 foi aplicado de setembro de 1980 a janeiro de 1981, e, na segunda aplicação, entre agosto de 1981 e janeiro de 1982, foi utilizado o Tordon 101-BR. Segundo Paulo Nogueira, os Tordon 155 e 101-BR contêm os dois principais elementos do "Agente Laranja" (2,4-D e o 2,5-T), mas foram utilizados separadamente, produzindo efeitos menores.

A química Rosiane Trein disse ainda que, através de depoimentos das famílias residentes junto ao Rio Moju, local onde morreram diversas pessoas, "conclui-se que é bem possível que a causa das mortes tenha sido realmente a aplicação dos herbicidas." E frisou:

— No local, os colonos arrancaram a lavoura que morreu, plantando novamente dois meses depois. A mandioca não se desenvolveu, a farinha ficou dura e quebradiça; foi dada aos porcos, que morreram na hora.

É ainda *O Globo* (28-01-84, pág. 6) que nos traz outros esclarecimentos a respeito do grave problema: o sócio-gerente da Agromax, Andreas Wende, revelou que o uso dos herbicidas Tordon 101 e Tordon 155 para o desmatamento das

áreas sob as linhas de transmissão entre a Hidrelétrica de Tucuruí e Belém foi determinado pela Eletronorte. Contou Wende:

— A Eletronorte especificou em seu edital de licitação não só a área a ser desmatada, mas também as quantidades e o tipo de herbicida a ser utilizado: Tordon 101, Tordon 155 ou similar. A mesma especificação foi mantida no contrato de subempreitada firmado pela Agromax com a Setenko Engenharia, empresa que realizou o desmatamento mecânico da região e subempreitou a Agromax para a aplicação do herbicida.

Morte dos castanhais

Na área a ser inundada em Tucuruí, os castanhais também sofreram os efeitos do "agente-laranja", segundo denúncias das equipes das Secretarias de Agricultura e Saúde do Pará, confirmadas pelo advogado José Carlos Castro, que já defendia 48 fazendeiros em ação de perdas e danos contra a Eletronorte. Na região onde vicejavam os castanhais — hoje inteiramente sem a folhagem — será formado o lago da hidrelétrica de Tucuruí.

Em entrevista ao jornal *O Globo*, ed. de sexta-feira, 16/03/84, página 8, o agrônomo Sebastião Pinheiro declarou que " a Caixa de Pecúlio dos Militares (Capemi) destruiu centenas de castanheiras centenárias na região do futuro lago de Tucuruí, usando desfolhante químico cuja lata não tinha rótulo nem identificação, apenas a inscrição: *R.F. Brasil — Santos*."

Os desmatadores descorticaram as castanheiras com dois cortes paralelos, para impedir a circulação da seiva, o que provoca a morte lenta da planta. Sebastião Pinheiro revelou ainda:

— Porém, após a retirada da casca, eles faziam um profundo corte com a espada da moto-serra e aplicavam o desfolhante químico sobre as feridas. Dois ou três dias depois era feita uma avaliação (leitura) do desfolhamento, que era total. Então uma nova equipe serrava as árvores.

Contou o técnico que as árvores "estavam carregadas de frutos, quase maduros. Se as castanhas foram colhidas e comercializadas, não sabemos. Também, é incrível que a Capemi tenha feito isto em março de 1983, quando estava praticamente falida e não podia tirar madeira."

— Por que derrubar as castanheiras? — indagou. — Sofremos ao ver castanheiras de 600 a 700 anos, com 2,5 metros de diâmetro, serem assassinadas; árvores de porte majestoso, e protegidas por lei, que alimentaram dezenas de gerações.

Informou o agrônomo que amostras do veneno sem procedência já se encontravam na Europa para análise. Responsabilizou-se pessoalmente pelas denúncias e revelou que "por isso já respondo a inquérito administrativo no Ministério da Agricultura, que já me puniu duas vezes."

O caso é gravíssimo. Em Brasília, correu a notícia de que a empresa responsável pela aplicação do desfolhante — a Agromax — dissolvera-se depois da divulgação dos fatos e da reação crescente, em todo o País, contra o crime cometido.

Impressionantes, na primeira quinzena de fevereiro, foram as reportagens dos enviados especiais de *O Globo*, Paulo César Pereira e Paulo Moreira, sob o título geral *Tragédia Ecológica no Pará.* Os repórteres acompanharam o trabalho de oito equipes que investigavam a ação criminosa da Agromax. A matéria é de estarrecer. Leiamos alguns trechos:

"A aplicação do herbicida de forma irresponsável causou danos que, segundo o agrônomo Sebastião Pinheiro, terão conseqüências na região durante os próximos dez anos. A faixa de morte se estende por mais de 200 quilômetros, dos arredores de Belém até Goianésia, no Sul do Pará. Às margens da estrada, as árvores estão secas, sem folhas." E mais:

"Nas cidades e povoados, ainda se faz contabilidade das vidas perdidas. Mas as vítimas não se contam apenas pelo número de mortes: há os que ficaram inutilizados, os que perderam gado, plantações, aves, sustento."

O levantamento parcial da tragédia revelou que mais de 50 pessoas já haviam morrido. O Tordon 155 BR foi responsável também pela morte — informaram os repórteres — de cinco mil animais e abortos em 31 mulheres, "nos últimos três anos, período em que tem sido usado ao longo dos 200 dos 800 quilômetros da linha de transmissão da Eletronorte no Pará."

Um quadro dantesco. E a punição encontrada até agora (fevereiro) foi a aplicação de multas. O montante de pouco mais de Cr$ 8 milhões foi o estipulado pela Secretaria Especial do Meio Ambiente.

Atrás de tudo, o poder econômico. A Eletronorte é empresa estatal, pertence ao rol das "intocáveis" dentro do sistema vigente. Os escândalos — Capemi, Mandioca e tantos outros — se sucedem e nada acontece. Os criminosos maiores estão em liberdade.

— *Tucuruí!... Tucuruí!... Por que tamanha devastação? Que fizemos nós? Nosso mundo é o mundo da gente simples do sertão e dos índios, gente que só queria paz para continuar vivendo! Ai de nós, Tucuruí!... Ai de nós!...*

— esse deve ser o grito das vítimas ecoando na solidão do ermo que já foi selva. Os gemidos se erguem da terra estéril e desaparecem, levados pelo vento Clamam por justiça. Sim, justiça, um nome esquecido.

Tudo que cessa é morte, e a morte é nossa
Se é para nós que cessa. Aquele arbusto
Fenece, e vai com ele
Parte da minha vida.
Em tudo quanto olhei fiquei em parte
Com tudo quanto vi, se passa, passo.
Nem distingue a memória
Do que vi do que fui.

(Obras Completas de Fernando Pessoa — Odes de Ricardo Reis, Edições Ática - Lisboa - 1952)

"Índios ricos"

O Superintendente Regional da Polícia Federal em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, deitou falação em janeiro denunciando "grupos de índios ricos" envolvidos na morte do Cacique Marçal de Sousa. Jaime Ayres Coelho anunciou que o inquérito sobre o assassinato do Cacique estava em fase de conclusão e que os resultados iriam causar espanto em muita gente. Uma de suas preciosidades:

— É espantoso e acredito que vai atingir muita gente, algumas delas tidas como insuspeitas até agora. Alguns grupos mais avançados recebem dinheiro do exterior, e tudo o que presenciamos na Reserva é a miséria, o desespero dos verdadeiros Caciques, querendo sobreviver com os seus povos.

A autoridade policial perdeu boa ocasião para ficar de boca fechada. *Porantim* (janeiro/fevereiro) revela:

"Não suportando as pressões que partiam de vários pontos do País e do mundo, o secretário de Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, Aleixo Paraguassu Neto, alguns dias após o crime, "encontrou" os dois assassinos: os índios João Bugre e Terena. E ainda apresentou seu achado ao governador do Estado, Wilson Barbosa Martins, através de um telegrama, onde afirmava que os dois índios estavam a serviço da ex-esposa de Marçal."

Essa versão foi desfeita pouco depois, quando Eliza Vilhalba, "que presenciou o assassinato, não reconheceu os dois índios como os pistoleiros que deram cinco tiros em seu companheiro no dia 25 de novembro." Surgiu então uma série de suspeitos, mas os verdadeiros criminosos não foram encontrados. Frisa *Porantim*: "O fazendeiro Astúrio Monteiro foi liberado da acusação por falta de provas, depois do seu depoimento, e tudo voltou à estaca zero."

De quem a culpa?

O Jornal *Porantim,* número citado acima, publica matéria importante sobre o assunto: o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e outras autoridades constituídas, "principalmente a Funai", são os responsáveis diretos pelo assassinato do líder Guarani Marçal de Sousa. Esta foi a conclusão a que chegaram representantes de dez povos indígenas, reunidos na tarde de 3 de dezembro, em Dourados, MS. Após a reunião, os 200 índios juntaram-se à população local na Igreja Matriz da cidade, para participar da missa de sétimo dia, celebrada por D. Tomás Balduíno, Bispo de Goiás Velho.

Causa espanto, isto sim, uma autoridade policial federal vir a público declarar que "alguns grupos subversivos economicamente privilegiados, tendo como cabeças até mesmo índios com significativa quantia em dinheiro e papéis rentáveis", haviam sido identificados como os responsáveis pela morte do Cacique.

Mundo reclama justiça

Do mundo inteiro foram enviadas cartas e telegramas às autoridades brasileiras pedindo justiça e o fim dos assassinatos de líderes indígenas. O Jornal

Porantim relaciona centenas de nomes de pessoas e entidades ligadas à causa da defesa do índio. O movimento foi desencadeado pela Anistia Internacional. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) recebeu cópias dessas mensagens vindas dos seguintes países: Itália, Canadá, Suíça, França, Peru, Venezuela, México, Austrália, Nova Zelândia, Índia, Bélgica, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e Argentina.

Terra é Vida — eis o texto-base da Semana do Índio para 1984, preparado pelo Cimi, em conjunto com a CNBB. O texto, dividido em três partes, faz uma convocação para que todos se mobilizem em apoio à luta pela sobrevivência dos povos indígenas. São as seguintes as três divisões propostas pelo Cimi e pela CNBB:

Terricídio — destruição de um povo pela usurpação de suas terras.

Oprimidos pelo poder, comprimidos em seu espaço territorial, os Povos Indígenas estão sendo premeditadamente suprimidos como pessoas físicas e como nações. São diversas as formas de extermínio:

— falamos em genocídio — destruição física;
— falamos em etnocídio — destruição cultural.

Podemos igualmente falar em terricídio — a destruição de um povo pelo atentado contra suas terras, pela usurpação de seu território de origem, pela invasão de seu espaço geográfico.

O índio sem terra, o índio transferido para outra terra que não a de origem, o índio relegado a um espaço territorial diminuto, desterrado, sente-se cada vez mais um ser pressionado, aterrado pela agressividade do nosso mundo. Aos poucos, ele vai sendo massacrado, soterrado, até ser realmente enterrado, ou seja, eliminado por um sistema capitalista prepotente e ganancioso.

Essa política terricida não leva em consideração que, para o índio, perder a terra e sua posse comunitária equivale a perder:

— a fonte de economia;
— as condições de saúde;
— o espaço social;
— a seiva cultural;
— a configuração histórica;
— o eixo da religião.

E, mais ainda, a perspectiva que poderíamos chamar de utópica e até escatológica."

Em seguida, vem a parte denominada *Terra, espaço teológico*. Assinala que "a terra é a Bíblia do índio, porque é o chão de sua história, de sua cultura, de sua coesão, de sua sobrevivência. A terra não é propriedade particular. Não se compra não se vende. Nela se vive."

O Jornal do Cimi transcreve a mensagem do Cacique Seathe, do povo Duwamish, da América do Norte. São trechos de uma carta escrita em 1855 ao Presidente dos Estados Unidos, quando o Governo deu a entender que pretendia comprar o território daquele povo:

"Como podes comprar o céu, o calor da terra? Tal idéia nos é estranha. Nós não somos donos da pureza do ar ou do resplendor da água... Como podes então comprá-los de nós?

Toda esta terra é sagrada para o meu povo.

Cada folha reluzente, todas as praias arenosas, cada véu de neblina nas florestas escuras, cada clareira e todos os insetos a zumbir são sagrados nas tradições e na consciência do meu povo.

Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver. Para ele um torrão de terra é igual ao outro porque ele é um estranho que vem de noite e rouba da terra tudo aquilo quanto necessita. A terra não é sua irmã, mas sim sua inimiga e, depois de sugá-la, ele vai embora...

Sua ganância empobrecerá a terra e vai deixar atrás de si os desertos...

Uma coisa sabemos que o homem branco talvez venha um dia a descobrir: o nosso Deus é o mesmo Deus.

Julgas talvez que o podes possuir da mesma maneira como desejas possuir nossa terra. Mas não podes. Ele é Deus da humanidade inteira.

E quer bem igualmente ao índio como ao branco. A terra é amada por Ele. Causar dano à terra é demonstrar desprezo pelo seu Criador...

Nós amamos a terra como um recém-nascido ama o bater do coração de sua mãe...

O nosso Deus é o mesmo Deus. Esta terra é querida por Ele."

Segue-se a terceira parte do texto-base: *Terra e Política Indigenista Oficial*. Diz o seguinte:

"A política indigenista vigente desconhece ou finge desconhecer todas as dimensões do modo de ser indígena. Ela afirma que o índio pode apenas usufruir de um solo que não lhe pertence, pois a terra é domínio da União. Uma tal afirmação soa absurda à mais elementar sensibilidade antropológica.

A realidade é que os interesses políticos costumam ser preponderantes à sensibilidade humana, sobretudo quando os povos em questão são minorias que em nada parecem contribuir para o sistema desenvolvimentista e capitalista.

Para essa mentalidade lucrativa em larga escala, o índio não produz. Logo, não precisa de tanta terra:

— deve ceder lugar às empresas latifundiárias;
— pode, se a essa convier, ser transferido de sua terra de origem para qualquer outro local, ou ser dispersado num golpe, contra a coesão tribal;
— as estradas podem cortar suas aldeias e destruir seus lugares sagrados;
— o índio pode tornar-se mão-de-obra barata a serviço dos interesses capitalistas;
— e, finalmente — o que será bem mais conveniente e desejável — o índio pode e deve ser eliminado física e/ou culturalmente, para que suas terras desimpedidas possam ser exploradas pelas multinacionais e empresários do sistema dominante.

Isso vem acontecendo através de premeditado e sistemático terricídio. É assim que:

— o Banco Mundial (Bird) financia a morte dos Nhambiquara, no Vale do Guaporé, MT;
— o dilúvio de Itaipu destrói as aldeias dos Guarani, no Oeste do Paraná;
— a barragem de Balbina ameaça a sobrevivência dos Waimiri/Atroari, no norte do Amazonas.

Também os dólares do Projeto Carajás poderão levar à destruição dos Gaviões, dos Parakanã, dos Guajá, dos Krikati, dos Kaiapó, dos Asurini e dos Apinayé pela "integração" forçada que conseqüentemente virá.

Os mecanismos terricidas são inúmeros e sutis, a ponto de o próprio Incra acobertar as invasões das terras dos Apurinã, ou a Funai manter serrarias para explorar madeira na área dos Kaingang e apoiar a construção da estrada Transaraguaia, na Ilha do Bananal, atentando contra a sobrevivência física e cultural dos Karajá/Javaé."

Como se prepara um massacre

Jornais, emissoras de rádio e tevê divulgaram notícias alarmantes sobre uma rebelião de índios no Xingu. Muita gente deitou falação, afirmando que os

índios ameaçavam a estabilidade do Governo, pois queriam "guerra" a todo custo. Para nós, que acompanhamos há 40 anos o problema indígena, tais notícias não nos assustam. Os veículos de comunicação cumpriram o seu papel, que é o de informar.

Nesse caso do Xingu, como também em outros ao longo do tempo, as autoridades encarregadas de proteger o índio falharam mais uma vez, demonstrando claramente o seu desprezo, a sua indiferença pela causa indígena. Vamos aos fatos:

Os índios Txukahamãe, do Posto Indígena Kretire, que fica perto do município de São José do Xingu (mais conhecido como São José do Bangue-Bangue), desde o dia 23 de março interditaram a BR-80, apreendendo a balsa que faz a ligação entre as duas margens do Rio Xingu, no ponto em que este corta a rodovia. A BR-80 corta o Parque Nacional do Xingu e serve ao transporte de bens e mercadorias entre Cuiabá, no Mato Grosso, e Santarém, no Pará.

Os índios têm sempre motivos para rebelar-se e no caso em foco agiram cheios de razão. O presidente da Funai marcara uma reunião com os índios e fazendeiros da região para debater a demarcação de uma extensa área pleiteada pelos índios, situada na margem direita do Xingu. E o que fez o sr. Octávio Ferreira Lima? Simplesmente ignorou a reivindicação dos indígenas: antecipou a reunião em cinco dias e não avisou aos índios, só aos fazendeiros.

Correu então a notícia de que fora feito um acordo e os índios haviam perdido a área não demarcada. Chefes indígenas, confusos ante as notícias, enviaram mensagem ao presidente da Funai, solicitando sua presença no Posto Indígena Kretire, dos Txukahamãe. Octávio Ferreira Lima não deu qualquer resposta, provocando assim a indignação justa dos índios.

A retenção da balsa do Rio Xingu foi liderada pelo Cacique Raoni, da Aldeia Kretire. A balsa pertence ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Mato Grosso, o que agravou ainda mais a situação. No início de abril, o comandante da PM de Mato Grosso, coronel José Silvério da Silva — mais um Silvério a entrar para a história —, fez a seguinte denúncia:

— Os índios Txukahamãe estão preparados para a guerra, pois compraram Cr$ 9,8 milhões em munições e grande quantidade de mantimentos em São José do Xingu.

Essa afirmação foi feita em Cuiabá e o militar acabara de voltar do Xingu, aonde fora observar o movimento dos índios. Soube-se depois que os índios não queriam mais a visita do presidente da Funai — e sim a sua demissão.

Lembrete ao leitor: a faixa de terra situada na margem direita do Rio Xingu sempre pertenceu aos índios Txukahamãe, antes, muito antes, da construção da BR-80. Os índios lutavam apenas pelos que lhes pertencia de direito. Não há novidade neste episódio: os nossos índios, roubados, esbulhados, não têm direitos neste País. A política oficial sempre protegeu e vem protegendo os latifundiários e as empresas de mineração.

Os Caciques indicaram, ou melhor, sugeriram três nomes para substituir Ferreira Lima na presidência da Funai: o jurista Dalmo Dallari, o ex-superintendente da Funai, Pedro Paulo Fatorelli Carneiro, e o antropólogo Carlos Moreira Neto. Mas o Ministro Mário Andreazza, do Interior, declarou na ocasião que não demitiria o seu preposto em hipótese nenhuma. E mandou a PM guarnecer a sede da Fundação em Brasília, armada até os dentes, para evitar "um ataque dos índios".

Essa atitude é ridícula. Armas automáticas contra bordunas, flechas e velhas espingardas de caça?

Em entrevista publicada pelo jornal *O Globo*, edição de 04-04-84, página 06, o Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Gilberto Velho, estranhou a denúncia do comandante da PM de Mato Grosso, coronel Silvério:

— Não acredito na Informação do comandante da Polícia Militar de Mato Grosso, de que os Txukahamãe teriam comprado Cr$ 9,8 milhões em munições. Se houver o confronto, será uma chacina, pois os índios são pouquíssimos e só usam como armas espingardas e bordunas.

Gilberto Velho manifestou a opinião de que a primeira medida do Governo seria demitir o presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima, o qual, "pela intolerância, inflexibilidade, falta de competência, de tato e de conhecimento das culturas indígenas, permitiu que a situação chegasse ao estágio atual." E advertiu:

— O problema não é só no Xingu. Lá está repercutindo mais. Amanhã pode estourar no Sul do Mato Grosso, na Bahia, no Rio Grande do Sul, em toda a Amazônia. É um barril de pólvora. É um problema muito sério e a demarcação das terras deve ser efetivada o quanto antes.

Depois de afirmar que os índios nada fariam de mal aos reféns em seu poder, lembrou que "o índio brasileiro não é um vietcong":

— Em qualquer conflito armado eles seriam trucidados. Mais uma vergonha para o Brasil. Qualquer pelotão da Polícia Militar com fuzis automáticos os liquidariam. Eles não são como os vietcongs: são bravos, corajosos e competentes em seu meio ambiente. Mas bordunas contra fuzis, nem pensar.

"Despacho" na Funai

O presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima, fincou pé e não atendeu ao pedido dos índios Txukahamãe para um encontro no Xingu. Ele estava morrendo de medo: supersticioso, entrou em pânico ao ser descoberto, na entrada do estacionamento da Fundação, no SIA, trecho 4, um grande alguidar contendo farofa de azeite de dendê, galinha preta, fitas e velas nas cores vermelha e preta, cachaça e seis pombos vivos, peados, cada um com o nome de um diretor da entidade, inclusive o do presidente.

Ao descobrir o "despacho" — o fato foi amplamente noticiado pela imprensa em Brasília —, Octávio Ferreira Lima, suando frio, ordenou aos seus empregados que soltassem os pombos o mais depressa possível. O pior aconteceu: as aves foram soltas, menos uma, que morreu. Justamente a que trazia o nome do presidente da Fundação.

O feitiço foi encontrado na segunda quinzena de março e na época espalhou-se a notícia de que estava iminente a demissão de Ferreira Lima da presidência da Funai. Com a morte do pombo, Ferreira Lima não titubeou: ordenou ao porteiro do prédio que chamasse um veterinário para "ressuscitar" a ave. Tudo em vão. Apavorado, o homem que nada entende de índio recolheu-se ao seu gabinete refrigerado e mandou dobrar a guarda que cercava a sede da Funai. O ridículo tornou-se rotina no comportamento desses tutores "biônicos", na realidade *absolutamente incapazes* de prestar qualquer tipo de assistência aos nossos índios.

É oportuno transcrever aqui o tópico do jornal *O Globo*, sob o título "Medo dos índios", publicado na edição de sábado, dia 07-04-84, página 8:

"Alguém deve ter revelado aos índios Txukahamãe um segredo dos brancos: o de que estes, quando não pretendem resolver um problema, nomeiam um grupo de trabalho.

Assim aconteceu com a questão da demarcação das terras indígenas, e o resultado é o que se vê: levados à exasperação, os selvagens estão há dias em pé de guerra no Xingu, os fazendeiros também e as possibilidades de um massacre são reais.

Mas o iminente perigo, curiosamente, não abala a tranqüilidade da Funai, cujo Presidente parece resolvido a não negociar com os Txukahamãe antes que estes deponham as bordunas.

Esta atitude — compreensível, por exemplo, no caso de uma greve ilegal no mundo civilizado — é irracional quando assumida em relação a pessoas que a

própria Lei considera penalmente irresponsáveis, exatamente porque pertencem a outro tipo de civilização, com regras e costumes próprios.

Mas a Funai se limita a colocar guardas à porta, enquanto seu Presidente não só se recusa a visitar a região conflagrada, como também não autoriza que vá para lá um sertanista já designado para a missão.

A entidade já teve boas e más administrações, e já foi conduzida segundo as mais diferentes filosofias. Mas é a primeira vez que parece ter uma direção que, além de não entender os índios, tem medo deles."

Notícias de Brasília informaram posteriormente que os índios Txukahamãe estavam reivindicando a reincorporação ao Parque Nacional do Xingu de uma área de 118 mil hectares, desmembrada há alguns anos com a construção da BR-80, na gestão do general Bandeira de Mello.

A situação tornou-se complicada: os fazendeiros de São José do Bangue-Bangue, tendo como seu representante o presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, Jeremias Lunardelli, exigiram do Secretário-Geral do Ministério do Interior, coronel Rocha Maia, "a reabertura urgente" da BR-80, interditada pelos Txukahamãe com a retenção da balsa que faz a ligação entre as duas margens do Rio Xingu.

Enquanto tais fatos vinham ocorrendo, o Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, general Danilo Venturini, sempre sorridente, anunciava em João Pessoa, na Paraíba, que o Presidente João Figueiredo iria receber em curto prazo de tempo um programa de consolidação da ocupação da Amazônia, elaborado por seu Ministério. Segundo o Ministro, o programa "visa, sobretudo, à preservação da ecologia e, vale dizer, da floresta amazônica."

CNBB e a terra

Após reunião final da assembléia da Regional Nordeste III, da CNBB, em Salvador, todas as dioceses da Bahia e Sergipe distribuíram um documento sob o título *Denúncia dos Bispos contra a Violência,* que fala da preocupação da Igreja "ante o agravamento dos conflitos de terras, tensões sociais decorrentes da seca, atentados ecológicos e brutalidade contra crianças" nos dois Estados abrangidos pela Regional.

Assinala o documento: "Ressaltamos o recrudescimento de lutas sanguinolentas e fratricidas, principalmente em regiões como Canavieiras, Wenceslau Guimarães e Juazeiro (no Rio Salitre), ao mesmo tempo em que lamentamos a existência de detenções injustas, ameaças de morte e perseguições outras, como as havidas em Carinhanha, Campo Formoso e Campo da Folha". Os bispos destacam ainda que, "segundo a mensagem de Cristo, todos devem ter vida, e que a tenham em abundância; por isso, não podemos deixar de manifestar nossa preocupação de pastores. Constrange o espírito, nesta quadra da Quaresma, verificar que as tensões sociais estão num crescendo, principalmente em conseqüência deste período de seca que vem se prolongando."

Depois de uma análise profunda sobre os conflitos de terras, o desastre ecológico ocorrido no médio São Francisco "e os variados tipos de brutalidade que atingem crianças indefesas", o documento da Regional Nordeste III faz um apelo:

"Esperamos que as autoridades e organismos competentes consigam coibir essa onda aterradora de violência, remediando suas causas e apresentando soluções para os desastrosos efeitos da seca."

"Pó da China"

Na abertura do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, realizado em Petrópolis, no começo de abril, o Plenário, composto de mais de mil pessoas, apoiou a proposta apresentada pelo presidente da Federação dos Engenheiros

Agrônomos do Brasil, Luiz Carlos Pinheiro Machado, no sentido de que fosse encaminhada sugestão ao governador Jáder Barbalho, do Pará, para que impeça o enchimento da barragem de Tucuruí, "até que se faça uma varredura em toda a sua extensão, a fim de que os vasilhames abandonados no local, contendo pentaclorofenol, o "pó da China", possam ser recolhidos antes da cheia geral, prevista para julho de 1985."

Presente ao encontro, o Secretário de Agricultura do Pará, João Batista Bastos, apoiou a iniciativa, ressaltando que "centenas de milhares de pessoas poderão morrer contaminadas pelo pentaclorofenol com o futuro desaguar das águas represadas em Tucuruí." Na área da represa de Tucuruí (13 vezes maior do que a Baía da Guanabara), foram deixados milhares de barris de pentaclorofenol, utilizado na destruição de castanheiras.

Perigo à vista

Trezentos índios participaram do Encontro das Lideranças Indígenas, em Brasília, assustando a Funai e o Ministério do Interior. Mário Andreazza e Octávio Ferreira Lima temiam um "ataque" indígena à Fundação, para tirar de lá o presidente que nada fez pelos índios. A preocupação maior foi manifestada pelo Cacique Saracura, da tribo Pataxó Hã-Hã-Hãe de Pau-Brasil, Bahia, que subiu à tribuna e implorou aos deputados e à imprensa para que não deixassem Antônio Carlos Magalhães ser Ministro do Interior.

— Estou sabendo — disse Saracura — que ele vai ser Ministro do Interior, e se for será o fim dos Pataxó. Ele é perverso e roubou as nossas terras nas vésperas das eleições para fazer campanha quando era governador. Loteou tudo.

Na reunião, realizada no Congresso Nacional, um fato foi observado: não se registrou a presença de parlamentares do PDS. Ao descer da tribuna, o Cacique Saracura foi bastante aplaudido. O Partido do Governo deve ter proibido aos seus correligionários de comparecer ao Encontro dos índios... Isto é muito sintomático, significativo. Por que a prevenção contra os índios?

No Encontro Nacional das Lideranças Indígenas, foi enfocado com ênfase o problema da demarcação das terras, destacando-se também o projeto de lei do Deputado Mário Juruna, que tramita no Congresso, propondo uma radical mudança na Diretoria da Funai, que passaria a ser administrada por um Conselho misto de índios e pessoas apontadas pelas comunidades indígenas. Será aprovado?

Estatuto desfigurado

A informação está contida em matéria do jornal *Porantim,* Ano VI, n.º 62, abril de 1984, página 7:

Atendendo a proposta do Ministro do Interior, Mário Andreazza, feita em julho do ano passado, o Presidente Figueiredo assinou, dia 7 de março, um decreto alterando 10 artigos do Estatuto da Funai. É a quarta mudança, desde 1967. Com a nova alteração, em lugar do Presidente da República, agora o Ministro do Interior terá o encargo de nomear os diretores e o superintendente da Fundação.

Outra resolução: extingue a possibilidade da criação de Conselhos Indigenistas Regionais e, no artigo 3.º, o novo decreto altera a forma de demarcar as terras indígenas; estabelece que as demarcações devem ser feitas de acordo não só com o Estatuto do Índio, mas seguindo as determinações do Decreto 88.118, de fevereiro de 1983. No artigo 19, é instituída a Diretoria de Administração, sob a chefia de Francisco Moreira Cruz Filho, antigo funcionário da burocracia do Ministério do Interior. O jornal do Cimi faz a denúncia:

"Francisco foi convidado por Octávio Ferreira Lima para trabalhar na Funai em junho do ano passado. Desde que passou a ocupar este cargo de confiança da presidência, mudou-se do apartamento simples em que residia numa cidade-sa-

télite de Brasília, para um apartamento funcional. Além de viver ilegalmente neste apartamento — é destinado somente a funcionários que não possuem casa própria —, durante o breve período em que trabalha na Fundação, conseguiu comprar uma fazenda e um apartamento de luxo, à vista."

E finaliza: "Consta que é prática corriqueira do departamento em que trabalha aplicar a verba do órgão no *overnight* antes de efetuar qualquer pagamento."

Situação tensa

Focalizando o problema criado no Xingu, onde os índios Txukahamãe retiveram a balsa que faz o transporte entre as duas margens do Rio Xingu, o Secretário de Segurança Pública do Mato Grosso, Oscar Travassos, declarou que a situação continuava muito tensa, apesar do acordo feito entre os indígenas e a Polícia Militar em São José do Bangue-Bangue, no sentido de que nenhuma das partes iniciaria o ataque. Acrescentou que "o acordo vem sendo mantido."

O Secretário Oscar Travassos lamentou a posição assumida pelo presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima, que não atendeu ao pedido dos índios para um encontro na região. Até festa os Txukahamãe tinham organizado para recebê-lo. Revelou o Secretário:

— A Funai perdeu a oportunidade de resolver o problema de maneira pacífica, simplesmente porque o seu presidente deixou de comparecer a uma festa preparada pelos índios em sua homenagem.

Oscar Travassos manifestou sua preocupação:

— Os que nos preocupa é até quando durará essa novela, pois o nosso efetivo policial não pode ficar aguardando reuniões e mais reuniões que não resultam em soluções concretas, visando a medidas que ponham um ponto final na questão. Estamos gastando Cr$ 1,5 milhão por dia só de manutenção de nossos soldados, e a nossa Secretaria não dispõe de tantos recursos, como devem pensar as autoridades de Brasília.

Essas declarações foram feitas pelo Secretário de Segurança Pública no dia 10 de abril, quando ainda permanecia sem qualquer solução a situação no Xingu. O Ministro do Interior, Mário Andreazza, nem sequer ordenou a demissão de Ferreira Lima. Quanto ao presidente João Figueiredo, encontrava-se no Marrocos com uma comitiva de mais de 100 pessoas.

O Governador de Mato Grosso, Júlio Campos, bastante preocupado com a situação, declarou que só o Governo Federal poderia resolver o problema, "já que o presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima, se nega terminantemente a um diálogo com os índios".

Segundo o Governador, as tropas militares já estavam na área há mais de 20 dias. O destacamento era formado de 80 homens, e já começava a faltar comida e combustível na região. Já que a Funai se omitia, o Governador mato-grossense enviou mensagem ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, solicitando providências para o caso. Frisou:

— O Governo do Estado não tem condições de arbitrar o problema, porque não pode dar terras.

No dia 12/04, notícias de Cuiabá informavam que os índios Txukahamãe corriam perigo de vida. Essas notícias repercutiram em Brasília, depois das declarações do Secretário de Segurança Pública do Mato Grosso, e do comandante da Polícia Militar do Estado, coronel José Silvério, segundo as quais as tropas deslocadas para a região do Xingu entrariam em ação, caso os índios resolvessem demarcar por conta própria as terras por eles pretendidas.

O Secretário Oscar Travassos frisou que "se os índios Txukahamãe romperem o acordo firmado e saírem de sua área para demarcar as terras em litígio, haverá confronto armado".

— Nós estamos lá para manter a ordem e a segurança das pessoas que vivem na região — disse o coronel José Silvério. — Não é nossa pretensão entrar em luta armada com os índios, pois certamente haverá muitas mortes.

Em Brasília, a Assessoria Jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou naquele mesmo dia um documento afirmando que os índios Txukahamãe "têm assegurada legalmente, com base no decreto que alterou os limites do Parque do Xingu, em 1971, quando a estrada foi construída, a posse de 40 quilômetros de terra ao norte da BR-80. A única solução, que é a mais simples, é aplicar a lei e demarcar a área."

O jornal *O Globo* voltou a abordar o problema na sua edição de 13/04/84, página 6, em tópico sob o título "Perigo de vida no Xingu":

"Chega hoje ao vigésimo dia a rebelião dos Txukahamãe no Parque Nacional do Xingu.

Não se pode dizer que a Funai esteja dando ao problema a solução errada. Simplesmente ela insiste em não dar solução alguma — e esse pode ser o mais trágico dos erros.

Há crises que se esvaziam com o tempo. Para os índios, no entanto, o descaso é a pior das ofensas e a inação das autoridades só faz levá-los da impaciência à exasperação e daí à violência é um passo.

Não são apenas fazendeiros e colonos brancos da região que estão ameaçados. Há reféns que podem ser sacrificados de uma hora para outra. Se isto acontecer, de quem será a culpa? De um grupo de selvagens levados a um ato de loucura? Ou de uma burocracia paralisada por sua própria incompreensão do problema?"

E os dólares dos índios?

Recursos que somam 13 milhões 600 mil dólares do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas na área de influência da Ferrovia de Carajás ainda não chegaram aos índios (abril), apesar de várias solicitações dos líderes Apinajé e Gaviões. A liberação desses recursos — condição imposta pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para participar dos contratos de financiamento da ferrovia — vem sendo dificultada, segundo o Cacique Romão, da tribo Apinajé, pela Funai.

Os índios reivindicam também a participação direta na administração dos recursos, que são repassados pela Companhia Vale do Rio Doce à Funai, para assistência de 14 comunidades indígenas localizadas na área de influência do Projeto Ferro-Carajás. O Cacique Romão declarou ainda que desejam a interferência da Companhia Vale do Rio Doce junto à Funai, visando à demarcação de suas terras, numa área de 150 mil hectares, perto de Tocantinópolis, Goiás.

De acordo com as denúncias do Chefe indígena, a Funai, "em vez de fazer a demarcação de suas reservas, emprega a verba no pagamento de salários, diárias de funcionários em viagem e renovação da frota de automóveis." Os Apinajé e Gaviões queriam saber o quanto lhes fora destinado e quanto ainda resta para ser aplicado.

Repasse

Na área de influência da Ferrovia de Carajás — que vai interligar o garimpo ao porto de São Luís, cortando o Pará, norte de Goiás e Maranhão — estão situadas as 14 comunidades indígenas de diferentes grupos culturais, algumas ainda arredias ao contato do homem branco. Preocupado com o prejuízo dos índios — com o aumento da população ao longo da estrada e o risco maior de invasão de suas reservas — o BID condicionou sua participação nos financiamentos

ao repasse de 13 milhões 600 mil dólares a essas comunidades, como forma de compensação.

O antropólogo Roberto da Matta, que acompanhou de perto o problema, como representante da Associação Brasileira de Antropologia, esclareceu que a Companhia Vale do Rio Doce tem retardado a liberação da verba em virtude de freqüentes erros nas prestações de contas da Funai. No convênio assinado entre a Funai e a Vale do Rio Doce, com cinco anos de duração e assessoria de antropólogos indicados pela ABA, a Fundação foi impedida de utilizar os recursos em atividades que já eram de sua responsabilidade. Disse Da Matta:

— Todas as recomendações dos antropólogos que faziam o assessoramento do programa foram desrespeitadas pela Funai. Dois assessores da Vale chegaram a ser barrados nas áreas indígenas sem qualquer explicação dos dirigentes da Fundação. Diante disso, a ABA decidiu se retirar do convênio.

Promessa não cumprida

Ano passado, irritados com a indiferença da Funai, os índios invadiram a Ajudância de Araguaína e começaram a demarcar, por conta própria, a área de suas reservas. Concordaram em suspender os trabalhos ante a promessa do presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima, de que tudo estaria resolvido "no máximo, até 31 de março". O prazo passou e nada foi feito. Romão reclamou:

— O dinheiro da Vale pertence à comunidade, que não sabe onde ele está sendo investido. O que nossa gente precisa é a demarcação das terras. Por que a Funai não faz se tem o dinheiro? A gente sente as conseqüências, a caça sendo levada pelo branco e o fazendeiro dizendo que a terra é dele. A Funai dá mais valor à palavra de fazendeiro do que o que dizem os índios.

Sabe-se que a demarcação das terras sofre influência política. Os políticos de Tocantinópolis, onde se situa a reserva dos Apinajé, fizeram e fazem guerra contra a cessão das terras aos índios. É que esses políticos estão vinculados aos "coronéis" da região, donos dos "currais" eleitorais. Sem eles não se elegerão jamais. Tráfico de influência, em detrimento dos índios. É uma vergonha. A história é antiga e nada mudou. O pior é que essa politicalha atua em todo o País, com o apoio de autoridades locais.

Invasão e morte

Capangas da família Boaventura, latifundiários do Alto Solimões, já invadiram as terras dos índios Tikuna, segundo denúncia do Cacique Pedro Inácio Pinheiro. Revelou o líder Tikuna que ano passado foram assassinados cinco índios e que vários chefes da aldeia naquela região vivem sob constante ameaça por parte dos jagunços que trabalham para a família Boaventura.

A família de fazendeiros do Alto Solimões invadiu três áreas da reserva da tribo e seus capangas destruíram todos os marcos ali existentes. O caso foi levado ao conhecimento da Ordem dos Advogados do Brasil, que o incluirá na pauta de trabalhos da próxima reunião do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, segundo revelou o Presidente da OAB-RJ, Mário Sérgio Duarte Garcia.

A novela do Xingu

No Xingu, com a ausência do presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima, que morre de medo dos índios e nada conhece a respeito deles, a situação continuava a mesma no dia 13/04. Até hoje Ferreira Lima e o Ministro Mário Andreazza — "o tocador de obras" na expressão do General Golbery do Couto e Silva — não aprenderam que índio se entende com índio. Numa situação como a do Xingu, não se pode "despachar" para a região homens brancos, mesmo que tenham

tido contato com os índios em épocas normais. Um índio, de grande poder de liderança seria o elemento ideal para o diálogo. Os índios já provaram à saciedade que estão sempre dispostos a parlamentar, o que o branco não aprendeu ainda.

O inevitável aconteceu: na aldeia do Kretire aumentou o número de reféns: o Superintendente da Funai, Lamartine Ribeiro de Oliveira, o Diretor Carlos Grossi e o sertanista Sidney Possuelo. Brasília recebeu a seguinte mensagem pelo rádio do Superintendente: "Não temos permissão para sair até a solução do problema". Com mais esses, somavam na época 10 homens enviados pela Funai. Lá já se encontravam o Administrador do Parque do Xingu, Cláudio Romero, quatro funcionários da Fundação e duas crianças.

A incapacidade demonstrada pela Funai é de espantar. Incapacidade ou má-fé? Não estaria a entidade tutelar fazendo o jogo malicioso e político dos latifundiários? Não podemos afirmar, mas a história está aí para provar que os índios sempre perderam nesse jogo sujo. Notícias de Brasília informaram no dia 14/04 que o Governo (Funai) já elaborara um plano visando solucionar a questão. A solução só será conhecida depois de aprovada pelos Ministros do Interior, Mário Andreazza, e de Assuntos Fundiários, Danilo Venturini.

A notícia chegou aos jornais com fortes cores de otimismo: "a questão será resolvida favoravelmente aos índios." Será? Em Cuiabá, o já conhecido comandante da Polícia Militar de Mato Grosso, coronel José Silvério da Silva, declarou que "agora só há duas saídas para resolver a questão dos Txukahamãe: atender os índios nas suas reivindicações de incorporação e demarcação das terras pretendidas ou então enviar tropas para atacá-los e liberar os reféns e a balsa", que estava escondida na aldeia.

Com muita pose e gestos estudados, Octávio Ferreira Lima deu entrevista à imprensa em Brasília e acusou o Administrador do Parque Nacional do Xingu, Cláudio Romero, de responsável pela situação, chegando mesmo a afirmar: "Essa área é a única em todo o País onde o presidente da Funai não confia em seu administrador." Em suma, jogou toda a responsabilidade sobre os ombros do seu funcionário. Sua entrevista está no JB, edição de domingo, dia 15/04, pág. 22:

— Não acredito que o administrador do Parque seja refém dos índios, nem nenhuma das outras pessoas da equipe de administração que estão com ele. O problema é que, quando ele assumiu a administração do Parque, prometeu a faixa de 15 quilômetros ao longo da estrada, e agora tem que cumprir o que prometeu aos índios.

Entre os índios, jamais se daria um caso dessa natureza — um chefe tirar o corpo fora e jogar a responsabilidade de erros cometidos sobre os ombros dos seus subordinados. Feia manobra. Os índios agora dependem das resoluções do coronel "presidenciável" Mário Andreazza e do general que comanda os assuntos fundiários neste infeliz País.

Quanto ao presidente da Funai, Ferreira Lima, muito colaborou para o agravamento da crise. Sua omissão é imperdoável. Tem razão o sobrinho do Cacique Raoni, o índio Megaron:

— Sidney Possuelo é amigo, mas não tem capacidade de negociação. Quem precisa conversar com os Txukahamãe é o próprio presidente da Funai. O seu cargo existe para isso. Não adianta mandar emissários. Ele precisa vir diretamente.

Descontentes desde a construção da BR-80, no governo do general Garrastazú Médici, os Txukahamãe viram com tristeza e revolta a inauguração da estrada que cortou a faixa norte do Parque do Xingu — o trecho mais rico e fértil da área.

Há indícios, no entanto, de que os índios não vão perder essa batalha. O momento político lhes é favorável. O "presidenciável" que ocupa o Ministério do Interior — o esperto Mário Andreazza — tudo fará para não comprometer a própria imagem diante do "eleitorado".

Ele entrou de corpo inteiro na luta pela sucessão de Figueiredo e, no caso da rebelião no Xingu, marcará um tento decisivo se mover os cordéis no âmbito do Planalto para que os índios saiam vitoriosos. Para os pobres índios, vitória de Pirro, é claro. Depois de eleito, vida nova, isto é, "tudo como dantes no quartel de Abrantes"...

Já que falamos em política, não se deve esquecer um dado importante: apesar de não mais integrar a equipe do Planalto, a Eminência Parda do Sistema — general Golbery do Couto e Silva — deu seu integral apoio a Paulo Salim Maluf. Vai ser um jogo com cartas marcadas, ameaçando o País, caso não surja um candidato da Oposição, capaz de fazer frente aos que desejam o continuísmo.

Interdição de área

Em portaria assinada no dia 16/04, o presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima, interditou a área reivindicada pelos índios Txukahamãe no Parque Indígena do Xingu.

A simples interdição é solução paliativa, nada resolve. Só proíbe a entrada de estranhos. A demarcação — esta, sim, o principal objetivo dos índios — vai depender de decisão conjunta dos Ministros do Interior, Mário Andreazza, e Extraordinário para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini.

Brancos só poderão entrar com expressa autorização da Fundação, mas os índios não poderão demarcar a área por conta própria. Já existia séria ameaça do comandante da Polícia Militar de Mato Grosso, coronel José Silvério, segundo a qual "se os índios tentarem fazer a demarcação, serão atacados." É assim que se prepara um massacre.

Graças ao sobrinho do Cacique Raoni, o índio Megaron, de 34 anos, viúvo, pai de três filhos, a ameaça não se consumou: pondo em prática toda a sua força de líder nato, Megaron conseguiu acalmar os seus irmãos índios, levando-os a uma atitude de entendimento para uma ação pacífica, sem o derramamento de sangue. Não fosse ele, podemos afirmar, os soldados do coronel Silvério e os jagunços de fazendeiros da região teriam exterminado os índios. Os reféns seriam mortos.

Megaron prometeu ao coronel Silvério que os índios não atacariam São José do Bangue-Bangue se as tropas fossem retiradas da posição estratégica em que se haviam colocado. Foi atendido. E, demonstrando sabedoria e firmeza, Megaron foi até Brasília, sensibilizando igualmente as autoridades responsáveis pelo problema. Um autêntico diplomata.

Quanto à demarcação das terras, a questão só será resolvida a longo prazo. A interdição nada significa. Octávio Ferreira Lima foi bem claro:

— A portaria não significa que as terras interditadas (15 quilômetros ao longo da BR-80 por 70 quilômetros ao longo do Rio Xingu) já pertencem aos índios. Isto é apenas o primeiro passo para a decisão final do Presidente da República.

Vamos aguardar: as portas do grande teatro foram abertas, os ingressos distribuídos, restando apenas o sinal para a abertura do pano de boca, que dará início ao espetáculo.

Compasso da crise

DIA 17/04 — Os Ministros do Interior, Mário Andreazza, e o de Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, suspenderam a reunião no Palácio do Planalto, na qual discutiam os últimos detalhes para a demarcação da faixa de 15 quilômetros reivindicada pelos índios Txukahamãe no Parque do Xingu.

Os dois Ministros receberam radiograma enviado pelos índios, que insistiam numa faixa de 40 quilômetros, ocupada por fazendeiros. Os Txukahamãe alegavam

que as terras indígenas ultrapassam a faixa de 15 km e, como prova, citaram o Artigo 198 da Constituição.

Reza o citado artigo que o Governo tem poderes para retirar os ocupantes das terras indígenas sem pagar qualquer indenização e destaca que "as terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar."

Fazendeiros da região faziam pressão para que a Polícia invadisse a aldeia e retomasse a balsa retida pelos índios. Foi o que declarou o Secretário de Segurança Pública de Mato Grosso, Oscar Travassos.

DIA 18/04 — Os índios exigiam, para a libertação dos reféns, a demissão imediata do presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima, além da demarcação das terras em litígio. O documento com essas exigências foi entregue ao Ministro Mário Andreazza pelo Deputado Mário Juruna (PDT-RJ).

O Ministro Venturini, também procurado, prometeu ao parlamentar pedetista que iria examinar, aproveitando os dias da Semana Santa, toda a documentação referente à área de 40 km reivindicada pelos Txukahamãe no Xingu.

Ao sair do gabinete do Ministro Mário Andreazza, o deputado Mário Juruna mostrava-se irritado com a indecisão das autoridades federais ante o problema no Parque do Xingu. Preocupado, Juruna temia pela sorte dos reféns em poder dos índios:

— Se o presidente da Funai não for demitido, os funcionários correm risco de vida.

DIA 19/04 — Nesta data, em que se comemora o Dia do Índio, nada aconteceu de destaque por parte do Governo para festejar o acontecimento. As medidas de emergência, decretadas pelo Presidente Figueiredo, tomaram todo o espaço das manchetes dos jornais. Brasília e mais 10 cidades goianas foram transformadas em praças de guerra, com soldados armados e acampados nas estradas, à espera de um "inimigo" que poderia surgir apregoando em altos brados: "eleições diretas já!" Presente de Páscoa do Governo ao povo brasileiro no ano de 1984.

Cinco índios Txukahamãe, que passaram por Brasília com destino a São Paulo, onde iriam submeter-se a tratamento médico, estiveram com Octávio Ferreira Lima, a quem transmitiram informações otimistas. Depois do encontro, disse o presidente da Fundação Nacional do Índio:

— Os dois diretores da Funai, Carlos Grossi e Lamartine Ribeiro, e o sertanista Sidney Possuelo, estão sendo bem tratados e já começam a entrar na vida da aldeia do Kretire, pescando e tomando banho com os índios.

Pelas notícias, pôde-se concluir que os índios comemoraram o seu Dia no Xingu confraternizando-se com os representantes da instituição cujo presidente tem medo deles.

Há homens que se agarram ao Poder como as cracas aos costados dos navios. Ferreira Lima, aferrando-se ao cargo, não faz mais que repetir o comportamento dos seus superiores, dos que, por meio de um golpe de força, se instalaram no Planalto há duas décadas.

Enquanto os índios davam provas de sua índole boa e pacífica, pescando e tomando banho no rio com os seus "reféns", os homens do Planalto endureciam o regime. Na Sexta-Feira Santa, dia 20, o general-chefe do SNI, Octávio Medeiros, ironizava em Brasília, ao declarar que "todos os parlamentares desejavam as medidas de segurança."

Declaração sibilina, tentando talvez justificar o ato de força praticado contra o povo brasileiro. A pretexto de "proteger" o Congresso — que representa o povo — o Governo deu meia-volta, volver! nos seus propósitos de abertura política.

O Brasil inteiro leu também nos jornais as declarações do general-chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, Rubem Ludwig, afirmando que os participantes dos comícios *pró diretas já* não passavam de baderneiros, além de

ameaçar e assustar a Nação com a possibilidade de um retorno ao Brasil de 64, quando o País sofreu um retrocesso político, com danosas conseqüências de natureza econômica e social.

Ora, se o Governo não respeita o povo, nem homens da envergadura moral e intelectual de um Afonso Arinos, Sobral Pinto, Barbosa Lima Sobrinho e Tancredo Neves, o que poderemos esperar dele quando se trata de índios?

No dia 22/04, os principais jornais do Rio e do País divulgaram carta do jurista Heráclito Sobral Pinto ao general Rubem Ludwig, afirmando que homens como Afonso Arinos de Mello Franco, Tancredo Neves, Barbosa Lima Sobrinho, Franco Montoro, Carlos Castelo Branco "e milhares de brasileiros" estão lutando, "desinteressadamente, para tirar o Brasil da falência em que o lançaram 20 anos de ditadura incompetente, opressora e irresponsável."

DIA 24/04 — O Ministro do Interior, Mário Andreazza, informou ao Deputado Mário Juruna que o Supremo Tribunal Federal concluíra que a faixa de 40 quilômetros reivindicada pelos índios Txukahamãe, no Parque Nacional do Xingu, não pertence à União. Segundo tal decisão, essa área não poderá ser incorporada ao Parque como terra dos índios.

Os Txukahamãe da aldeia Jarina queriam os 40 km, pois foram prejudicados com o desmembramento do Parque em 1971, no Governo Médici, quando era Ministro dos Transportes Mário Andreazza, que ocupa agora o cargo de Ministro do Interior. De acordo com as declarações da antropóloga Cláudia Menezes, do Museu do Índio, a redemarcação procedida em 1971 "é inconstitucional", e o resultado foi o deslocamento do Parque mais para o Sul, "onde as terras são menos férteis e mais pobres de recursos que as do Norte."

Esclareceu a antropóloga que, na ocasião, parte dos índios foi transferida para os novos limites (na parte setentrional do Parque), "criando a aldeia Kretire. Mas outros permaneceram nos limites anteriores, formando a aldeia Jarina." A BR-080 (Xavantina-Cachimbo) representa "uma cunha de penetração na área indígena, uma fronteira sempre aberta à penetração e ao desmatamento."

Contou a antropóloga que os índios da aldeia Jarina ficaram cinco anos sem qualquer assistência e foram assolados por uma epidemia de sarampo que matou 70 deles. Foi então que, na gestão de Olympio Serra, que dirigiu o Parque, implantou-se ali um Posto Indígena.

O Chefe do Departamento Indígena do Instituto Brasil-África no Rio, Santxê Tapuia, recordou que o Parque do Xingu foi criado em 1961, mas as terras foram redemarcadas dez anos depois, no Governo Médici. Como todos os índios, Santxê queria também a demissão de Ferreira Lima da presidência da Funai, apoiada por 360 líderes indígenas, representantes de 85 nações, em assembléia realizada em Brasília no início deste mês de abril.

Segundo Santxê Tapuia, em agosto do ano passado, o STF deu ganho de causa (por 11 a zero) a Pedro Conde, do Banco de Crédito Nacional, e ao grupo Gutiérrez, afirmando que 15 quilômetros da margem direita do Xingu pertencem a eles.

Na sua conversa com o Deputado Juruna, o Ministro Mário Andreazza manifestou-se favorável à demissão de Octávio Ferreira Lima, mas sugeriu o nome do coronel Paulo Leal para substituí-lo. Ora, Paulo Leal já foi presidente da Funai, tendo sido demitido a pedido dos índios. Declarou Mário Juruna:

— Quem não deixou nada de bom para o índio não pode ser aceito. A solução proposta pelos índios é justamente aquela aprovada no 2.º Encontro das Lideranças Indígenas, realizado na Capital Federal, onde foram apontados os seguintes nomes para presidir a Funai: Dalmo Dallari, Carlos Moreira Neto, Pedro Paulo Fattorelli e Gérson Alves da Silva.

Antes de receber o Deputado Mário Juruna, o Ministro do Interior esteve com o Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini. Do encontro, nada foi divulgado.

As ocorrências no campo da política indigenista deixam bem claro que o Governo já não pode ignorar a necessidade de radical transformação na estrutura da Funai. O antropólogo João Pacheco de Oliveira, em artigo de página inteira publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 22/04, defende essa tese:

"... Antes de tudo seria necessário restaurar a credibilidade da Funai junto aos índios e à própria opinião pública. Mexer na estrutura da Funai, prevendo a consulta e participação dos índios e de pessoas de sua confiança em um Conselho Diretor, seria uma experiência válida para estabelecer canais de comunicação e criar co-responsabilidade na elaboração e aplicação de soluções administrativas.

Se os centros de decisão do Estado não fizerem tais modificações, é possível que isso venha a ocorrer, dentro da lei, por meio do projeto apresentado pelo Deputado Mário Juruna, que deve ser votado pelo Congresso ainda esse semestre."

Já falamos no assunto, mas nunca é demais repetir: a Funai foi descaracterizada pelo decreto 88.118, de 23 de fevereiro de 1983, assinado pelo Presidente João Figueiredo. Aliás, as lideranças indígenas requereram a argüição, perante o Supremo Tribunal Federal, da inconstitucionalidade do decreto e da Portaria Interministerial Minter/MEAF n.º 002/83, por violarem os artigos 4.º, IV, 46 e 198 da Constituição Federal.

O Procurador-Geral da República, Inocêncio Mártires Coelho, não acolheu o pedido de inconstitucionalidade, por entender que "esses atos normativos não contrariam a Constituição Federal, nem extravasam os limites fixados na Lei n.º 6.001/73, de 19/12/73 (Estatuto do Índio)". O decreto e a Portaria têm caráter centralizador, colocando em poder do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários a problemática das terras indígenas.

Assim, o cargo de presidente da Fundação Nacional do Índio passou a ser simplesmente decorativo. Por tais motivos, estranhamos a posição de Octávio Ferreira Lima, agarrando-se com unhas e dentes a uma presidência que perdeu o seu poder decisório.

Ante a resolução do Supremo Tribunal Federal de não reconhecer como pertencente à União a área reivindicada pelos Txukahamãe, a situação tornou-se mais complicada. A desapropriação, caso fosse efetivada, custaria uma fortuna ao Governo. Na região existem cerca de 100 fazendas e a União teria que indenizar os fazendeiros.

Claro que, se fosse feito um levantamento rigoroso, o que o Governo jamais fará, o resultado não seria outro: as terras sempre pertenceram aos índios. Depois de tal investigação, restaria apenas provar como os fazendeiros adquiriram as posses, quem as vendeu e de que maneira foi realizada a transação.

A indagação se impõe, tem sua razão de ser: estaria o Governo das Emergências inclinado a mexer nessa casa de maribondos só para atender aos índios?

DIA 28/04 — Os Txukahamãe não estavam dispostos a abrir mão da faixa de 40 quilômetros ao longo do Rio Xingu; não teria sentido, pois essas terras já lhes pertenciam há muito tempo. Existe na área um lugar sagrado dos índios, um cemitério — o *Kapoto* —, o que comprova a posse em favor dos índios.

Em declarações prestadas à imprensa em Cuiabá, o Deputado Mário Juruna anunciou que iria tentar um encontro entre líderes indígenas e os Ministros do Interior, Mário Andreazza, e de Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, "em busca de uma solução definitiva para o problema das terras do Xingu."

No Aeroporto Marechal Rondon, em Cuiabá, Juruna foi recepcionado por mais de 50 Xavante. Declarou aos repórteres presentes que "com Octávio Ferreira Lima nenhuma liderança indígena aceita conversar, pois Octávio já não é considerado como Presidente da Funai."

DIA 30/04 — Os Ministros Extraordinário para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, e do Interior, Mário Andreazza, decidiram demitir Octávio Ferreira Lima da presidência da Fundação Nacional do Índio, mas exigiram em troca a libertação

dos reféns em poder dos Txukahamãe: Superintendente Lamartine Ribeiro; Chefe do Departamento de Assistência ao Índio, Carlos Grossi; e sertanista Sidney Possuelo.

Mas, por não acreditar "na palavra de branco", o Cacique Raoni comunicou ao seu sobrinho Megaron, pelo rádio, que só libertaria os reféns após a assinatura da exoneração pelo Presidente da República.

A decisão de exonerar Octávio Ferreira Lima foi tomada pelo Ministro de Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, depois de um encontro mantido com o Deputado Mário Juruna, que se fazia acompanhar pelos índios Megaron, Aritana, Yanacolá, Ararapá, Mairawê, Sirawê, Kamanin, Puiú, Torire e Marcos Terena. O general Venturini comunicou-se pelo telefone com o Ministro Mário Andreazza, que se encontrava no Rio, fazendo-o ciente da decisão.

Os índios continuavam dispostos a demarcar as terras por conta própria, desafiando assim a ameaça do comandante da PM de Mato Grosso, Coronel José Silvério, segundo a qual seus soldados entrariam em ação, caso os Txukahamãe iniciassem a demarcação. Assim, os índios corriam perigo de vida, porque as tropas sob o comando do coronel Silvério estavam fortemente armadas. Megaron parlamentou, dialogou, convenceu e evitou o confronto.

Octávio Ferreira Lima não foi encontrado em Brasília no dia em que foi anunciada a sua exoneração. Economista, de 37 anos, Ferreira Lima substituiu o coronel Paulo Leal na presidência da Funai, mas não soube captar a confiança dos índios durante a sua gestão, principalmente pela falta de habilidade, conforme declaração dos próprios índios. Toda vez que um grupo de indígenas surgia em Brasília para procurá-lo na Fundação, Ferreira Lima pedia reforço policial para cercar o prédio. O medo o perdeu, medo injustificado, pois seus tutelados sempre compareceram a Brasília inteiramente desarmados.

DIA 02/05 — Com a exoneração de Octávio Ferreira Lima da presidência da Funai, assinada pelo Presidente da República, além da cessão da área sagrada do Kapoto e da faixa de 15 por 70 quilômetros na margem direita do Rio Xingu, os índios Txukahamãe libertaram os reféns depois de 21 dias de tensão. Em companhia do Administrador do Parque, Cláudio Romero, deixaram o Xingu o sertanista Sidney Possuelo e os Diretores Lamartine Ribeiro e Carlos Grossi.

Apesar de os índios terem concordado com a proposta do Governo, o problema só terá solução definitiva depois da efetiva demarcação das terras em questão. Foi marcada uma reunião entre o Ministro Mário Andreazza, do Interior, e os 20 Caciques do Parque Indígena do Xingu, com a presença do notável mediador, que se destacou por sua ação moderadora e inteligente: o índio Megaron.

Instado pelos jornalistas a um pronunciamento sobre o desfecho da crise, Megaron declarou que a liberação da área do Kapoto "foi uma vitória muito grande, maior até do que a área na margem direita do Xingu, por tratar-se de uma região sagrada e importante para a caça." Revelou que os índios vinham lutando há mais de 20 anos para a obtenção da referida área.

Em Brasília, os reféns foram recebidos por familiares e pelo Ministro Mário Andreazza, que os abraçou sorridente; posou para os fotógrafos e disse a Megaron:

— Vocês fizeram o que prometeram e eu tenho de fazer o que prometi, isto é, cumprir o compromisso assumido pelo Governo, de demarcar a faixa de terra da margem direita do Xingu, mais a área sagrada do Kapoto.

Os fazendeiros da região, indignados, anunciaram que deverão entrar com uma ação legal conjunta, segundo informou o presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, Jeremias Lunardelli. Alegou que os empresários que têm atividades na região estavam revoltados com o descaso do Governo, porque "nem sequer foram ouvidos."

Os índios aguardavam a nomeação de um novo presidente para a Funai e a demarcação das terras prometida.

DIA 03/05 — O acordo formal assinado pelo Ministro Mário Andreazza e o Cacique Raoni prevê, além da desapropriação das terras, a entrega da área do Kapoto aos Txukahamãe, considerada a partir de agora "terra imemorial indígena." Os índios se comprometeram a reabrir o tráfego da BR-80.

Segundo o acordo, a Funai ficará encarregada da administração da balsa que atravessa o Xingu; deverá também ser construída uma estrada vicinal ligando a BR-80 às fazendas próximas, mas sem passar pelo Parque Indígena do Xingu.

O Cacique Raoni, ainda pintado para a guerra e com o batoque no lábio inferior, fingiu puxar as orelhas do Ministro Mário Andreazza e disse, satisfeito:

— Quem nasceu primeiro, aqui no Brasil, foi o avô do índio. Agora, temos a terra para nossos filhos. Quem conseguiu a terra para nós fomos nós mesmos. Quero que o branco respeite o nosso povo.

O Ministro Mário Andreazza, sorridente, recebeu dos índios um cocar e uma borduna, durante o encontro realizado no Ministério do Interior; prometeu fazer a demarcação dentro de dois meses e interditar de imediato a faixa de 15 quilômetros de comprimento por 100 de largura na margem direita do Rio Xingu, incluída a área sagrada dos índios.

Com 186 mil hectares, a região do Kapoto foi a primeira aldeia Kaiapó e ali estão enterrados os seus antepassados. Com a decisão, os índios reconquistaram a faixa de terra que vai de São José do Xingu à Cachoeira Von Martius, com 15 km de largura por 100 de extensão, faixa essa que lhes foi tirada com a construção da BR-80, em 1971, durante o Governo Médici.

O Kapoto — que em Kaiapó quer dizer campo, cerrado — fica quase na fronteira de Mato Grosso com o Pará e ali foi erguida a primeira aldeia do grupo ao qual pertencem os Txukahamãe. Todo mês de junho eles se reúnem ali, para reviver os rituais de seus antepassados. Megaron fez uma comparação:

— O céu de branco é Kapoto para nós.

DIA 05/05 — Em Brasília, representantes dos índios do Parque Nacional do Xingu apresentaram ao Ministro Mário Andreazza uma lista tríplice com os nomes escolhidos por eles para a substituição de Octávio Ferreira Lima na presidência da Funai.

Encabeçava a lista o nome de Jurandy Marcos da Fonseca, advogado, 44 anos, nascido em Mato Grosso, na área dos índios Terena (tribo da qual descendia o Marechal Rondon, por via materna) e que já trabalhou na Fundação durante 14 anos. Seu pai, o indigenista Ibiapina, fora encarregado do Posto Taunay (MS) e sua mãe professora no mesmo Posto.

O segundo nome da lista era o do sertanista Gérson da Silva Alves, da mesma faixa de idade do primeiro, destacando-se como o favorito do Cacique Raoni, dos Txukahamãe.

O terceiro nome era o de Pedro Paulo Fattorelli, que já exercera o cargo de Superintendente Executivo da Funai, em 1979. Também de 44 anos de idade.

O Ministro do Interior divulgou a carta do ex-presidente da Fundação, Octávio Ferreira Lima, na qual ele colocou o seu cargo à disposição, "no intuito de procurar uma solução pacífica e definitiva para o problema, principalmente na preservação da vida dos servidores desta casa e da tranqüilidade de seus familiares."

Ferreira Lima fala no documento em "preservação da vida dos servidores" da Funai, mas esqueceu-se de que foi ele próprio, com a sua omissão e medo dos índios, um dos principais responsáveis pelo desencadeamento da crise no Xingu.

Comentava-se em Brasília que o Governo se mostrava disposto a nomear para o cargo o advogado Jurandy Marcos da Fonseca, por vários motivos: já trabalhou na Funai, nasceu bem perto da aldeia dos índios Terena, em Mato Grosso do Sul, onde viveu com o seu pai, Francisco Ibiapina Fonseca, que exercia na época a chefia do Posto Indígena, onde permaneceu durante 10 anos.

Jurandy Marcos da Fonseca foi chefe de gabinete de dois presidentes da Fundação Nacional do Índio: generais Bandeira de Mello e Ismarth de Araújo Oliveira. Desde 1981 integra a Assessoria Parlamentar da Sudeco.

DIA 07/05 — O Presidente da República assinou decreto declarando de interesse social, para fins de desapropriação, 130 mil hectares na margem direita do Xingu, ao norte do Parque Nacional, área essa que passa a integrar a reserva indígena Jarina, de posse dos índios Txukahamãe. Cabe agora aos fazendeiros instalados na região apresentar as documentações respectivas ao Ministério Público.

Com as desapropriações, o Governo federal deverá desembolsar Cr$ 1 bilhão 900 milhões, para pagamento das indenizações aos que provarem a posse regular das terras que antes pertenciam aos índios.

Em entrevista ao jornal *Porantim,* o antropólogo Olympio Serra, que dirigiu o Parque de 1975 a 1978, declarou que "a construção da BR-80 foi uma calamidade total, porque ela poderia ter contornado o território indígena."

Indagado sobre as indenizações aos fazendeiros pelo Governo, se elas são justas ou não, disse Olympio Serra:

— Se o dinheiro para o pagamento das indenizações saísse dos bolsos dos que forneceram as certidões negativas, tudo bem, nada mais justo. Mas do nosso bolso, do bolso do contribuinte, é indecente, é imoral.

Vinte soldados continuavam a postos em São José do Xingu. Segundo declarações do Secretário de Segurança de Mato Grosso, Oscar Travassos, a PM só evacuaria a área depois que o Governo federal resolvesse "definitivamente o impasse com os índios Txukahamãe, incluindo a liberação da balsa."

Na exposição de motivos ao decreto, que selou o acordo entre os Txukahamãe e o Governo federal, os Ministros do Interior, Mário Andreazza, e de Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, justificaram a decisão de desapropriar a área reivindicada pelos índios, afirmando que era a única solução, "uma vez que outra alternativa seria a intervenção federal, com conseqüências imprevisíveis."

Ao que tudo indica, o massacre, preparado e coberto de cores sombrias, foi adiado... Em nosso imenso País, onde existir índio, as carabinas e os rifles dos jagunços entram em fase de lubrificação. Latifundiários poderosos jamais aceitarão negociar as terras conseguidas ilegalmente. Muita terra de índio foi vendida — quando não invadida — e nem o índio, nem o Governo viu um centavo sequer dos lucros obtidos com essas transações ilícitas. Terra de índio é patrimônio da União...

DIA 08/05 — Entrevistado em Brasília, Jurandy Marcos da Fonseca, após sua nomeação para a presidência da Fundação Nacional do Índio, em ato assinado pelo Presidente da República, anunciou a indicação dos índios Marcos Terena e Megaron para a chefia de gabinete da Funai e para a direção do Parque Nacional do Xingu, respectivamente. Declarou então:

— É a última vez que me vêem de gravata. Na minha administração, o índio terá sua parcela de responsabilidade e as comunidades serão ouvidas. Posso assegurar que a Funai não será mais omissa e seus projetos não serão elaborados apenas em gabinetes.

A intenção do novo presidente da Funai é a de reestruturar inteiramente o órgão, com a eliminação, inclusive, de alguns cargos de direção, que são muitos; pretende transferir parte do pessoal para as frentes de trabalho, no campo, e justificou:

— De nada adianta essa superestrutura em Brasília se não existe na aldeia um chefe de posto ou um auxiliar de enfermagem. Minha preocupação primeira é a de "inverter" a pirâmide da Funai, colocando sua base em contato com os índios.

Os índios Marcos Terena e Megaron estavam bastante emocionados. Sobrinho do Cacique Raoni e chefe do Posto da aldeia do Kretire, Megaron recebeu com surpresa sua indicação para a Administração do Parque do Xingu:

— Eu não esperava isso. É um momento histórico para nós, pois isso nunca aconteceu com o índio no Brasil. Espero ter sempre o apoio do Presidente da Funai e do Ministro do Interior, pois pretendo acompanhar a garantir a demarcação dos 15 quilômetros obtidos de volta pelos Txukahamãe.

Quatro anos mais novo do que Megaron, pois tem apenas 30 anos, Marcos Terena estudou em Campo Grande e hoje é o piloto oficial da Funai. Como chefe de gabinete terá a importantíssima função de receber os índios em Brasília e dar solução a muitos de seus problemas, "já que Jurandy pretende viajar muitas vezes."

Para Marcos Terena, as últimas conquistas dos índios se inserem no contexto político atual do País:

— Todo o povo brasileiro está fazendo suas reivindicações, e o índio está ensinando coisas ao povo brasileiro, com espírito de luta, coragem e firmeza para negociar, sem perder sua dignidade.

Mais um

Jurandy Marcos da Fonseca é o oitavo presidente da Fundação Nacional do Índio, entidade criada em 1967 por decreto do Presidente Costa e Silva, para substituir o SPI — Serviço de Proteção aos Índios —, sigla bastante comprometida pelos abusos cometidos contra o patrimônio indígena e a pessoa do índio.

O primeiro foi Queiroz Campos, irmão do ex-Senador Wilson Campos, com uma administração bastante desastrosa; foi substituído pelo general Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, que abriu estradas cortando reservas indígenas; o terceiro foi outro general: Ismarth Araújo de Oliveira, que também teve uma atuação bastante criticada por antropólogos e entidades ligadas à causa indígena; o quarto foi o engenheiro Adhemar Ribeiro da Silva, que não chegou a ficar seis meses no cargo; o quinto, o coronel Nobre da Veiga, que nada sabia de índio; o sexto, o coronel-aviador Paulo Moreira Leal, que reuniu um verdadeiro "estado-maior" na sua diretoria, no dizer do Deputado Mário Juruna. Por último, o sétimo presidente da Funai, Octávio Ferreira Lima, um economista pouco afeito às questões indígenas.

Jurandy Marcos da Fonseca foi nomeado em meio a grande euforia, pois indicou logo de início, dois índios para o exercício de cargos de confiança na Fundação. Esperamos, sinceramente, que os bons propósitos do novo presidente da Funai dêem seus frutos em benefício dos índios. O problema indígena no Brasil é de difícil solução, porque as terras dos índios — pouquíssimas foram demarcadas — estão em poder de latifundiários poderosos e de empresas de mineração. O ponto nevrálgico da questão é o exame dos títulos de posse dessas terras. Como foram elas cair nas mãos desses fazendeiros e por que é facilitada a ação de empresas multinacionais e estrangeiras para a exploração de minérios em território indígena?

O problema das terras foge à alçada do presidente da Funai, é problema de maior dimensão. E é o principal, pois sem a terra o índio não poderá viver. Vamos citar um caso, um só, entre milhares de irregularidades cometidas contra o patrimônio do índio. É o caso dos indígenas Sateré-Mawé e Munduruku, no Amazonas, onde a empresa estatal francesa Elf Aquitaine explorava petróleo em regime de contrato de risco com a Petrobrás.

As denúncias estão contidas em amplo relatório do antropólogo e sertanista Ezequias Heringer, mais conhecido por *Xará.* Esse documento foi enviado ao Conselho Indigenista Missionário, que divulgou um resumo dele no jornal *Porantim.* Em agosto de 1981, "com a cobertura da Funai", a Elf Aquitaine invadiu as terras

dos Sateré-Mawé e Munduruku para realizar os trabalhos de prospecção de petróleo.

Denuncia o relatório: "Apesar de ter provocado, com suas bombas de nitroglicerina, a morte de quatro índios Sateré-Mawé, a Elf Aquitaine, acobertada pelo delegado da Funai no Amazonas, Kazuto Kawamoto, não sofreu qualquer sanção penal."

Cerca de 500 homens da Elf Aquitaine foram colocados entre as duas nações indígenas. Desde a invasão, aumentou consideravelmente nas reservas a incidência de moléstias infeto-contagiosas, tais como a malária, a febre amarela, a hepatite, a blenorragia, a tuberculose e vários tipos de doenças venéreas. Os índios não podiam se defender, porque não foram atendidas as mínimas exigências de inspeção sanitária, "usuais nos casos de concessão de autorização para entrada em área indígena."

A cada 100 metros de picadas abertas na mata, foi detonada uma bomba contendo um quilo de nitroglicerina, para registros sismográficos. Afirma o relatório de *Xará* que nas áreas com indicação de maior potencial, as cargas explosivas chegaram a atingir até 500 quilos de nitroglicerina.

A situação tornou-se insuportável, porque as crianças indígenas se assustavam ouvindo as explosões e a caça desapareceu da região. Os índios, com o apoio do Centro de Trabalho Indígena (CTI) e do Conselho Indigenista Missionário, deram início a uma campanha destinada a sensibilizar a opinião pública e as autoridades.

A imprensa amazonense deu o seu apoio aos índios e a posição da empresa francesa se complicou; não só a dela, mas igualmente a das instituições integrantes do processo: a Funai e a Petrobrás. Diante da reação da imprensa, que mobilizou a opinião pública, a Elf Aquitaine abandonou de repente os territórios indígenas, deixando para trás "um número incontável de bombas enterradas nas picadas por ela abertas." Conta o relatório divulgado pelo jornal *Porantim*:

"As bombas foram colocadas em posição de detonação, com os fios vermelhos e azuis, que as ligam ao detonador, denunciando sua presença dentro da mata. Os índios arrancam esses fios, puxando-os bruscamente, de forma a se soltarem das bombas, e os empregam na confecção de bolsas, cestas, colares e cintos, em substituição aos cipós e fibras naturais."

De acordo com o relatório do antropólogo Ezequias Heringer, ficou evidenciada, no caso, a má-fé de dois funcionários da Funai: o advogado do órgão, Roberto Alexandre, e o delegado da mesma instituição, Kazuto Kawamoto. O Cimi pediu que ambos fossem responsabilizados criminalmente. O trabalho de Kawamoto era o de estabelecer a cisão entre os índios, além de promessas de depósitos irrisórios em cadernetas de poupança em nome de alguns índios menos avisados. Tudo isso com o apoio do "jurista" da Funai.

O relatório de *Xará* conclui:

"Ora, se os índios vinham já há muito tempo denunciando a existência das bombas em seus territórios — e a Funai, negando —, como e por que, em tão curto espaço de tempo, a mesma Funai passa a alegar que as bombas foram de fato negligentemente abandonadas, vindo a causar quatro mortes?

É preciso lembrar que a Funai mantém, nas Reservas Sateré-Mawé e Munduruku, quatro Postos Indígenas. Por que só agora ela reconhece que a Elf Aquitaine "não tinha controle severo" sobre os explosivos? E, nesse caso, o que estavam fazendo nas Reservas indígenas os funcionários-tutores, que são destinados, pelo seu cargo a defender os índios?

Por que a culpa cai agora apenas sobre a Elf Aquitaine, se existe um convênio firmado entre a Petrobrás e a Funai, e a Elf é contratada da primeira? Agora, a Elf Aquitaine está convidando os índios para conversar. Será que esta conversa vai ressuscitar os quatro índios mortos?"

DIA 09/05 — Jurandy Marcos da Fonseca tomou posse no cargo de presidente da Funai, em cerimônia realizada no Ministério do Interior, em Brasília, presidida pelo Ministro Mário Andreazza. O primeiro problema surgiu e foi resolvido, com o envio a Araguaína do índio Marcos Terena. Pela segunda vez, os índios Krahô. Xerente, Karajá e Apinayé pediam a demarcação das terras e o afastamento do Chefe da Ajudância de Araguaína, Norte de Goiás, Wilker Célio da Silva. O funcionário foi afastado e a demarcação prometida.

Dr. Jurandy sabe que outras complicações virão. Por causa de terras, ainda vai morrer muito índio. Há milhares de títulos falsificados, ilegais, pelo Brasil inteiro, e os que detêm esses títulos de posse jamais abrirão mão deles sem violência. Para isso existem pistoleiros e jagunços a soldo de gente muito poderosa.

Fazemos nossas as palavras de Olympio Serra: as indenizações por essas terras invadidas pertencentes aos índios devem ser pagas não pelo contribuinte, mas pelos que se locupletaram com a venda ilegal delas: os grileiros que forneceram aos compradores certidões negativas de propriedade. É trabalho de gigante...

Remember Canudos!

Em seu monumental *Os Sertões*, (*) onde mostra inclusive seu talento de repórter, o escritor Euclides da Cunha descreve o final da Campanha de Canudos, nos sertões da Bahia, o último ataque das forças regulares do Governo aos místicos seguidores de Antônio Conselheiro, em outubro de 1897:

"Fechemos este livro.

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

Forremo-nos à tarefa de descrever os seus últimos momentos. Nem poderíamos fazê-lo. Esta página, imaginamo-la sempre profundamente emocionante e trágica; mas cerramo-la vacilante e sem brilhos.

Vimos como quem vinga uma montanha altissima. No alto, a par de uma perspectiva maior, a vertigem...

Ademais, não desafiaria a incredulidade do futuro a narrativa de pormenores em que se amostrassem mulheres precipitando-se nas fogueiras dos próprios lares, abraçadas aos filhos pequeninos?

E de que modo comentaríamos, com a só fragilidade da palavra humana, o fato singular de não aparecerem mais, desde a manhã de 3, os prisioneiros válidos colhidos na véspera, e entre eles aquele Antônio Beatinho, que se nos entregara, confiante — e a quem devemos preciosos esclarecimentos sob esta fase obscura da nossa história?"

Parodiando Euclides da Cunha, podemos dizer: fechemos a 1.ª parte deste livro. Os índios não se renderam e nem se renderão jamais. Em futuro talvez não muito distante, virá o desfecho: suas malocas serão queimadas, suas matas desfolhadas com o uso de produtos químicos, sua caça extinta e também os seus peixes. Já que são poucos os que restam, não vai ser difícil destruí-los. Sabemos que lutarão até o fim, o fim de um povo que tanto queria viver em paz, mas cujo destino já estava traçado: "os índios têm que morrer, porque atrapalham o progresso."

(*) Livraria Francisco Alves, Editora Paulo de Azevedo Ltda., Rio de Janeiro, 1957, 25.ª edição.

Nada mudou

Estamos quase na metade do ano de 1984 e chegamos a uma triste conclusão: nada mudou nesta desgastada República, infeliz e mal dirigida. A mesma sensação de revolta e asco nos invade, como ocorrera há 18 anos.

Na série de reportagens que escrevemos no *Correio da Manhã,* levamos à opinião pública as distorções e as crueldades praticadas contra a pessoa do índio. Nossas esperanças, finalmente, se concentraram na nova instituição que então surgia — a Fundação Nacional do Índio. Desgraçadamente, tudo não passou de mudança de sigla...

Lembro-me bem da Redação do velho guerreiro, onde trabalhavam profissionais que honram o Jornalismo brasileiro. Eu escrevia as minhas reportagens no ritmo frenético que caracteriza o trabalho na Redação de um Jornal diário.

Indignado ante as atrocidades cometidas contra os índios, punha no meu trabalho não só o conhecimento do assunto, mas também nervos e coração. Acreditávamos na força da Imprensa livre e descomprometida. Em suma, acreditávamos na Verdade. E acompanhávamos o ruído maravilhoso das máquinas que não param.

Infelizmente, pouco tempo depois, as máquinas silenciaram, tanto na Redação como nas Oficinas. O *Correio da Manhã* incomodava os donos do Poder. Era um Jornal corajoso, que cumpria com brilho a missão para a qual fora criado por Edmundo Bittencourt: noticiar os fatos, sem medo, para esclarecimento da opinião pública. Por isso, foi destruído.

Hoje, dá profunda tristeza passar defronte à velha sede da Avenida Gomes Freire e ver o prédio fechado, sujo e abandonado. Ali outrora "retumbaram hinos"... É a eterna, a constante luta da inteligência contra o arbítrio, a luta desigual entre a Força do Direito e o direito da força. Encerro esta página com sentida homenagem ao Jornal — sempre vivo na minha lembrança — onde realizei o trabalho mais importante da minha vida profissional: a defesa dos índios.

Rio de Janeiro, maio de 1984

Gontran da Veiga Jardim

M A S . . .

. . . O DRAMA CONTINUA . . .

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

(Segundo semestre de 1984)

agosto — Grupo Cinta-Larga mata a flechadas José João Pereira da Conceição. A mando de fazendeiros de Porto Velho, o capanga José João vinha matando índios. A sua última vítima foi uma jovem índia, grávida de três meses.

Bispo de Roraima, D. Aldo Mongiano, pede providências à Funai no sentido de desativar os garimpos existentes na área dos índios Yanomami. Os garimpeiros maltratam os índios, atiram neles a qualquer pretexto, além de tentar violentar as moças da aldeia.

Em Pau-Brasil, Bahia, os índios Pataxó Hã-Hã-Hãe atacam a pedradas fazendeiros que invadem a Fazenda São Lucas, ocupada pela tribo desde 1982.

setembro — O Presidente do Sindicato Rural de Pau-Brasil, Pedro Leite, declara guerra aos índios. É dele a frase: "Os fazendeiros não têm mais condições de tolerar os índios. Ou eles nos destroem ou nós destruímos eles."

No município de Juruí, Norte de Mato Grosso, topógrafos que haviam invadido terras indígenas para demarcação encomendada por fazendeiros locais, foram atacados por grupos de índios arredios. Dois deles foram mortos e dois ficaram feridos.

Em Mirandela, povoado de Ribeira do Pombal, a 256 km de Salvador, os índios se revoltam, aumentando a tensão na área. Motivo: a serviço de fazendeiros, jagunços haviam assassinado, em julho, o índio Kiriri José Carvalho dos Santos. Dois meses depois, os mesmos capangas atiram no índio Kiriri Acrísio Nélson Santiago, quanto este se encontrava deitado numa rede.

Enfocando o problema das frentes pioneiras e da expansão das fronteiras em detrimento do índio, o *Jornal do Brasil,* em editorial sob o título "Crescendo por Dentro", faz o seguinte comentário: ..."Regularizar esse crescimento, racionalizá-lo um pouco, é a tarefa dos brasileiros das próximas gerações. Nesse quadro histórico, entretanto, cabe preservar, da melhor maneira possível, os direitos dos que ficaram no caminho da história — o que inclui a nossa pulverizada e humilhada povoação indígena."

O Presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca, recusa-se a assinar portaria que regulamenta a exploração mineral em áreas indígenas. Alegou Jurandy que não pretende passar para a His-

tória "como um genocida". E apresentou o seu pedido de demissão, que não foi aceito pelo Ministro do Interior, Mário Andreazza. Comentava-se em Brasília que ele não ficará muito tempo à frente da Fundação.

No dia 14, transpirou na Capital Federal a notícia de que teria sido áspero o diálogo entre Jurandy e o Ministro Andreazza. O Presidente da Funai foi repreendido, porque, com a sua atitude, "estaria chamando o próprio Presidente da República de genocida, já que a exploração em áreas indígenas foi determinada por decreto presidencial."

O Cacique da tribo Pataxó, Nélson Saracura, revela que a situação no município de Pau-Brasil tornou-se mais tensa ainda desde o incidente com os fazendeiros. E fez a denúncia: "Existem atiradores isolados fazendo disparos constantes contra a área da reserva indígena."

A empresa estatal Eletronorte, sem aviso prévio, fechou a barragem de Tucuruí, iniciando assim o enchimento do maior lago artificial do mundo — 440 quilômetros quadrados e seis bilhões de metros cúbicos de água. Fechando a barragem antes da data prevista, a Eletronorte pegou de surpresa a população da área e já provocou prejuízos: um rebocador da Enasa, uma balsa e um barco de passageiros e cargas encalharam entre as cidades de Tucuruí e Nazaré dos Patos. O nível das águas baixou quatro metros.

Os lagos formados pela barragem estão cheios de peixes que começam a morrer, poluindo o ar com intolerável mau cheiro. Os Bispos do Pará e do Amapá consideram "crime contra o povo do Baixo Tocantins o gesto da Eletronorte, que fechou a barragem sem avisar os interessados". Alegam que, "com a sua prepotência, a Eletronorte colocou o povo diante do fato consumado." Os prejudicados entraram na Justiça com ação contra o desmando da empresa estatal.

No dia 19, Jurandy Marcos da Fonseca foi exonerado da Presidência da Funai, tendo sido nomeado para a vaga o policial Nelson Marabuto Domingues, carioca, 47 anos, que iniciou sua carreira na Guarda Especial de Brasília, onde atingiu a patente de 1.º tenente R/2, da arma da Cavalaria. Ingressou na Polícia Federal em 1960, exercendo várias funções. Promovido a Superintendente Regional em São Paulo, em 1980, foi afastado depois de sérios desentendimentos com o então Governador Paulo Maluf.

As relações entre o Governador e Nelson Marabuto eram tensas. Ele não obedecia às solicitações de Maluf, afirmando sempre que só atendia ordens de Brasília. Certa vez, sua equipe prendera o Presidente da Associação Comercial de São Paulo, que era precisamente Paulo Maluf. Marabuto ameaçava, na época, divulgar nomes de envolvidos no escândalo financeiro conhecido como "Caso Tieppo"; alguns dos implicados eram amigos de Maluf.

Promovido a Diretor-Regional da Divisão de Ordem Política e Social (DOPS) em São Paulo, pouco demorou no cargo: em 82, foi nomeado Assessor de Planejamento do DPF, onde ficou apenas uma semana. Em Brasília, assume a Superintendência Regional da Polícia Federal, sendo promovido depois a Coordenador Regional, cargo em que permaneceu até se aposentar. Nessa época, Jurandy Marcos da Fonseca o convidou para trabalhar na Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da Funai. Com a exoneração de Jurandy, o Ministro Mário Andreazza o escolheu para a Presidência da Funai, de uma lista que incluía o Coronel Dércio Cunha, Diretor do Departamento de Segurança e Informação do Ministério do Interior, e o sertanista Apoena Meirelles.

outubro — Torna-se difícil a situação de Jurandy Marcos da Fonseca: é acusado de arrendar terras dos índios Kadiuwéu (Mato Grosso do Sul) a 84 fazendeiros. Com Jurandy foi também demitida sua assessora Noemi Garcia. Foi aberta Comissão de Inquérito; além do inquérito na área administrativa, espera-se também que seja instalado outro, este policial. Os primeiros levantamentos dão conta de que os contratos de arrendamento teriam sido assinados no dia 14 de setembro, em Porto Murtinho, data em que Jurandy se encontrava em Rio Branco, no Acre.

Notícias colhidas junto à Funai informavam que os contratos teriam sido assinados em branco, entregues em seguida ao deputado Albino Coimbra (PDS-MS), que se encarregou de distribuí-los aos fazendeiros. Mas todos os arrendatários dos 304 mil hectares da Serra Bodoquena receberão — de acordo com as notícias —, através da Delegacia Regional, uma cópia da portaria do novo Presidente da Funai, Nelson Marabuto, tornando nula a prorrogação do arrendamento.

Soube-se mais tarde que os índios Kadiuwéu decidiram não mais arrendar suas terras a fazendeiros, porque foram alertados pelo Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) de que aquela área poderia, mais tarde, se transformar numa região de sérios atritos, como vem ocorrendo com as terras dos índios Pataxó Hã-Hã-Hãe, no Sul da Bahia, onde o antigo grileiro — hoje é fazendeiro poderoso — Jenner Pereira da Rocha se radicou depois de invadir a área. O pior ocorreu, segundo os informes: Jurandy se reunira com Jenner Rocha, tornando assim insustentável sua posição.

Jurandy Marcos da Fonseca se defende, afirmando que não manteve contato com nenhum fazendeiro e insinuando que "em toda essa trama deve ter gente da própria Funai envolvida, gente que era da minha confiança e que continua na nova administração." Acusado de arrendar terras indígenas a preço baixo, Jurandy declarou que apenas prorrogou os contratos, o que lhe é permitido pelo Estatuto do Índio. E concluiu: "Fiz apenas o que vários outros presidentes da Funai já fizeram."

O Jornal *Porantim* comenta: "Depois de chamar a portaria da mineração em terras indígenas de genocida, Jurandy saiu de cena como herói. Mas, na realidade, fez um pequeno jogo dentro do intricado processo sucessório brasileiro. Jurandy apostou em Maluf. Se ganhar a aposta, volta por cima. Se não, candidata-se a algum cargo no Legislativo, talvez em Mato Grosso do Sul, onde já viveu e tem amizades com pessoas como o ex-Governador Pedro Pedrossian, que, entre outros feitos, espoliou terra dos Terena."

O Deputado federal Albino Coimbra (PDS-MS) ameaça com processo o novo Presidente da Funai, Nelson Marabuto, sob a alega-

ção de calúnia e difamação. Segundo a denúncia, o parlamentar serviu de intermediário na aprovação de uma portaria da Funai, que prorrogava, até 1990, 84 contratos de arrendamentos, cujo vencimento estava previsto para 1.º de janeiro de 85. Frisam ainda fontes da Funai que na transação com os fazendeiros o ex-Presidente, Jurandy Marcos da Fonseca, receberia 150 milhões de cruzeiros, cabendo ao deputado Cr$ 280 milhões.

Notícias de Brasília (*O Globo*, 9/10/84, pág. 08): "A antropóloga Betty Mindlim, contratada pela Funai para acompanhar a assistência aos oito mil índios da área do Polonoroeste, afirmou que, dos 26 milhões de dólares (Cr$ 62,4 bilhões) prometidos aos índios como parte do acordo com o Banco Mundial para financiamento da BR-364, apenas 6 milhões (Cr$ 14,4 bilhões) foram revertidos às comunidades."

De acordo com a denúncia de Betty Mindlim, grande parte da área, em Rondônia, foi invadida por empresas especializadas na extração de madeiras. Os Cinta-Larga foram bastante prejudicados pela empresa Comexmand. Com a inauguração da BR-364, a invasão será generalizada nas terras indígenas beneficiadas pelo Polonoroeste. A antropóloga é de opinião de que, para evitar invasões em massa, "só mesmo uma firme ação de demarcação." Assim, os invasores já instalados poderão ser retirados.

A Eletronorte prossegue na sua ação contra as populações prejudicadas na área de Tucuruí. Os colonos se queixam das indenizações estipuladas pela empresa, para eles insuficientes. Sob o comando do Capitão PM Marco Antônio, os policiais entraram em luta com 100 colonos que se dirigiam a uma reunião de classe. A denúncia foi feita pelo Presidente do Sindicato Rural de Tucuruí, Raimundo Nonato, que mostrou a jornalistas vários colonos feridos na refrega.

A Amazônia vem sendo devastada em ritmo acelerado, e a erosão provocada pelo desmatamento em pouco tempo vai alterar o regime dos rios da região. A advertência foi feita por pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). A situação é bastante grave, segundo os pesquisadores Enéas Salati e Herbert Otto Roger Shubart, em estudos publicados no livro "Amazônia — desenvolvimento, integração e ecologia."

A "corrida do ouro" rumo às terras indígenas começou há séculos, mas agora — facilitada pelos Decretos n.ºs 88.118 e 88.895/83, assinados pelo Presidente João Figueiredo — a estatística mostra cifras significativas: de janeiro a outubro de 1982, 162 pedidos de mineradoras foram encaminhados à Funai; em 1984, um total de 134, sendo que dessas empresas 126 são estatais, 40 empresas privadas nacionais, 97 empresas privadas estrangeiras e 33 não identificadas. Total geral: 296. Isto sem contar com as facilidades concedidas na surdina, "debaixo do pano", com predominância do poder econômico.

Apesar de o ex-Presidente da Funai ter afirmado que nenhum pedido fora deferido, não soube explicar o motivo da invasão do território Waimiri-Atroari, no Amazonas, pela mineração Acari, subsidiária da Paranapanema; nem justificou os acordos da Funai

com a Petrobrás, os quais permitem a prospecção de petróleo em terras de índios arredios na região dos rios Jutaí, Jundiatuba e Itacoaí, também no Amazonas.

Vamos reprisar: A Constituicão Federal (Emenda Constitucional n.º 1/69) dispõe em seu Art. 198: "As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes."

Vejamos os § 1.º e 2.º do Artigo citado: "Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objetivo o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas." E diz o parágrafo seguinte: "A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer acão ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio."

Fica claro que o Governo das Emergências, dos Escândalos e das Mordomias, que apregoa respeito às leis (defesa de eleições indiretas, por exemplo), mostra, no caso dos índios e em outros casos de natureza política, total menosprezo à Carta Magna que entrou em vigor a 30 de outubro de 1969, assinada pela Junta Militar das Três Armas: Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, General Aurélio de Lyra Tavares e Brigadeiro Márcio de Souza e Mello.

É incrível, mas é a cristalina verdade.

novembro — Agrava-se a situação no Sul da Bahia, onde os fazendeiros reuniram centenas de jagunços para "acabar de vez com os índios", segundo declarações de um deles. Em Pau-Brasil, os Pataxó Hã-Hã-Hãe sofrem ataques de todos os lados. No dia 3, sábado, o índio Antônio Júlio da Silva, de 50 anos, levou dois tiros na cabeça quando fazia a ronda de vigilância na divisa entre a Fazenda São Lucas — ocupada pelos Pataxó, por decisão judicial — e a Fazenda Paraíso, do latifundiário Marcos Wanderley.

Segundo notícias de Salvador, os fazendeiros cedem seus carros particulares para que os jagunços possam agir mais à vontade. São verdadeiras patrulhas superarmadas, que não dão trégua aos índios. Até segunda-feira, dia 5, o índio baleado na cabeça encontrava-se em estado de coma após ter sofrido uma intervenção cirúrgica.

A antropóloga Maria Hilda. professora da Universidade da Bahia, contou que os Pataxó haviam instituído a ronda para evitar surpresas. Na noite de sexta-feira, um Fiat parou em frente da Fazenda São Lucas e seus ocupantes fizeram disparos, rumando em seguida para a Fazenda Paraíso. O índio Antônio foi alvejado por três jagunços, de tocaia em cima de uma árvore.

Os índios Parakanã, do Pará, são as maiores vítimas da Eletronorte, empresa responsável pela construção da barragem de Tucuruí. Além da gradativa redução de suas terras, invadidas e cortadas pela Transamazônica e pela Estrada de Ferro Tocantins, o contato com os brancos influiu de muito no processo de extinção desses índios pertencentes à nação Tupi.

Porantim nos conta: "A gripe e a malária, além da gonorréia, transmitida tanto por trabalhadores da ferrovia E.R. Tocantins como por funcionários da Funai, reduziram o grupo de índios para 82 pessoas, em 1982. Ficou ainda um saldo de oito crianças que nasceram cegas, após se difundir a blenorragia na aldeia."

A aldeia dos Parakanã foi transferida seis vezes, sempre em detrimento dos índios. O Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) assentou na área dos Parakanã quase mil famílias, justamente no local onde estava prevista a implantação de um projeto de piscicultura para os índios. O problema se agravou quando a Eletronorte decidiu aproveitar o potencial hidrelétrico do Baixo Tocantins. São 246 mil hectares que ficarão sob as águas. *Porantim* denuncia:

"O principal objetivo da Eletronorte, com a construção da hidrelétrica, é atender às empresas Alunorte e Albrás, ao Distrito Industrial de Barcarena, ao Projeto Ferro-Carajás e, com o excedente, atender à cidade de Belém e possíveis carências do Nordeste. O drama se transformou em tragédia quando os lavradores ou moradores dos municípios de Jacundá, Tucuruí e Itupiranga começaram a receber a indenização pelas terras ou casas que possuíam, em 1980."

E mais: "Alguns chegaram a receber o absurdo de 5.000 cruzeiros pelas casas que haviam construído com os maiores sacrifícios. Durante dois anos não puderam plantar. Não receberam indenização pela não utilização da terra e muitos chegaram a assinar papéis em branco, que, depois, foram preenchidos por funcionários inescrupulosos, constando que não tinham mais nada a receber da Eletronorte. Sem terra, com indenização irrisória e sem condições para mudar, em 1981, os expropriados vêm tentando lutar em defesa dos seus interesses, para ter de volta as condições de vida anterior à hidrelétrica."

O problema dos colonos com os índios teve início quando o Getat reassentou quase mil famílias, dando-lhes "Licença de Ocupação" em parte da reserva indígena, hoje denominada Gleba Parakanã. Além disso — revela *Porantim* —, "o Getat fez dois loteamentos na área indígena, do outro lado da vicinal da Transamazônica. São 68 lotes, dos quais só 18 têm benfeitorias. As duas glebas foram batizadas pelo Getat com os nomes de Valentim e Cajazeiras."

Em resumo: a política era a de colocar os colonos contra os índios e vice-versa, o que foi denunciado pelos próprios lavradores em entrevistas a jornais do Pará. Os denunciantes confirmaram que funcionários do Getat incentivavam os colonos a atacar os índios, dizendo que eles, colonos, eram mais numerosos, enquanto os índios eram poucos.

Os colonos rechaçaram a manobra e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí, Raimundo Nonato Azevedo, chegou a afirmar em Brasília, nas repartições por onde andou, que "somos amigos dos índios; os compadres sempre tiveram amizade com a gente, nós somos amigão."

A política antiíndio prossegue, avassaladora. Para essas minorias raciais não há mesmo esperança. A não ser que o novo Governo, a ser eleito em 1985, mude radicalmente essa política genocida, racista, pretensamente defensora do "desenvolvimento" a todo custo. Não estamos mais na Idade Média, os índios são também seres humanos, portanto filhos de Deus.

A comissão representativa dos desabrigados de Tucuruí esteve em Brasília para pedir à Eletronorte "o reassentamento definitivo das famílias fora das terras indígenas." O presidente da empresa mentiu o tempo todo, afirmando que "está tudo bem com a Funai." Os colonos ouviram dele a falsa notícia de que a Gleba Parakanã não será alagada, embora em todos os mapas oficiais conste a inundação de grande parte da área. Assinala o Jornal *Porantim:*

"Um comprovante disso foi o fato de, dia 16 de outubro, um advogado da Eletronorte ter ido à sede da Funai, em Brasília, para pedir ao órgão que "cedesse" mais dois quilômetros do território Parakanã, próximo à aldeia Paranati, em frente à gleba onde estão os colonos."

Na região do rio Juruá, no Amazonas, os seringalistas vêm submetendo os índios Kanamari a regime de escravidão. Um deles, de nome Joaquim Serafim Carneiro, cujo pai também esbulhou terras de índios, adota velha prática de gatunagem: usa os índios para a abertura de colocações e estradas de seringa e depois de dois a três anos de trabalho escravo, expulsa-os para mais adiante, onde iniciam a abertura de novos locais. Joaquim Serafim se diz dono do Seringal Flecheiras. Enganados na sua boa-fé, os índios nada recebem e continuam trabalhando na mata, certos de que as promessas do seringalista um dia serão cumpridas. O Governo devia obrigar esses exploradores a retirar-se das terras indígenas. Na pior das hipóteses, a renda para a exploração da seringa devia ser paga à comunidade Kanamari e não a Joaquim Serafim.

Esses seringalistas têm a proteção do delegado de Polícia de Eirunepé, sargento Augusto C. Alves da Cunha, que vem sistematicamente tomando a defesa deles e ameaçando os índios. Sua ação se resume em intimidar os Kanamari e Kulina, acusando os índios de "usurpação de terra" e ameaçando os agentes pastorais de processo por "incitamento". Tudo indica que vai se repetir na região o caso dos padres franceses Aristides Camio e François Gouriou...

Porantim esclarece o problema da corrupção de que foi acusado o ex-Presidente da Funai, Jurandy Marcos da Fonseca:

"A denúncia do envolvimento na fraude de renovação de contratos de arrendamento das terras dos Kadiuwéu, em Mato Grosso do Sul, foi apresentada pelo Procurador jurídico da Funai, Irineu Oliveira. Ele mostrou à imprensa documentos que implicam Jurandy, o deputado federal malufista Albino Coimbra (PDS-MS) e seu irmão Jasan de Castro Coimbra." Prossegue o Jornal:

"Os papéis comprovam que, para Fonseca assinar os contratos de arrendamento de 84 fazendas, somando 300 mil hectares, dentro das terras indígenas, os pecuaristas arrendatários pagaram a pro-

pina de Cr$ 500 por hectare, totalizando Cr$ 150 milhões. O valor foi pago em cheques ao portador, entregues a Jasan Coimbra e não depositados na conta da Funai."

Velho Bispo de Guajará-Mirim, em Rondônia, Dom Roberto Arruda, denuncia a precária situação em que vivem os Pakaa-Nova e responsabiliza o Governo brasileiro pela penetração de missionários estrangeiros denominados Novas Tribos. Ele conta em entrevista a *Porantim:*

"As Novas Tribos atrapalham, só fazem atrapalhar. Tentamos uma aproximação e um de seus pastores me falou: 'Vocês, padres católicos, estão preocupados em fazer roça com o índio, em fazer hospital e coisas desse tipo, mas sem alcance algum. O que importa é salvar as almas dos índios; o mundo vai acabar dentro de poucos dias e não interessa roça plantada ou outra coisa."
Sem comentários...

A 25 de novembro do ano passado, o líder Guarani Marçal Tupã-y foi assassinado com cinco tiros no rancho onde vivia, na Aldeia Campestre, Município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Até hoje o processo não foi aberto. O único suspeito, o jagunço Rômulo Gamarra continua solto. Sabe-se que não há prazo estipulado para a Promotoria de Ponta Porã — para onde foi devolvido o inquérito pela Justiça Federal — oferecer denúncia sobre o caso. *Porantim* comenta: "Como justificar a inoperância da Justiça no caso Marçal? Dizer que a Polícia Federal na região não tinha combustível para abastecer o carro com que realiza as diligências é ridículo. Nada justifica tanto descaso. Só mesmo o envolvimento de pessoas influentes do Estado de Mato Grosso do Sul, interessadas em "abafar" o caso."

A região onde fica o Lago de Catipari, localizado na margem esquerda do rio Purus, no Amazonas, sempre foi habitat dos índios Apurinã. Agora, o fazendeiro Chico Barros, dizendo-se dono do seringal ali existente, invadiu as terras dos Apurinã e vendeu a região do lago ao regatão Evaldo Said, da cidade de Pauini. O município de Pauini — segundo *Porantim* —, "está praticamente tomado por três dos maiores latifundiários do Brasil: Manasa, com um total de 4 milhões 303 mil hectares; José Cordeiro, com 1 milhão 282 mil hectares, à margem direita do Purus; e Mostafá Said, com 1 milhão 74 mil hectares, na margem esquerda do rio Purus." Said controla 40% da borracha do País.

Em sua última Assembléia, realizada no Centro de Convenções Atlapa, na Capital do Panamá, o Conselho Mundial de Povos Indígenas (CMPI) destacou o problema do genocídio na Guatemala, denunciando a cruel ação do general Oscar Mejía Victores, "ditador marionete do governo Reagan." Foi pedida também a condenação da ONU aos governos dos Estados Unidos, Israel e Taiwan (Formosa), que dão ajuda militar à ditadura guatemalteca.

Com o objetivo de "ampliar a assistência ao índio e acelerar a demarcação de terras indígenas", a Funai vai pedir um empréstimo de US$ 30 milhões (Cr$ 80 bilhões) ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), segundo informou o presidente da entidade, Nelson Marabuto. Contatos com o BNDES já foram iniciados para a elaboração de um projeto de aplicação da verba. Segundo notícias de Brasília, técnicos da Funai e do BNDES começarão a preparar o plano em janeiro próximo, pois é dada como certa a concessão do empréstimo.

Num país sério, não seria necessário pedido de empréstimo para a demarcação de terras, o que, conseqüentemente, envolverá indenização aos "proprietários" invasores das terras indígenas. Os que detêm tais propriedades adquiriram-nas de grileiros ou repartições oficiais nos Estados, que as venderam ilegalmente. Não custa insistir: os espoliadores é que deveriam arcar com as despesas, e não o povo brasileiro. As expropriações, se de fato as autoridades levarem a sério o problema, vão cobrir extensas faixas de terra por esse Brasil a fora. O País não está em condições de suportar tantas dívidas.

O problema das terras no Brasil — apesar de existir um Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários — vai-se agravando cada vez mais. Dez líderes sindicais já foram assassinados na zona canavieira de Pernambuco. O último foi José Noel Teixeira, delegado sindical em Barreiros, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Seu corpo foi encontrado com um furo nas costas, provocado por um tiro de espingarda calibre 12. A polícia pernambucana suspeita de um administrador do Engenho Roncador, cujo nome não foi revelado. Ao que se soube, ele jurara matar José Noel, combativo defensor dos cortadores de cana e de outros lavradores.

A violência no campo tornou-se grave problema em nosso País. Neste ano de 84, a partir do mês de abril, oito trabalhadores rurais foram assassinados em Minas Gerais. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (Fetaemg) já preparou um documento denunciando as violências de que têm sido vítimas os lavradores. Esperam os líderes sindicais rurais mineiros que o Secretário de Segurança, Bias Fortes, tome as providências que o caso requer.

O Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, disse no dia 24, na abertura do I Congresso Estadual dos Trabalhadores na Agricultura, em Salvador, que mais de 100 pessoas foram assassinadas no campo nos últimos quatro anos, em decorrência de conflitos pela posse da terra. Frisou que a violência no campo se agrava, "devido à impunidade dos responsáveis pelos crimes e por causa da atual estrutura fundiária baseada nos latifúndios."

Fazendeiros paraenses atacam índios, sob a alegação de que possuem títulos de terra fornecidos pelo Instituto de Terra do Pará (Iterpa). Na área do conflito, onde vivem cinco grupos Kayapó, já foram derrubadas 10 mil árvores de mogno, madeira bastante cotada no mercado internacional, já que é exportada a US$ 500 (cerca de Cr$ 1,5 milhão) a tora.

Segundo levantamentos feitos, é enorme o potencial madeireiro e mineral na faixa de terra situada entre os Rios Tocantins e Xingu, Municípios de São Félix do Xingu e Redenção. No Sul do Pará, fazendeiros estão expulsando os índios Kubenkrankein, com

o objetivo de evitar a demarcação das terras indígenas, tão ricas e férteis.

Colonos armados até os dentes entram em conflito com os índios Kaingang, de Toldo Chimbangue, no Oeste de Santa Catarina. Os colonos invadiram a área dos índios e anunciam que dali não sairão. As promessas de demarcação da área, feitas pelo ex-Presidente da Funai, Jurandy Fonseca, não foram cumpridas.

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Correntina (Bahia), Wilson Matias Furtado, denunciou vários assassinatos de trabalhadores no campo. Revelou que milhares de camponeses estão sendo submetidos a um regime de trabalho escravo por dezenas de empresas reflorestadoras do Oeste baiano.

dezembro — No Município de Pau-Brasil (Bahia), fazendeiros metralharam um carro da Funai, na entrada da Reserva dos índios Pataxó, na Fazenda São Lucas. O chefe do Posto, Rômulo Cerqueira, e o advogado Moacir Lira só escaparam porque a noite estava muito escura. O carro ficou crivado de balas.

1985

janeiro — O mineiro Tancredo Neves venceu as eleições no Colégio Eleitoral para a Presidência da República. Homem equilibrado, que mede as palavras, o Dr. Tancredo infelizmente nada disse a respeito dos índios em seus discursos. Quem será o seu Ministro do Interior? Como se sabe, a Funai é subordinada a esse Ministério. Os índios temem certos nomes... É bom lembrar que o Deputado Federal Mário Juruna (PDT-RJ) votou em Tancredo.

Morrem 10 índios Yanomami em Roraima, vítimas de doença não identificada na época, e que levou mais de 300 ao Posto da Funai no local. Segundo declarações de Cláudia Andujá, Coordenadora da comissão para a criação do Parque Yanomami, os índios doentes mantiveram contatos com garimpeiros instalados ilegalmente na área dos Yanomami, parte do norte de Roraima e parte no Estado do Amazonas.

Internado numa casa de saúde no Rio de Janeiro, o Presidente João Figueiredo recebeu o Ministro das Minas e Energia, César Cals, que lhe levou, para assinatura, o texto que regulamenta o decreto que autoriza pesquisa e lavra de minérios nas reservas indígenas, texto esse de autoria dos Ministros César Cals e Mário Andreazza.

O Chefe de Gabinete da Presidência da Funai, Marcos Terena, ao saber da assinatura do decreto, afirmou: "Mesmo de um leito de hospital o Presidente João Figueiredo conseguiu agredir a comunidade indígena. A gente já esperava isso, porque ele, no início do seu Governo, em 1980, extinguiu a reserva Waimiri-Atroari, no Amazonas, para beneficiar a empresa Paranapanema de Mineração. Assim, conseguiu agredir os índios no início e no fim de seu Governo."

Em São Paulo, foi grande a euforia dos magnatas pela assinatura do decreto que prejudica os índios. As empresas de mineração — ante notícias de que o Presidente Figueiredo submetera a minuta do decreto à consideração da Casa Civil e do Conselho de Segurança Nacional — emitiram notas em jornais afirmando que esperam a regulamentação das pesquisas e lavra de minérios em terras indígenas, conforme declarações do presidente do Conselho da Paranapanema Mineração e da Associação Brasileira dos Mineradores de Ouro, Octávio Lacombe.

Índios do Alto Solimões, no Amazonas, denunciam, em Brasília, a existência de várias plantações de coca em suas terras. Os traficantes invasores querem os índios fora das reservas, na margem esquerda do Rio Solimões. A denúncia foi feita pelos Caciques dos Tikuna, Paulo Mendes e Pedro Inácio.

Torna-se tensa a situação na área dos índios Kadiuwéu, no Mato Grosso do Sul, invadida por fazendeiros. Os índios exigem a retirada de centenas de famílias de fazendeiros que ocupam a reserva, localizada na Serra Bodoquena, município de Porto Murtinho.

Também a situação se agrava em Tocantinópolis, Goiás, onde os índios Apinajé tentam demarcar, por conta própria, os 148 mil hectares que lhes pertencem e que se encontram ocupados por fazendeiros. A Aldeia São José, a 20 quilômetros de Tocantinópolis, vem sendo vítima de hostilidades há muitos anos por parte dos brancos invasores. E, como sempre, as autoridades nada resolvem. Sabe-se que, na área, as fazendas se instalaram ilegalmente, já que nenhuma delas tem título de posse. O Superintendente da Fundação Nacional do Índio, Gérson da Silva Alves, teria sido assassinado pelos invasores das terras, não fosse a ação pronta da Polícia Militar local, que garantiu sua retirada para a Aldeia São José.

Mil índios se reúnem na Aldeia São José para ajudar os Apinajé a demarcar as suas terras, no Extremo Norte de Goiás. Eles decidiram suspender a demarcação até o final do mês, quando deverá ser dada solução definitiva ao problema, agora a cargo do grupo integrado por representantes dos Ministérios para Assuntos Fundiários e do Interior, do Conselho de Segurança Nacional, Getat e Funai. Os índios — caso o Governo Federal não os favoreça — voltarão a abrir picadas nas matas de sua propriedade.

Em Mato Grosso do Sul, o Juiz Federal de Campo Grande, Luiz Calixto Bastos, negou, dia 25, a petição da Funai, notificando 75 fazendeiros que ocupam 300 mil hectares das terras dos índios Kadiuwéu, na Serra Bodoquena. O magistrado alega que "o assunto cabe à Justiça comum." A Funai deu um prazo até o dia 30 para que os fazendeiros se retirem das terras dos índios, já que os contratos de arrendamento venceram no dia 1.º deste mês.

A situação na área dos Apinajé, em Goiás, vem sendo controlada pelo Coronel Renato Silva, comandante do 3.º Batalhão da Polícia Militar de Araguaína. O oficial já evitou um massacre dos índios, interceptando dois caminhões e seis carros, cheios de jagunços armados a soldo dos fazendeiros.

Em Brasília, o presidente da Funai, Nelson Marabuto, acusa o Secretário de Segurança de Goiás, José Freire, de insuflar posseiros e fazendeiros de Tocantinópolis contra os índios Apinajé. Segundo relatório do sertanista Cláudio Romero, José Freire está atrapalhando a ação da Polícia Militar, que está dando proteção aos índios.

O Secretário José Freire, que conta com a conivência do Delegado local, Sebastião Lima, esteve em Tocantinópolis, onde fez comício numa praça pública. Na ocasião, assumiu o compromisso de que não permitirá, "de maneira nenhuma, mesmo que tenhamos de usar a força", a demarcação da área indígena.

Na qualidade de Presidente da Comissão do Índio da Câmara Federal, o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) esteve com o Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, a quem

fez entrega de um documento em que expõe o problema dos Apinajé. O Ministro prometeu resolver a questão "até 15 de março."

Em telegrama enviado ao Secretário de Segurança Pública de Golás, José Freire, o parlamentar pedetista adverte que "seu nome será inscrito entre aqueles que contribuíram para o extermínio do índio no Brasil, ao lado do Deputado Sigueira Campos (PDS-GO), Macao Tadamo (PDS-SP), Mário Marimoto (ex-deputado, PDS-SP), Mozarildo Cavalcante (PDS-RR) e João Batista Fagundes (PDS-RR)."

O Padre Ricardo Resende Figueira, da Coordenação da Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins — que abrange o Norte de Goiás, Norte do Mato Grosso e Sul do Pará — denunciou o trabalho escravo "em toda a Região Grande Carajás, que vive mergulhada num conflito interminável entre posseiros, fazendeiros e grandes empresas multinacionais."

fevereiro — Atinge fase crítica o conflito entre fazendeiros e os índios Apinajé em Tocantinópolis, Extremo Norte de Goiás. Os fazendeiros criaram as "milícias brancas" (leia-se jagunços bem pagos), para caçar os Apinajé nas matas. Sob as vistas da PM, os índios reiniciaram os trabalhos de abertura de picadas. Teme-se sério confronto quando os índios alcançarem as terras de João de Deus, poderoso fazendeiro, chefe político e ex-prefeito de Araguaína. Ele é acusado pelos índios de ser o mandante do incêndio que irrompeu na aldeia de Cocalinho.

"... E quantos serão hoje os índios brasileiros? Menos de cem mil, por certo. Uma população que, em vez de crescer, diminui de um ano para outro, para demonstração de que não valem nada as medidas e providências adotadas para a sua proteção. A começar pelas reservas dos índios, que ou nunca são demarcadas ou, quando o são, quase sempre é com prejuízo para os seus antigos posseiros.

Por isso não acredito em Funai, Fundação Nacional do Índio, pois suponho que ela foi criada para disfarçar a presença real de forças que constituem verdadeiramente uma *Funei*, ou Fundação Nacional para a Extinção dos Índios, e que deve ter sido responsável pela elaboração do decreto levado ao despacho do Presidente da República, para liberar trabalhos de mineração em terras que, constituindo propriedade dos índios, valem como a única propriedade, a que o Governo não assegura proteção efetiva e real, nos termos da Constituição vigente." (Barbosa Lima Sobrinho, em "Civilização ou Genocídio?", artigo publicado no *Jornal do Brasil*, ed. de domingo, dia 03 de fevereiro de 1985).

É bom recordar que o decreto 88.985, de novembro de 83, assinado pelo Presidente João Figueiredo, tinha por alvo "regulamentar os arts. 44 e 45 da Lei 6001 (Estatuto do Índio), autorizando a exploração de minérios nas áreas indígenas. O Jornal *Porantim* recorda: "Desesperado ante as pressões da comunidade indígena, César Cals, coadjuvado pelo governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, preparou para Figueiredo assinar um novo decreto, que eliminava o artigo 9.º do 88.895 — retirando, portanto, da Funai a

tarefa de regulamentar o ingresso das empresas mineradoras nas áreas indígenas."

As lideranças indígenas reagiram e Figueiredo sustou o decreto, não por amizade e respeito aos índios, mas por preferir uma "saída honrosa", pois o novo Presidente, com uma penada anularia o decreto. Diz *Porantim*, janeiro/fevereiro de 1985, pág. 4:

"Pior para os mineradores — entre os quais o próprio governador peemedebista Gilberto Mestrinho, principal acionista da Gold Amazon. Antes de Figueiredo voltar atrás, Mestrinho elogiara o novo decreto, afirmando, cinicamente: *As áreas indígenas são tão grandes que você procura índios e não os acha. O ciclo vital do índio, hoje, é de 35 anos. Trabalhando, se adaptando, ele pode aumentar a sua expectativa de vida.*"

Prossegue o Jornal: "...Figueiredo determinou, dia 10 de janeiro, que não fosse publicado o decreto no *Diário Oficial*, o mesmo que assinara na véspera ante as câmeras de TV, no apartamento do hospital onde havia sido operado da coluna, no Rio de Janeiro. O ministro César Cals, que já estava estourando as champanhas com os grandes empresários da mineração, teve grandes dificuldades para explicar o revertério da última cartada que tentou para impedir que continuasse letra morta o decreto 88.895, assinado pelo mesmo Figueiredo."

Uma das táticas da luta contra os índios Apinayé era espalhar boatos de que eles atacariam a cidade. Nesse clima paranóico, a Polícia Federal deteve em Tocantinópolis o padre Aristides Camio, de São Geraldo do Araguaia, que passara dois anos encarcerado por defender posseiros no Pará, e que aceitara o convite da jornalista Memélia Moreira para acompanhá-la à área indígena em conflito.

A presença de Aristides seria, para o Secretário de Segurança Pública, José Freire, a prova suprema da subversão existente no movimento indígena... José Freire foi um dos maiores incentivadores da campanha contra os Apinayé, usando o *Know-how* da cobertura que tem dado, nos últimos meses, às violências de grileiros contra posseiros em outros municípios daquela mesma região."

E, para arrematar: "... A situação se radicalizou.... A população local recebia armas dos fazendeiros, colocava na cidade faixas com dizeres contra os índios e contra a Funai e fazia manifestações de rua, exibindo livremente as armas."

No dia 6 de fevereiro, já cansados de confiar nas autoridades, os índios bloquearam a Rodovia Transamazônica, no trecho que dista 25 quilômetros da cidade de Tocantinópolis. O Cacique Raoni afirmara que a abertura das picadas ia prosseguir. Famílias dos posseiros estão saindo do local, com medo de um conflito armado. Com a trouxa na cabeça, seguida dos filhos, Maria dos Santos, de 57 anos, dizia: "Não tenho medo dos índios, mas dos que querem matá-los. Os índios daqui nunca nos fizeram mal."

O massacre preparado para os Txukahamãe, ano passado, parece que vai desabar agora sobre os Apinajé de Goiás. O impasse existe e existirá sempre, enquanto houver um índio vivo no Brasil. Como expropriar as terras indígenas invadidas? Com que verba o Governo poderá contar para indenizar os milhares de ocupantes ilegais dessas terras? Os esbulhadores que as venderam, ao longo de tantos anos, estão praticamente longe do alcance da lei. O processo de grilagem teve o apoio de autoridades federais, estaduais e municipais, além de políticos sem escrúpulos.

Só agora os índios despertaram. Se não contarem com o apoio maciço da sociedade brasileira como um todo — excluídos, é claro, os aproveitadores —, os índios perderão essa batalha em defesa de suas terras. A intenção genocida é fria e cruel: os índios, como raça inferior, de nada servem; por isso, têm que morrer. O fazendeiro de Mato Grosso, citado páginas atrás, já previra tudo isso: "Os índios são piolhentos e preguiçosos, têm que morrer."

As "milícias brancas" — até na denominação se vê o tom racista —, bem armadas e equipadas, vão exterminar os Apinajé e os demais índios que se encontram na região para dar apoio aos seus irmãos. O vereador Evandro Guimarães foi claro ao afirmar: "Os fazendeiros estão dispostos a ignorar a presença da PM. Eles conhecem caminhos e trilhas que os policiais jamais acharão."

Com a promessa de que deverão ser demarcados 130 mil hectares dos 148 pretendidos pelos índios, o presidente da Funai, Nelson Marabuto, chegou dia 8 à Aldeia São José, a 26 km de Tocantinópolis, no Extremo Norte de Goiás. Com o Cacique Raoni e mais líderes de cinco nações indígenas, Marabuto viajou para Brasília, de avião, para que "os índios assistam à assinatura do decreto presidencial."

A situação na área, por parte dos índios, se acalmou, mas os fazendeiros não pretendem acatar as decisões das autoridades federais. Afirmaram, alto e bom som, que farão uma "matança gradativa", pois também disputam terras na região. Terá moral o Governo para reprimir tamanha ousadia? Os fazendeiros prometem entrar em ação depois que a 4.ª Divisão de Levantamento do Serviço Geográfico do Exército (com sede em Manaus) realizar a demarcação das terras indígenas.

Os pobres índios — crianças grandes — acreditam piamente num "final feliz." Inocentes, comemoraram com Marabuto a "trégua" numa churrascaria em Brasília. Enquanto isso, os fazendeiros de Tocantinópolis, ao lado dos políticos que os apóiam, já traçaram a estratégia de ação, conforme trabalho de reportagem do jornalista João Bosco, enviado especial de *O Globo* ao local (edição de sábado, dia 9 de fevereiro de 1985, pág. 6):

"Agora, ao invés de anunciarem o confronto, estabelecerão uma espécie de "guerra fria", através da qual pretendem eliminar as lideranças indígenas de forma "lenta e gradual", depois que o

Exército encerrar os trabalhos de demarcação da área e a solução estiver aceita." Assim declarou o vereador Evandro Guimarães:

— Não há outra saída e nem a gente pode evitar isso, porque a solução anunciada significa o fim de Tocantinópolis.

Tudo indica que essa "bomba" vai estourar nas mãos do Presidente eleito Tancredo Neves. Vamos ver como reagirá o mineiro, velha raposa política do antigo PSD. Outras "bombas" virão. O problema da invasão das terras indígenas no Brasil é muito grave, exigindo portanto soluções enérgicas por parte das autoridades. Essas soluções virão?...

Continua foragido o vereador José Bonifácio (PDS), autor do disparo que feriu gravemente o Sargento Gérson Edmar, que se encontrava de serviço na barreira da PM montada a 200 km da aldeia indígena de São José. O militar garantiu o abastecimento de gasolina de uma camioneta da Funai que o vereador tentava impedir.

Foi difícil para o Capitão Martins conter os 120 soldados sob seu comando. Eles queriam invadir Tocantinópolis à caça do vereador pedessista. Segundo o presidente da Câmara local, vereador Evandro Guimarães, José Bonifácio deverá se apresentar em companhia de seu advogado e espera responder em liberdade ao processo, pois é pouco provável que o Delegado Sebastião Lima — velho amigo do vereador Bonifácio — solicite sua prisão preventiva.

O Sargento Gérson Edmar encontra-se hospitalizado em Goiânia e seu estado inspira cuidados. O vereador José Bonifácio, defensor dos latifundiários — ele é um deles —, feriu o militar com uma escopeta, dessas usadas comumente pelos bandidos que assaltam nas cidades grandes.

Enquanto isso, os Caciques das sete tribos envolvidas no conflito de Tocantinópolis combinam em Brasília a realização de uma grande festa, para comemoração da demarcação de 130 mil hectares prometida pelo presidente da Funai. Alegre, o Cacique Raoni, dos Txukahamãe, fez a seguinte declaração:

— Meu coração *tá* alegre. Vai sair um bom decreto e índio, fazendeiro e posseiro não vão mais precisar brigar.

Santa ingenuidade. Na cidade de Tocantinópolis, o clima é bastante tenso. Políticos, comerciantes e fazendeiros conseguiram "fazer a cabeça" da população local, incitando o povo contra os índios. Quando os líderes de outras tribos voltarem a suas aldeias, os fazendeiros prometem iniciar a matança dos líderes dos Apinajé. Disse o vereador Agostinho Rodrigues:

— Faremos isso com a ajuda de jagunços bem pagos, através de emboscadas e tocaias que não deixam rastros.

O decreto de demarcação das terras dos Apinajé entra em ritmo de "banho-maria". O Ministro Venturini alegou que o Governo de Goiás entrou com ação discriminatória para definir quais as áreas indígenas do Estado.

março — Os Tikuna, do Alto Solimões, detêm o sertanista André Villas Boas. Os Kaiapó, do Pará, estão tentando junto à Funai medidas que dêem solução definitiva para a demarcação de suas terras, que estão sendo licitadas pelo Governo do Estado no Projeto Trairão, que abrange a parte Leste do igarapé do mesmo nome, no Município de São Félix do Xingu, no Sul do Pará.

O fazendeiro Altino Machado comanda mais de 60 garimpeiros na tentativa de invasão da área indígena dos Yanomami, todos fortemente armados, usando uniformes militares e metralhadoras. Altino quer reabrir o Garimpo da Serra Pelada, no território de Roraima. O garimpo foi interditado em 1978 pelo Governo Federal. O presidente da Funai, Nelson Marabuto, depois que os invasores foram rechaçados, declarou:

— Foi uma ação de puro banditismo. O fazendeiro Altino é conhecido da Funai, como invasor de terras indígenas.

Na invasão, Altino Machado usou até aviões de pequeno porte, os quais foram interditados pela FAB. Sabe-se que as terras dos Yanomami são ricas em minérios estratégicos.

Nelson Marabuto informou que a invasão começou com o transporte dos garimpeiros a partir da fazenda da vereadora Maria de Lourdes Pinheiro (PDS), localizada a 35 quilômetros de Boa Vista. O plano era o seguinte: dali o transporte para a Serra de Surucucus seria feito por 28 ônibus, que foram interceptados pela Polícia.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário do Norte I, um piloto conhecido pelo apelido de *Mineirinho* realizou vôos de reconhecimento sobre a área de Surucucus num táxi-aéreo Citar. Informou-se também que um ex-piloto, hoje empresário, de nome *Pavão*, sediado em Alto Alegre, povoado que fica perto do garimpo, é um dos responsáveis pela invasão. Além desses, é apontado igualmente o ex-Governador do Território, Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto.

Na opinião do Chefe de Gabinete da Funai, Marcos Terena, a invasão não passa de um golpe político, visando criar um problema social capaz de impedir a demarcação da reserva. No Posto Indígena da Serra de Surucucus, vivem seis funcionários da Funai e três mulheres. Há notícias de que por trás da invasão estão grandes empresários de mineração, além de "figurões da política" da Região Norte.

Em Boa Vista, 200 homens armados estão aguardando um sinal de Brasília — não se sabe de quem — para entrar na região. Vítor Kaeyameame, do Conselho Indigenista Missionário Norte I, informou que os invasores se recusaram a entregar as armas após a voz de prisão dada pelo Exército (Comando Militar da Amazônia), Nelson Marabuto acusa:

— É evidente o envolvimento de gente com vínculos políticos em Manaus e Boa Vista.

Em Benjamim Constant, na fronteira com a Colômbia e o Peru, homens brancos bem armados abriram fogo contra jovens índios

Tikuna, ferindo gravemente o índio Juvenal Tikuna, que se encontra entre a vida e a morte. Soube-se depois que os autores dos disparos foram policiais militares. Um major, de nome Orleison, porta-voz do Comando da PM, defendeu-se da acusação de que teria armado uma cilada para os índios.

Índios Tikuna, feridos a bala e recolhidos ao hospital de Benjamim Constant, foram novamente espancados por soldados da PM. A denúncia foi feita pela Associação Brasileira de Antropologia, em telegramas enviados ao Chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, e aos Ministros da Justiça e do Interior.

Os índios Tikuna, baleados por policiais militares em Benjamim Constant, foram vítimas de uma emboscada. Eles não estavam bêbados, conforme anunciara o Comando Militar de Manaus. A declaração é do antropólogo do Museu Nacional, João Pacheco, que trabalha na região dos Tikuna desde 1974. Sua versão é a seguinte:

Vários índios, após reunião com o presidente da Funai, Nelson Marabuto, para tratar da demarcação das terras na região do Alto Solimões, seguiram de barco até Benjamim Constant, onde foram tocaiados por policiais militares, a tiros e com agressões físicas. O índio Pedro Mendes foi baleado nas pernas.

De volta ao barco para levar os feridos ao hospital, o grupo foi recebido a bala pelos policiais. A guarnição de Benjamim Constant é composta de seis homens. Ao todo, oito índios foram baleados, inclusive um garoto de 14 anos. Os policiais descarregaram suas armas contra os índios desarmados. João Pacheco é de opinião de que o clima de hostilidade na cidade só acabará mediante a substituição dos seis policiais do contingente da PM e do delegado de Benjamim Constant, racista, inimigo dos índios. Os índios vêm sendo hostilizados porque lutam pela demarcação de suas terras na região do Alto Solimões, onde famílias de fazendeiros se instalaram ilegalmente. Os Tikuna são índios pacíficos, vivem à beira do Rio Solimões, na base da pesca e da agricultura de subsistência.

Todas as lideranças indígenas do País apóiam a proposta do Deputado Mário Juruna, já comunicada ao Presidente eleito, Tancredo Neves, de desvincular a Funai do Ministério do Interior, transformando-a num organismo autônomo, diretamente subordinado à Presidência da República.

O índio Tikuna Juvenal, baleado por policiais militares em Benjamim Constant, recebeu tiros no pulmão, garganta e abdômen. Seu estado é grave.

Duzentos garimpeiros continuam na reserva dos índios Yanomami, na região do Rio Apiaú, em Roraima. Na Serra de Surucucus, os invasores foram retirados, mas prometem voltar, armados e protegidos por pessoas de influência.

Os Yanomami, que habitam terras ricas em minérios, formam o maior grupo indígena primitivo do mundo: são cerca de 20 mil,

distribuídos pelo norte do Amazonas, noroeste de Roraima e fronteira com a Venezuela.

Segundo o Cimi, o policial Nilberto Batista de Oliveira, vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, foi um dos líderes da invasão da reserva dos índios Yanomami, no dia 14. Ele recebeu diária extra para o "serviço". Participaram ainda da invasão o Major reformado Leofrídio Xavier e Mauro Fonte Machado, este capanga de Altino Machado.

Adolfo Maxakáli, velho Cacique de 70 anos, foi assassinado a tiros de espingarda na reserva de Água Boa, perto do Município de Bertópolis, no Vale do Mucuri, em Minas. Para despistar, a polícia está acusando o sobrinho do Cacique, Mário Maxacáli.

Em Editorial no Jornal *Porantim,* Paulo Suess alerta para o perigo que representam as minas — controladas por empresas poderosas — para os índios. Escreve:

"... O saque mineral faz dos índios um caso social... Quem defende a autodeterminação dos povos indígenas deveria lutar, para que uma nova Carta Constitucional transforme a posse do solo em propriedade coletiva indígena, e o subsolo destas terras em reserva mineral. Essa reserva o Estado concederia aos respectivos povos, sem impor cronogramas de exploração. Se a Constituinte não conseguir segurar o subsolo das terras indígenas para os índios, o círculo vicioso vai continuar."

E fecha o artigo: "A empresa mineradora Paranapanema extraiu, em 1984, da "reserva mineral de Pitinga" cerca de dez mil toneladas de estanho. Essa "reserva" corresponde em grande parte à reserva dos índios Waimiri/Atroari. O dono da Paranapanema, Sr. Octávio Cavalcanti Lacombe, declarou repetidamente que o subsolo brasileiro apenas foi arranhado. Não é preciso consultar oráculos ou freqüentar macumba para afirmar: o perigo vem das minas."

Os índios Yanomami correm perigo: no seu território, na Serra de Surucucus, além de ouro, diamante e cassiterita, existem grandes reservas de urânio. A última invasão, a mando de José Altino Machado, ocorreu em fevereiro. Há inclusive policiais e militares graduados interessados nas minas dos índios.

Porantim denuncia ainda: no extremo norte de Goiás, PMDB e PDS se uniram para combater os índios Apinayé. E cita nomes, que contam com a complacência do Governador Íris Resende: José Freire, Secretário de Segurança Pública de Goiás, deputado federal; o prefeito de Tocantinópolis, José Sabóia, também do PMDB; o vereador José Bonifácio Gomes, PDS, ex-agente da Polícia Federal; Evandro Guimarães, PDS, presidente da Câmara de Vereadores; e o vereador Agostinho Rodrigues, do PMDB. Esses foram os que se destacaram na mobilização contra os índios em Tocantinópolis.

Na Bahia, os Pataxó da Aldeia de Boca da Mata, no extremo Sul do Estado, pedem em documento a transformação do Parque Nacional de Monte Pascoal em área indígena. Os Pataxó são descendentes dos índios encontrados por Pedro Álvares Cabral na época do Descobrimento. Isolados, desde a criação do Parque

(1960), os Pataxó querem de volta as matas e os rios para a caça e a pesca, pois estão sem meios de sobrevivência. Com a enfermidade do Presidente eleito Tancredo Neves, os índios já não alimentam muitas esperanças no que diz respeito ao atendimento de suas reivindicações.

Em Brasília, o Ministro da Cultura, José Aparecido, anuncia o nome do índio Marcos Terena (Chefe de Gabinete da Funai) para ocupar o cargo de Assessor Especial para Assuntos Indígenas.

Seis povos indígenas, todos de Goiás, vivem em desesperada luta para sobreviver: Karajá, Javaé, Xerente, Apinajé, Kraô e Avá-Canoeiro. Fazendeiros poderosos tudo fazem para destruí-los, contando para isso com o apoio de políticos influentes. São índios pacíficos, mas ocupam terra ricas em minérios...

abril — Caso seja cumprida a Portaria n.º 1849/E, assinada pelo Presidente da Funai, Nelson Marabuto, a Petrobrás, suas subsidiárias ou empresas prepostas terão que se retirar do Vale do Javari, na região amazônica, "por terem provocado atritos sangrentos e depredação ecológica na área em que atuavam, habitada por índios arredios."

Continua o martírio do Presidente eleito Tancredo Neves, internado no Instituto do Coração, do Hospital das Clínicas, em São Paulo. A Nova República, desde o dia fatídico — 14 de março —, ficou sem o seu Comandante-Chefe. Uma inteligência que se deteriora na enfermidade e um homem insubstituível, portador do carisma que fez reunir em torno de sua bandeira 130 milhões de brasileiros.

Dia 19, Dia do Índio: Sarney demite Nelson Marabuto da Presidência da Funai e indica para substituí-lo Ayrton Carneiro de Almeida, Assessor para Assuntos Fundiários do Ministério do Interior. O decreto de exoneração foi assinado no dia 18.

Em Brasília, o Dia do Índio foi comemorado com manifestação pouco comum: cerca de 200 índios, vindos de diversas nações indígenas, cercaram o prédio da Funai, armados de bordunas, "dispostos a impedir a posse de Ayrton Carneiro de Almeida na Presidência da Funai". Ayrton é funcionário do INCRA, lotado no Ministério do Interior.

O Cacique Txukahamãe Raoni compareceu à posse do índio Marcos Terena na Assessoria para Assuntos Indígenas do Ministério da Cultura. Na ocasião, o Chefe Raoni manifestou o pesar da comunidade indígena pela enfermidade do "Grande Chefe". Referia-se ele ao Presidente eleito Tancredo Neves. Raoni tirou o cocar da cabeça e colocou-o na cabeça do Ministro da Cultura, José Aparecido.

Na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a vereadora Benedita Silva (PT-RJ) discursou em cerimônia pela passagem do Dia do Índio, organizada pela União das Nações Indígenas e com a presença de representantes dos índios do Xingu, Baía da Traição, na Paraíba, Mato Grosso e Goiás. Durante os debates, foi pedida a extinção da Funai "e de outros órgãos ligados ao problema indígena, tais como o INCRA, Sudene e Sudam."

Na mesma reunião, foram pedidos a demarcação das terras e o cancelamento do texto da atual Constituição que permite o deslocamento dos índios por motivos de segurança nacional ou de interesse econômico. De fato, impõe-se a necessidade de tal mudança, para que as micronações indígenas (minorias raciais) sejam donas do seu próprio destino. A comunidade indígena tem condições de se autodeterminar, numa ação integrada com a sociedade nacional.

No dia 21 de abril, Dia de Tiradentes, morre em São Paulo o Presidente Tancredo Neves, causando enorme comoção em todo o País. Após as cerimônias fúnebres no Distrito Federal (em São Paulo o povo acompanhou o cortejo até o Aeroporto de Congonhas) e Belo Horizonte, o corpo do Presidente seguiu para São João Del Rei, onde foi sepultado. Sarney assume, de fato e de direito, a Presidência da República.

O Governo se dispõe a implantar a Reforma Agrária no País, tendo em vista o grande número de conflitos pela posse da terra, envolvendo fazendeiros, posseiros, garimpeiros e índios. O Ministro da Justiça da Nova República, Fernando Lyra, ao examinar centenas de documentos sobre o problema, declarou que "está havendo uma guerra civil no campo."

Garimpeiros expulsos pelos índios Gorotire do Garimpo Maria Bonita, no Sul do Pará, bloqueiam ponte da estrada Belém-Brasília, na altura da cidade de Colinas, situada no Norte de Goiânia. O Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, ao comentar o impasse, declarou que sua orientação é no sentido de proteger as reservas indígenas, "contra a ação dos garimpeiros e de empresas de mineração."

O problema fundiário no Brasil está surpreendendo os Ministros da Nova República. São assustadores os documentos enviados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) ao Ministro Fernando Lyra, que vai discutir a questão na área do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário. É grande o número de líderes sindicais rurais assassinados a mando de fazendeiros e empresas de mineração. Esses líderes e os índios são as maiores vítimas.

Excelente a reportagem de Juvenal Portella sobre a Reforma Agrária, publicada na edição do dia 28 de abril, página 26, do JB. Em pesquisa sobre o problema, o jornalista mostra que em nosso País, nesse setor, "o que se fez até agora foi apenas colonização."

maio — Missionário italiano Angelo Panza desaparece no Alto Xingu. Sabe-se que estava na mira da Brasinor Mineração e Comércio S.A. Segundo informações do Superior dos Xaverianos no Pará, Padre Mário Pezzotti, o sacerdote desaparecido escondeu-se nas matas de Altamira por ter sido ameaçado pela empresa. Padre Panza fez graves denúncias contra a Brasinor, acusando-a de ameaçar índios e colonos.

Fazendeiros latifundiários e empresas mineradoras estão levando o caos ao campo. Provocam conflitos entre índios, entre estes e

os colonos e alguns fazendeiros. Fornecendo cachaça aos índios, incitam-nos a se rebelarem contra missionários, chegando à agressão. Foi o que aconteceu com a Irmã Cleusa Carolina Rody Coelho, de 52 anos, morta em Lábrea, na Amazônia. Era freira agostiniana e sempre trabalhou em favor dos índios.

Outro problema que preocupa a Nova República é o do desmatamento indiscriminado praticado em todo o País por grupos poderosos que exploram o negócio de madeiras. Em Rondônia, segundo cálculos de engenheiros florestais, seriam necessários cerca de 50 milhões de árvores, para repor os 7% da área até agora desmatada. Estão em vias de extinção madeiras nobres, tais como o mogno, o freijó (frei-jorge) e a cerejeira. Só em Rondônia existem 730 serrarias.

O presidente em exercício da Funai, Gerson Alves, informou que o Departamento do Patrimônio Indígena daquela instituição está elaborando minuciosa Exposição de Motivos dirigida ao Ministério do Interior, solicitando a revogação do Decreto 88.118, de .... 23/02/83, que retirou da competência da Funai a demarcação das terras indígenas, transferindo-a para o chamado *Grupão* Interministerial.

Após horas de reunião e debates em Goiânia, a Diretoria Nacional da Comissão Pastoral da Terra e o Secretariado Nacional do Cimi aprovaram importante documento, que consta do seguinte:

"Conscientizar os trabalhadores rurais a nunca ocupar ou invadir terras indígenas; ajudar os trabalhadores e índios a se manifestarem juntos frente aos problemas comuns; convidar as articulações regionais dos *sem-terra* a abrir espaços à participação dos índios; criar espaços nas assembléias de ambas as pastorais para colocar as posições e os problemas de cada uma; encaminhar nas regiões boletim em comum, veiculando as notícias do mundo rural e indígena; e comprometer-se a preparar os trabalhadores rurais e os índios para participar da Assembléia Nacional Constituinte."

Em Brasília, o diretor do Departamento de Tributação do INCRA, Antônio Eustáquio Teixeira, revelou que o Instituto deixou de arrecadar, entre 1980 e até janeiro de 85, a quantia de Cr$ 2 trilhões e 600 bilhões do Imposto Territorial Rural, "principalmente por falta de pagamento da parte dos latifúndios improdutivos."

Cinqüenta lideranças de 15 tribos integradas à União das Nações Indígenas (UNI) divulgaram em Brasília um documento pedindo ao Governo que intervenha na Funai e abra um inquérito para investigar "os gastos, o desmando e a falta de uma política indigenista mais atuante", solicitando também "a demissão imediata dos funcionários corruptos."

O Bispo de Altamira, no Pará, Dom Erwin Krautler, atual presidente do Cimi, foi ameaçado de morte por pistoleiros que agem na região. Dom Erwin, em 1983, foi espancado por policiais militares na época dos conflitos entre canavieiros e a Usina Abraham Lincoln. A denúncia foi feita pelo Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nélson Ribeiro, em entrevista concedida à Rádio Cultura do Pará. Revelou o Ministro que a causa das ameaças se

prende à atuação firme do prelado em defesa dos colonos. Há também duas freiras na mira remunerada — são profissionais da morte — dos pistoleiros.

A CNBB, em documento elaborado por ocasião da 26.ª Assembléia Geral, reunida em Recife, destaca, como "aspectos pastorais que mais vêm contribuindo para impulsionar a evangelização libertadora" e que devem ser "aprimorados e conservados":

As comunidades eclesiais de base, a opção preferencial pelos pobres, o planejamento pastoral participativo, a crescente consciência eclesial dos leigos e a valorização da mulher, o engajamento pastoral dos religiosos e religiosas, a educação libertadora, maior liberdade pastoral face ao poder econômico e político e a defesa e promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana. Com essa filosofia de ação, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil vem agindo, através de seus missionários, em defesa dos índios. A Igreja não esquece que os índios são também pessoas humanas, portanto filhos de Deus.

Há uma verdadeira indústria de alvarás de pesquisas minerais no Brasil, "atividade que rende até Cr$ 60 milhões por mês para alguns especialistas e empresas-fantasmas." A denúncia foi feita em Brasília pelo Diretor-Geral do Departamento de Produção Mineral (DNPM), José Belfort. Acentuou o Sr. José Belfort:

— Em vez de contratarem geólogos, eles contratam advogados; ao invés de pesquisadores estudarem o subsolo, lêem o *Diário Oficial* da União; em vez de gastarem para descobrir minerais, aguardam apenas uma boa oportunidade para venderem os seus direitos e, com isso, ganham milhões de cruzeiros."

No Jornal *Porantim* de maio (Ano VII — n.º 75), sob o título *Opinião*, o editor Antônio Carlos Moura escreve: "Como acreditar em mudanças efetivas na política indigenista na "Nova República", se falta a certos dirigentes o necessário bom-senso para distinguir entre o imperativo da revogação do decreto-lei 88.118 e uma generosa visão social para o drama dos posseiros jogados em áreas indígenas pelo próprio Governo?

Quem consegue entender que o "Grupão Interministerial", criado pelo decreto 88.118, foi um filho legítimo do autoritarismo militar idealizado exatamente para submeter a questão indígena aos princípios absolutos da Segurança Nacional, tem obrigação de compreender que a revogação deste instrumento arbitrário não cancela o compromisso moral de lutar pelo resgate dos posseiros, oprimidos jogados contra oprimidos pelos mesmos opressores.

Somente com estes olhos novos haverá condições, na Nova República, de se abrirem as mentes para a possibilidade de uma Constituinte com representação garantida para os povos indígenas, de onde sairá uma Constituição que reconheça o caráter pluriétnico da sociedade brasileira."

Focalizando o drama dos Terena, que vivem no Mato Grosso do Sul, *Porantim* nos fala dos invasores das terras indígenas: "A reserva de Cachoeirinha, por exemplo, a 10 quilômetros de Miranda,

tinha 8.000 hectares; hoje não conta com 2.650. Um dos grandes espoliadores é o ex-governador do Estado, Pedro Pedrossian. Sua fazenda invade alguns quilômetros de extensão desta reserva."

Em co-produção com a Intervídeo, a Rede Manchete de Televisão vem exibindo seriado a cores sobre a vida dos povos indígenas no Xingu. A série é dirigida e narrada pelo jornalista Washington Novaes. Os produtores pagaram aos povos do Xingu a quantia de 35 milhões de cruzeiros pelos direitos de exibição no Brasil, com a promessa de que, se a série for exibida no exterior, os índios receberão sua parte. Apesar da competência profissional do jornalista e das bonitas fotos de Lula Araújo, cabe a indagação: o trabalho representará, de fato, "uma tentativa de enxergar o mundo com os olhos dos índios"?

Diz mais o jornalista Washington Novaes: "O seriado é, tanto quanto possível, uma descrição das culturas dos índios e uma tentativa de sistematizá-las". Será? Vale a pena transcrever aqui o comentário de *Porantim*:

"Até aí, tudo bem. Só que transparece uma dúvida ao telespectador: de como vai se desenrolar, até o final, a abordagem das lutas e da organização dos povos no Xingu, nos dias de hoje? Há o risco de se reforçar o estereótipo do romântico e do idílico, dos famosos cartões-postais do Xingu. Outra visão estereotipada é a do índio genérico. É bom não se esquecer que, somente no Parque Nacional do Xingu, criado em 1961 pelo então Presidente Jânio Quadros, há 16 povos com visão do mundo, cultura, organização política, social e econômica distintas."

Lideranças indígenas enviaram ao Presidente José Sarney documento relatando a vida dos povos que habitam o Acre e o Sul do Amazonas, incluindo várias reivindicações: o reconhecimento oficial da União das Nações Indígenas como autêntica representante dos povos indígenas e o desmembramento da Funai do Ministério do Interior, a fim de que seja transformada numa Secretaria Especial, vinculada diretamente à Presidência da República.

Frisam que só querem que a Funai "se transforme em um órgão indigenista sério, competente, representativo e democrático."

Com base em sentença da Justiça Federal, os Kaingang da reserva de Barão de Antonina, município de São Jerônimo da Serra, no Norte do Paraná, vêm recebendo reforços de comunidades que vivem em São Paulo, a fim de que possam expulsar 150 famílias de posseiros que ocupam a área que lhes pertence. Esta área é denominada Gleba do Cedro e pertence aos índios desde tempos imemoriais.

Mais de dez mil garimpeiros festejaram a reabertura do Garimpo de Serra Pelada, em Marabá, Estado do Pará, que fora interditado para que o Departamento Nacional de Produção Mineral providenciasse o rebaixamento dos barrancos por medida de segurança. O Garimpo de Serra Pelada foi aberto em 1980 e produziu, até o fechamento, cerca de 32 toneladas de ouro, tendo atingido o recorde de 13 toneladas três anos após a inauguração.

Infelizmente, prevaleceu o critério político para a nomeação efetiva do novo Presidente da Funai: o Presidente José Sarney cedeu às pressões do grupo que apóia o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) e nomeou Gérson Alves para o cargo. Os Xavante da ala Juruna estão em festa: o indigenista Apoena Meirelles será o Superintendente Administrativo da Fundação, substituindo Gérson Alves nessa função.

O Jornal *Porantim* desenha um quadro de cores sombrias: "Como esperar as indispensáveis mudanças em uma Funai dirigida por esse antigo serviçal do Cenimar, que, ao longo de sua carreira na Funai, capitalizava apoio em algumas áreas indígenas em troca de favores pessoais às lideranças e agrados custosos às aldeias — ainda que, com isso, ficassem a descoberto outras aldeias, menos belicosas em suas reivindicações, mas muito mais carentes? Como esperar algo de novo num Ministério do Interior por onde perambulam os fantasmas de Nobre da Veiga, Paulo Leal e Ferreira Lima?"

Segundo *Porantim*, "na política indigenista, o continuísmo também está em alta. Continuam os pomposos discursos das autoridades, com retóricas garantias de defesa da terra indígena e de participação dos representantes índios nas decisões que lhes dizem respeito..."

E o Jornal dá a ficha de Gérson Alves: "Da fiscalização da Cobal, o sargento do Exército Gérson Alves da Silva foi parar na Funai, em 1973. Foi delegado do órgão em Campo Grande e Cuiabá e diretor do Departamento Geral de Operações, quando da presidência do General Ismarth Araújo de Oliveira (1974 a 1979). Quando o coronel Paulo Moreira Leal dirigiu a autarquia (1981 a 1983), Gérson era seu assessor.

"Com a entrada de Jurandy Marcos da Fonseca, ele, que tinha sido demitido e fazia parte do Conselho do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, volta para dirigir o DAI (Diretoria de Assistência ao Índio). Marabuto substitui Jurandy em setembro pp e Gérson é promovido a Superintendente-Executivo.

"O currículo oficial do substituto de Marabuto, muitos conhecem. Falta ainda conhecer o que há por trás das notícias que circulam, de que Gérson teria sido informante do Cenimar (Centro de Informações da Marinha), um dos importantes órgãos de espionagem e repressão da ditadura no final da década de 60 e início da de 70. Falta ainda saber toda a verdade e os envolvimentos pessoais, que muitos conjecturam, no caso da renovação de contrato das terras Kadiuwéu, o que gerou a demissão de Jurandy."

Prossegue *Porantim:* "Nada mudou mesmo! Além do desvio de verba — Cr$ 471 milhões do órgão saíram pelo ralo em doações pessoais a índios Xavante, para garantir a indicação de um determinado candidato —, vejamos outros indicadores:

O conhecido antiindígena Nobre da Veiga, presidente da Funai de 1979 a 1981, foi parar numa secretaria especial do Ministério do Interior no Rio de Janeiro, enquanto outro coronel, Paulo Moreira Leal (presidente, de 1981 a 1983), é assessor do secretário-geral do Ministro Costa Couto.

"Na questão da mineração na Terra dos Gorotire, ele era o principal intermediador de uma solução que mantivesse o garimpo Maria Bonita. Neste mesmo Ministério, continua atuando o ex-presidente Ferreira Lima. Outra figura carimbada nos meios indigenistas, o coronel Zanoni Heusen, "famoso" pela criação dos nazistas critérios biológicos de indianidade, também continua no pareo. É assessor do Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, inimigo jurado dos Pataxó Hã-Hã-Hãe."

A briga política não pára. Em Brasília, o Deputado Márcio Santilli (PMDB-SP) pediu, na sessão do dia 16 da Câmara Federal, a imediata demissão do Ministro Costa Couto, por sua "irresponsabilidade política, ao indicar para a presidência da Funai o nome do contador Gérson Alves". O parlamentar acusa o Ministro do Interior de não ter levado em consideração indicação da bancada do PMDB e do próprio líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Henrique Cardoso.

Pobres índios!

A União das Nações Indígenas (UNI) considerou a confirmação de Gérson Alves na presidência e de Apoena Meirelles na superintendência da Funai como um desrespeito a todas as propostas do simpósio da Fundação Pedroso Horta, em novembro de 1984, cujo documento final foi entregue ao então candidato à Presidência da República, Tancredo Neves.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) também lamentou publicamente a nomeação de Gérson Alves, classificada de "descompromisso com os ideais de Tancredo Neves" e como disposição de "manter as mesmas falhas na condução da política indigenista oficial, tão denunciadas durante os governos anteriores."
O Secretário-Geral da CNBB, Dom Luciano Mendes, fez a seguinte declaração:

— Pelas informações que expressam o encaminhamento da política indigenista e em especial pela busca de outros interesses que não sejam os da promoção do índio, lamentamos a indicação feita para a Funai. As expectativas do indigenismo não foram devidamente contempladas.

As forças conservadoras e que mantêm o poder real neste infeliz País já declararam guerra à Igreja. Haja vista a denúncia pública do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, que acusou o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, de "estimular as greves no Estado." Eis o que disse Luís Eulálio ao referir-se às comunidades católicas:

— As comunidades eclesiais de base são as principais articuladoras das greves em geral. Quem imprime o material são elas. Assim, o dinheiro não vem só de fora, como dizem, mas vem também de dentro. Quisera eu ter a força das comunidades eclesiais de base.

Baboseiras, um chorrilho de bobagens de quem paga mal aos seus operários e tenta desviar a questão atirando lama nos outros. A

reação não se fez esperar: o responsável pela Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo, Dom Angélico Sândalo Bernardino — que é também presidente da Regional Sul I da CNBB — declarou o seguinte:

— O Luís Eulálio, de uma maneira muito descortês, lançou uma nuvem de fumaça sobre o real problema existente: a incapacidade da classe patronal de São Paulo para entabular conversações de alto nível com os trabalhadores. É uma afronta ao movimento operário acusá-lo de necessitar de tutela, de padrinhos para fazer greve. O movimento dos trabalhadores é suficientemente maduro para julgar a gravidade do momento atual e a necessidade das greves que têm deflagrado. Por isso, a responsabilidade não é da Igreja, é da maturidade da classe trabalhadora.

— Se a classe patronal — prosseguiu Dom Angélico — tivesse tido a capacidade de negociar do Ministro do Trabalho, Almir Pazzianoto, muitas greves em São Paulo já teriam terminado.

Luís Eulálio Vidigal aproveitou a ausência do Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, para fomentar a discórdia. Dom Paulo encontra-se em Miami, Estados Unidos, participando de um Congresso de Jornalistas Católicos.

Em Brasília, o Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, fez o seguinte comentário:

— O caminho é a negociação e tenho plena consciência de que o Ministro Almir Pazzianotto tem feito um trabalho que merece confiança. Através das conversações se chega ao entendimento entre as partes. E é assim que se deve agir numa democracia.

Tais atitudes não nos causam surpresa. No campo, as ocorrências não têm sido muito diferentes. Basta lembrar as prisões em série de sacerdotes durante o regime de arbítrio. A verdade é uma só: os segmentos ultraconservadores da sociedade e os tradicionalistas radicais e fanáticos da hierarquia católica acham que o Padre não pode sair em defesa dos índios nem dos trabalhadores, sejam urbanos ou rurais.

De acordo com essa mentalidade retrógrada, o Padre deve permanecer na Igreja, longe das agitações de cunho social, rezando missas em Latim, de costas para os fiéis, como fazia [redacted] "o Santo e Justo Pio X."

Não temos procuração para defender esse ou aquele, mas temos uma certeza: a Igreja Missionária não visa ganhos em dinheiro ou de qualquer outra natureza quando defende trabalhadores, posseiros pobres, lavradores sem terra e índios. Ela o faz em nome de um ideal maior: segue o exemplo do Cristo, que viveu no meio do povo, pregando a igualdade, a justiça e o amor entre os homens.

Para os que estejam interessados em tomar conhecimento de tão grave e sério problema — que vem causando debates no seio da própria Igreja, de um lado os defensores do "imobilismo" do clero e de outro os que defendem a participação ativa do Padre no

campo social — basta ler a 1.ª página do Caderno Especial do *Jornal do Brasil* de domingo, dia 19 de maio, onde dois Bispos católicos romanos expõem seus conceitos a respeito da questão: Dom Agnello Rossi, ex-Prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos, e Dom Mauro Morelli, Bispo da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti.

Citemos apenas trechos elucidativos de um e de outro:
Dom Agnello Rossi — "A verdade sobre o homem, a luta pelos direitos humanos, deve ser realizada com meios adequados à dignidade humana, rejeitando toda e qualquer espécie de violência e tendo em conta que a injustiça tem sua raiz no coração dos homens..."

Dom Mauro Morelli — "Na medida em que o terror assaltou a Nação brasileira, a Igreja no Brasil não fez elucubrações teológicas a respeito do regime imposto ao povo do Brasil. Leigos, religiosos, padres e bispos, por exigência do Evangelho, saíram em campo em defesa dos índios, agricultores, posseiros e trabalhadores... Desafio a quem quer que seja a provar que a Igreja tenha incentivado ou proposto a solução dos problemas pela via da violência..."

Dom Agnello Rossi — "A pavorosa miséria de irmãos nossos na América Latina suscitou o nascimento (1960/1970) e o desenvolvimento da Teologia da Libertação entre nós, uma espécie de *teologia política* ..."

Dom Mauro Morelli — "Na minha percepção, não existe uma Escola de Teologia da Libertação, mas ensaios de elaboração teológica de teólogos latino-americanos, que encontram inspiração, alento e alimento para suas reflexões teológicas no testemunho e na prática pastoral da Igreja da América Latina. Ainda é uma Teologia criança, dando os primeiros passos"...

E mais: "Dom Agnello defende a Teologia da Ordem e do Progresso, que justifica um certo estado de coisas que se fez contra o povo brasileiro em certa época e que se caracterizou por um verdadeiro genocídio..."

Dom Agnello Rossi — "É preciso não converter em verdade absoluta aquilo que só o é parcialmente, porque nenhuma realidade puramente humana realiza o absoluto que é Deus. O mesmo não sucede, porém com os teólogos da Libertação, mesmo aqueles que empregam os mesmos métodos de subversão das verdades reveladas. Primam em ser católicos, filhos da verdadeira Igreja de Cristo. Faz-se mister distinguir. Como os cogumelos, uns são bons, outros venenosos."

Dom Mauro Morelli — "Acho um profundo desrespeito que Dom Agnello se coloque acima dos Bispos e divulgue um documento desses (*Verdades, Erros e Perigos na Teologia da Libertação*), extrapolando suas funções. Se ele, como brasileiro e como bispo, tem preocupações sérias com a Igreja no Brasil, deveria procurar os bispos de forma individual ou coletiva para externar essas preocupações. Ele não deveria opinar sobre a Igreja no Brasil, pois suas atuais funções (Presidente da Administração do Patrimônio da Santa Sé) na Santa Sé não estão diretamente ligadas à Igreja no Brasil."

Dom Agnello Rossi — "Frutos da Teologia da Libertação são os jornais, revistas e editoras católicas que só martelam monotonamente a mesma tecla reivindicativa, com satisfação de políticos esquerdizantes, e silenciam até a palavra do Papa quando esclarece os desvios e os erros da Teologia da Libertação. Está igualmente em marcha o processo de burla, descrédito, marginalização de elementos respeitáveis do clero, fiéis à Igreja e ao Santo Padre, julgando-os conservadores, retrógrados e superados. Cresce o sentimento anti-romano, antipapal, anti-Igreja institucional, de rebeldia à autoridade constituída quando segue outra linha pastoral. É óbvio que tais frutos denunciam a existência da Teologia da Libertação radical no Brasil."

Dom Mauro Morelli — "Este é um documento perigoso e de grande alcance, que traz constrangimentos aos bispos, muito sofrimento dentro da Igreja e dúvidas às comunidades religiosas, ocasionando perturbação e conflitos internos. Da mesma forma, os pronunciamentos de Dom Agnello durante os anos de terror que atravessamos fortaleciam os inimigos na Nação brasileira. Admitindo-se que os teólogos da Libertação tenham influenciado negativa ou perniciosamente na vida da Igreja no Brasil, considero os documentos e pronunciamentos do cardeal mais danosos. Pretendendo corrigir um mal, ele tem causado danos maiores."

Dom Agnello Rossi — "... Doloroso é o desemprego, hoje um grave problema para todos os povos, principalmente quando se abandonam os campos pela cidade. Mas também existem, é mister dizê-lo, em alguns, a indolência, o abandono das terras, o alcoolismo, gastos imprevidentes e exagerados como de moradores de favelas que despendem fartamente no carnaval."

Dom Mauro Morelli — "Se o povo bebe cachaça, se ele brinca o carnaval, isso deve ser lido mais a fundo pelo cardeal. Essas são manifestações periféricas de um dado mais grave. Como bispo, discordo dessa afirmação. A primeira questão que deve preocupar um pastor é por que o povo vive em favela. Muito mais grave é o fato de o povo não ter o que comer, o que vestir, onde morar.

"Não estou de acordo que as pessoas se embebedem de cachaça. Mas o que aparece mais claramente é que, dentro do processo de espoliação de que foi vítima, as últimas coisas que sobraram para o povo foram a cachaça de péssima qualidade e o carnaval. "Quanto ao "abandono das terras" — baseado em fontes oficiais — informo ao concidadão e irmão bispo que os pobres brasileiros "abandonaram" nas mãos das corporações nacionais e transnacionais as suas ricas terrinhas! Pelo Brasil afora, 12 milhões de "indolentes" cometeram esse crime de "abandono" e de lesa-pátria! Como conseqüência dos "pecados pessoais" dos pobres do Brasil, 400 dos 570 milhões de hectares de terras agrícolas estão nas mãos limpas dos grandes proprietários agrícolas!!! Os quais, cinicamente, informam que, destes 400 milhões, 200 não estão sendo utilizados! Baseado na teologia do documento, concluiria que por causa dos pecados dos pobres existem as favelas e as periferias das grandes cidades e foi criada, por exemplo, a Diocese de Duque de Caxias."

Achamos que a essa altura já dá para o leitor fazer sua avaliação. Em resumo, estamos diante de duas nítidas posições. Sem comentários. Cabe aqui, à guisa de esclarecimento, a abertura de parêntese.

(Não é cômoda — Isso não é difícil provar — a posição dos que se engajam nas fileiras dos defensores dos índios. Não são raras as interpretações malévolas, o rótulo de "comunista" por parte dos eternos propagadores de uma "civilização cristã" e também dos "valores espirituais e morais da família brasileira" — essas investidas tão comuns surgem como bandeira salvadora em defesa da Religião e da Pátria ameaçadas...

Igualmente são vítimas da maledicência todos os que se alinham ao lado dos operários oprimidos, dos lavradores sem terra, dos posseiros pobres, dos bóias-frias. Na opinião dos falsos defensores de um Cristianismo que eles próprios desconhecem mas do qual lançam mão para justificar o opróbrio de que são vítimas milhões de marginalizados em nosso País, para esses, repito, o índio "é coisa do passado". O Brasil tem que progredir e o índio só atrapalha...

Com a sua lucidez costumeira, o saudoso Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima) abordou o problema num artigo intitulado "Indigenismo e antiindigenismo", publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 06/03/75:

"A mais radical (corrente antiindigenista) considera os nossos índios como um anacronismo e sua defesa como um romantismo dispendioso e inútil. Seu desaparecimento deverá mesmo ser favorecido, ou por bem (integração) ou por mal (extinção), pelas moléstias, pela construção de estradas ou pelas agressões dos próprios mateiros e fazendeiros locais.

"O progresso, para esses antiindigenistas, é um rolo compressor irreversível, exigindo a extinção dos mais fracos. Para eles os indígenas representam apenas o fim de um tipo de humanidade, habitante das matas e incompatível com as cidades."

Em seguida, Tristão de Athayde toma posição ante o problema:

"Quanto às duas correntes indigenistas são a da *evangelização*, de tradição missionária, e a da *aculturação*, de tipo rondoniano e secularista. As duas de modo algum se excluem, pois a verdadeira corrente evangelizadora nada tem de comum com o famoso *compele intrare*, de uma fé imposta. E sim pelo respeito tão rigoroso aos costumes indígenas, como o pregado pela corrente rondoniana de tradição positivista.

"Essas duas correntes, perfeitamente compatíveis, é que representam a posição mais sensata, mais tradicional em nossa formação histórica e mais de acordo com os princípios da etnologia contemporânea."

Em nossa História, no capítulo do Indianismo, Rondon surgiu como um pioneiro, como Pacificador. Seu trabalho à frente do antigo Serviço de Proteção aos Índios foi verdadeiramente notável. Era a alma da instituição. O primeiro e sério abalo sofrido pelo

Serviço criado para proteger os índios ocorreu em 1930. Darcy Ribeiro (*A Política Indigenista Brasileira*) nos esclarece:

"A sobrevivência do S.P.I. e o seu poder dependeram sempre do prestígio pessoal do Marechal Rondon. Assim, em 1930, não tendo Rondon participado da revolução que convulsionou o País — movido pelas convicções positivistas que o impediam de deixar-se aliciar em intentonas — o S.P.I. caiu em desgraça e quase foi levado à extinção.

"Entretanto, naquele ano, havia alcançado o ponto mais alto de sua história. Havia pacificado dezenas de tribos, abrindo vastos sertões à ocupação pacífica; instalara e mantinha em funcionamento 97 postos de assistência ao índio, distribuídos por todo o País e que eram, em regiões inteiras, os únicos núcleos de civilização onde qualquer sertanejo poderia encontrar amparo e ajuda."

Com o passar dos anos, não obstante a luta dos que tentavam seguir a linha traçada pelo Marechal da Paz, entre eles José Maria da Gama Malcher, o próprio Darcy Ribeiro, Heloísa Alberto Tôrres, Amílcar Botelho de Magalhães, Luís Bueno Horta Barbosa, o Inspetor Hélio Jorge Bucker e tantos outros, o SPI sofreu graves distorções e acabou sendo substituído pela atual Fundação Nacional do Índio (Funai). O resto já se sabe...)

Na Bahia, posseiros em grande número invadiram e queimaram casas dos índios Pankararé na localidade de Brejo do Burgo, Município de Nova Glória. A denúncia foi feita pela diretoria da ANAI (Associação Nacional de Apoio ao Índio), em telegrama ao Presidente José Sarney. No documento, o presidente da ANAI/Ba, Ordep Serra, solicita a demarcação imediata das terras dos Pankararé "para evitar que a Nova República se manche com sangue de índio." Os posseiros, estimulados por fazendeiros, derrubaram inclusive todos os marcos e as placas colocados pela Funai em fevereiro deste ano, definindo a área como de domínio indígena.

No Amazonas, 30 índios da nação Waimiri/Atroari, atacados por várias moléstias, entre elas tuberculose, malária e pneumonia, foram isolados num ônibus hospitalar nos arredores do ex-Município de Presidente Figueiredo, a 120 quilômetros de Manaus. O prefeito local, Mário Jorge Gomes da Costa, justificou o isolamento dos enfermos alegando que eles não podiam permanecer na unidade hospitalar local "por falta de remédios e recursos. Não há dinheiro para a compra de medicamentos e gêneros alimentícios e também meios para evitar problemas de infecção hospitalar." Em suma, os índios, entre os quais existem várias crianças e mulheres, correm risco de vida.

junho — Em Mato Grosso do Sul, os famigerados "coureiros" não se contentam em matar animais para retirar-lhes a pele destinada à comercialização ilegal. Agora estão preparando carne-seca em grande escala, aproveitando a carne do gado que furtam das propriedades rurais dos arredores. Segundo notícias de Campo Grande (MS), os "coureiros" implantaram pequenas indústrias nas matas próximas à fronteira boliviana, para onde são remetidas toneladas do produto, diariamente. Um grande negócio... E há índios passando fome.

Ao que tudo indica, o "caso Capemi", incluindo o assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten, sua mulher Jeanete Hansen e o barqueiro Manuel Augusto Valente Pires, caminha para um esclarecimento, esclarecimento que a Nação exige, o que não foi possível fazer no *ancien régime*, já que há muita gente "importante" metida no caso, incluindo patentes militares. O Procurador Victor André Soveral Junqueira Ayres, encarregado de apreciar a vinculação entre o assassinato — ocorrido em 1982 —, e a falência da Capemi, afirmou à imprensa que "está sendo iniciada uma fase decisiva para a elucidação do crime". O Procurador é titular da 2.ª Câmara Criminal do Rio de Janeiro.

Muito importante é conhecer a opinião do Coordenador-Técnico do Instituto de Terras do Ceará, economista Edson Teófilo Filho, a respeito do problema fundiário no País:

— Os latifundiários tradicionais, absorvedores dos benefícios das políticas governamentais, mas sempre refratários às promoções de modernização agrícola, mais do que nunca estão longe de corresponder ao conceito de função social da terra. Sua existência está vinculada ao agravamento da concentração da renda e da propriedade rural, à sistemática deterioração das condições de vida dos trabalhadores e aos constantes deslocamentos populacionais.

Edson Teófilo Filho chefiou o Grupo de Trabalho que propôs alternativas de ação na área fundiária do Projeto Nordeste. Suas declarações cabem perfeitamente numa visão global para a implantação de uma Reforma Agrária no Brasil. Os latifundiários brasileiros — sem contar as empresas multinacionais, que se comportam da mesma maneira — têm a mesma mentalidade: agem sempre em detrimento não só dos trabalhadores do campo, mas também dos índios e de todos os que sofrem violências por causa da posse da terra.

Outro pronunciamento importante, neste caso enfocando o conceito que coloca o índio em situação inferior:

— Índio não rende votos, não tem influência política e não possui poder aquisitivo. Essas e outras razões são causas que justificam o descaso total pelo problema que afeta as populações indígenas. (Daniel Cabixi em *A Questão Indígena*, publicação do Centro de Documentação Terra e Índio, com o apoio da Bischofliches Ordinariat, Áustria. Apresentação de D. Pedro Casaldáliga. Essa importante pequena obra pode ser encontrada no seguinte endereço: CDTI, Caixa Postal 642 — Cuiabá — Mato Grosso — CEP: 78 000).

"Exames de solo realizados pela universidade sueca de Upsala comprovaram a utilização, para o desmatamento da grande linha de energia de Tucuruí, dos mesmos agentes químicos usados pelos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, segundo o agrônomo Sebastião Pinheiro, autor das primeiras denúncias a respeito." (*Jornal do Brasil*, edição de 06/06/85, 1.º Caderno, página 7).

Em Belém, o presidente do Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas, Donato Cardoso, fez uma séria advertência no dia 5:

os grandes latifundiários do Pará já aplicaram Cr$ 5 bilhões no *overnight* para a aquisição de armas, que serão usadas para "repelir de qualquer maneira a Reforma Agrária anunciada pelo Governo da Nova República."

O Governador do Pará, Jáder Barbalho, alarmado com a denúncia do presidente do Gebam, mobilizou o Secretário de Segurança, Lélio Alcântara, para entrar em contato com Donato Cardoso, visando apurar com mais precisão todos os pormenores da denúncia.

A verdade é que, diante da disposição do Governo de implantar a Reforma Agrária, a agitação já tomou conta do campo, provocada principalmente por poderosos fazendeiros. O presidente da Associação dos Produtores Rurais do Sul do Pará, Fausto Ribeiro Marques, já pediu autorização ao Vice-Governador Laércio Franco "para a criação de patrulhas rurais particulares."

Esperemos até onde irá o Governo da Nova República com o seu anunciado Plano Nacional de Reforma Agrária. Recuará ante a pressão dos magnatas da terra? Os barões da terra e do gado alegam que, com a implantação da Reforma Agrária, "será eliminado o direito de propriedade." Parece piada.

Segundo revelou o Ministro Nélson Ribeiro, "a idéia é a de que usemos primeiro as terras agricultáveis ociosas, que são mais de 400 milhões de hectares."

Recém-chegado de Roma, o Cardeal Primaz D. Avelar Brandão Vilela declarou em Salvador que considera a decisão tomada pelo Governo "como uma das mais importantes da Nova República."

Os índios já estão sofrendo pressões de todos os lados por parte de empresas multinacionais e fazendeiros, que detêm ilegalmente a posse de terras roubadas dos indígenas. Falsas notícias começam a ser divulgadas, uma delas sobre a liberação da Serra de Surucucus, em Roraima, para o garimpo. Dizia-se em Boa Vista e Manaus que as negociações haviam sido feitas diretamente com os Yanomami, o que não passa de deslavada mentira, pois esses índios não falam o português.

Muita mentira surgirá ainda no campo. Os detentores do poder econômico na área rural fogem da Reforma Agrária como o Diabo da Cruz. Desnecessário indagar por quê.

A reação contra a implantação da Reforma Agrária é unânime entre parlamentares — senadores e deputados — que são proprietários de terras. Agora se compreende por que o País ainda não colocou em execução uma autêntica Reforma Agrária: ela jamais passará pelo Congresso. É bastante clara a opinião do Deputado Carlos Alberto de Carli (PMDB-AM), conhecido latifundiário:

— Esse projeto do Governo pode unir os latifundiários na formação de um grande *lobby* para influir na Assembléia Nacional Constituinte.

O *Jornal do Brasil* de 09/06/85, página 5, dá a relação de Senadores e Deputados que são grandes proprietários de terras no País:

Senado Federal — Altevir Leal (PDS-AC); Saldanha Derzi (PMDB-MS); Benedito Canelas (PDS-MT); Benedito Ferreira (PDS-GO); José Fragelli (PMDB-MS); Lomanto Júnior (PDS-BA); Moacyr Dalla (PDS-ES); Marcondes Gadelha (PFL-PB); Severo Gomes (PMDB-SP); Carlos Lyra (PFL-AL); Cid Sampaio (PMDB-PE); Roberto Wipych (PMDB-PR).

Câmara dos Deputados — Augusto Franco (PDS-SE); Osvaldo Coelho (PFL-PE); Adauto Pereira (PDS-PB); Agenor Maria (PMDB-RN); Alcenir Guerra (PFL-PR); Aluísio Campos (PMDB-PB); Álvaro Gaudêncio (PFL-PB); Amílcar de Queiroz (PDS-AC); Antônio Dias (PFL-MG); Antônio Gomes (PDS-PB); Aroldo Moletta (PMDB-PR); Augusto Trein (PDS-RS); Balthazar de Bem e Canto (PDS-RS); Borges da Silveira (PMDB-PR); Brasílio Caiado (PDS-GO); Carlos Alberto de Carli (PMDB-AM); Celso Carvalho (PDS-SE); Ciro Nogueira (PMDB-PI); Cristino Cortes (PDS-MT); Dirceu Carneiro (PMDB-SC); Emídio Perondi (PDS-RS); Ernâni Sátiro (PDS-PB); Fernando Gomes (PMDB-BA); Fernando Magalhães (PDS-BA). E mais: Furtado Leite (PFL-CE); Genésio de Barros (PMDB-GO); Gomes da Silva (PDS-CE); Gonzaga Vasconcelos (PFL-PE); Hélio Correia (PDS-BA); Herbert Levy (PFL-SP); Inocêncio Oliveira (PFL-PE); Irineu Colato (PDS-RS); Israel Dias Novaes (PMDB-SP); Ivo Vanderline (PMDB-SC); Jairo Magalhães (PFL-MG); João Herculino (PMDB-MG); Jorge Vargas (PMDB-MG); Jorge Vianna (PMDB-BA); José Luís Maia (PDS-PI); José Mendonça Bezerra (PFL-PE); José Mendonça de Morais (PMDB-MG); Ludgero Raulino (PDS-PI); Mattos Leão (PMDB-PR); Nelton Friedrich (PMDB-PR); Octávio Cesário (PDS-PR); Orlando Bezerra (PFL-CE); Ossian Araripe (PDS-CE); Oswaldo Murta (PMDB-MG); Paulo Marques (PMDB-PR); Raul Belém (PMDB-MG); Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP); Ronan Tito (PMDB-MG); Rubem Figueiró (PMDB-MS); Santinho Furtado (PMDB-PR); Saramago Pinheiro (PDS-RJ); Seixas Dória (PMDB-SE); Sílvio Abreu (PMDB-MG); Siqueira Campos (PDS-GO); Vicente Guabiroba (PDS-MG); Victor Trovão (PFL-MA); Vingt Rosado (PDS-RN); Wilson Haese (PMDB-ES); Wolney Siqueira (PFL-GO).

É unânime o protesto contra a nomeação de Gérson Alves e Apoena Meirelles, o primeiro para a presidência da Funai, o segundo para superintendente-executivo da instituição. Todos os setores da sociedade e entidades que lutam pela defesa do índio brasileiro lavraram o seu protesto, incluindo a Anaí (Associação Nacional de Apoio ao Índio), UNI (União das Nações Indígenas), Cimi (Conselho Indigenista Missionário), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), através de sua Comissão de Assuntos Indígenas. É o continuismo refletido na área indígena.

Perfil do índio Raimundo Podivem, Apurinã, acusado de ter assassinado em abril a Irmã Cleusa Carolina Rody Coelho, Missionária Agostiniana Recoleta e Coordenadora do Sub-Regional Purus do Cimi Norte-I:

Serviu na Polícia Militar do Amazonas e fez treinamento antiguerrilha em Manaus. A serviço dos exploradores de castanhas, Raimundo matou também os índios Maria e Arnaldo (esposa e filho do tuxaua Agostinho, da aldeia do Japiim) e Francisco Gomes

Martins, morador de Lábrea. Diz *Porantim:* "A intenção era matar também Agostinho, que lutava com firmeza pela demarcação da área Apurinã e pela expulsão dos exploradores de castanha nas terras de seu povo."

O Jornal *Porantim* tem mais esclarecimentos: "A morte de Irmã Cleusa tem estreita ligação com a história do extrativismo da castanha no Purus. O crime atende aos interesses econômicos de Lábrea (políticos, comerciantes, fazendeiros, etc) — invasores da Amazônia e do coração territorial dos Apurinã. Muitos são os inimigos deste povo, de família Aruak e população de três mil índios: a indefinição e os recuos da Funai em relação à demarcação de suas terras; a hostilidade da Câmara Municipal de Lábrea; o deputado José Lins de Albuquerque (PDS-AM); a violência policial; e os exploradores dos castanhais."

Estão ameaçadas também as terras indígenas da região do Rio Negro. O problema na Amazônia é muito sério. Ali as empresas de mineração — entre elas a Monte Roraima, de propriedade de Thomé Mestrinho, irmão do Governador Gilberto Mestrinho — não querem índios nas terras ricas em minérios, incluindo ouro em quantidade considerável.

Com o simples anúncio do Plano Nacional de Reforma Agrária, ressurgem as figuras sinistras de matadores de índios e de lavradores sem terras. Uma delas é a do tenente PM de Goiás, reformado após dezenas de anos a soldo da repressão: Trajano Bueno Bicalho, atualmente capanga de fazendeiro e que se vangloria de ter crivado de balas uma jovem comunista durante a operação antiguerrilha (1970) na região do Alto Araguaia, na divisa de Goiás com o Pará.

Fortemente armado, esse "anjo da morte" dos sertões goianos monta guarda na fazenda do seu cunhado, no Norte do Estado, e vai incendiando casas de posseiros pobres que se instalaram há mais de 15 anos na área de latifúndios improdutivos. Ele próprio diz: "Aqui não vale palavra de delegado, juiz e presidente. Vale a força." (*Veja,* n.º 876, 19 de junho de 1985, págs. 20 e segs.) Acostumado a abrigar-se sob as asas de corvos políticos e governadores corruptos, Trajano Bicalho ameaça assassinar o Padre Jósimo Morais Tavares, da Paróquia de São Sebastião dos Tocantins, e as freiras francesas Madeleine Hansser e Beatrice Kinch, que realizam um trabalho de verdadeiro apostolado junto à população carente local.

Em trabalho do jornalista Claudio Kuck, *Veja* esclarece: "O País inteiro mede 850 milhões de hectares e os imóveis rurais ocupam 567 milhões de hectares, entre produtivos e improdutivos. Desses 567 milhões, 409 milhões compõem latifúndios (propriedades com grandes extensões de terras, acima dos 1 000 hectares). Finalmente, metade das áreas dos latifúndios nada produz. Na outra ponta da questão, 10 milhões de famílias do campo não possuem terra para tirar dela o seu sustento."

Em Brasília, na sede da CNBB, o Bispo de Marabá, D. Alano Pena, denunciou "a intenção de se criar clima de tumulto e violência

para forçar o Governo a dar marcha-à-ré nesse assunto de Reforma Agrária." Segundo D. Alano, cinco posseiros foram assassinados na Fazenda Ubá, em São João do Araguaia (Sul do Pará), no dia 13. O prelado lembrou também a morte da Irmã Adelaide Molinari, em abril, "até hoje não elucidada."

No Rio de Janeiro, o Coordenador da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Carlos Minc, fez a seguinte denúncia: "O INCRA vem recebendo diariamente dezenas de declarações de grandes proprietários rurais, que estão alterando números e informações sobre suas propriedades, a fim de transformá-las em empresas rurais, o que as livra de uma possível desapropriação pelo Plano de Reforma Agrária, já que na realidade são latifúndios por exploração."

Carlos Minc participou da elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária ainda na fase de preparação do Governo Tancredo Neves. Diz ele: "Travestir latifúndios em empresas rurais é uma forma fraudulenta de combater e resistir à verdadeira Reforma Agrária proposta pela Nova República."

Pela definicão do Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964), "empresas rurais são latifúndios bem explorados." Segundo Minc, isso não vem acontecendo. Devido às alteracões mentirosas de proprietários rurais, o cadastro atual do INCRA não é confiável. Ele rebate as críticas feitas pelas associações de proprietários rurais:

— Dizem que o 1.° PNRA vai atacar áreas produtivas, Ora, não existe a figura do latifúndio produtivo no Estatuto da Terra. Quando produz, ele é cadastrado como empresa rural, e nessa condição não pode entrar na Reforma Agrária. Dizem também que o Plano é coletivista, que comuniza a agricultura brasileira. Ora, é o próprio Estatuto da Terra que prevê a exploração da terra por famílias e cooperativas. Querer dar às cooperativas agrícolas coloração de esquerda é uma distorção inaceitável.

E prossegue:

— Falam também que o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária estimula o conflito e a violência. Discordo. Os conflitos são coisas antigas no País. Em 84, quer dizer, bem antes de se falar na Reforma Agrária da Nova República, o INCRA levantou 923 conflitos de terra envolvendo 474 mil famílias e fazendo 180 mortos. A origem desses conflitos é exatamente o monopólio de terras que a Reforma pretende extinguir. Um monopólio baseado no latifúndio e na grilagem. Portanto, os conflitos são antigos e o Plano inclui dispositivos para avaliar a procedência de cada um deles.

Na sua entrevista, publicada pelo *Jornal do Brasil* de 15/6/85, Carlos Minc lembrou que, de acordo com o Capítulo 3.°, artigo 15 do Estatuto, as áreas de tensão social e zonas críticas terão prioridade na Reforma; e explica:

— Ora, isto existe desde o Governo Castello Branco e nunca foi contestado. Será que agora é coisa de comunista? Aliás, quero

fazer outra denúncia: os grandes proprietários estão dizendo publicamente que as milícias particulares, cuja existência até então eles negavam, começam a ser aumentadas e estimuladas. Por que o Poder Público não intervém nisso? Milícia particular a lei proíbe neste País, não é verdade?

Os Governos militares "passaram 20 anos cumprindo apenas os dispositivos secundários do Estatuto da Terra. O Governo Emílio Médici (1969/1974) deu ênfase à política fiscal, achando que aumentar imposto de terra improdutiva ia resolver a questão; o do General Ernesto Geisel (1974/1979) promoveu a colonização no interior do País, atingindo apenas 115 mil famílias; o do General Figueiredo (1979/1985) andou o tempo todo dando títulos de terra, que foram pouco além dos 500 mil. A proposta básica do Estatuto, como se vê, nunca foi levada a sério." E Carlos Minc arremata:

— Tancredo Neves prometeu mais de uma vez que iria colocá-la em prática, desapropriando terras improdutivas e assentando nelas famílias ou cooperativas. Será que o sonho de Tancredo vai continuar apenas um sonho?

Enquanto isso, a luta pela terra transformou o Sul do Pará e o extremo Norte de Goiás em campo de batalha. Lavradores e posseiros vêm sendo massacrados às dezenas pelas milícias organizadas pelos fazendeiros. Segundo denúncias do Deputado Paulo Fontenele (PMDB), feitas publicamente na Assembléia Legislativa de Belém, na Fazenda Surubim, em Xinguara, de João Almeida Neto, a milícia é formada por 60 homens, armados inclusive com metralhadoras. (*JB*, edição de 16/6, página 16).

Outras fazendas contam com numeroso grupo de pistoleiros, que vêm matando e seqüestrando lavradores. As torturas a que são submetidos os sem-terra lembram a ação criminosa do antigo DOPS carioca e dos DOI-CODI, de triste lembrança. A Comissão Pastoral da Terra revela: a Gleba Cidapar, situada na região sudeste do Pará, é rica de ouro, titânio, diamantes e cassiterita. Para guardá-la, a milícia tem até um comandante: James Lopes Vita, "possivelmente um ex-agente do DOI-CODI, pelos métodos de torturas que utiliza."

Por falar em Reforma Agrária, vale a pena transcrever trecho da Revista *Veja* (n.° 876, página 26, de 19/06): "Curiosamente, metade dos proprietários da fazendas no Acre vive em São Paulo. Muitos deles são proprietários em tese, já que o Acre precisaria ter cinco andares para equivaler à área registrada em todos os títulos de propriedade referentes a fazendas no Estado. Tão vasto é o comércio fraudulento de terras na região que se chegou a envelhecer títulos falsos para fazê-los parecer da época em que o Acre pertencia ao território boliviano".

Denunciado pela Comissão Pastoral da Terra de ter assassinado 19 posseiros no Pará, foi preso em São João do Araguaia o fazendeiro Edmundo Virgulino, que permanece à disposição do Secretário de Segurança de Belém, Lélio Alcântara. José Edmundo Virgulino mantém milícia armada na sua fazenda Ubá, naquele município. Corpos apareceram também em Consulta. Vila Ubá fica

às margens da Transamazônica. A região vive em função da extração da castanha. São três os castanhais: Ubá, Aurora e Consulta.

O Presidente da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, ao receber o Presidente José Sarney na sede na entidade, em Brasília, afirmou que as terras pertencentes à Igreja estão à disposição do Governo para a implantação da Reforma Agrária. Revelou o prelado que a Igreja — os dados são do INCRA — possui apenas 0,18% dos latifúndios do País, "que estão quase todas ocupadas por cemitérios, conventos, creches e Igrejas." Assegurou Dom Ivo que se houver terras improdutivas entre as propriedades da Igreja, "elas devem ser desapropriadas."

Importante ressaltar a retomada do diálogo entre a Igreja e o Governo, o que não ocorreu no regime militar. Os militares no Poder sempre reagiram com violência a qualquer reivindicação da Igreja em benefício dos oprimidos. Os exemplos ainda estão na lembrança de todos:

Prisão e tortura de religiosos na década de 70, como dos freis Tito de Alencar Lima, Beto e seus colegas dominicanos, além de Madre Maurina Borges, seviciada pela polícia de Ribeirão Preto e DOPS paulista. E ainda:

Vários Bispos, como D. Waldir Calheiros, de Volta Redonda, e D. José Patrick, de Conceição do Araguaia (Sul do Pará), foram processados pela Lei de Segurança Nacional, acusados de incitar trabalhadores. D. Alano Pena, Bispo de Marabá, teve sua Diocese sitiada por tropas militares. D. Ivo Lorscheiter foi difamado por correspondência anônima.

D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, chegou a ser ameaçado de morte, enquanto D. Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia, em Goiás, quase foi expulso do País em diversas ocasiões e só continua vivo porque escapou das balas que mataram o Padre João Bosco Penido Burnier.

De mais repercussão foram a expulsão do padre italiano Victor Maracapillo, em Pernambuco, e a prisão dos religiosos franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou, em Conceição do Araguaia, em 1981. Segundo porta-voz da CNBB, seus processos, em 1982 e 1983, julgados pelo STM, são considerados "símbolo da grande tensão: na verdade, foram o julgamento da própria Igreja."

Lamentável o episódio da violação do sistema de votação praticada por sete deputados, em Brasília, que votaram duas vezes cada, manipulando os botões do painel eletrônico em lugar de colegas ausentes. A fraude ocorreu durante a votação da lei que regulamentou as eleições de novembro próximo. Os "tocadores de piano" — apelido já incorporado ao anedotário do Congresso — são os seguintes:

Albino Coimbra (PDS-MS), Ronan Tito (PMDB-MG). Homero Santos (PFL-MG), Fernando Bastos (PFL-SC), Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO), Juarez Bernardes (PMDB-GO), Paulo Borges (PMDB-GO). Enquanto esses parlamentares fraudavam a votação, o deputado

Agnaldo Timóteo devorava calmamente um rizoto de frango em plena Sala de Sessões...

Voltemos ao problema da Reforma Agrária, que tanta indignação vem provocando nos magnatas do campo e nos arraiais da ala direita. Ainda bem que os membros da Igreja Missionária estão espalhados por todo o território brasileiro, principalmente na Amazônia... A vigilância, ali, deve ser severa.

julho — O Ministro da Reforma Agrária, Nélson Ribeiro, já transferiu sua família de Belém para Brasília, por questão de segurança. São constantes as ameaças recebidas pelos familiares do Ministro. Segundo os telefonemas anônimos, a família de Nélson Ribeiro corre perigo de vida, "enquanto não cancelarem esse negócio de Reforma Agrária". O menor Joel Oliveira da Silva, empregado do Ministro, foi seqüestrado e espancado, por ter sido confundido com o filho de Nélson Ribeiro. Só não morreu porque conseguiu fugir.

Em Rondônia, a Secretaria de Segurança apreendeu na C. R. Almeida Mineração, em Ribeirão, na fronteira com a Bolívia, dezenas de rifles, garruchas, armas automáticas, buchas especiais, caixas de pólvora e espoleta e balas de consumo proibido no País. A polícia de Rondônia também prendeu 21 jagunços da Fazenda Santa Júlia, durante a operação de desarmamento. A ação policial possibilitou inclusive a descoberta de sepulturas clandestinas na área situada perto do Rio Jamari.

A Igreja Missionária no Brasil tem mais um mártir em sua já longa lista: o Padre italiano Ezecchiele Ramin, de 32 anos, do Conselho Indigenista Missionário, assassinado por jagunços na área próxima à Fazenda Catuva, no município de Aripuanã, em Mato Grosso. Na Fazenda, a polícia apreendeu um verdadeiro arsenal, composto de armas de diversos calibres, incluindo carabinas e escopetas. O corpo do sacerdote foi encontrado com mais de 50 perfurações de bala.

Em Goiânia, a Comissão Pastoral da Terra da Região Centro-Sul de Goiás, após reunião em que debateu a Reforma Agrária, divulgou um documento denominado *Reforma Agrária, Condição e Justiça,* assinado pelo Bispo de Goiás, Dom Tomás Balduíno, no qual pede ao Governo que "não se acovarde ante as ameaças dos fazendeiros." Diz mais:

"Sem repartir a terra entre os sem-terra não se fará a Reforma Agrária. Mas isto não basta. Os trabalhadores exigem uma nova política agrícola que garanta preço justo para os alimentos cultivados e dê condições de educação e saúde para os camponeses.

"Fazemos nossas essas aspirações de luta. Esperamos que o Governo não decepcione mais uma vez o povo, se acovardando e recuando diante das ameaças absurdas dos fazendeiros, uma minoria privilegiada. Não é nada justa a sua revolta. É desordem social e ameaça o direito da maioria do sofrido e explorado povo brasileiro.

"Os fazendeiros deveriam ser desarmados e os exércitos de jagunços desmontados para o direito à terra se assentar no trabalho e na justiça e não na força e na violência. O Governo deve melhorar o seu Plano de Reforma Agrária e ouvir os trabalhadores que estão dando idéias e sugestões.

"Nossa posição crítica e nosso compromisso com a causa dos trabalhadores rurais é a melhor forma de expressar nosso compromisso com Jesus Cristo, o Senhor Verdadeiro da História. Nossa ação é eclesiástica. Colocamo-nos a serviço da causa dos trabalhadores — e dos índios —, na certeza de ser o Evangelho de Jesus uma grande força para que a caminhada avance até a libertação da terra, base indispensável de uma sociedade nova."

E AGORA, JOSÉ?

PELA SEGUNDA VEZ,
FECHEMOS
ESTE LIVRO

Rio de Janeiro, julho de 1985

PRANTO GERAL DOS INDIOS (*)

Charmar-te Maíra
Dyuna
Criador

seria mentir
pois os seres e as coisas respiravam antes de ti
mas tão desfolhados em seu abandono
que melhor fora não existissem
As nações erravam em fuga e terror
Vieste e nos encontraste
Eras calmo pequeno determinado
teu gesto paralisou o medo
tua voz nos consolou, era irmã
Protegidos de teu braço nos sentimos
O akangatar mais púrpura e sol te cingiria
mas quiseste apenas nossa fidelidade

Eras um dos nossos voltando à origem
e trazias na mão o fio que fala
e o foste estendendo ate o maior segredo da mata
A piranha a cobra a queixada a maleita
não te travavam o passo
militar e suave
Nossas brigas eram separadas
e nossos campos de mandioca marcados
pelo sinal da paz
E dos que se assustavam pendia o punho
fascinado pela força de teu bem-querer
Ó Rondon, trazias contigo o sentimento da terra

Uma terra sempre furtada
pelos que vêm de longe e não sabem
possuí-la
terra cada vez menor
onde o céu se esvazia da caça e o rio é memória
de peixes espavoridos pela dinamite
terra molhada de sangue

(*) Carlos Drummond de Andrade, em homenagem à memória de Rondon no Dia Nacional das Comunicações, 5 de maio, data escolhida por ter sido o dia em que nasceu Rondon, em 1865. O nosso Marechal da Paz morreu em janeiro de 1958, poucos meses antes de completar 93 anos de idade.

e de cinza estercada de lágrimas
e lues
em que o seringueiro o castanheiro o garimpeiro o
[bugreiro colonial e moderno
celebram festins de extermínio

Não nos deixaste sós quando te foste
Ficou a lembrança, rã pulando n'água
do rio da Dúvida: voltarias?
Amigos que nos despachaste contavam de ti sem luz
antigo, entre pressas e erros, guardando
em ti, no teu amor tornado velho
o que não pode o tempo esfarinhar
e quanto nossa pena te doía

Afinal já regressas. É janeiro
tempo de milho verde. Uma andorinha
um broto de buriti nos anunciam
tua volta completa e sem palavra
A coisa amarga
girirebboy circula nosso peito
e karori a libélula pousando
no silêncio de velhos e novos
é como o fim de todo movimento

A manada dos rios emudece
Um apagar de rastos um sossego
de errantes falas saudosas, uma paz
coroada de folhas nos roça
e te beijamos
como se beija a nuvem na tardinha
que vai dormir no rio ensangüentado

Agora dormes
um dormir tão sereno que dormimos
nas pregas de teu sono
Os que restam da glória velha feiticeiros
oleiros cantores bailarinos
estáticos debruçam-se em teu ombro
ron don ron don
repouso de felinos toque lento
de sinos na cidade murmurando
Rondon
Amigo e pai sorrindo na amplidão

"Nada vive muito tempo

Só a terra e as montanhas"

Canção da morte dos Cheyenne. O Chefe *Antílope Branco* cantou-a quando, covardemente, foi assassinado em 1864 pelas tropas do Coronel Chivington, comandante dos regimentos do Colorado. O bravo Cacique tinha 71 anos de idade e aguardava os militares para uma reunião de paz; centenas de mulheres e crianças o rodeavam. Foram todos massacrados. Acampados à beira de um riacho, *Antílope Branco* e seus homens haviam desfraldado a bandeira americana e uma bandeira branca, em local bem visível. Era um sinal previamente combinado entre brancos e índios. Mas o Coronel Chivington, racista fanático, ao ser advertido por um oficial de que o ataque a índios desarmados representaria total desmoralização para o Exército dos Estados Unidos, bradou irado:

— Maldito seja qualquer homem que simpatize com os índios! Vim para matá-los e acho que é certo e honroso usar qualquer meio sob o céu do Senhor para matar índios!

Espantado, perplexo, *Antílope Branco* caiu crivado de balas. O velho guerreiro acreditava ingenuamente nos Tratados de Paz assinados pelo *Pai Grande* na longínqua Washington...

(Episódio narrado por Dee Brown, no seu livro *Bury my Heart at Wounded Knee*, traduzido por Geraldo Galvão Ferraz, sob o título *Enterrem meu Coração na Curva do Rio*, ed. MELHORAMENTOS, São Paulo, 2.ª edição, 1973)

DUAS LENDAS KARAJÁ

215

DEUS TIRA KARAJÁ DO ETERNO ARUANÃ

Diz a lenda, contada pelos próprios índios, que os Karajá (do grupo primitivo Inã) eram peixes imortais, Aruanãs, cuja espécie vive ainda nas águas do Araguaia. Deslumbrados com a beleza da selva e a liberdade dos estranhos animais que vinham matar a sede na beira do rio, os peixes imortais pediram ao Grande Espírito de *Berô-Kan* (Rio Araguaia) que os fizesse também habitantes livres daquelas matas e campinas verdejantes. Seus desejos foram atendidos, mas sob uma condição: não mais seriam imortais. E pela força divinatória e mágica de *Berô-Kan,* toda a região ribeirinha viu-se de repente repleta de novos habitantes.

Atirados no vasto mundo verde, os Karajá viram-se a braços com dificuldades de toda espécie. Não tinham ainda conhecimentos satisfatórios para enfrentar aquele elemento estranho. Angustiados, imploraram a *Kananxiuê* (Deus Supremo, Criador de todas as coisas) que os ajudasse. Então, o Pajé sonhou e viu máscaras e vestimentas e ouviu a poderosa voz de *Kananxiuê,* que lhe dizia:

— Faça máscaras e vestimentas iguais a essas, que deverão ser usadas pelos guerreiros eleitos, os quais receberão os espíritos dos Aruanãs. Estes serão os guias da tribo.

E, no sonho, *Kananxiuê* apontou os guerreiros privilegiados. Até hoje, na Dança de Aruanã, ninguém, a não ser o Pajé, sabe quem se esconde sob o manto sagrado. As longas máscaras, chamadas pelos índios de *idiaçó,* têm choça especial, onde são guardadas. Ali a entrada é proibida a mulheres e crianças e um sentinela permanente vigia os *idiaçó* de *Kananxiuê.* É a Casa de Aruanã, onde os jovens irão aprender as leis que regem os destinos da comunidade e transmitem a sabedoria dos antepassados.

DENAKÊ SE ENAMORA DA ESTRELA VÉSPER

No tempo em que a nação Karajá não sabia fazer roça, nem plantar o milho cururuca, nem ananás, nem mandioca, e só vivia de frutas do mato e do bicho que matava e do peixe, existia um casal que teve duas filhas: Imaherô, a mais velha, e Denakê, a mais nova.

Num anoitecer de céu estrelado, Imaherô viu *Tahiná-Kan* (estrela Vésper) brilhar tão belo e suave, que não se conteve e disse:

— Pai, é tão bonito aquilo!... Eu queria possuí-lo para brincar com ele.

O pai riu muito do desejo da moça e disse-lhe que *Tahiná-Kan* estava tão longe que ninguém poderia alcançá-lo. Mas acrescentou:

— Só se ele, ouvindo-te, filha, quiser vir.

Alta noite, quando todos dormiam, a moça sentiu que alguém estava ao seu lado. Sobressaltada, interrogou:

— Quem és e o que queres de mim?

— Eu sou *Tahiná-Kan;* ouvi que me querias perto de ti, e vim. Quer casar comigo?

Imaherô acordou os pais e acendeu o fogo.

Ora, *Tahiná-Kan* era um velho, muito velhinho, de cabelos e barbas brancos como algodão, e de pele enrugada.

Vendo-o à luz da fogueira, Imaherô exclamou:

— Não te quero para meu marido: és feio e velho, e eu quero um moço forte e bonito.

Tahiná-Kan ficou muito triste e começou a chorar.

Então Denakê, que tinha um coração meigo e bondoso, compadeceu-se do pobre velhinho e procurou consolá-lo:

— Pai, eu me caso com ele. Eu o quero para meu marido.

E o casamento foi realizado, com grande alegria do trêmulo velhinho.

Depois de casado, *Tahiná-Kan* disse:

— Preciso trabalhar para te sustentar, Denakê. Vou fazer um roçado para plantar coisas boas, que Karajá ainda não tem e nem conhece.

E foi ao *Berô-Kan* (Rio Araguaia). Falou com ele e depois entrou no rio, ficando com as pernas abertas; as águas passavam entre elas. O velhinho, curvado para a corrente, de vez em quando mergulhava as mãos e apanhava as boas sementes que iam vogando rio abaixo.

Assim, as águas deram-lhe dois atilhos de milho cururuca, feixes de maniva de mandioca, e tudo mais que os Karajá hoje conhecem e plantam.

Saindo do *Berô-Kan, Tahiná-Kan* disse a Denakê:

— Vou derrubar mato para fazer roçado. Tu, porém, não me venhas ver no trabalho, fica em casa, cuidando da comida, para quando eu voltar cansado e com os braços doloridos matares a minha fome e restaurares minhas forças.

Tahiná-Kan foi. O velhinho demorou tanto que Denakê, preocupada, não quis dormir só pensando no que poderia ter acontecido com o seu idoso marido. Ele poderia ter caído exausto num canto qualquer da mata. Resolveu, então, ir procurá-lo, desobedecendo às recomendações que lhe havia feito.

Ah! Que surpresa e que alegria!

Quem estava ali trabalhando não era um velho, mas um moço belíssimo, de alta estatura, forte e cheio de vida; tinha no corpo enfeites e as pinturas que os jovens Karajá ainda usam hoje.

Denakê não se conteve: saiu da moita onde se escondera e correu para abraçar aquele moço tão bonito. Estava muito alegre. Em seguida, levou-o consigo para casa, contente para mostrar aos pais o marido que se desencantara. Sim, estava quebrado o encanto. Agora, o velho desaparecera de verdade. Tudo isso porque Denakê havia descoberto o seu segredo.

Foi então que a outra irmã, Imaherô, o desejou também. Virou-se para o belo rapaz e disse:

— Tu és o meu marido, pois vieste para mim e não para Denakê.

Tahiná-Kan fitou-a com severidade:

— Só em Denakê encontrei carinho e bondade. Ela é tão boa que aceitou o pobre velhinho, enquanto tu o desprezavas. Agora não te quero. Só Denakê é minha. Sou muito feliz ao lado dela.

Imaherô, dominada pelo despeito e pela inveja, soltou um grito, caiu no chão e desapareceu. No lugar onde caíra, surgiu então um urutau, pássaro que ainda hoje enche as matas com o seu grito triste.

Foi assim que a nação Karajá aprendeu com *Tahiná-Kan* a plantar o milho, o ananás, a mandioca e outras coisas boas que antes não conhecia.

OBRAS USADAS PARA CONSULTA

INDIOS DO BRASIL	de Cândido Mariano da Silva Rondon, 3 vols., ed. do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1946-1953
ÍNDIOS, Grau de Integração na Comunidade Nacional — Grupo Lingüístico — Localização	de José M. Gama Malcher, ed. do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Publicação n.º 1, Nova Série, Ministério da Agricultura, Departamento de Imprensa Nacional, 1964
RONDON CONTA SUA VIDA	de Esther de Viveiros, Livraria São José, Rio de Janeiro, 1958
POR QUE FRACASSA A PROTEÇÃO AO ÍNDIO?	de José M. Gama Malcher, obra inédita
MISSÃO RONDON	Apontamentos Sobre os Trabalhos Realizados pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto-Grosso ao Amazonas, sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915, Typ. do *Jornal do Commercio,* de Rodrigues & C., Rio de Janeiro, 1916
IMPRESSÕES DA COMMISSÃO RONDON	do Capitão Amilcar Botelho de Magalhães, prefácio de Coelho Netto, obra publicada em fascículos, ed. Livraria Editora Leite Ribeiro, Rio de Janeiro, 1921
INDIOLOGIA	de Angyone Costa, Biblioteca Militar, volume LXVI e LXVII, Gráfica Laemmert, Limitada, Rio de Janeiro, 1943
ANTOLOGIA DE LENDAS DO ÍNDIO BRASILEIRO	organizada por Alberto da Costa e Silva, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, Oficinas Gráficas de Sedegra Sociedade Editora e Gráfica Ltda., Rio de Janeiro, 1957

A POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA	de Darcy Ribeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1962, composto e impresso nas Oficinas do Serviço Gráfico do IBGE
RONDÔNIA	de E. Roquette-Pinto, ed. Brasiliana da Companhia Editora Nacional, Série 5.ª, vol. 39, São Paulo, 1950
REVISTA DO ENSINO	n.º 106, 2.ª edição, publicação da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, número especial sobre o indígena brasileiro
RONDON, UMA RELÍQUIA DA PÁTRIA	do Cel. Amilcar Botelho de Magalhães, Editora Guaíra Limitada, Curitiba, São Paulo, Rio, impresso nas Oficinas da Empreza Grafica Paranaense, Curitiba, 1942
VIAGEM NO INTERIOR DO BRASIL	empreendida nos anos 1817 a 1821 por João Emanuel Pohl, Tradução do Instituto Nacional do Livro da Edição de Viena — 1832, Ministério da Educação e Saúde, 2 vols., impressos nas Officinas da Empresa Gráfica "Revista dos Tribunais" Ltda., São Paulo. 1951, com pranchas gravadas em offset pela Gráfica York Ltda., Rio de Janeiro
OS XAVANTES E A CIVILIZAÇÃO	de Lincoln de Souza, ed. Serviço Gráfico do IBGE, 1953, Rio de Janeiro
A MITOLOGIA HERÓICA DE TRIBOS INDÍGENAS DO BRASIL	Egon Schaden, Serviço de Documentação do MEC, Departamento de Imprensa Nacional, 1959
A ANTROPOFAGIA ENTRE OS INDÍGENAS DO BRASIL	de José Fernando Carneiro, Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, Coleção Brasileira de Divulgação, Série II, Etnografia, n.º 2, Imprensa Nacional, 1946
"LETTRE D'AMAZONIE"	Revista da Missão dos Franciscanos em Guajará-Mirim, editada em Paris, anos de 1967-1968
RESISTÊNCIA DO ÍNDIO À DOMINAÇÃO DO BRASIL	do jornalista Luiz Luna, Editora Leitura S.A., Rio de Janeiro
ENTRE OS ÍNDIOS DO ARAGUAIA	do Pe. Estêvão M. Gallais, Livraria Progresso Editora, Cidade do Salvador, Bahia, 1954, tradução de Otaviano Esselin
PELO RIO-MAR: MISSÕES SALESIANAS NO AMAZONAS	do Monsenhor Pedro Massa, obra impressa e editada no Rio de Janeiro em 1928

RONDON, O CIVILIZADOR DA ÚLTIMA FRONTEIRA	de Edilberto Coutinho, Olivé Editor, composto e impresso nos Estabelecimentos Gráficos Borsói S.A., Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, 1969
ETHNOLOGIA HELVETICA-I INDIANER HEUTE	Separata, em língua francesa, publicada em Berna, 1979, texto de René Fuerst, Redator: Wolfgang Marschall. Traz a obra mensagem dos índios brasileiros, pág. 25, em adaptação francesa do que foi publicado em *O Estado de São Paulo*, 19-04-1977
UIRÁ SAI À PROCURA DE DEUS-ENSAIOS DE ETNOLOGIA E INDIGENISMO	Do Professor Darcy Ribeiro, Editora Paz e Terra S/A, Rio de Janeiro RJ — 1974
SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DE GOIÁS (1756/1806)	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 84 — Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro — 1920
SUMMULA DE HISTORIA DE GOYAZ	De Americano do Brasil publicado pela Imprensa Oficial de Goyaz — 1932
O SELVAGEM	General Couto de Magalhães, Brasiliana, Série 5.ª, vol. 52 — 4.ª edição completa — Companhia Editora Nacional São Paulo — 1940
CAPÍTULOS DE HISTÓRIA COLONIAL (1500-1800)	Capistrano de Abreu, edição da Sociedade de Capistrano de Abreu, revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues, Livraria Briguiet, 4.ª edição, Rio de Janeiro, 1954
CAMINHOS ANTIGOS E POVOAMENTO DO BRASIL	Capistrano de Abreu, edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, Rio de Janeiro 1960
S.P.I. — 1953 Diretor: José M. Gama Malcher Secção de Estudos: Darcy Ribeiro Secção de Orientação e Assistência: Eduardo Enéas Galvão Secção de Administração: Vital Ribeiro Gomes	Publicação do antigo Serviço de Proteção aos Índios, então subordinado ao Ministério da Agricultura. Relatório completo sobre o SPI, sua organização e programa de assistência aos Índios, com a relação dos Postos existentes na época.
INFORMATIVO DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO	Boletim do Cimi, a partir do número que divulgou os resultados da 1.ª Assembléia Nacional de Pastoral Indigenista, realizada em Goiânia, de 24 a 27 de junho de 1975

LUTA INDÍGENA	Informativo destinado a missionários e índios do Sul do Brasil, a cargo de Regional Sul do Cimi
ACONTECEU: POVOS INDÍGENAS NO BRASIL — 1981	Número Especial de 10 de abril de 1982, sob a responsabilidade do CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
AÇÃO, REVISTA DE TRÊS MUNDOS	Primeiro artigo da série "O Genocídio Sionista", de Raul Jassen (Ano I, n.º I, agosto de 1982)
QUEM MATA OS NOSSOS ÍNDIOS?	Entrevista de Noel Nutels, em *O Pasquim*, n.º 49, de 28/5 a 3/6 de 1970, págs. 14 a 17
REVISTA "UNIVERSO" NÚMERO ESPECIAL DE 1955	De apoio à candidatura do Marechal Rondon ao Prêmio Nobel da Paz. Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional. Revista Ilustrada, de propriedade da Agência de Passagens Aeromar Ltda.
OS CARAJÁS (INAN-SON-UÉRA)	Publicação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Ministério da Agricultura, de autoria do Dr. Othon Xavier de Brito Machado, julho/dezembro de 1945, ed. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1947. Contribuição ao estudo dos indígenas brasileiros, n.º 104, Anexo n.º 7.
PRINCIPAIS FONTES IMPRESSAS (HEMEROGRÁFICAS) QUE LASTREARAM AS PESQUISAS:	*Jornal do Brasil, O Globo, O Estado de São Paulo*, Revista *Veja*
PRESENÇA IMPORTANTE DA IMPRENSA ALTERNATIVA NESTE TRABALHO, REPRESENTADA POR:	Boletim do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), transformado depois no Jornal *Porantim*, nome que em sateré-mawé significa *remo, arma, memória*

(OBS.: Entre os Jornais por nós consultados — *Jornal do Brasil, O Globo, O Estado de São Paulo* —, *Porantim* se destaca como o principal órgão de apoio às pesquisas que enriquecem os textos deste livro, por ser uma publicação voltada à defesa dos índios. As reportagens, colhidas *in loco*, são feitas por Missionários. Eles funcionam aqui como Repórteres corajosos, que agem movidos apenas pela Fé e por autêntico sentimento cristão, em defesa não só do índio, mas também dos lavradores que não possuem seu próprio chão para plantar, para os quais a terra é o único meio de sobrevivência.

Ao lado desses homens abnegados lutam igualmente religiosas e membros do laicato católico. Recebem em troca, tão-somente, a incompreensão e a perseguição de uma sociedade farisaica e racista, onde se unem políticos corruptos, barões da terra e do gado, latifundiários poderosos, que só visam ao lucro, infelizmente apoiados e protegidos por autoridades federais, estaduais e municipais)

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Nomes

A

Abi-Ackel, Ibraim — 101, 103, 119, 127, 146
Alberto, Ministro João — 92
Alberto Torres, Heloísa — 199
Alencar Lima, Frei Tito — 206
Akerman, Dr. Abrahão — 15
Albuquerque Lima, General Afonso Augusto de — 15, 18, 25, 26, 43, 44
Andreazza, Mário — 75, 79, 87, 89, 92, 97, 103, 115, 119, 142, 148, 151, 179
Anchieta, Padre José de — 32, 39, 76
Andujá, Cláudia — 179
Andrade, Carlos Drummond de — 89, 90, 93
Aparecido de Oliveira, José — 188
Arinos, Jurista Affonso — 152
Arns, Dom Paulo Evaristo — 194, 195
Arruda, Dom Roberto — 174
Atala, Fuad — 9, 10, 49
Athayde, Tristão de — 198

B

Bandeira de Mello, General Jerônimo — 74, 157
Balduíno, Dom Tomás — 62, 73, 102, 123, 139, 207
Branco, Aluísio — 9, 10
Brand, Antônio — 128
Brandão Vilela, Dom Avelar — 102, 201
Bucker, Hélio Jorge — 199
Barbosa, Luiz Bueno Horta — 34, 36, 199
Barbalho, Jáder — 121, 201
Burnier, Padre João Bosco Penido — 61, 62, 74
Borges, Madre Maurina — 206

C

Calheiros, Dom Waldir — 206
Cals, César — 92, 179, 182
Calleri, Padre Giovanni — 31
Campos, Siqueira — 75, 181
Campos, Frederico — 75, 89
Camio, Padre Aristides — 93, 109, 113, 127, 132, 173, 182
Cardoso, Donato — 200
Carneiro, José Fernando — 38, 39, 40

Carolina, Irmã Cleusa — 190, 202
Casaldáliga, Dom Pedro — 61, 73, 97
Castro, José Carlos — 120, 121, 131, 135
Challita, Mansour — 43
Conde, Pedro — 97
Costa e Silva, Presidente — 15
Couto e Silva, General Golbery do — 148
Cristino, Simão — 74
Cunha, Euclides da — 44, 161, 162

D

Dallari, Dalmo — 95, 124, 142
Da Matta, Roberto — 148
David de Oliveira, índio Terena — 127

E

Ecureu, Paulo Néri — 127
Everon, índia — 95

F

Fagundes, João Batista — 181
Ferraz, Iara — 60
Ferreira Lima, Octávio — 103, 106, 107, 111, 118, 119, 142, 143, 148, 154
Figueiredo, Jáder — 15, 49, 53
Figueiredo, Presidente João Batista — 110, 114, 117, 119, 123, 150, 179, 181, 205
Fortes, Bias — 175
Fonseca, Jurandy Marcos da — 155, 156, 157, 159, 160, 167, 173
França, General Luiz de — 24
Freire, José — 180, 181, 182, 187

G

Guajajara, índio Celestino — 61
Gazel, Padre Samir — 96, 104
Gouriou, Padre François — 93, 109, 113, 127, 132, 173
Grossi, Carlos Roberto — 90, 149, 151, 154
Guimarães, Evandro — 183, 184, 187
Grünewald, Almirante Augusto Rademaker — 171

H

Heringer, Ezequias — 157
Hilda, Maria — 171
Hitler, Adolf — 41
Hungria, Jurista Nelson — 84

I

Ihering, Hermann Von — 32, 34, 38, 123

J

Jassen, Raul — 43
Jentel, Padre Francisco — 74, 97
João Paulo II, Papa — 75, 76, 104, 106, 116
Jost, Nestor — 92
Juruna, Deputado Mário — 77, 101, 102, 103, 111, 112, 122, 151, 152, 179

K

Kabacznick, Majer — 95
Krautler, Dom Erwin — 190
Kretã, índio Ângelo, Cacique — 74, 75
Kuck, jornalista Cláudio — 203

L

Leal, Coronel Paulo Moreira — 78, 80, 86, 89, 91, 92, 93, 101, 103
Lhermitte, Dr. François — 15
Lery, Jean de — 39
Lévi-Strauss, C. — 49
Lyra, Ministro Fernando — 189
Luna, Jornalista Luiz — 27, 28, 29
Lorscheiter, Dom Ivo — 89, 206
Ludwig, General Rubem — 151
Lunkenbein, Padre Rudolf — 62, 74
Lyra Tavares, General Aurélio de — 171

M

Machado, Altino — 185, 187
Magalhães, Antônio Carlos — 91, 101, 102, 145, 194
Magalhães, Amílcar Botelho de — 32, 199
Maboni, Padre Florentino — 109
Malcher, José M. Gama — 7, 8, 30, 31, 43, 44, 52, 54, 55, 56, 77, 78, 79, 120, 199
Maracapillo, Padre Victor — 206
Maluf, Paulo Salim — 168, 169
Marinho, Josaphat — 102
Magalhães, Juracy — 102
Marabuto, Nélson — 168, 169, 185
Marskell, Dom Jorge — 86
Mattos, Brigadeiro Délio Jardim de — 101
Médici, Presidente Emílio Garrastazú — 97, 205
Medeiros, General Octávio — 151
Mendes de Almeida, Dom Luciano — 87, 93, 114, 127, 133, 194
Mendes, Jornalista Uirapuru — 31
Megaron, líder Txukahamãe — 150, 154, 155, 157
Mestrinho, Governador Gilberto — 181, 182, 203
Meirelles, Apoena — 60, 169, 193, 202
Miranda, Dr. Leonel — 15
Minc, Carlos — 204, 205
Mindlin, Betty — 170
Mi'Hi, Cacique — 86
Mongiano, Dom Aldo — 167
Moura, Antônio Carlos — 97, 112, 191
Morelli, Dom Mauro — 196, 197

N

Neves, Presidente Tancredo de Almeida — 152, 179, 184, 188, 189, 194
Neto, Paulo Nogueira — 122, 134
Niemeyer, Dr. Paulo — 15
Nutels, Dr. Noel — 50, 91, 92

O

Oliveira, General Ismarth de Araújo — 60, 61, 73, 74, 78

P

Pacheco, João — 85, 126, 127, 153
Panza, Padre Ângelo — 189
Patrick, Dom José — 206
Pazzianotto, Ministro Almir — 195
Pedrossian, Pedro — 169, 192
Pena, Dom Alano — 203
Pereira de Mello, Mauro Ivan — 9, 10
Pinheiro, Sebastião — 135
Pires Gonçalves, General Leônidas — 195
Portella, Juvenal — 189

Q

Queiroz Campos, J. — 157

R

Raoni, Cacique Txukahamãe — 142, 150, 155, 188
Ribeiro, Professor Darcy — 30, 31, 65, 115, 123, 132, 199
Ribeiro da Silva, Adhemar — 75
Ribeiro, Ministro Nélson — 190
Rondon, Marechal Cândido Mariano da Silva — 3, 4, 11, 12, 16, 21, 22, 23, 24, 35, 36, 37, 53, 80, 198
Rocco, Dom Carmine — 60, 114
Rossi, Dom Agnello — 196, 197

S

Saracura, Cacique — 101, 102, 117, 118, 145, 168
Sândalo Bernardino, Dom Angélico — 195
Schaden, Egon — 52
Schmitz, Dom Quirino Adolfo — 86, 96
Scherer, Dom Vicente — 60
Sarney, Presidente José — 192, 193, 199, 206
Serra, Olympio — 156, 159, 160
Serra, Ordep — 199
Sobral Pinto, Jurista Heráclito — 152
Sobrinho, Jornalista Barbosa Lima — 152, 181
Sousa, Cacique Marçal de — 76, 99, 100, 116, 117, 118, 119, 122, 125, 133, 174
Suess, Padre Paulo — 95, 101, 187

T

Tadamo, Macao — 181
Tataindé, Argemiro Karaí — 114, 115
Teixeira, Coronel Jorge — 75, 89
Terena, índio Marcos — 6, 78, 80, 157, 179, 185, 188
Tierra, Pedro — 80
Tikuna, índio Juvenal — 186
Travassos, Oscar — 146, 156
Trein, Rosiane Duarte — 134

U

Uirá, índio Urubu-Kaapor — 31

V

Vahia de Abreu, Darcílio — 29
Valverde, Orlando — 121
Varnhagen, Francisco Adolfo — 34
Velho, Gilberto — 93, 142
Veiga, Coronel Nobre da — 75, 79, 80, 106
Venturini, General Danilo — 97, 107, 108, 110, 115, 119, 144, 149, 150, 156, 184
Veríssimo, Érico — 38
Vilela, Senador Teotônio — 113, 132

X

Ximenes, Romero — 120

Y

Yahoshua Saguy, General israelense — 42
Yaron, General Amos — 42

Z

Zozilton Silva — 109

Errata

Pág. 196, 2ª linha, onde se lê: "...dois Bispos católicos romanos...", leia-se: ...um Cardeal e um Bispo católicos romanos..."

INDICE

	Pág.
Prefácio	5
Conversa franca	9
O crime contra os índios	13
Esclarecimento necessário	15
Rondon: A esperança	21
Xavante	29
Os indígenas brasileiros	33
Hoje como ontem	47
Presença da Igreja Missionária	57
Ação missionária	63
A lei do genocídio	81
1982/83	99
1984	129
Remember Canudos!	161
... O drama continua	165
1985	177
Pela segunda vez, fechemos este livro — RJ, jul/85	209
Duas lendas Karajá	215
Obras usadas para consulta	221
Índice onomástico	225

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

231

dado é pouco. Os Karajá são pacíficos, gostam de brincar, cantar e dançar. Mas a tribo sempre teve pavor de certo tipo de índio que vivia no local mais denso da floresta. Era uma tribo de índios de olhos azuis e pele clara; eram muito cruéis. Abusavam das mulheres e matavam pelo simples prazer de matar. Nem as crianças, nem os velhos eram poupados. Ninguém sabia onde ficavam suas malocas: eles surgiam de repente e começavam a matança.

Hoje, Gontran sabe muito bem que índios são esses, tão perversos: os brancos "civilizados". O velho *Cumpade* narrava a lenda dos índios de pele clara e olhos azuis repetindo a sabedoria do Conselho de Anciãos da aldeia. Era assim que os mais velhos instruíam os jovens, preparando-os para o contato com os colonizadores brancos. A experiência os ensinara, após séculos de massacres, que tal contato era — e é — muito perigoso.

Até hoje, os "índios" de pele branca e olhos azuis, verdes, pretos ou castanhos vêm semeando a destruição e a morte entre as tribos dos verdadeiros índios.

O livro é trabalho de pesquisa jornalística, de quem conheceu o índio de perto. A obra é oportuna, principalmente agora que os "índios" brancos se aperfeiçoaram em suas maldades: lançam mão de produtos químicos, que matam não só seres humanos, mas também animais e florestas inteiras. É o caso do "agente-laranja", da Dow Chemical.

De fato, como diz o próprio Autor, é um livro-denúncia, onde é exposta a tragédia indígena, já bastante conhecida, mas que deve ser sempre repetida, para que as novas gerações possam melhor conhecer e entender os índios e dar a eles — se até lá existir algum — o tratamento humano e cristão que a nossa não soube e não quis dar.

Quanto ao seu velho amigo *Cumpade*, acabou mendigando nas ruas de Goiás, sujo e desamparado, como sempre acontece com os índios afastados de seu habitat natural e levados para as cidades. A cachaça, criminosamente fornecida em troca da prestação de pequenos serviços, terminou por destruí-lo.

Morreu na sarjeta, descalço como andava, pés inchados, com a roupa em frangalhos. Nos lábios ressequidos e cortados de rugas profundas, um leve sorriso — o sorriso de um velho e altivo guerreiro, abatido pela incompreensão, pela indiferença e incúria dos órgãos oficiais criados e pagos para dar-lhe assistência e protegê-lo.